

**LONGRUN  
PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**RELATÓRIO  
E CONTAS  
2018**

**20  
18**

**RELATÓRIO DO  
CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS**

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO**

---

**LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**CONTAS CONSOLIDADAS**

**2018**

## ÍNDICE

1. Órgãos Sociais .....	2
2. A Longrun Portugal.....	3
a. Principais Indicadores.....	3
b. História da área seguradora da Longrun Portugal.....	4
c. Sobre a Longrun Portugal .....	6
d. Estratégia da área seguradora da Longrun.....	13
3. A Nossa Performance .....	17
a. Síntese de Acontecimentos 2018 .....	17
b. Evolução Macroeconómica .....	18
c. Enquadramento Sector Segurador .....	19
d. Atuação da área seguradora da Longrun .....	23
e. Performance Operacional e Financeira .....	34
4. Perspetivas de Evolução.....	37
a. Posicionamento Futuro da Longrun .....	37
5. Empresas do Perímetro de Consolidação da Longrun.....	39
6. Gestão de Riscos .....	49
7. Demonstração Não Financeira .....	51
a. Cumprimento de legislação e regulamentação .....	51
b. Descrição do modelo empresarial.....	51
c. Implementação de políticas de recursos humanos.....	51
d. Principais riscos e respetivas ações de mitigação .....	52
8. Responsabilidade Social .....	53
9. Considerações Finais .....	54

## 1. Órgãos Sociais

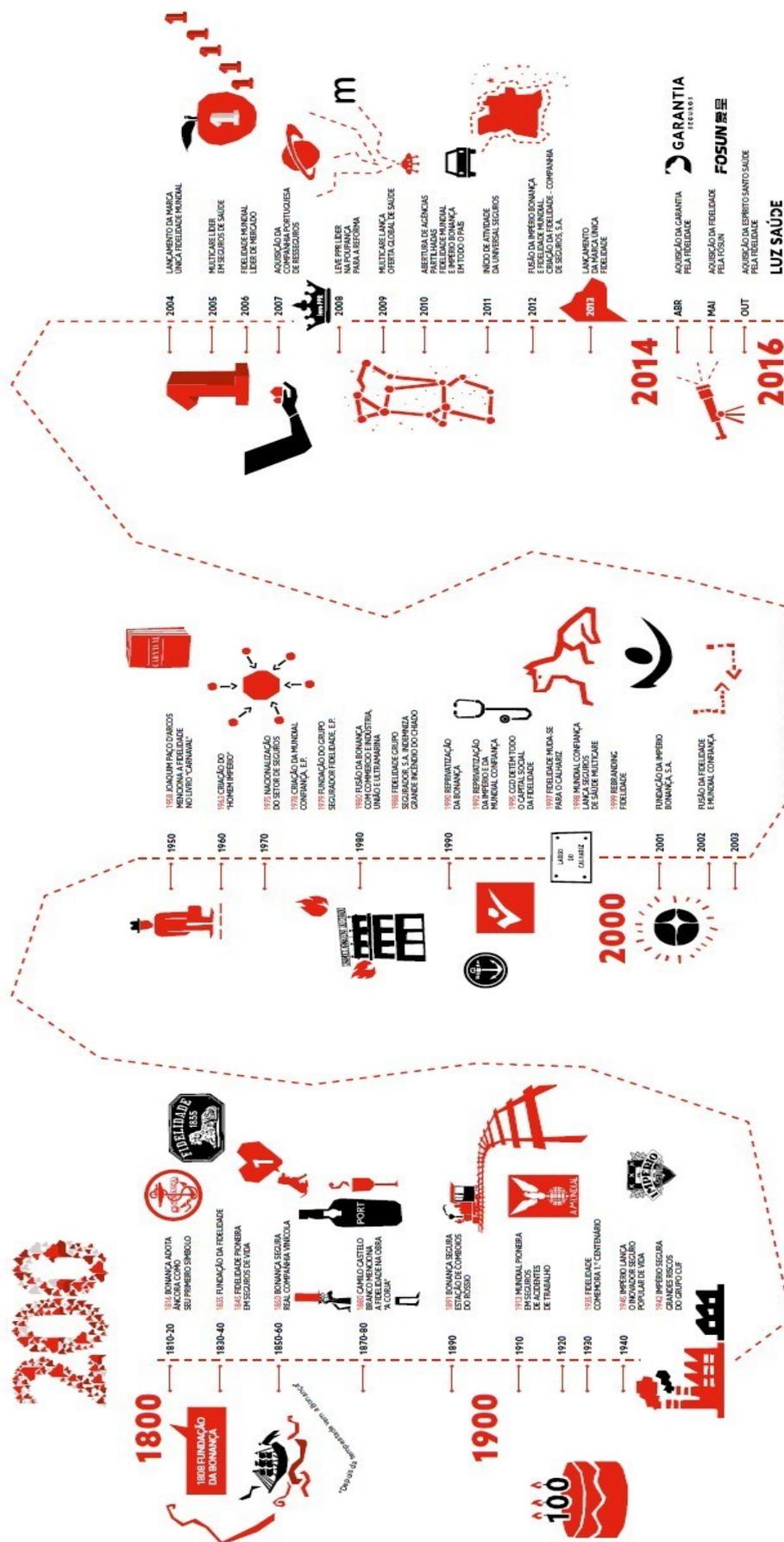
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, SA	
<b>Conselho de Administração</b>	
Presidente	Lingjiang XU
Vogais	Wai Lam William MAK
<b>Conselho Fiscal</b>	
Presidente	Pedro Antunes de Almeida
Vogais	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias João Filipe Gonçalves Pinto
Suplente	Isabel Gomes de Novais Paiva
<b>Sociedade de Revisores Oficiais de Contas</b>	
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC.	

## 2. A Longrun Portugal

### a. Principais Indicadores

<p><b>€ 4.769 milhões</b> <b>Total Prémios Emitidos</b> (inclui montantes relativos a contratos de investimento) Vida: € 3.305 milhões Não Vida: € 1.465 milhões</p>	<p><b>34,7%</b> <b>Quota de Mercado (PT)</b>  Vida: 39,1% Não Vida: 27,5%</p>	<p><b>9,3 %</b> <b>Peso Operação Internacional Não Vida</b></p>
<p><b>€ 17,9 mil milhões</b> <b>Ativo Líquido</b></p>	<p><b>3.787</b> <b>Colaboradores da área seguradora</b></p>	<p><b>96,1%</b> <b>Rácio Combinado Não Vida</b></p>
<p><b>€ 241,7 milhões</b> <b>Resultado Líquido</b>  (após dedução de Interesses Minoritários)</p>	<p><b>€ 2.224 milhões</b> <b>Capitais Próprios</b></p>	<p><b>10,3%</b> <b>Rentabilidade dos Capitais Próprios</b></p>

b. História da área seguradora da Longrun Portugal



## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS CONSOLIDADAS

Dois séculos de história contribuíram para a atual credibilidade, dimensão e solidez das empresas do perímetro de consolidação da Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Doravante “Longrun” ou “Sociedade”).

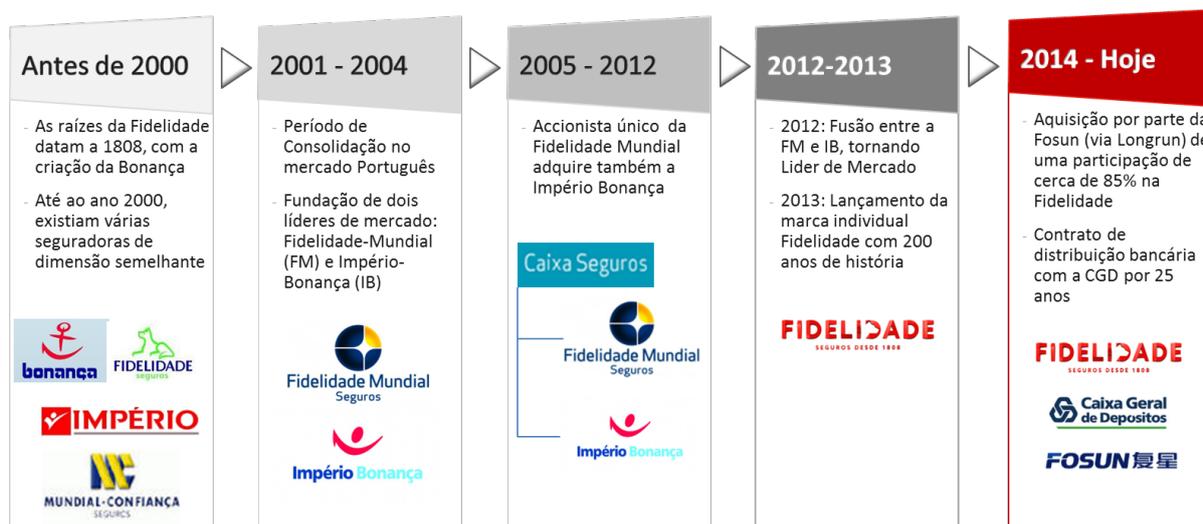
Até ao ano 2000, o mercado segurador português encontrava-se maioritariamente concentrado nas seguradoras resultantes da reorganização empresarial ocorrida no início dos anos 80.

Mais recentemente, nomeadamente após o ano 2000, iniciou-se uma fase de consolidação do mercado segurador nacional que deu origem aos dois maiores *players* do setor: a Fidelidade Mundial (doravante “FM”) e a Império-Bonança (doravante “IB”), detidas pelos dois maiores Grupos financeiros nacionais (CGD e BCP, respetivamente).

Em 2005, a CGD - acionista único da Fidelidade Mundial - adquire também a Império Bonança lançando as bases para um novo impulso no processo de consolidação do mercado. Surge, assim, um grupo segurador português que agrega as grandes seguradoras nacionais, permitindo criar sinergias relevantes e consolidar ativos e competências únicas no setor.

Os anos seguintes foram marcados por uma progressiva integração operacional entre as duas empresas, concretizando-se a fusão efetiva entre FM e IB em 2012 e o lançamento da marca única Fidelidade em meados de 2013.

Em 2014, concretiza-se a privatização da empresa e conseqüente aquisição por parte do Grupo Fosun (via Longrun) de aproximadamente 84,99% do capital da Fidelidade, mantendo-se o Grupo CGD como acionista de referência com 15%.



A partir de 2014, a área seguradora da Longrun entra numa nova fase de desenvolvimento, potenciada pelo apoio dos seus acionistas, assumindo como vetores de atuação a consolidação da liderança no mercado português e a expansão internacional.

É já nesse contexto que se avança ainda em 2014 para a aquisição da Garantia, seguradora líder em Cabo Verde, e para a aquisição da Espírito Santo Saúde, empresa de referência na prestação de cuidados de saúde em Portugal, atualmente denominada Luz Saúde.

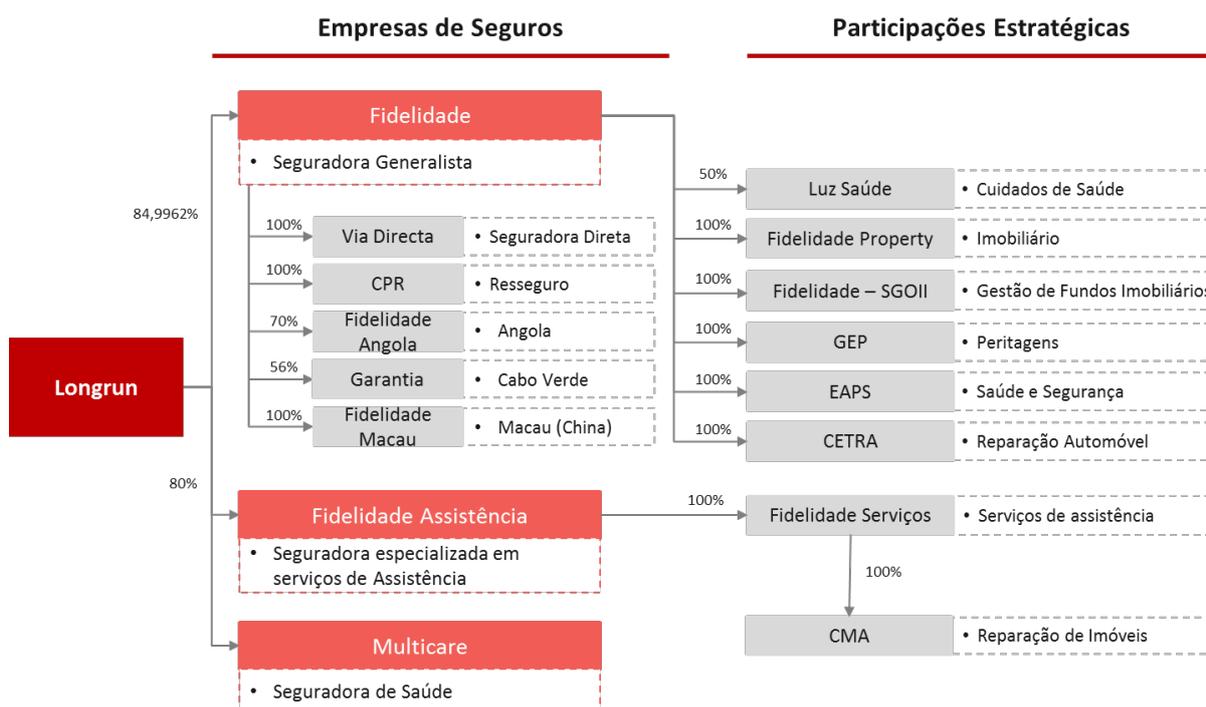
### c. Sobre a Longrun Portugal

#### Estrutura do Grupo

A Longrun opera no mercado nacional através de diversas empresas seguradoras (Fidelidade, Multicare, Via Directa, Fidelidade Assistência e Companhia Portuguesa de Resseguros). Adicionalmente, está presente no mercado internacional quer através de sucursais da Fidelidade (Espanha, França, Luxemburgo, Macau-Ramos Vida e Moçambique), quer através de empresas seguradoras participadas, nomeadamente Fidelidade Angola, Garantia e Fidelidade Macau (Ramos Não Vida).

Por fim, a Longrun detém, via Fidelidade e Fidelidade Assistência, participações estratégicas em empresas de prestação de serviços conexos, com destaque para a Luz Saúde, Grupo líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal.

Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia do Grupo de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor e de posicionamento crescente enquanto Grupo global de prestação de serviços associados à proteção das pessoas.



## Posicionamento

A área seguradora da Longrun atua globalmente no mercado segurador português, comercializando produtos de todos os ramos no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior rede comercial do país, incluindo uma presença crescente nos canais remotos.

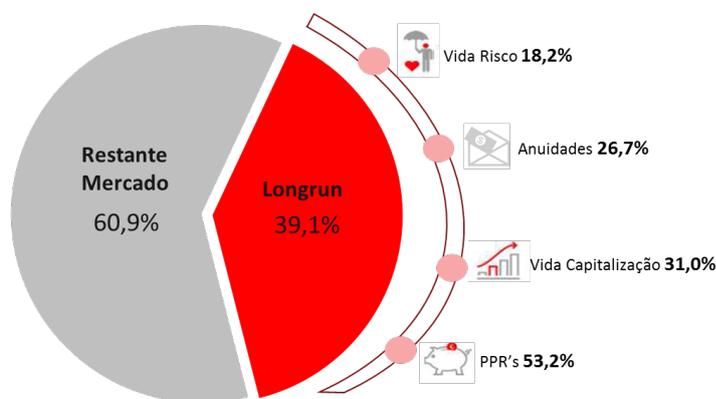
Em 2018, a área seguradora da Longrun manteve a sua liderança de forma transversal aos ramos Vida e Não Vida, registando uma quota de mercado global de 34,7% que correspondeu a um acréscimo de 4,1pp face ao ano anterior.

Nos ramos **Vida**, a área seguradora da Longrun reforçou a sua quota de mercado ao nível dos produtos financeiros (capitalização e planos de poupança reforma) e produtos de risco.

No caso dos produtos para a reforma e fruto da aposta continuada nessa vertente, a área seguradora da Longrun detém uma parcela considerável do mercado, traduzindo a elevada confiança dos nossos clientes na solidez do Grupo.

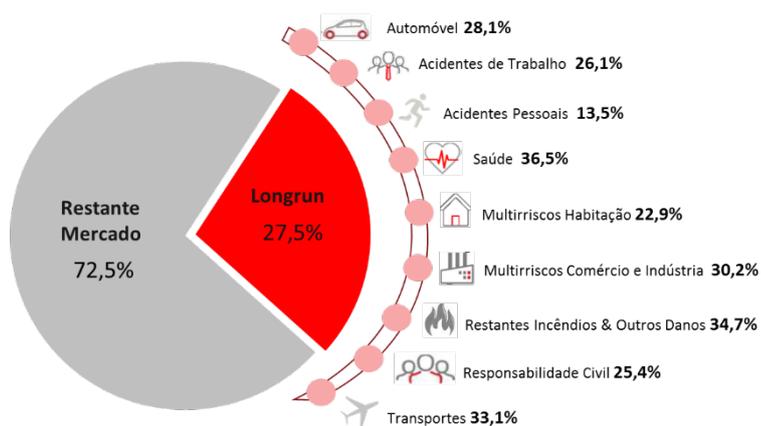
Por outro lado, a evolução positiva dos produtos de Risco espelha não só a dinâmica recente do crédito habitação, mas também o sucesso do Proteção Vital da Família, um seguro de vida inovador, que proporciona um acompanhamento durante o ciclo de vida da família, e que inclui na sua base uma cobertura de funeral, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de seguros de funeral em Portugal.

### Ramo Vida – Quota de Mercado



Ao nível dos ramos **Não Vida**, a seguradora da Longrun cresceram acima da generalidade dos concorrentes, tendo reforçado a sua quota de mercado em 0,3pp para 27,5%, sendo de destacar o incremento de quota em ramos de elevada concorrência, nomeadamente o ramo Acidentes de Trabalho (aumento de 1,7pp), Automóvel (aumento de 0,5pp) e Saúde (aumento de 0,4pp).

**Ramo Não Vida – Quota de Mercado**



**Rede de Distribuição**

As seguradoras integradas na área seguradora da Longrun comercializam produtos de todos os segmentos de negócio através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade; mediadores; corretores; agências bancárias CGD e Eurobic; CTT; internet e canal telefónico.

A vasta rede de distribuição e a sua presença geográfica ao longo de todo o país permite a proximidade aos clientes, oferecendo serviços cada vez mais personalizados e diferenciadores.



Com efeito, a área seguradora da Longrun procura desde sempre marcar presença em todos os canais onde o consumidor está ou pode estar, potenciando o valor dos mesmos através de uma oferta de produtos abrangente e um nível de serviço adequado a cada um deles.

Capitalizando a forte presença nos vários canais de distribuição, tem vindo a desenvolver uma estratégia Omnicanal, assegurando a coerência na oferta e procurando garantir a visão integrada da experiência do consumidor, independentemente do canal que este utiliza.

### A oferta e as marcas da Longrun

A área seguradora da Longrun tem uma ampla gama de produtos e serviços que disponibiliza aos seus clientes, resultado da sua ampla experiência acumulada e da constante busca pela inovação nos seguros.

A oferta inclui seguros Vida (Risco, Anuidades e Financeiro) e seguros Não Vida, onde se incluem produtos como o seguro Automóvel, Acidentes de Trabalho, Saúde, Multirriscos Habitação, entre muitos outros, sendo ainda complementada por uma oferta de assistência única nas diferentes vertentes.

Adicionalmente, a área seguradora da Longrun tem vindo a desenvolver um conjunto de novos produtos, no sentido de tornar a sua oferta de seguros mais inovadora e abrangente, sendo de destacar os novos produtos Fidelidade Pets, um seguro destinado aos animais domésticos e que representa uma forte aposta na diversificação da oferta com foco na Família e na prestação de serviço para além da cobertura de riscos, e o Multicare 60+, um seguros com garantias especialmente desenhadas para pessoas com mais de 60 anos. Destaca-se igualmente a melhoria na oferta e serviço do produto Proteção Vital Família, um seguro com um conjunto de coberturas pessoais que se ajustam às necessidades do cliente.

Há ainda a destacar o lançamento de novas funcionalidades na aplicação de telemática Fidelidade Drive que permite aos utilizadores conhecer melhor o risco associado ao seu estilo de condução e serem recompensados em caso de condução segura.

A oferta da área seguradora da Longrun em Portugal, chega aos seus clientes através de três marcas distintas, sendo todas elas líderes no seu segmento de atuação: a Fidelidade, a Multicare e a Ok! teleseguros.

Marca	Breve descrição
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Produtos <u>Vida</u> e <u>Não Vida</u></li><li>• Marca de referência presente em todos os canais de distribuição</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Seguro de <u>Saúde</u></li><li>• Ampla oferta de seguros de saúde</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Venda <u>Online</u> de seguros</li><li>• Foco em produtos Não Vida (ex. Auto, Habitação) vendidos pelo canal remoto</li></ul>

### Foco na Excelência Operacional e na Qualidade de Serviço

O foco na excelência operacional e na qualidade de serviço tem sido, desde há muitos anos, uma prioridade, com forte impacto ao nível da satisfação dos clientes. As empresas do perímetro de consolidação da Longrun destacam-se pelas suas competências nestas áreas, que têm sido perçecionadas e reconhecidas pelos clientes.

A Longrun orgulha-se de, ao longo dos últimos anos, as suas participadas terem sido distinguidas por diversas vezes como marca de referência para os Portugueses, sendo que a Fidelidade é a Companhia de Seguros mais premiada de Portugal. Os prémios conquistados são resultado do caminho traçado pela Fidelidade, que escolheu ser uma seguradora feita de pessoas que pensam nas pessoas.

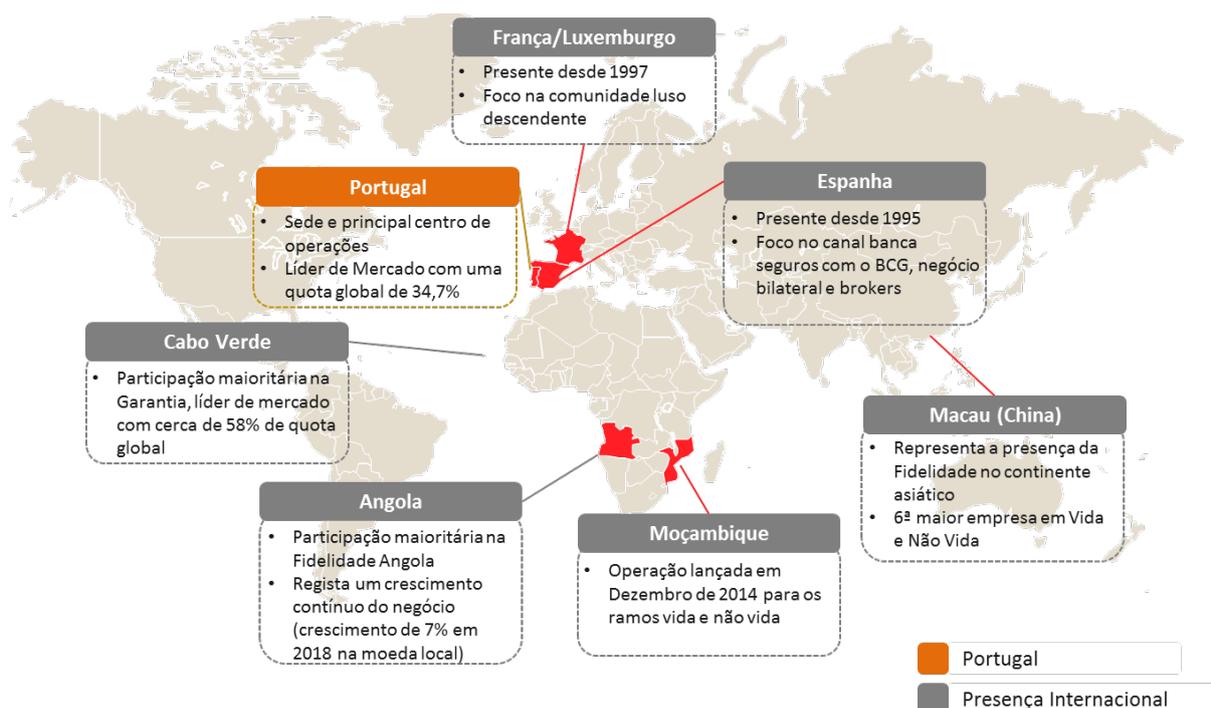


## Presença Internacional

A área seguradora da Longrun tem no negócio internacional uma importante via para o crescimento sustentado e prossecução dos seus objetivos de médio e longo prazo, encontrando-se atualmente presente em três continentes (Europa, África e Ásia), com várias unidades de negócio, sejam sucursais ou participadas.

Numa fase inicial, o processo de internacionalização visou, em particular, mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A partir de 2014, com a alteração da estrutura acionista, a comunidade chinesa passou igualmente a constituir uma prioridade no âmbito do desenvolvimento do negócio internacional.

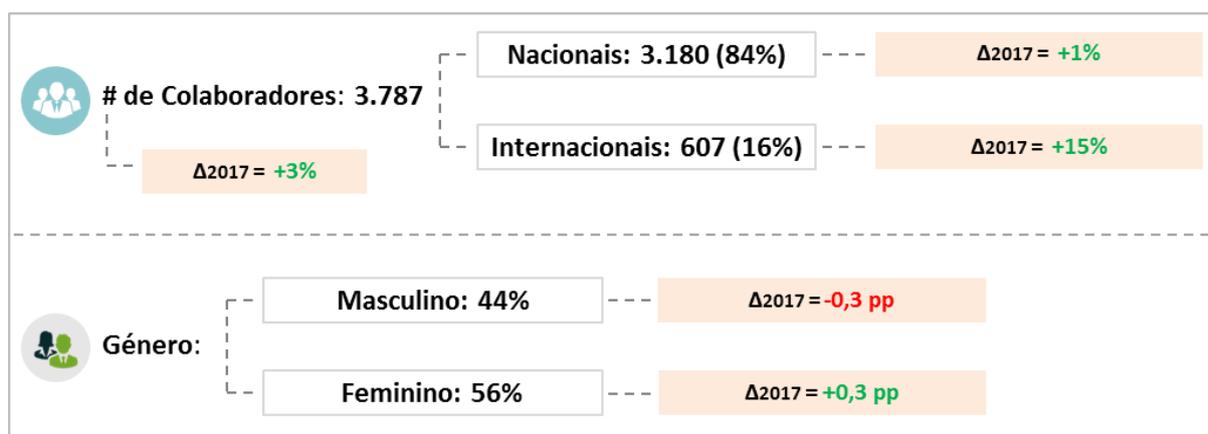
Atualmente, com novos horizontes de crescimento e uma ambição renovada de valorização do seu projeto, a Longrun considera a expansão internacional como uma prioridade e uma oportunidade para o crescimento e diversificação do seu negócio, apostando em novas geografias e acompanhando os seus clientes em novos mercados, sempre consciente da importância de garantir a sustentabilidade financeira e operacional de cada operação.



### A Equipa da área seguradora da Longrun

No final de 2018, o número total de colaboradores na área seguradora da Longrun ascendeu a 3.787, dividindo-se pela operação em Portugal com um peso de 84% e operações internacionais com um peso de 16%.

Face a 2017, o número de colaboradores aumentou em 3%, refletindo a evolução do conjunto de empresas nas operações internacionais (+15%), dado que em Portugal registou apenas um ligeiro aumento (+1%). O crescimento do número de colaboradores no estrangeiro reflete o aumento do volume de negócios em linha com a crescente internacionalização.



Em 2018, prossegui-se o foco no rejuvenescimento e adaptação da organização por forma a acompanhar os novos desafios de mercado. Esta aposta com vista ao desenvolvimento de novas competências conduziu igualmente a uma redução da idade média de 44,0 anos em 2017 para 43,6 anos em 2018, contrariando o efeito do envelhecimento natural de um ano no quadro de pessoal.

Tendo em conta o processo de transformação do negócio em curso, o ano de 2018 foi um ano de continuidade no ajustamento organizacional iniciado em 2014, e que contou com um grande envolvimento por parte de todos os colaboradores.

Assim, para além das iniciativas de mudança organizacional e redimensionamento das estruturas, prosseguiu o esforço estruturado de reformulação das políticas e práticas na área de gestão de recursos humanos.

Este conjunto de iniciativas deverá ter profundos impactos a médio prazo, posicionando a empresa como uma organização cada vez mais reconhecida na gestão de recursos humanos no panorama português e um empregador de referência para os mais jovens.

#### **d. Estratégia da área seguradora da Longrun**

A Longrun, através das seguradoras detidas, é líder incontestável do mercado segurador português, destacando-se num conjunto de vertentes, que constituem em grande medida vantagens competitivas face às restantes seguradoras a operar no mercado nacional:

- ▶ Liderança destacada no mercado, materializada numa base de aproximadamente 2,2 milhões de clientes, endereçada por uma rede omnicanal de elevada capilaridade regional;
- ▶ Marca líder em valor, reputação e reconhecimento pelos clientes, reflexo da aposta contínua na excelência operacional e na qualidade de serviço;
- ▶ Posição única e de liderança na distribuição decorrente de uma estratégia multicanal, vendendo seguros através dos canais de mediação, corretores, lojas próprias, banca (CGD), correios e canais *online*;
- ▶ Competências técnicas únicas no mercado, resultando numa ampla oferta de seguros e numa capacidade reconhecida de gestão e sinistros, garantindo assim elevada satisfação dos clientes;
- ▶ Políticas de gestão de risco prudentes e níveis de provisionamento acima do mercado.

Neste contexto, e partindo, portanto, de uma posição particularmente forte em Portugal, a Longrun assumiu como ambição reforçar o seu posicionamento de liderança no mercado português e expandir-se internacionalmente, tornando-se num player internacional de referência.

Em concreto, este último objetivo implica aumentar o peso do negócio internacional no total dos ramos Não Vida, assumindo-se como uma referência nos mercados em que estiver presente, destacando-se pelas suas competências operacionais e de gestão multicanal.

Assim, as seguradoras da Longrun têm vindo a operar de acordo com os seguintes vetores estratégicos:

- ▶ Consolidação da posição no Mercado Nacional;
- ▶ Expansão do Negócio Internacional;
- ▶ Otimização da Gestão de Investimentos;
- ▶ Transformação Digital e Analytics.



No decorrer do ano de 2018, estes vetores estratégicos foram o fio condutor da atuação da área seguradora da Longrun, dando origem a um conjunto alargado de iniciativas que foram implementadas pelas diferentes equipas.

### **Consolidação da posição no Mercado Nacional**

Apesar da posição de liderança detida pela área seguradora da Longrun, fatores distintos aconselham a uma evolução constante da abordagem ao mercado, sendo de destacar a excessiva competitividade observada em algumas linhas de negócio nos últimos anos.

Neste contexto, as seguradoras da Longrun estão a atuar de forma estruturada e contínua em áreas determinantes do negócio, por forma a manter e mesmo reforçar a sua posição no mercado português, razão pela qual tem em curso uma série de iniciativas em várias áreas:

- 🚩 Melhoria da rentabilidade dos produtos;
- 🚩 Inovação ao nível da oferta de produtos e serviços;
- 🚩 Melhoria da performance e da eficácia das vendas nos canais de distribuição;
- 🚩 Implementação de uma estratégia omnicanal articulando os vários canais, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada;
- 🚩 Reforço da organização, evoluindo progressivamente para uma organização mais enfocada no cliente, mais eficiente e mais ágil, e capaz de suportar o crescimento do negócio.

O sucesso na implementação destas iniciativas deverá permitir não apenas o reforço da posição no mercado português, mas também a aquisição e posterior transferência de capacidades para os mercados internacionais em que as seguradoras da Longrun estão ou pretendem vir a estar presentes.

### **Expansão do Negócio Internacional**

Ao longo do seu percurso, o processo de internacionalização das empresas da área seguradora da Longrun visou em particular os mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas, tendo seguido, em grande medida, o seu parceiro natural na distribuição – a CGD – concentrando-se em mercados em que o Banco estava presente.

Na Europa, esta estratégia levou à presença nos mercados Francês e Luxemburguês, reconhecidos pelas importantes comunidades de emigrantes portugueses, e também em Espanha. A presença em Macau seguiu este mesmo princípio.

Em África, e numa fase mais recente, a área seguradora da Longrun expandiu-se também para mercados onde, por questões históricas e culturais, as afinidades com a realidade portuguesa são mais evidentes – Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Atualmente, a expansão internacional afigura-se como uma prioridade estratégica, como forma de diversificar a sua atividade e garantir novas vias de crescimento. O objetivo da área seguradora da Longrun passa por entrar em novos mercados onde, pelas suas competências, possa apresentar vantagens competitivas.

Assim, têm vindo a ser analisadas ativamente oportunidades em países selecionados em África e na América Latina, onde o ambiente económico e o estágio de desenvolvimento dos respetivos mercados seguradores aparentam ser favoráveis a uma entrada com sucesso das empresas da área seguradora da Longrun.

Neste âmbito, a área Seguradora da Longrun concretizou, já em 2019, a aquisição de uma participação maioritária na seguradora La Positiva, que detém uma posição de liderança nos mercados do Peru e da Bolívia, estando ainda presente no Paraguai.

### **Otimização da Gestão de Investimentos**

O objetivo nesta matéria passa por garantir a adequação ao contexto de mercado e regulatório em que se insere, procurando naturalmente uma otimização do retorno e do risco, mas salvaguardando a postura de prudência que desde sempre tem caracterizado a atuação das empresas consolidadas da Longrun.

Nos últimos anos, os mercados financeiros têm apresentado um contexto de taxas de juro muito reduzidas, o que tem constituído um desafio para a rentabilidade do negócio, sobretudo no ramo Vida.

Neste contexto, a estratégia para os investimentos passa, por um lado, por implementar uma política de maior diversificação dos investimentos financeiros, ou seja, garantindo uma adequada exposição a diferentes classes de ativos, geografias e moedas; e por outro, por garantir a reestruturação do portfólio de investimentos imobiliários, apostando sobretudo nas vertentes comercial e serviços.

Esta política de investimento carece, naturalmente, de monitorização constante, garantindo o controlo das exposições incorridas e o adequado alinhamento entre ativos e responsabilidades. A implementação desta política assenta ainda no pressuposto que deverão ser adequadamente acauteladas as necessidades de capital da Companhia tendo em conta os critérios existentes no âmbito da regulamentação europeia Solvência II, em vigor desde Janeiro de 2016.

### **Transformação Digital e Analytics**

As empresas seguradoras detidas pela Longrun têm também mantido um enfoque na vertente digital, com diversas iniciativas suscetíveis de dotá-las de ferramentas capazes de responder ao potencial impacto disruptivo de novos modelos de negócio suportados pelas novas tecnologias.

Neste contexto, e preparando o futuro, têm vindo a desenvolver diversas iniciativas em várias áreas:

- ▶ Desenvolvimento do MyFidelidade e de novas *App*, que permitem a utilização da internet para a contratação de produtos, acompanhamento da carteira de seguros, participação de sinistros, etc;
- ▶ Novos produtos ligados à utilização de novas tecnologias, em particular no ramo Automóvel e Multiriscos Habitação;
- ▶ Transformação digital dos processos de negócio e do relacionamento com o cliente.

### 3. A Nossa Performance

#### a. Síntese de Acontecimentos 2018

<b>Janeiro</b>	<p><b>Saúde</b> – Novas funcionalidades digitais com impacto na transformação do processos de aceitação de apólices (exemplo: realização de Questionário Individual de Saúde via telefonica no seguro Multicare 3 e envio de e-mail/SMS para o cliente com as condições de aceitação do seu seguro)</p>
<b>Fevereiro</b>	<p><b>OK! Auto Eléctricos</b> - Disponibilização de novas garantias adaptadas às necessidades dos veículos eléctricos, como reboque até ao posto de carregamento rápido mais próximo, e descontos em produtos e serviços relacionados com a mobilidade sustentável, através de uma parceria com a ZEE</p> <p><b>Documento Único de Seguro (DUS)</b> – Introdução do DUS no ramo Automóvel, uma ferramenta digital que reúne num único documento a proposta de seguro e as condições particulares, simplificando conteúdos quer para o Cliente, quer para a rede comercial</p>
<b>Março</b>	<p><b>Digital Desk by Fidelidade</b> – introdução de uma nova solução comercial, relacional e analítica que traz novos conteúdos e funcionalidades que vão melhorar a experiência do cliente nas agências através da colocação de tablets</p>
<b>Abril</b>	<p><b>Nova Plataforma Comercial</b> – No seguimento da estratégia Omnicanal da Fidelidade, efectou-se o lançamento de uma nova Plataforma Comercial, uma ferramenta mais simples e intuitiva, que permite ao canal de mediação acompanhar, aconselhar, e estar ainda mais atento às necessidades dos clientes</p> <p><b>Plataforma de Scoring do Risco</b> – início do desenvolvimento de uma plataforma digital de Análise de Risco e Scoring para dar suporte a toda a atividade de avaliação de risco e de prevenção do Grupo Fidelidade</p>
<b>Maiο</b>	<p><b>App Fidelidade Drive</b> – introdução de novas funcionalidade como a possibilidade de aquisição de prémios pelo cliente, independentemente dos pontos que possui, e de novos produtos (exemplo: tablets) e parcerias estratégicas desenvolvidas pela Fidelidade (exemplo: Lavagem Automóvel)</p> <p><b>Prémio Nacional de Reabilitação Urbana 2018</b> - a nova Sede da Abreu Advogados, um projeto da Fidelidade Property, venceu os principais prémios anuais do sector imobiliário</p> <p><b>Multicare – Ação Freemium</b> – Ação de comunicação junto dos clientes Fidelidade, sem seguro de saúde, assente na oferta do “Programa põe-te em forma” (incluído no âmbito da cobertura Medicina Online”). Através desta ação, convidou-se os clientes a usufruir gratuitamente do serviço de aconselhamento nutricional e de um plano de exercícios personalizado</p>
<b>Junho</b>	<p><b>Lançamento da 2ª edição do Prémio Fidelidade Comunidade</b> – no âmbito do seu programa de responsabilidade social, a Fidelidade lançou nova edição em 2018 com um valor global de €500.000 com o objetivo de apoiar projetos nas áreas de inclusão social, prevenção em saúde e envelhecimento</p> <p><b>Congresso médico Fidelidade</b> – Realização do primeiro Congresso Médico da Fidelidade que contou com a participação de diversos profissionais de referência nas diferentes áreas da Saúde, do Direito ou da Gestão, e de diversas instituições com o objetivo de encontrar soluções que melhor respondam às necessidades das pessoas acidentadas</p>
<b>Julho</b>	<p><b>NOS Alive 2018</b> - A Fidelidade foi a seguradora oficial do festival de verão NOS Alive'18, que decorreu em Lisboa, e onde foram desenvolvidas várias iniciativas de ativação de marca para criar momentos de envolvimento com o público</p> <p><b>Fidelidade Angola</b> - apresentação dos novos produtos Automóvel para o mercado Angolano, construídos para irem de encontro às necessidades dos clientes</p>
<b>Agosto</b>	<p><b>Novo acordo de parceria com o Millennium bim em Moçambique</b> - A Fidelidade e o Millennium bim assinaram um novo acordo de parceria estratégica de longo prazo</p> <p><b>OK! Bike</b> - Lançamento do novo seguro de Acidentes Pessoais dirigido às pessoas que utilizam bicicletas e que se diferencia no mercado, sobretudo, pela cobertura “Assistência GEO”, que localiza a pessoa em caso de acidente e/ou doença súbita</p>
<b>Outubro</b>	<p><b>Multicare 60+</b> - Lançamento da oferta Multicare 60 +, um seguro de saúde inovador especialmente desenhado para pessoas com mais de 60 anos com vantagens diferenciadoras</p>
<b>Novembro</b>	<p><b>Fidelidade Pets</b> - Lançamento do novo Fidelidade Pets na plataforma digital, um seguro de Saúde e Responsabilidade Civil destinado aos animais de companhia</p> <p><b>Proteção Vital da Família</b> - Melhorias na oferta e no serviço, com o aumento de coberturas e o lançamento de novos produtos direcionados para necessidades específicas</p>
<b>Dezembro</b>	<p><b>Protechting</b> - O Protechting, programa de captação e aceleração de startups promovido pela Fosun e pela Fidelidade, foi distinguido com o prémio “Sustainable Development 2018 Enterprise Best Practice” pela delegação Chinesa do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC China Network)</p>

## **b. Evolução Macroeconómica**

Em 2018, a economia portuguesa continuou a evidenciar a tendência de crescimento que se tem vindo a registar no âmbito do atual ciclo económico positivo iniciado em 2014.

Com efeito, a atividade económica em Portugal tem vindo a registar uma trajetória de crescimento desde 2014, suportada pelo enquadramento externo favorável dos mercados financeiros e pelo aumento das exportações, bem como pelos elevados níveis de confiança dos agentes económicos e pela evolução favorável do mercado de trabalho.

Assim, as últimas projeções indicam um crescimento do PIB de 2,1% em 2018, inferior ao registado em 2017 (2,8%), mas acima do crescimento médio da Zona Euro (1,9%). O abrandamento da Formação Bruta de Capital Fixo e das Exportações, componentes que tinham registado elevados crescimentos nos anos anteriores, constituem os principais responsáveis por esta desaceleração face a 2017.

O Consumo Privado manteve, em 2018, a dinâmica do ano anterior (aumento de 2,3%), refletindo o crescimento do rendimento disponível real das famílias e os níveis historicamente elevados de confiança nos consumidores.

Por seu lado, o Consumo Público registou, em 2018, uma aceleração face ao ano anterior, refletindo o impacto pontual de despesas relacionadas com os incêndios ocorridos em 2017, bem como um maior nível de emprego público.

Neste contexto, a economia portuguesa deverá manter a capacidade de financiamento positiva face ao exterior, apesar da ligeira redução em relação ao ano anterior (1,3% do PIB em 2018 face a 1,4% em 2017).

No que respeita à inflação, estima-se que a mesma tenha sido de 1,4% em 2018, abaixo do registado em 2017 (1,6%). Contudo, projeta-se um ligeiro aumento da inflação nos próximos anos, refletindo o aumento dos salários em geral, num contexto de reduzido nível de desemprego e da atualização do salário mínimo nacional acima da inflação.

Relativamente ao mercado de trabalho, as projeções apontam para um aumento do nível de emprego (+2,2%) e, conseqüentemente, para a redução da taxa de desemprego para cerca de 7% no final de 2018.

Para 2019, espera-se uma nova redução do ritmo de crescimento da economia portuguesa para 1,8%. Com efeito, apesar das projeções indicarem um aumento da FBCF (6,6%), a redução do consumo privado e o maior aumento das importações face às exportações influenciarão negativamente a evolução do PIB.

## c. Enquadramento Sector Segurador

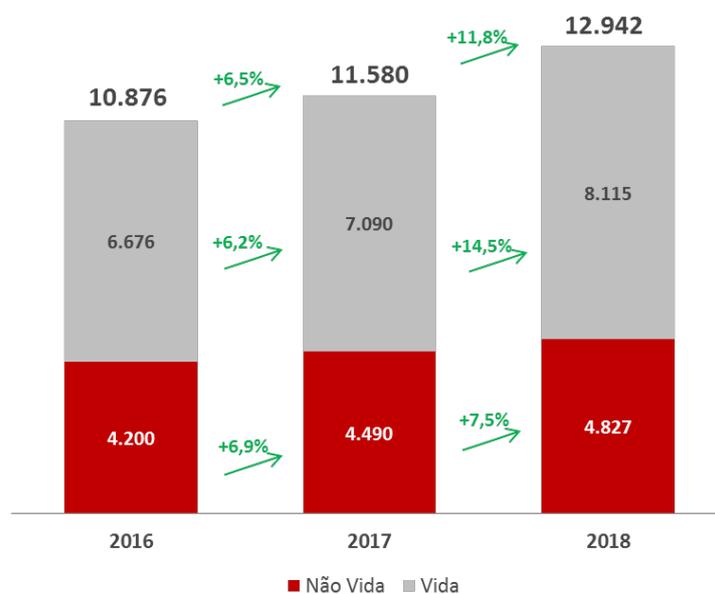
### i. Evolução do Mercado Segurador Português em 2018

O sector segurador português registou um montante total de prémios de 12.942 milhões de euros, correspondente a um incremento de 11,8% face a 2017, refletindo a evolução favorável verificada quer nos ramos Vida, quer nos ramos Não Vida.

Com efeito, a produção Vida registou um aumento dos prémios de 14,5% para 8.115 milhões de euros, aproximadamente o triplo do crescimento verificado em 2017, refletindo a vertente associada aos produtos financeiros.

Já no que respeita ao segmento Não Vida, a produção manteve a tendência de crescimento da produção iniciada em 2015, registando um aumento de prémios de cerca de 7,5% face ao ano anterior para 4.827 milhões de euros.

#### PRÉMIOS MERCADO SEGURADOR



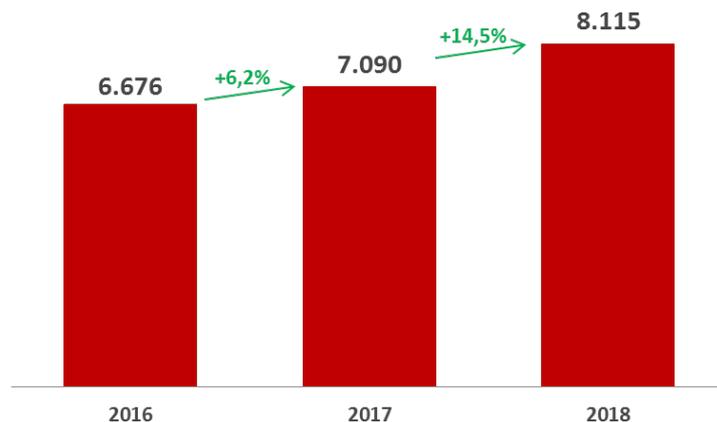
Unidade: milhões de euros

Fonte: APS "Produção de Seguro Direto 2018"

## ii. Evolução do Mercado Segurador Vida em Portugal

O segmento Vida apresentou em 2018 um volume de prémios de 8.115 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 14,5% face ao ano anterior. A evolução registada ao nível dos produtos financeiros foi o principal catalisador para o aumento do volume de produção do total do ramo.

### Prémios do segmento Vida

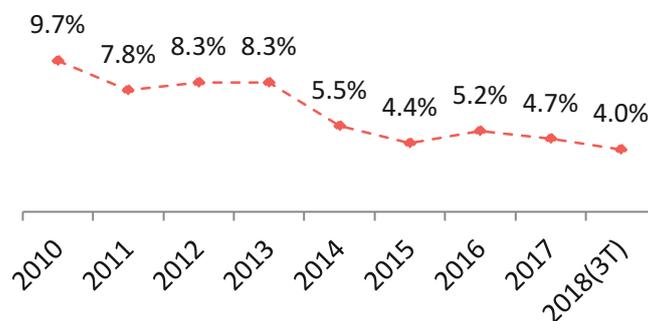


Unidade: milhões de euros

Fonte: APS "Produção de Seguro Direto 2018"

Neste âmbito, importa destacar a evolução dos Planos de Poupança Reforma (PPR), que registaram um crescimento superior a 50%. Este facto demonstra a crescente preocupação com o rendimento na reforma e a atratividade destes produtos no atual contexto de baixas taxas de juro e de uma nova diminuição da taxa de poupança.

### Taxa de poupança global do rendimento disponível das famílias

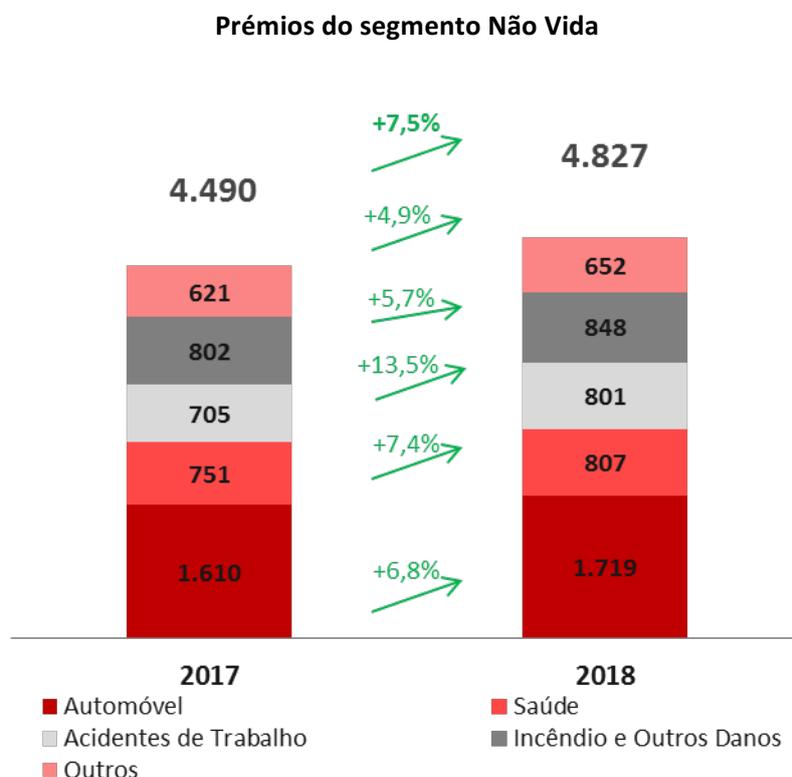


Fonte: INE

Adicionalmente, há a referir a consolidação do crescimento dos produtos Vida Risco que têm beneficiado do maior dinamismo do mercado imobiliário e do aumento dos novos contratos de crédito à habitação.

### iii. Evolução do Mercado Segurador Não Vida em Portugal

A performance positiva do segmento Não Vida foi transversal aos principais ramos, tendo como suporte a melhoria da economia portuguesa. Numa análise pelas diversas linhas de negócio, verificase que o crescimento foi transversal a todas as linhas, sendo de destacar o ramo Acidentes de Trabalho (+13,5%) e Saúde (+7,4%).



Unidade: milhões de euros

Fonte: APS "Produção de Seguro Direto 2018"

Sustentada pelos ajustamentos tarifários realizados e pela evolução favorável da atividade económica, refletida no aumento da massa salarial e redução do emprego, a recuperação do ramo Acidentes de Trabalho começou em 2014 e tem-se vindo a consolidar, sendo que, em 2018, foi o ramo do segmento Não Vida que apresentou o maior crescimento, com um aumento de 13,5% face ao ano anterior (atingindo um volume de prémios de 801 milhões de euros).

Também o ramo Saúde registou um crescimento robusto (7,4%), atingindo um volume de prémios de 807 milhões de euros em 2018. Estes resultados devem-se a diversos fatores, sendo de destacar a crescente integração do seguro de saúde nos planos de benefícios a empregados por parte das empresas e a consciencialização da população sobre a importância de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde com a assistência oferecida pelos seguros de Saúde.

Relativamente ao seguro Automóvel, o crescimento do prémio médio associado à evolução do parque automóvel, permitiram um comportamento positivo desta linha de negócio, traduzido num crescimento de 6,8% face ao ano anterior. Esta performance permitiu ao ramo Automóvel manter sensivelmente inalterado o seu peso no total do volume de produção de Não Vida, continuando a ser, a larga distância, a linha de negócio mais significativa.

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS CONSOLIDADAS**

O ramo Incêndio e Outros Danos, no qual também se inserem os produtos Multirriscos, registou um crescimento de 5,7% atingindo um montante de prémios de 848 milhões de euros em 2018, tendo beneficiado do aumento dos níveis de investimento empresarial, assim como o dinamismo do mercado imobiliário português.

Por último, as restantes linhas de negócio com um menor peso no segmento Não Vida registaram igualmente um incremento face ao ano anterior. O valor agregado dessas linhas de negócio aumentou 4,9%, somando um total de 652 milhões de euros.

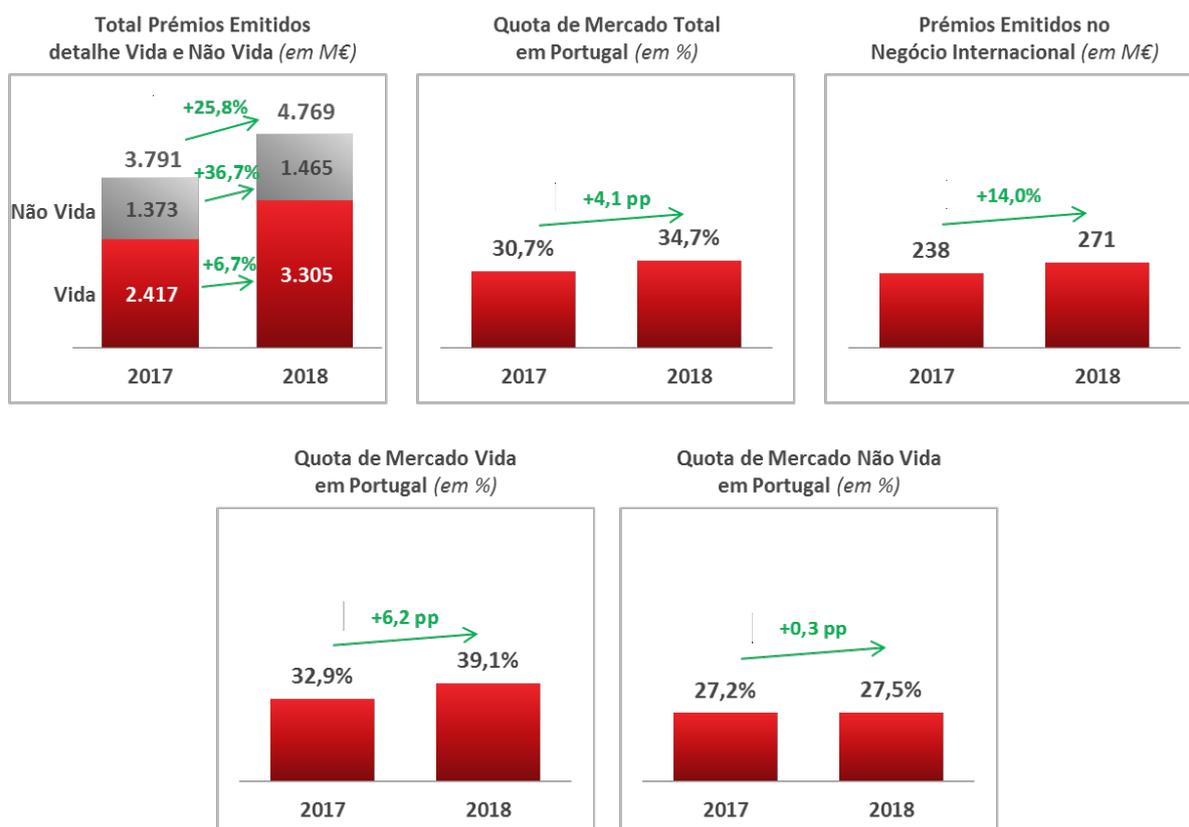
## d. Atuação da área seguradora da Longrun

### i. Principais indicadores de atividade

No ano de 2018 marcado pelas tendências já referidas, as empresas do perímetro de consolidação da Longrun apresentaram uma performance positiva, registando um total de prémios emitidos de 4.769 milhões de euros (+25,8% face ao ano anterior), alicerçado no crescimento da produção em Portugal e no estrangeiro.

Ao nível da atividade em Portugal, a área seguradora da Longrun contabilizou 4.498 milhões de euros, correspondente a um aumento de 26,6% face a 2017, o que lhe permitiu reforçar a posição de liderança de mercado, com uma quota total de 34,7% (um acréscimo de 4,1pp face ao período homólogo com origem nos ramos Vida e Não Vida).

O ano de 2018 fica igualmente marcado pelo aumento de 14% na produção do negócio internacional, que alcançou um total de 271 milhões de euros, refletindo o reforço das operações internacionais já existentes.



## ii. Principais linhas de atuação

A performance robusta das empresas do perímetro de consolidação da Longrun ao longo do ano 2018 teve por base um conjunto de linhas de atuação desenvolvidas em três vetores-chave:

- ▶ I. Produtos e Serviços;
- ▶ II. Distribuição;
- ▶ III. Pessoas e Organização.

### I. Produtos e Serviços

O esforço constante de inovação na gama de produtos e serviços é uma característica das empresas integrantes da área seguradora da Longrun, que pretende posicionar-se no mercado cada vez mais como uma empresa de soluções integradas de prestação de serviços associada à proteção das pessoas, mais do que apenas um Grupo Segurador.

Para além do cumprimento das exigências legais no quadro da atividade seguradora, que muitas vezes se esgotam no pagamento atempado de uma indemnização, o objetivo é ir mais além, excedendo as expectativas dos clientes, através de uma qualidade de serviço exemplar e da disponibilização de uma panóplia de coberturas e serviços que respondam a necessidades mais amplas.

Assim, a oferta de produtos e serviços tem vindo a ser claramente reforçada ao longo dos últimos anos, apostando fortemente na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas nos vários ramos, suportadas por um maior nível de integração vertical ao nível das empresas seguradoras detidas pela Longrun, respondendo a necessidades identificadas no mercado.

No ramo Automóvel, preparou-se o lançamento de produtos ligados à telemática, que visam, através da gravação em tempo real dos comportamentos de condução, contribuir para uma melhoria da qualidade e segurança da condução. Assim, o cliente poderá avaliar diversos parâmetros da sua condução, como sejam, o número de pausas em viagens de longa duração, velocidades praticadas, acelerações ou travagens bruscas, que são registados automaticamente numa aplicação que o informa sobre oportunidades de melhoria, incentiva a uma condução segura e diminui o risco de sofrer acidentes. A nível económico, a oferta deste novo serviço é também vantajosa para o cliente: por um lado, tende a diminuir o prémio de seguro automóvel e, por outro, incentiva à geração de poupança, através da oferta de diversas opções de descontos. Após o lançamento da aplicação Fidelidade Drive em 2017, o ano de 2018 fica marcado pela consolidação do seu crescimento, com introdução de novas funcionalidade como a possibilidade de aquisição de prémios pelo cliente, independentemente dos pontos que possui, e a oferta de novos produtos e parcerias estratégicas (exemplo: Lavagem Automóvel) vantajosas para o cliente.

Ao nível da assistência em viagem e, após o lançamento da APP da OK! Teleseguros com a funcionalidade de pedido de assistência e de participação de sinistros com recurso à georreferenciação, a aplicação da Fidelidade Assistance, disponível desde 2016, simplificou a realização de pedidos, permitindo a gestão por esta via, não só da assistência automóvel, mas também da assistência em viagem, assistência médica, ao lar ou informática.

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS CONSOLIDADAS

O ramo Saúde tem também sido um dos principais vetores de crescimento das seguradoras detidas pela Longrun. O lançamento da **“Orientação Médica Online”**, um serviço inovador no mercado português desenvolvido pela Multicare, funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. O cliente tem a oportunidade de escolher o serviço pretendido, efetuando um pedido *online* ou telefónico que lhe garante apoio e aconselhamento para melhorar o seu estado de saúde. Após identificação dos sinais e sintomas comunicados, os especialistas sugerem a utilização dos meios mais adequados ao tipo de situação, indicando a eventualidade de a mesma carecer de cuidados médicos presenciais ou outras medidas de salvaguarda. A resposta poderá ser dada, conforme opção do cliente, por telefone ou e-mail. Em 2018, regista-se o lançamento do novo **Multicare 60+**, um seguro de saúde inovador especialmente desenhado para pessoas com mais de 60 anos com vantagens diferenciadoras.

No ramo Acidentes de Trabalho tem vindo a verificar-se um esforço contínuo de reequilíbrio técnico através também de uma estreita colaboração com a rede selecionada de prestadores de cuidados de saúde, tendo sido criada, em colaboração com a Luz Saúde, unidades específicas de tratamentos médicos na área geográfica do Porto e Lisboa, que tem permitido garantir uma maior qualidade de serviço aos nossos clientes bem como um maior controlo sobre os cuidados de saúde prestados.

No ramo de Multiriscos Habitação, a Longrun, através da Fidelidade, consolidou, em 2018, o novo produto – **“Fidelidade Casa”**, que se caracteriza por ter um plano de oferta mais alargado, disponibilizando um portfólio de coberturas que permite satisfazer as necessidades dos clientes em função da sua perceção ao risco e da sua capacidade financeira. Por isso, este produto tem por trás um simulador multifunções com um processo de recomendação ajustado ao perfil dos seus clientes.

No ramo de Acidentes Pessoais, foi lançado o produto **“Fidelidade GO”**, idealizado para dar resposta às necessidades dos estudantes no estrangeiro. Este produto garante a assistência e pagamento de capitais e/ou indemnizações por danos materiais ou lesões corporais, em consequência de acidente que ocorra durante o período da estadia. O ano de 2018 marca também o lançamento do **“OK! Bike”**, um novo produto desenvolvido pela OK! Teleguros, destinado aos utilizadores de bicicletas e que se diferencia no mercado, sobretudo, pela cobertura **“Assistência GEO”**, que localiza a pessoa segura em caso de acidente e/ou doença súbita, através da app OK! Teleseguros.

Ainda no segmento Não Vida, 2018 marca também o lançamento do novo produto **“Fidelidade Pets”**. Os animais de companhia são considerados, cada vez mais, como um membro da família. As razões para este novo contexto são diversas e acompanham as tendências demográficas e sociais, desde a alteração dos núcleos familiares, até à evidência de que os animais de companhia contribuem para o bem-estar físico e psicológico dos membros da família. Atenta às novas necessidades de mercado, 2018 marca o lançamento do novo seguro destinado aos animais domésticos e que representa uma forte aposta na diversificação da oferta da área seguradora da Longrun com foco na Família e na prestação de serviço para além da cobertura de riscos

No ramo Vida, têm vindo a ser disponibilizadas novas soluções, adaptando-se ao novo paradigma macroeconómico, e com o objetivo de responder de forma crescente às necessidades dos clientes.

Na vertente Vida Financeiro, fortemente impactada por um ambiente de baixas taxas de juro e reduzida taxa de poupança dos particulares, as empresas detidas pela Longrun tem vindo a consolidar a sua oferta em termos de produtos de capital e rentabilidades garantidas.

Em Vida Risco, foi lançado o produto “**Proteção Vital das Famílias**”. Trata-se de um seguro de vida inovador dirigido às famílias, abrangente, que inclui na sua cobertura base, para além do serviço de funeral, novas coberturas de Saúde, Assistência e de Acidente, integradas num único contrato, coberturas essas que se vão ajustando ao longo do tempo ao ciclo de vida dos vários elementos da família. No ano de 2018 procurou-se melhorar a experiência dos clientes Proteção Vital das Famílias e criar com eles uma maior relação de proximidade, para promover e potenciar a utilização dos serviços, garantindo a sua fidelização. A possibilidade de em conjunto com o Proteção Vital da Família poder ser contratado o Poupança Jovem - Proteção Família, um seguro de vida capitalização, com rendimento garantido, que permite a constituição progressiva de uma poupança constitui um dos exemplos de novas ofertas lançadas.

Para além deste novo produto, as empresas da área seguradora da Longrun têm vindo a posicionar-se no sentido de beneficiar da retoma verificada no mercado imobiliário Português que, através do crédito à habitação concedido, tem um papel preponderante na evolução deste ramo.

Finalmente, e ao nível do serviço prestado ao cliente, a Longrun, através da Fidelidade, lançou a aplicação móvel “**MyFidelidade**”. Através da *App*, os clientes podem gerir os seus seguros dos ramos automóvel, casa e saúde num só sítio, de uma forma intuitiva e acessível. Adicionalmente, podem solicitar assistência automóvel, acompanhar processos de sinistro e pedidos de reembolso de despesas de saúde em tempo real, e ainda pesquisar a rede de prestadores de saúde da Multicare e oficinas da Fidelidade. A partir de 2018, passou também a ser possível submeter um pedido de reembolso através do smartphone, bastando para o efeito tirar uma fotografia à fatura que se pretende submeter. Uma nova funcionalidade que vai de encontro ao trabalho constante na evolução da *App* e que resulta do feedback dos nossos clientes.

## **II. Distribuição**

As empresas integrantes da área seguradora da Longrun têm nos seus canais de distribuição uma importante vantagem competitiva que lhe permite estar próximo dos clientes e proporcionar-lhes elevados níveis de qualidade de serviço. Decorrente de uma estratégia omnicanal, assente na plataforma de distribuição multicanal, tem sido promovida uma articulação entre os vários canais existentes, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada.

Os últimos anos têm marcado a consolidação da atividade nos vários canais de distribuição – mediação, lojas próprias, corretores, banca, correios e canais *online*.

Prosseguiram também as apostas na dinamização da rede de mediadores exclusivos, nomeadamente com a abertura de novas lojas de mediação com a imagem Fidelidade por todo o país e numa relação mais próxima com o canal de corretores, ambas com bons resultados em termos de performance comercial. Paralelamente têm vindo a ser implementadas, nas redes bancária e postal, múltiplas iniciativas de dinamização da venda de produtos Não Vida no sentido de aproveitar melhor o potencial de venda que estas redes demonstram.

### III. Pessoas e Organização

Num mundo em constante transformação, com um grau de incerteza cada vez maior, a proteção das pessoas e a entrega de soluções mais ágeis e simples, que reflitam mais proximidade e apoio aos clientes e parceiros, só é possível se à tecnologia e inovação for aliado o mais importante: as Pessoas da área seguradora da Longrun fazem a diferença.

Seguindo as linhas de atuação definidas para a Gestão de Pessoas, as empresas do perímetro de consolidação da Longrun têm vindo a implementar novos modelos e novas formas de trabalho, das quais se destacam:

- ▶ **Desenvolvimento de Pessoas** – com o intuito de garantir a preparação das pessoas para os novos desafios, tem vindo a ser implementado, de forma faseada, um novo Modelo Integrado de Gestão de Pessoas, que visa apoiar a clarificação de objetivos e responsabilidades de cada função e também a identificação de competências necessárias a cada função, a configuração de percursos naturais de carreira e a tomada de decisões de sucessão, promoção/progressão e evolução profissional.

Adicionalmente, tem permanecido a aposta no rejuvenescimento e na captação de novos talentos, bem como o desenvolvimento de competências essenciais ao negócio, através, por exemplo, da formação de líderes, da formação comercial e da formação em novos produtos e em nova regulamentação do sector.

- ▶ **Transformação Organizacional** – as empresas da área seguradora da Longrun têm vindo a adaptar a sua organização, através da revisão e construção de estruturas organizacionais que respondam de forma mais adequada aos desafios do negócio e que garantam a introdução de novas competências e formas de trabalho. Além disso, têm procurado implementar processos de monitorização e planificação da força de trabalho, essenciais para garantir as pessoas certas para as estruturas e funções da Organização.
- ▶ **Gestão da Mudança e Parceria com o Negócio** – com o objetivo de conhecer, de estar do lado do negócio de forma a apoiar os seus responsáveis na gestão das suas pessoas, tem-se vindo a trabalhar no rejuvenescimento da sua estrutura, passagem de conhecimento, mobilidade e sucessão e preparação dos líderes para motivarem as suas equipas tendo como foco as Pessoas, o mercado, a proximidade ao cliente e os resultados.
- ▶ **Cultura Corporativa** – como forma de promover uma cultura corporativa, que promova a identidade cultural da empresa (Visão; Valores), o compromisso e reconhecimento das Pessoas que todos os dias contribuem para o sucesso, foi criada recentemente uma Intranet moderna e ágil, que é atualmente o seu principal canal de comunicação interno.

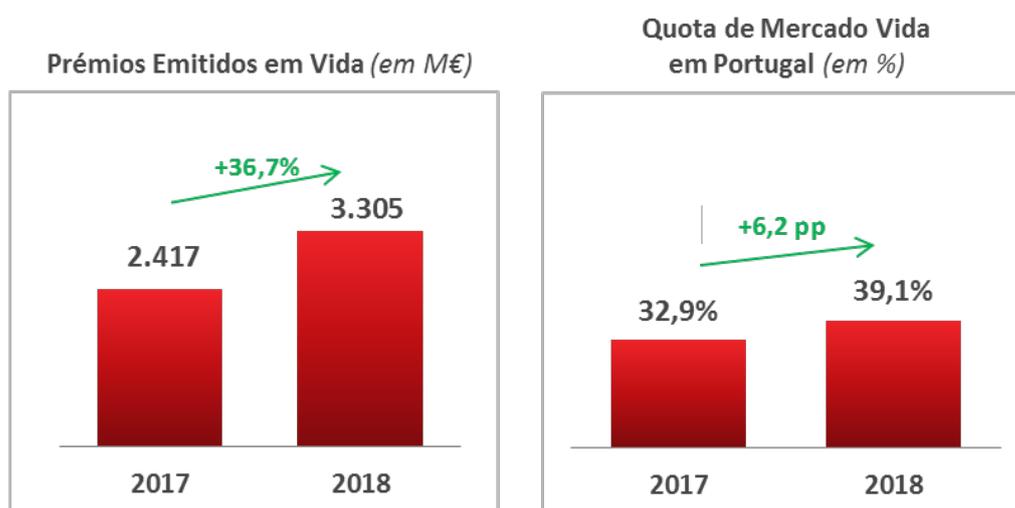
### iii. Segmento Vida

#### Principais indicadores de atividade - Ramo Vida

Em 2018, as empresas seguradoras da Longrun registaram um crescimento muito significativo no montante de prémios do Ramo Vida, resultado em grande medida das condições de mercado para os produtos financeiros e da apetência que os Clientes continuam a evidenciar por produtos com capital e/ou taxa garantidos.

Em termos globais, a área seguradora da Longrun alcançou assim um volume de prémios de 3.305 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 36,7% face a 2017, com origem quer na atividade em Portugal quer no negócio internacional.

Por sua vez, o crescimento da produção em Portugal, consideravelmente acima da generalidade do mercado, permitiu o reforço da posição de liderança, traduzido no aumento de quota de mercado para 39,1%, o que representa um aumento de 6,2pp face ao ano 2017.



#### Evolução por ramo do Segmento Vida

O Segmento Vida é composto pelos produtos Vida Risco e Rendas e pelos produtos Vida Financeiro, sendo estes últimos os responsáveis pela larga maioria dos prémios deste segmento, representando mais de 90% dos mesmos.

Em 2018, a evolução do segmento Vida Financeiro foi, sem dúvida, o principal catalisador para o crescimento global do ramo Vida.

Num contexto dominado por baixas taxas de juro e reduzida taxa de poupança dos particulares, a área seguradora da Longrun foi capaz de reforçar a sua gama de produtos de acordo com as necessidades de mercado, alavancar a sua rede de distribuição e tirar partido dos seus elevados níveis de confiança, reputação e satisfação dos clientes de modo a reforçar a sua posição nos produtos financeiros.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS CONSOLIDADAS

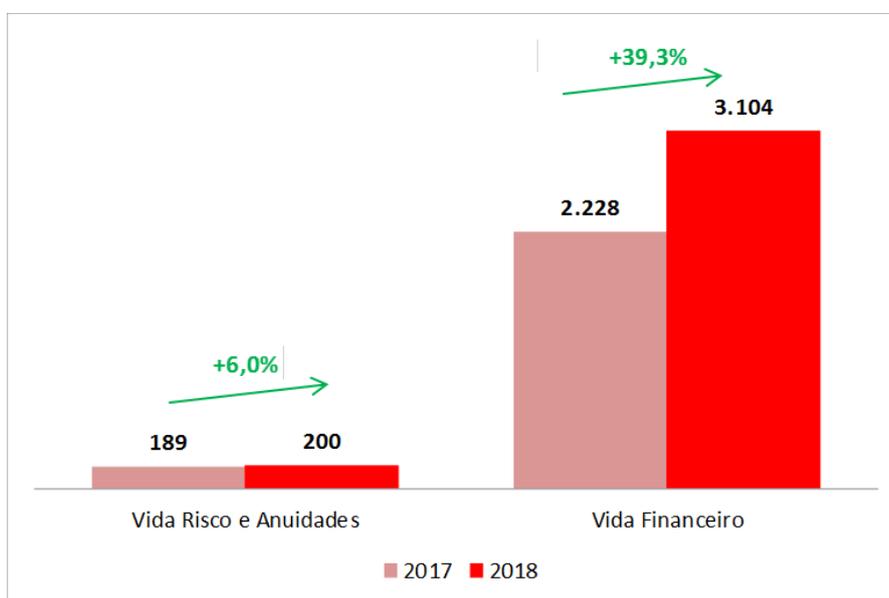
Efetivamente, em 2018, a produção deste segmento aumentou 39,3% em relação a 2017, passando de 2,2 para 3,1 mil milhões de euros.

Por outro lado, é de realçar este ano o desempenho muito positivo e acima do mercado nos produtos Vida Risco e Rendas, que apresentaram um crescimento de 6% para um total de 200 milhões euros.

Os produtos de Risco são tradicionalmente seguros de venda associada ao crédito bancário, pelo que beneficiaram da retoma visível da economia portuguesa que tem permitido a recuperação do mercado imobiliário e o maior dinamismo na concessão de crédito por parte dos bancos.

Por outro lado, há a destacar em Vida Risco a consolidação do sucesso que se havia verificado com o lançamento em meados de 2017 do Proteção Vital da Família.

**Prémios emitidos no Ramo Vida – Detalhe por Modalidade (em M€)**



### **Evolução por canal de distribuição do segmento Vida**

O conjunto dos canais bancário e postal continua a ser o que apresenta um maior peso na comercialização dos produtos do Segmento Vida, representando cerca de 80% do volume de vendas. Face ao ano anterior, este conjunto de canais obteve um crescimento substancial de cerca de 43%, beneficiando sobretudo do canal bancário.

O foco no modelo de distribuição bancassurance permitiu que a operação junto do canal bancário continue a ser uma referência ao nível dos produtos Vida, disponibilizando a oferta mais adequada às necessidades de mercado.

Por outro lado, há a referir a consolidação do crescimento dos canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) que obtiveram uma evolução igualmente positiva face ao ano anterior, assim como a evolução notável do negócio no estrangeiro (crescimento de aproximadamente 60%).

**Segmento Vida\***

Canal de Distribuição	2018	2017	Var
Tradicional	377	375	0,6%
Bancário e CTT	2.792	1.957	42,6%
<b>Longrun em Portugal</b>	<b>3.169</b>	<b>2.332</b>	<b>35,9%</b>
Estrangeiro	136	85	59,1%
<b>Longrun</b>	<b>3.305</b>	<b>2.417</b>	<b>36,7%</b>
<b>Mercado Português</b>	<b>8.115</b>	<b>7.090</b>	<b>14,5%</b>

\*Incluem-se as empresas do perímetro de consolidação da Longrun

U: milhões de euros

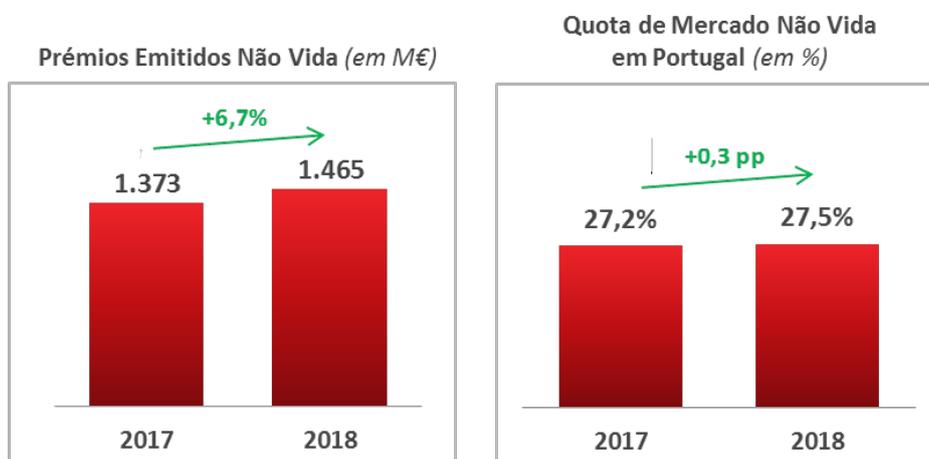
**iv. Segmento Não Vida**

**Principais indicadores de atividade – Segmento Não Vida**

Em 2018, a área seguradora da Longrun apresentou uma evolução notável no Segmento Não Vida, consubstanciado num crescimento de 6,7% face ao ano anterior para um total de 1.465 milhões de euros de prémios emitidos.

A performance comercial das empresas do perímetro de consolidação da Longrun no mercado Português suplantou a tendência positiva da generalidade do mercado, uma vez que registaram um crescimento de 9%, número acima do verificado no mercado (7,5%). Esta evolução permitiu o reforço da posição de liderança destas empresas, aumentando a sua quota de mercado para 27,5%, o que representa um aumento de 0,3pp face a 2017.

A contribuir para esta performance positiva no segmento Não Vida esteve o reforço da oferta de produtos e serviços, com uma forte aposta na diferenciação e inovação e criação de soluções integradas, suportadas pelo elevado nível de integração vertical e que respondem a necessidades identificadas no mercado.



### Evolução por ramo do segmento Não Vida

O Segmento Não Vida é composto por um conjunto alargado de ramos, sendo que os quatro principais ramos – Acidentes de Trabalho, Doença, Automóvel e Incêndio e Outros Danos, representam um total de aproximadamente 90% do total de prémios emitidos.

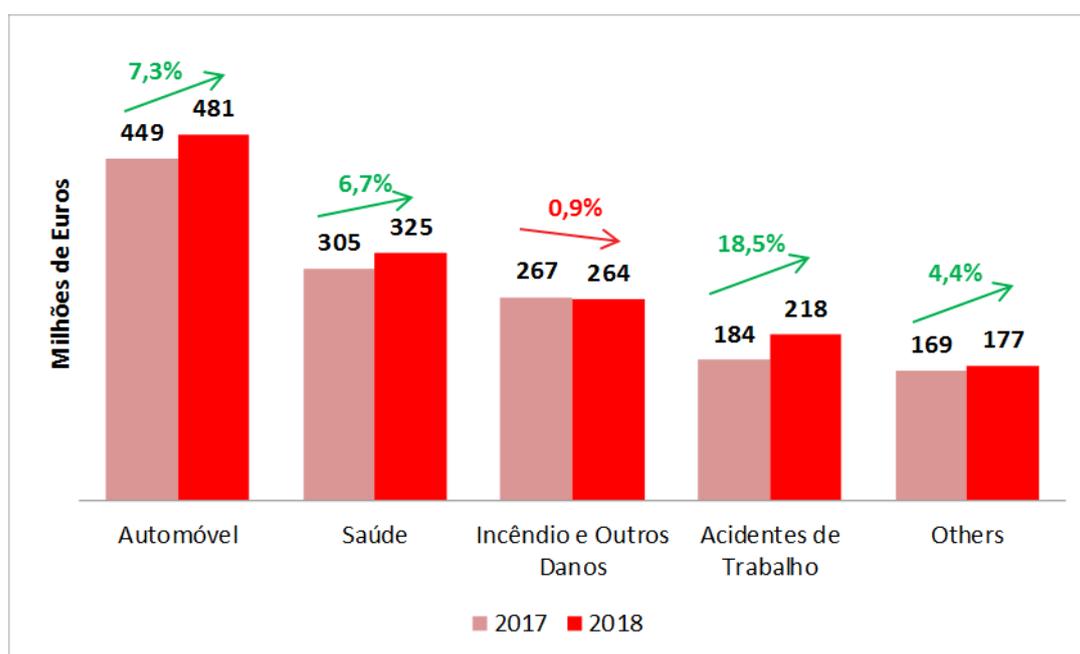
A generalidade dos ramos Não Vida verificaram uma performance positiva ao longo do ano 2018, sendo de destacar a performance do ramo Acidentes de Trabalho com um crescimento de 18,5%.

O ramo Acidentes de Trabalho com um volume de prémios de 218 milhões de euros apresentou pelo quarto ano consecutivo um crescimento de dois dígitos, refletindo o ajustamento tarifário com vista ao equilíbrio técnico do ramo, assim como a posição competitiva da área seguradora da Longrun ao nível da capacidade de resposta, níveis de serviço, qualidade dos produtos e reputação.

O ramo Automóvel continua a ser, de forma destacada, o ramo com maior peso no Segmento Não Vida, com um peso superior a 30% no total do segmento. A performance neste ramo, alvo de bastante concorrência, foi francamente positiva tendo as empresas do perímetro de consolidação da Longrun verificado um crescimento de 7,3%. Esta evolução positiva é explicada quer pela melhoria estrutural do parque automóvel, consubstanciado no crescimento e na melhoria da qualidade do mesmo, quer pela capacidade de se capitalizar as inovações ao nível do produto e serviço introduzidas nos anos recentes, de que são exemplos o lançamento da cobertura Proteção Vital do Condutor e o seguro de danos próprios Auto Estima.

Por seu lado, a produção de Saúde manteve-se também numa trajetória ascendente, consolidando a posição de segunda linha de negócio mais relevante do segmento Não Vida. A contribuir para este crescimento esteve a aposta na diferenciação e inovação dos produtos e serviços disponibilizados neste ramo, de que são exemplos a introdução da nova oferta de saúde Multicare 60+ e a contínua inclusão de serviços nos produtos existentes (como o aconselhamento médico telefónico e *online*).

Prémios dos ramos do Segmento Não Vida – Detalhe por modalidade (em M€)



### Evolução por canal de distribuição do segmento Não Vida

A performance positiva da área seguradora da Longrun foi transversal a todos os seus canais de distribuição em Portugal, que registaram um crescimento na comercialização de produtos do Segmento Não Vida no ano 2018 face ao ano anterior.

Em particular, há a destacar os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores), que continuam a ser os canais que apresentam um maior peso na comercialização dos produtos do Segmento, representando cerca de 80% do volume de vendas. Estes canais de distribuição tiveram um crescimento considerável face ao período homólogo (9,3%), contribuindo fortemente para a performance no segmento.

Por outro lado, o decréscimo registado na atividade internacional tem origem, sobretudo, na desvalorização cambial da moeda angolana face ao Euro, tendo-se, efetivamente, verificado um aumento do nível de atividade nas operações internacionais.

#### Segmento Não Vida\*

Canal de Distribuição	2018	2017	Var
Tradicional	1.168	1.069	9,3%
Bancário e CTT	109	104	5,5%
Remoto	52	48	8,3%
<b>Longrun em Portugal</b>	<b>1.329</b>	<b>1.221</b>	<b>8,9%</b>
Estrangeiro	136	153	-11,2%
<b>Longrun</b>	<b>1.465</b>	<b>1.373</b>	<b>6,7%</b>
<b>Mercado Português</b>	<b>4.827</b>	<b>4.490</b>	<b>7,5%</b>

\*Incluem-se as empresas do perímetro de consolidação da Longrun

**Unidade:** milhões de euros

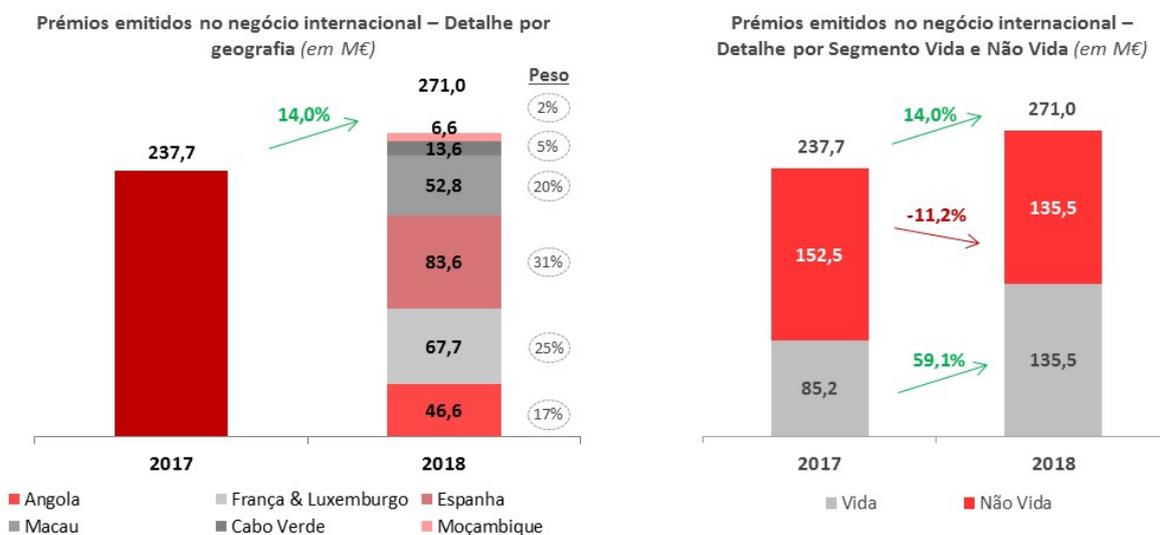
## v. Atividade Internacional

A área seguradora da Longrun tem no negócio internacional uma importante via para o crescimento sustentado e prossecução dos seus objetivos de médio e longo prazo, encontrando-se atualmente presente em três continentes (Europa, África e Ásia).

O negócio internacional verificou um crescimento de 14,0% em 2018, alcançando um total de 271,0 milhões de euros de prémios emitidos, com o reforço das operações internacionais já existentes. O negócio internacional Não Vida encontra-se maioritariamente concentrado nas operações de França e Angola, ao passo que é nas operações de Macau e Espanha que o negócio Vida se apresenta com um crescimento mais sólido.

A evolução favorável do negócio internacional beneficiou do comportamento positivo dos ramos Vida (com um crescimento de 59,1% para 135,5 milhões de euros). Por outro lado, os prémios Não Vida evidenciaram um decréscimo, sobretudo com origem na desvalorização cambial da moeda angolana face ao Euro. Contudo, há a destacar o crescimento significativo dos prémios Não Vida das operações em Macau e Moçambique e a continuação da Garantia como Seguradora líder do mercado Cabo-Verdiano.

Desta forma, o conjunto dos ramos Não Vida do negócio internacional apresentou em 2018 um peso de 9,3% no total de prémios consolidados.



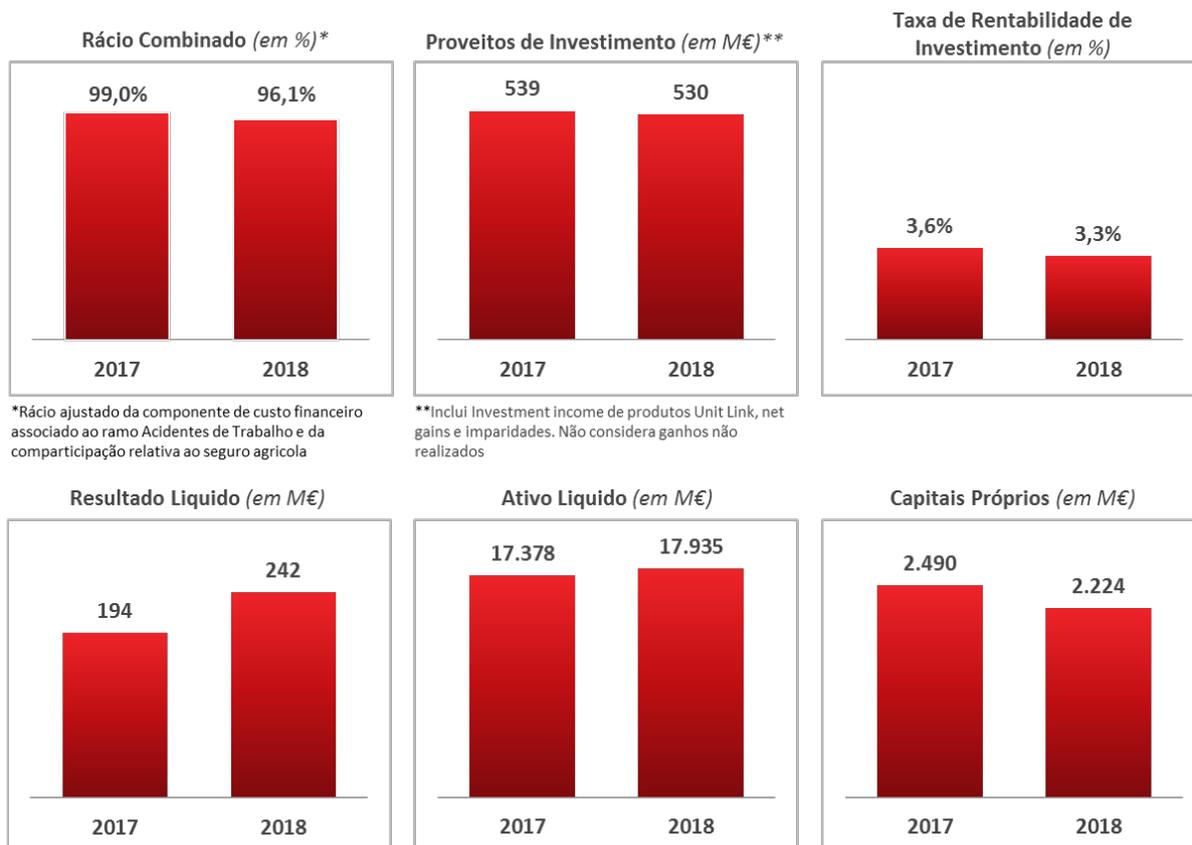
## e. Performance Operacional e Financeira

### Principais indicadores da performance operacional e financeira

No ano de 2018, a Longrun, através das empresas do seu perímetro de consolidação, apresentou um resultado líquido de 241,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 24,4% face ao ano anterior. A contribuir positivamente para a evolução positiva registada destaca-se a melhoria significativa do rácio combinado e a performance sólida na gestão dos investimentos, que atesta assim a consistência e solidez da gestão de investimentos

O rácio combinado atingiu os 99,0% em 2018, uma redução de 2,9pp face ao período homólogo, influenciado pela evolução positiva registada no rácio de sinistralidade, refletindo a gestão cuidadosa dos sinistros aliada a uma política rigorosa na subscrição dos seguros.

Relativamente aos investimentos, verificou-se também uma performance consistente, tendo sido atingido um total de proveitos de investimentos de 530 milhões de euros, correspondente a um *investment yield* de 3,3%.

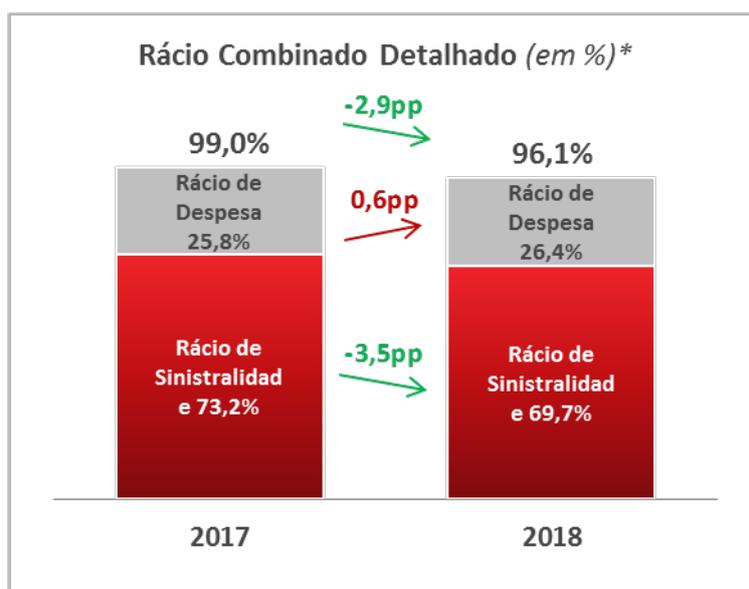


**i. Performance Operacional**

A performance operacional registou uma melhoria substancial no decorrer do ano 2018, tendo o rácio combinado decrescido de 99,0% para 96,1% em 2018, o que corresponde a uma diminuição de 2,9pp.

Relativamente ao rácio de sinistralidade, verificou-se uma melhoria de 3,5pp, evoluindo de 73,2% em 2017 para 69,7% no ano 2018, tendo beneficiado de diversos fatores. Por um lado, o rácio em 2017 encontrava-se fortemente impactado pelos efeitos extraordinários dos incêndios registados em Portugal nos meses de Junho e de Outubro e condições climatéricas adversas em Macau. Por outro lado, a evolução positiva reflete igualmente a melhoria significativa da rentabilidade de alguns ramos tradicionalmente deficitários, nomeadamente o Acidentes de Trabalho, fruto em grande medida dos ajustamentos tarifários realizados e de melhorias implementadas na política de subscrição e gestão de sinistros.

Já no que diz respeito ao rácio de despesas verificou-se um ligeiro incremento de 0,6pp, passando de 25,8% para 26,4% no ano 2018, refletindo também fatores não recorrentes que impactaram favoravelmente este indicador em 2017.



\*Rácio ajustado da componente de custo financeiro associado ao ramo Acidentes de Trabalho

## ii. Performance Financeira

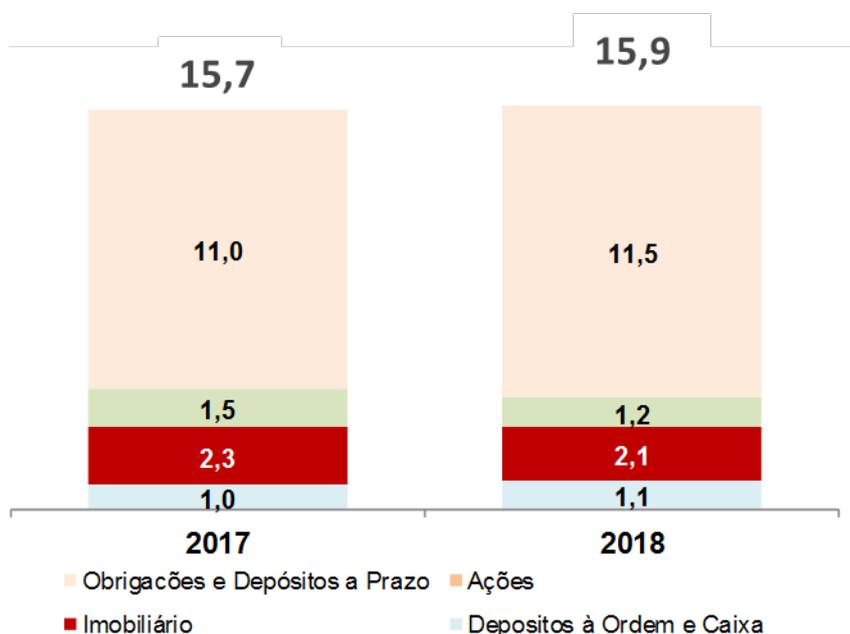
A política de investimentos aplicada pelas empresas que integram o perímetro de consolidação da Longrun considera, na sua definição e aplicação, os desafios que atualmente se apresentam à atividade seguradora, nomeadamente:

- ▶ O ambiente prolongado de baixas taxas de juro, que implica a procura de ativos com retorno mais elevado face aos tradicionais investimentos de taxa fixa, assegurando, contudo, a manutenção de um adequado nível de risco;
- ▶ Necessidade de otimizar a estrutura de capital, de acordo com o enquadramento existente no âmbito do regime Solvência II.

No que respeita à dimensão, a carteira de investimentos consolidada da Longrun (incluindo Depósitos Bancários e Caixa) totalizou 15,9 mil milhões de euros, correspondendo a um aumento de cerca de 1% face a 2017. Face ao ano anterior, há ainda a destacar o reforço do peso das obrigações enquanto maior classe de ativo, representando atualmente 72% do total da carteira.

Em 2018, deu-se continuidade à política de diversificação por classe de ativos e geografias, como forma de maximizar a rentabilidade com um adequado nível de risco face ao ambiente de reduzidas taxas de juro.

**Estrutura de investimentos da Longrun (contas consolidadas) por classe de ativos (mM€)**



## 4. Perspetivas de Evolução

### a. Posicionamento Futuro da Longrun

As projeções para a economia portuguesa em 2019 indicam uma consolidação do crescimento da atividade económica. Projecta-se um crescimento da economia portuguesa para 1,8%, o que representa um crescimento a níveis inferiores ao dos últimos anos. Com efeito, apesar das projeções indicarem um aumento da FBCF (6,6%), a redução do consumo privado e o maior aumento das importações face às exportações terão impacto sob a evolução do PIB.

Assim, em linha com a evolução projetada para a economia portuguesa, é expectável a manutenção da trajetória de crescimento do segmento Não Vida, beneficiando do contributo de alguns ramos com maior dinamismo, nomeadamente Saúde e Acidentes Pessoais. Por outro lado, no ramo Vida espera-se um crescimento por via do aumento de seguros de poupança e investimento face ao cenário de baixas taxas de juro.

Nos últimos anos, a Longrun, através das empresas integradas no seu perímetro de consolidação, prosseguiu a sua estratégia com resultados globalmente muito positivos, tendo sido capaz de ultrapassar com sucesso os desafios do mercado português, apesar da conjuntura desafiante em que está inserida. Em 2014, iniciou um programa de ação estratégico em que a aposta na inovação e na melhoria da qualidade de serviço, o fortalecimento da distribuição multicanal, a digitalização do negócio e o reforço das capacidades da organização foram e são pilares fundamentais. Estas opções e os resultados já atingidos permitem hoje encarar com determinação e confiança os desafios futuros.

O ano de 2019 deverá ser mais um ano de evolução e transformação, suportado nos projetos que visam adaptar o negócio a uma economia cada vez mais digital e global. As iniciativas de transformação do negócio, críticas para consolidar a posição em Portugal, a expansão internacional e o fortalecimento da sua posição de capital, deverão permanecer como vetores-chave de atuação para assegurar o desenvolvimento sustentável das empresas do perímetro de consolidação da Longrun.

A área seguradora da Longrun reafirma também o seu propósito de se posicionar cada vez mais como um parceiro dos seus clientes na prestação de serviços de proteção e assistência de que faz intrinsecamente parte o negócio segurador, mas quer apostar em novos serviços numa lógica mais ampla de criação de uma oferta mais global. Nesse sentido, tem apostado de forma crescente no conceito de ecossistema, ou seja, no desenvolvimento de parcerias com entidades de referência de outras áreas de negócio e com valências complementares ao negócio segurador, com o objetivo de criar propostas de valor mais amplas e competitivas para os seus clientes em áreas como a Mobilidade, a Saúde ou a Assistência.

Em todos estes casos, as novas capacidades digitais permitirão o desenvolvimento de uma oferta capaz de responder às mudanças que são já visíveis ao nível do perfil do cliente, e que seguramente se acentuarão nos próximos anos. Mas o foco será sempre no cliente e nas suas necessidades, mantendo uma perspetiva de proximidade às pessoas que por vezes só é possível atingir através dos canais físicos e do contacto humano.

Por outro lado, a prioridade da expansão internacional continuará a marcar a agenda. Alicerçada nas fortes competências que tem em Portugal, a área seguradora da Longrun pretende posicionar-se

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS CONSOLIDADAS**

como um player de referência nos mercados internacionais em que estiver presente e construir um caminho claro de crescimento fora do seu mercado doméstico, analisando oportunidades de entrada em mercados atrativos e em que possa ter uma vantagem competitiva.

Os próximos anos serão certamente decisivos para o crescimento sustentável num negócio segurador que está em significativa transformação. A Longrun, suportada no apoio dos seus acionistas, nas fortes capacidades operacionais de que dispõe e na motivação da sua equipa está confiante no sucesso.

## 5. Empresas do Perímetro de Consolidação da Longrun

As empresas do perímetro de consolidação da Longrun operam no mercado nacional através de diversas empresas seguradoras (Fidelidade, Via Directa, Multicare, Fidelidade Assistência e Companhia Portuguesa de Resseguro). Adicionalmente, para além das sucursais da Fidelidade, estas empresas estão também presentes no mercado internacional através de empresas seguradoras participadas (nomeadamente Fidelidade Angola, Garantia e Fidelidade Macau).

Por fim, a Longrun, através da Fidelidade e Fidelidade Assistência, integra ainda participações estratégicas em empresas de prestação de serviços conexos, com destaque para a Luz Saúde, grupo líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal. Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia do Grupo de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor e de posicionamento crescente enquanto Grupo global de prestação de serviços associados à proteção das pessoas.

Neste âmbito, importa proceder a uma breve apresentação destas empresas (não exaustiva), que permita um enquadramento geral, nomeadamente no que se refere aos acontecimentos mais relevantes do ano 2018, principais indicadores e prioridades para 2019.



---

**Volume de Negócios = 4.646M€**

**Ativo Líquido = 16,3mM€**

---

A Fidelidade é a maior Companhia de Seguros do mercado nacional com forte presença nos ramos Vida e Não Vida, sendo a grande referência do setor segurador nacional, com uma oferta de produtos e serviços abrangente, disponibilizada através da maior rede de distribuição de seguros em Portugal. Tem também presença a nível internacional através de sucursais em geografias como Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

O ano de 2018 ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- ▶ Reforço da sua presença no mercado nacional, com ganhos de quota de mercado nos segmentos Vida e Não Vida, assim como nas principais linhas de negócio Não Vida;
- ▶ Consolidação do negócio internacional;
- ▶ Reforço da oferta de produtos e na melhoria da qualidade de serviço ao cliente;
- ▶ Consolidação e reforço das atuais redes de distribuição multicanal;
- ▶ Aposta na digitalização, com impacto na transformação gradual dos processos de negócio e do relacionamento com os clientes numa ótica omnicanal.

Em 2019, a Fidelidade irá manter a sua estratégia de consolidação da posição no mercado português, prosseguindo a aposta na transformação digital do negócio assim como no crescimento internacional, através da dinamização das suas operações nos mercados em que já está presente e da avaliação de novas oportunidades de entrada em mercados com forte potencial de crescimento.



---

**Volume de Negócios = 290,1M€**

**Ativo Líquido = 172,0M€**

---

A Multicare é a seguradora do perímetro de consolidação da Longrun vocacionada para a comercialização de seguros de saúde, proporciona o acesso a uma vasta rede privada de prestadores de cuidados de saúde e, também, a um conjunto alargado de serviços de saúde e bem-estar.

No mesmo ano em que a Multicare celebrou os seus 20 anos de existência, a liderança de mercado foi reconfirmada, sendo reflexo do seu posicionamento inovador em termos da oferta mas, igualmente, pelo facto de ser precursora e a única seguradora a veicular programas de prevenção, para além do pioneirismo na Medicina Online. No ano de 2018, esta valência passou a contar com novos e inovadores serviços, destacando-se a assistência pediátrica, consulta do viajante, assim como o lançamento do projeto-piloto de acompanhamento psicológico destinado a doentes oncológicos.

Para além da componente de inovação e privilegiando uma relação de proximidade com o seu Cliente, a Multicare manteve igualmente a aposta na prevenção, disponibilizando simultaneamente, um vasto leque de serviços de saúde e bem-estar, missão esta que se concretiza pelo acesso a uma rede privada de prestadores de cuidados de saúde, abrangente e diversificada e que compreende, adicionalmente, parceiros de referência na área das óticas.

No domínio do digital e visando a máxima exponenciação da App, a mesma vem possibilitar não só a simplificação interna dos processos como, igualmente, a otimização da experiência do Cliente, através de funcionalidades adicionais, das quais se destacam a possibilidade de submissão de despesas através do envio de foto na própria App, a geração de cartão digital que viabiliza o acesso à rede Multicare e, também, uma *timeline* de informação sobre processos de autorização e reembolso.

Neste contexto, manter-se-á a continuidade dos planos para automatização e robotização de tarefas permitindo, deste modo, a afetação de colaboradores a funções mais diferenciadas e cujo enfoque seja o acompanhamento direto do Cliente. Neste sentido, 2019 vai ser um ano focado na melhoria da experiência do Cliente e em como a transformação digital pode contribuir para este objetivo.

Neste contexto, 2019 será também o ano de reformulação do modelo de medicina preventiva e no qual esta opera no sentido de tornar este modelo cada vez mais personalizado e adaptado ao Cliente, em função do seu perfil de risco.

Em linha com o que foi desenvolvido no âmbito da oferta “Multicare 60+”, haverá continuidade na identificação de novos segmentos de mercado, nomeadamente gerações mais jovens cujas preocupações não se centram nos temas relacionados com a saúde.

Em resultado de um crescimento prémios superior ao do mercado, a Multicare gere um universo superior de 1 milhão de pessoas seguras, que congrega a operativa nacional e internacional e um volume de negócios que, em 2018 situou-se nos 290M€, indicadores representativo da elevada solidez e estabilidade financeira mas, também, da manifesta confiança e reconhecimento dos Clientes.

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS CONSOLIDADAS



**Volume de Negócios = 2,7M€**

**Ativo Líquido = 29,5M€**

A Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR) tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida em Portugal bem como no estrangeiro. Para além da gestão do *portfolio* existente, a empresa tem vindo a aproveitar algumas oportunidades de novo negócio que decorrem em grande medida da sua inclusão no âmbito do Grupo. Os riscos com exposição catastrófica estão excluídos do seu âmbito de aceitação, salvo os constantes no Tratado de Acidentes Pessoais.

A Companhia subscreve apenas riscos ao abrigo dos Tratados não Proporcionais, nomeadamente com a Fidelidade e as respetivas sucursais de Espanha e Moçambique.

No contexto de Resseguradora do Grupo, a título excepcional, são aceites em Facultativo riscos subscritos pela Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. aos seus Grandes Clientes. Uma vez mais, respeitando o critério de máxima prudência, a percentagem retida pela Companhia destes resseguros é residual ou nula, utilizando a retrocessão para repassar o risco.



**Volume de Negócios = 51,8M€**

**Ativo Líquido = 73,9M€**

A Via Directa – Companhia de Seguros S.A., é a seguradora vocacionada para a comercialização de seguros através de canais remotos (telefone e internet), tendo como visão a prestação de um serviço de excelência aos seus clientes, tornando o seguro um produto simples, acessível e inovador, suportado nas novas tecnologias. É, atualmente, a seguradora líder no segmento das seguradoras especializadas nos canais remotos.

Na qualidade de gestora da marca OK! teleseguros, o ano de 2018 da seguradora ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- ▶ Lançamento do do OK! Bike, um seguro de Acidentes Pessoais que se diferencia no mercado, sobretudo, pela cobertura “Assistência GEO”, que localiza a pessoa segura em caso de acidente e/ou doença súbita, através da app OK! teleseguros;
- ▶ Disponibilização, no seguro OK! Auto Elétricos, de parcerias e garantias adaptadas a este segmento de veículos;
- ▶ Reconhecimento dos consumidores portugueses, através da atribuição do Prémio Cinco Estrelas 2018 e do Prémio Reputação 2018, que resultou do estudo *Marktest Reputation Index*;
- ▶ Reconhecimento do OK! Gestual, pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial, como uma boa prática no eixo da Responsabilidade Social e na categoria de Direitos Humano;
- ▶ Reconhecimento do portefólio de produtos, serviços e plataformas inovadores, pelos Prémios ACEPI Navegantes XXI, na categoria de “Melhor Estratégia Digital”.
- ▶ Renovação da Certificação do *Bureau Veritas Certification* no âmbito dos produtos Automóvel, Multiriscos Habitação, Acidentes Pessoais e Saúde, segundo a norma NP EN ISO 9001:2015.

Em 2019, a Via Directa irá prosseguir a sua estratégia de colocar as novas tecnologias ao serviço dos seus clientes e da comunidade onde se insere, com o objetivo de continuar a contribuir para um desenvolvimento social e sustentável. O foco estará na dinamização dos produtos e serviços existentes, na reestruturação do seguro de saúde comercializado pela marca OK! teleseguros e no desenvolvimento de soluções que permitam uma maior agilidade na gestão das suas plataformas digitais, com o objetivo último de continuar a responder e antecipar as necessidades dos seus clientes e aumentar o seu índice de satisfação.

**Volume de Negócios = 50,2M€**

**Ativo Líquido = 55,0M€**

A Fidelidade Assistência opera no mercado segurador explorando os ramos de Assistência e Proteção Jurídica. O seu negócio baseia-se maioritariamente no resseguro aceite em Portugal e a maioria da sua faturação tem origem nas Companhias de Seguros integradas na Longrun.

Da atividade do ano de 2018 destaca-se pela sua importância:

- ▶ Crescimento de 6,2% do seu volume de negócios;
- ▶ O resultado líquido de exploração acima dos 6 milhões de euros que representa um crescimento de 7,8%;
- ▶ A margem técnica de 25,2% e um rácio combinado de 88,6%;
- ▶ A sociedade teve a auditoria de renovação da sua Certificação de Qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2015 não registando qualquer Não Conformidade ou Área Sensível;
- ▶ No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, os resultados dos inquéritos de satisfação efetuados aos Clientes e Segurados, em que a Fidelidade Assistance atingiu um nível de Satisfação Global de 8,85 (escala de 1 a 10) e um Net Promoter Score de 68.

No ano de 2019, de acordo com as linhas de orientação estratégicas definidas, a Fidelidade Assistência irá focar a sua atenção em três vertentes: digitalização; internacionalização com especial enfoque em África; e criação de novos produtos disruptivos para lançamento no mercado nacional

**Volume de Negócios = 46,6M€**

**Ativo Líquido = 107,1M€**

A Fidelidade Angola, presente no mercado angolano desde 2012, é atualmente a 3ª maior Seguradora em Volume de Negócios, distinguindo-se pela qualidade de serviço e por uma oferta de produtos diversificada e abrangente.

A Companhia tem atuado fundamentalmente no segmento de Empresas e recentemente ajustou a sua estratégia no sentido de captar o segmento de clientes individuais. Esta ambição e presença apenas são possíveis devido à forte aposta em novas plataformas de comercialização, na melhoria contínua do serviço ao Cliente e na promoção de sinergias entre os seus Acionistas e Parceiros.

O ano de 2018 foi um ano importante no reforço deste posicionamento, destacando-se:

- ▶ Consolidação da nova marca - Consolidação do posicionamento da Fidelidade Angola, tirando partido de uma marca mais forte e com larga experiência. A notoriedade duplicou relativamente ao 1º semestre do ano;
- ▶ Foco no segmento Particulares - Através da criação de um conjunto específico de produtos e soluções para Particulares e Pequenos Negócios, designadamente através de uma nova oferta de seguros Automóvel, Saúde e Funeral, e ainda promovendo parcerias e protocolos com ordens profissionais, associações e entidades coletivas;
- ▶ Expansão da rede de pontos de venda - Com especial destaque para a abertura das agências Zango, Petrangol e Nova Vida;
- ▶ Criação do canal de vendas diretas: Fidelidade Especialistas – Criação de uma inovadora rede comercial interna exclusiva para Clientes do segmento particular. Esta rede é objeto de uma formação específica e intensiva, abrangendo os produtos a comercializar e as melhores e mais avançadas técnicas de contacto e de interação;
- ▶ Nova Sede - Adaptação das instalações e mudança dos serviços centrais para a nova sede social, localizada na Cidade Financeira, em Talatona.

Em 2019, a Fidelidade Angola irá manter um crescimento seletivo, focado no seu objetivo central de atingir uma posição cimeira no sector, através da aposta na qualidade de serviço ao Cliente, na inovação, e no profissionalismo e princípios éticos pelos quais é reconhecida.

É intenção da Fidelidade Angola continuar a assegurar um nível de solvência adequado, criar valor para os acionistas, gerir proactivamente a carreira das suas Pessoas e manter o habitual compromisso para com a cidadania e a sociedade angolana.



**Volume de Negócios = 15,1M€**

**Ativo Líquido = 66,8M€**

A área seguradora da Longrun decidiu em 2015 reforçar a sua presença na Região Administrativa Especial de Macau (China) através da constituição de uma seguradora Não Vida de direito local. Esta seguradora, Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, SA, iniciou a sua operação em 1 de outubro de 2015, integrando, por aquisição, o património da sucursal Não Vida da Fidelidade nesta Região, extinta nesta data.

A Fidelidade Macau está autorizada a explorar a atividade seguradora no ramo Não Vida, apresentando uma oferta diversificada de produtos e soluções para particulares e empresas respondendo eficaz e adequadamente às necessidades do mercado, assente numa distribuição multicanal.

Em 2018, a atividade da seguradora foi novamente afetada pela passagem de um super tufão, o Mangkut, o qual causou a Macau graves inundações, tendo sido içado o sinal 10 de tempestade tropical, o máximo na escala de alerta. A exemplo do sucedido em 2017, com a passagem por Macau do destruidor tufão Hato, esta seguradora demonstrou possuir uma elevada solidez económico-financeira e uma excelente capacidade em apoiar os seus clientes na superação rápida das respetivas perdas ocorridas.

Para 2019, as principais linhas de orientação estratégica passam pela consolidação da parceria com o Banco Nacional Ultramarino, pela qualidade de serviço prestada aos diversos agentes de seguros através do lançamento de uma plataforma de vendas Fidnet Macau, bem como pela melhoria da eficiência operacional.



**Volume de Negócios = 13,6M€**

**Ativo Líquido = 27,1M€**

A Garantia é a seguradora líder no mercado cabo-verdiano, estando direcionada para a exploração dos ramos Vida e Não Vida, com um diversificado leque de soluções de proteção destinadas a particulares, empresas e profissionais liberais. Tem também desenvolvido uma estratégia multicanal na distribuição dos produtos, respondendo de forma mais eficaz às necessidades do mercado cabo-verdiano.

O ano de 2018 ficou marcado pela renovação do certificado da qualidade (ISO 9001), mas também pelo reforço do seu posicionamento, onde se destaca:

- ▶ Nova versão do Garantia Mobile;
- ▶ Iniciativas com vista à redução da sinistralidade e ao esclarecimento da importância dos seguros ao público em geral;
- ▶ Abertura das agências de Achada Santo António, Palmarejo e Tarrafal de Santiago;
- ▶ Remodelação e decoração das agências na cidade da Praia;
- ▶ Implementação do quiosque móvel e do quiosque de auto-serviço.

Movidos pela ambição de crescer e pela procura constante de soluções inovadoras, a carteira de prémios de seguro directo da Garantia Seguros apresentou um aumento de 5% face a 2017, ascendendo a 13,6 M €. Os seguros de Vida, Acidentes de Trabalho e Automóvel foram os que mais contribuíram para este aumento. Repetindo o feito dos últimos anos, a Garantia Seguros continua a ser líder do mercado de seguros de Cabo Verde.

Para o ano de 2019, a Garantia Seguros continuará com o foco na inovação e no aumento da carteira, apostando no canal bancário e no alargamento da rede própria e de mediação. Espera-se assim, uma maior dinâmica nas vendas e a consolidação da posição de liderança do mercado, nos ramos Vida e Não Vida.



---

**Volume de Negócios = 24,3M€**

**Ativo Líquido = 3,5M€**

---

A GEP – Gestão de Peritagens, S.A. é a empresa responsável pelas peritagens e averiguações das seguradoras do Grupo.

Em 2018, registaram-se como acontecimentos mais relevantes os seguintes:

- ▶ Contratação de novos clientes, contribuindo desta forma para o desenvolvimento sustentado da atividade da empresa, nomeadamente nas áreas de avaliação de danos em património, verificação de informações para empresas de renting de máquinas, levantamento de danos em veículos de renting e peritagens para entidades publicas em auto seguro;
- ▶ Entrada em produção da aplicação Confirma/ MA Value – projeto integrado no âmbito do fnoI- auto que permite a aceitação automática de um orçamento de reparação, proposto pela oficina, sem necessidade de validação presencial;
- ▶ Entrada em produção da aplicação My Car – aplicação que permite ao cliente acompanhar todo o processo de reparação da viatura em oficinas da rede;
- ▶ Adequação da Empresa às exigências legais decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- ▶ Preparação e definição dos requisitos necessários para implementação do projeto digital nas peritagens patrimoniais e automóvel;
- ▶ Renovação da Certificação da qualidade ISO 9001 sem a deteção de zero “não conformidades”, o que aconteceu pelo décimo ano consecutivo;

Para o ano de 2019, para além da continuação da aposta na qualidade dos serviços prestados, na eficiência operacional e na criação de serviços diferenciadores na área digital, a GEP irá prosseguir o investimento na inovação, na internacionalização e na diversificação da sua actividade, nomeadamente através da implementação do projecto “Peritagem Digital”, da operacionalização da GEP Cabo Verde e no desenvolvimento da sua área comercial.



**Volume de Negócios = 7,3M€**

**Ativo Líquido = 6,3M€**

A CETRA – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A, é a empresa do Grupo que, operando sob a marca Fidelidade Car Service, está vocacionada para a prestação de serviços de reparação automóvel, estando também autorizada a efectuar locação automóvel.

Alinhada com a missão do Grupo, a Fidelidade Car Service pretende contribuir positivamente para a estratégia do seu accionista de prestar aos seus Clientes um serviço de excelência, aliado a uma perspetiva quantitativa de redução do custo do sinistro, tanto pela via da redução sustentada do custo médio da reparação, como pela racionalização dos custos de imobilização, adoptando para o efeito as melhores práticas e técnicas do mercado

No ano de 2018 destacam-se as seguintes atividades:

- ▶ Registou-se um aumento de 8% do número de reparações e de 14% do volume de negócios. Importa também destacar uma melhoria da competitividade do custo médio de reparação face às oficinas multimarca do mercado.
- ▶ A absoluta determinação da Fidelidade Car Service em prestar um serviço de excelência aos seus Clientes, traduziu-se numa melhoria relevante dos indicadores de qualidade, o que permitiu reduzir o número de reclamações procedentes de 0,62% em 2017, para 0,55% em 2018, sendo que Índice de Satisfação dos Clientes, recolhidos através da plataforma MyCar, foi de 7,98 (escala de 1 a 10);
- ▶ Procurando a maximização da eficiência, desenvolvemos novas soluções e ferramentas de gestão na Área de Front Office, nomeadamente a implementação do Rentway, que se traduziu na agilização e simplificação das tarefas da área;
- ▶ Em linha com o Plano de Actividades, implementou-se um modelo de monitorização, de gestão e de tratamento da imagem externa da Fidelidade Car Service, através do Projecto Online Reputation Management;
- ▶ Concluindo, todas as Unidades da Fidelidade Car Service foram objecto de uma renovação da sua certificação, tendo mantido o nível máximo de 5 estrelas, sem qualquer inconformidade detectada.

Para 2019, traduzidas nos objectivos e nos respectivos planos de acção, prevemos as seguintes iniciativas:

- ▶ Continuar a trajectória de aumento da oferta e da atividade, alargando para o efeito a presença da Fidelidade Car Service para a zona Sul de Lisboa, mantendo o foco na optimização dos serviços rápidos de reparação;
- ▶ Dinamização da linha de negócio dos serviços de reboque, enquanto actividade complementar ao core da Fidelidade Car Service;
- ▶ Manutenção da estratégia de optimização dos gastos de funcionamento e consolidação do processo de reorganização interna, com vista a uma melhoria contínua da satisfação e das expectativas dos Clientes;
- ▶ Promoção do aumento da rentabilidade da actividade, nomeadamente pela dinamização do processo de venda, eficiente e sustentada, de serviços complementares aos da reparação de sinistros;
- ▶ Optimização da gestão e prestadores e fornecedores (peças e outros serviços), por forma a obter uma competitividade mais robusta do custo médio da reparação;
- ▶ Iniciar um estudo de viabilidade para uma potencial Unidade da Fidelidade Car Service na margem Sul do Porto (Vila Nova de Gaia), a implementar em 2020.



**Volume de Negócios = 2,7M€**

**Ativo Líquido = 1,0M€**

A Safemode é a marca sob a qual a EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, SA desenvolve e presta serviços de análise de risco e de segurança e saúde no trabalho, que inclui a medicina do trabalho, para as empresas integradas no perímetro de consolidação da Longrun e para o mercado.

Em 2018 a Safemode, prosseguiu a sua missão de acrescentar valor ao negócio segurador, às empresas e às pessoas, através da prevenção e gestão do risco. Salienta-se a participação da Safemode no desenvolvimento e lançamento do produto Fidelidade Empresas - Pessoas e Produtividade, que associa a oferta do seguro de Acidentes de Trabalho e de Saúde, da Fidelidade e da Multicare, com a oferta do serviço de Segurança e Saúde do Trabalho da EAPS, proporcionando às empresas clientes e aos seus colaboradores um serviço diferenciado na prevenção e cobertura de riscos.

Foi também relevante a colaboração com a Multicare na organização de check-up de saúde, com destaque para o inovador check up oncológico.

No âmbito das análises de risco para a Fidelidade, a Safemode adequou a sua oferta de serviços às necessidades e resultados pretendidos pelas Direções Comerciais e de Negócio, no sentido de proporcionar mais e melhor informação de risco para a subscrição e para a gestão de sinistros, e de disponibilizar e apresentar planos de ação para a mitigação de riscos aos clientes da seguradora.

Iniciou ainda o desenvolvimento de uma plataforma digital de Análise de Risco e Scoring, que irá dar suporte a toda a atividade de avaliação de risco e de prevenção do Grupo.

Em 2019 a Safemode irá continuar a desenvolver a sua oferta de serviços de segurança e saúde no trabalho e de análise de risco, para, apostando na qualidade e na inovação, continuar a contribuir de uma forma ativa para a difusão de uma cultura de prevenção e gestão de risco no Grupo Segurador e nos seus clientes, que contribua para um melhor conhecimento do risco e para a redução da sinistralidade.

## **FIDELIDADE** ASSISTANCE

Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A.

**Volume de Negócios = 1,1M€**

**Ativo Líquido = 6,3M€**

A Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. tem como objecto social a representação e assistência de seguradoras estrangeiras e a prestação de serviços na esfera da gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras. A Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. partilha recursos humanos e tecnológicos com a sua acionista Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A, o que lhe confere uma capacidade acrescida de gestão e de orientação para o resultado, sempre na perspectiva de encontrar as melhores soluções técnicas e os serviços mais adequados aos seus Clientes.

No exercício de 2018 é de destacar os seguintes acontecimentos:

- ▶ Os serviços de apoio à gestão de sinistros, assume-se como a linha de negócio mais importante, representando 46% da faturação e registando um crescimento de 15%;
- ▶ A gestão de sinistros automóveis, em representação de Companhias de Seguros Estrangeiras e do Gabinete Português de Carta Verde continua a manter uma grande relevância representando 33% da faturação;
- ▶ A sociedade teve a auditoria de renovação da sua Certificação de Qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2015, não registando qualquer Não Conformidade ou Área Sensível.

Em 2019, a Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. irá dinamizar comercialmente as linhas de negócio existentes, com especial enfoque nas relativas à Representação e Assistência a Seguradoras Estrangeiras.

**Volume de Negócios = 10,1M€**

**Ativo Líquido = 1,8M€**

A CARES – Assistência e Reparações, S.A. tem como objecto social a prestação de serviços de reparação, restauro e montagem e melhoramentos a realizar em imóveis e respectivos recheios, na qual é líder de mercado.

A Companhia manteve como sua actividade principal a gestão de processos de sinistro de apólices multirriscos habitação (segmento de particulares) tendo como clientes as principais companhias de seguros a operar em Portugal.

O ano de 2018 ficou marcado pelos seguintes acontecimentos:

- ▶ Reforço da posição de liderança de mercado com base no significativo crescimento do volume de processos sob gestão em 14%, assente no crescimento de algumas das parcerias existentes no mercado segurador, bem como no desenvolvimento de um piloto com um banco para a intervenção na sua carteira de imóveis. As empresas seguradoras detidas pela Longrun mantiveram-se como o principal Cliente com uma quota de 73% relativamente ao volume de atividade total;
- ▶ Consolidação dos níveis de qualidade na prestação de serviços;
- ▶ Continuada redução dos saldos de clientes transitados de 2017, a qual atingiu 73%;
- ▶ A principal linha de negócio continua a ser a de Danos Água com 58% dos processos abertos, sendo que o Risco Elétrico representa os restantes 42%;
- ▶ O valor médio por processo diminuiu 31€ em Danos Água e aumentou 12€ em Risco Elétrico, com evidente impacto nos resultados da CARES;
- ▶ Desenvolvimento da estrutura para gestão da rede de prestadores no sentido de a reforçar em extensão e qualidade, dotando-a de um maior grau de especialização e obtenção de ganhos de eficiência e rentabilidade;
- ▶ Manutenção da aposta na formação no sentido de reforçar as competências dos quadros;
- ▶ Transição da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade para a norma ISO 9001:2015, através da APCER.

Para 2019, a CARES tem como principais linhas estratégicas o aumento dos níveis de eficiência da operação, seja através da melhoria dos processos funcionais, seja também ao nível da introdução de automatismos nas diferentes vertentes da estrutura operativa; e o continuado crescimento do volume de actividade, com base na consolidação das suas linhas de negócio com Clientes actuais e no alargamento da oferta à intervenção em carteiras de imóveis em novos sectores.



**Volume de Negócios = 80,1M€ (consolidado)**

**Ativo Líquido = 1,6 mM€ (consolidado)**

As empresas Fidelidade Property Europe e Fidelidade Property International (incluindo as respetivas empresas participadas) são as empresas do Grupo que têm como objetivo a gestão de imobiliário, área que tem vindo a ganhar peso no portfolio de investimentos da área seguradora.

Estas empresas têm vindo, nos últimos anos, a realizar um conjunto de novos investimentos relevantes na área imobiliária, quer em Portugal quer em localizações de referência no mundo (Londres, Tóquio e Milão), reforçando o posicionamento do Grupo enquanto investidor de referência nesta área em Portugal e no estrangeiro.

O ano de 2018 foi um ano de grande relevância para estas empresas, havendo a destacar os seguintes aspetos:

- ▶ Prossecação da política de otimização do atual parque imobiliário em Portugal;
- ▶ Reconfiguração do perfil do património imobiliário nacional, com a concretização do Projeto *Golden*;
- ▶ Continuação dos atuais projetos em curso de reabilitação urbana em Lisboa;
- ▶ Reforço da estrutura e das competências internas para fazer face aos novos desafios;

Em 2019, estas empresas deverão prosseguir a sua estratégia atual de otimização do portefólio atual e de desenvolvimento de novos projetos com um perfil adequado de retorno e de risco, contribuindo de forma decisiva para a rentabilidade e solidez do portefólio de investimentos das seguradoras do Grupo



A Luz Saúde é um dos líderes no mercado de prestação de cuidados de saúde privados em Portugal, gerindo quinze hospitais privados, um hospital público em regime de parceria público-privada, doze clínicas privadas em regime de ambulatório e duas residências sénior. Como factos relevantes, a Luz Saúde iniciou atividade na região de Coimbra através da aquisição do Grupo Idealmed no final do primeiro trimestre de 2018. A 31 de dezembro de 2018, 99,36% do capital da Luz Saúde era detido pela Fidelidade e pela Fosun International.

A Luz Saúde manteve a sua trajetória de crescimento em 2018, impulsionada pelo desenvolvimento da atividade do segmento de cuidados de saúde privados, através da aquisição, acima mencionada, de um hospital e de três clínicas na região de Coimbra. Adicionalmente, a Luz Saúde abriu duas novas unidades: o Hospital da Luz Vila Real, que permitirá fortalecer a presença do Grupo na região Norte e expandir a sua base de clientes, através de uma oferta privada de elevada qualidade; e o Hospital da Luz Clínica de Odivelas, que expande a sua área de influência e referência na região da Grande Lisboa. A expansão do Hospital da Luz Oeiras entrou em funcionamento, duplicando a capacidade desta unidade e alargando os serviços prestados (área de internamento). Foram também iniciados os trabalhos de remodelação de unidades recentemente adquiridas (Hospital da Luz Torres de Lisboa e Hospital da Luz Funchal).

No final de 2018, a Luz Saúde assegurou 1650 camas, tendo realizado dois milhões de consultas externas, 560 mil atendimentos de urgência e 73 mil cirurgias e partos, atingindo os 545M€ de proveitos operacionais (13% de crescimento)

O Hospital da Luz Lisboa (atualmente o maior hospital privado do país) encontra-se em processo de expansão para aumento de capacidade até 80% para reforçar a sua posição de liderança no mercado bem como para alargar o leque de serviços prestados.

## 6. Gestão de Riscos

### a. Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para a ordem jurídica interna pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

Neste contexto, foi implementado um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

Contudo, a implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade da área seguradora da Longrun.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das empresas do perímetro de consolidação da Longrun, permitindo assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, rentabilidade, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), que permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida, tem um papel fundamental na monitorização, quer do perfil de risco, quer da adequação do capital aos requisitos regulamentares e às necessidades internas de capital.

Relativamente ao sistema de governação a área seguradora da Longrun possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade.

Para dar resposta ao cumprimento daquelas políticas, processos e procedimentos, a Companhia estabeleceu um conjunto de funções-chave atribuídas aos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco (função atuarial e função de gestão de risco), Direção de Auditoria e Direção de Compliance.

A par das áreas com funções-chave, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes comités: Comité de Risco; Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição; Comités de Produtos, Vida e Não Vida; Comité de Gestão de Ativos e Passivos.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

No que respeita às exigências de reporte, a Longrun, através das suas empresas seguradoras, preparou e divulgou, no seu sítio na internet, o “Relatório sobre a solvência e a situação financeira”, com referência a 31/12/2017, contendo informação detalhada relacionada com as suas atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS CONSOLIDADAS**

O rácio de cobertura do requisito de capital de solvência (SCR) e do requisito de capital mínimo (MCR) aí apresentado era de 146,63% e 549,64%, respetivamente, o que representava um aumento considerável face aos valores em 31/12/2016.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial a ser incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira” relativo ao exercício de 2018, importa referir que, considerando os dados preliminares reportados trimestralmente à ASF e a informação disponível nesta data, continua a cumprir com os requisitos de capital de forma muito confortável.

**b. Gestão de riscos financeiros e contabilidade de cobertura**

A área seguradora da Longrun realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação e refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal. Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor, apurado com base em cotações obtidas em mercados ativos ou em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado.

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição das empresas do perímetro de consolidação da Longrun a riscos inerentes à sua atividade, designadamente o risco de flutuação cambial.

Para todas as operações relativas a derivados de cobertura, as empresas do perímetro de consolidação da Longrun preparam a necessária documentação formal, nos termos definidos pelas IAS39.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto), sendo que, de forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas e as valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos financeiros.

A área seguradora da Longrun começou a utilizar contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

## **7. Demonstração Não Financeira**

### **a. Cumprimento de legislação e regulamentação**

Toda a atividade do Grupo é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas.

Neste contexto, e em cumprimento do disposto no artigo número 508 G n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que:

#### **i. Aplicação das normas de natureza ambiental**

O Grupo está comprometido com a preservação do ambiente, traduzida não só no cumprimento das normas de natureza ambiental, mas também na promoção de comportamentos ambientalmente adequados.

#### **ii. Aplicação das normas de índole laboral**

O Grupo pauta as suas relações laborais por critérios de rigor e elevados padrões éticos, procurando, sempre, evitar o conflito através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores.

#### **iii. Aplicação das normas relativas à prevenção da corrupção**

O Grupo está comprometido com o combate à corrupção e às tentativas de suborno, cumprindo escrupulosamente as regras vigentes nessas matérias.

### **b. Descrição do modelo empresarial**

Os elementos relativos ao modelo empresarial encontram-se descritos anteriormente neste documento, designadamente nos seguintes capítulos:

- Capítulo 2 – A Longrun Portugal;
- Capítulo 3 - A nossa performance;
- Capítulo 4 – Perspetivas de Evolução.

### **c. Implementação de políticas de recursos humanos**

A política de recursos humanos é norteada por um conjunto de pilares que assentam nos seguintes princípios:

- Humanização das relações e das condições de trabalho;
- Não discriminação traduzida numa gestão com princípios de igualdade, sem ignorar a diversidade;
- Respeito pela dignidade e promoção da Pessoa;
- Adoção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades;
- Implementação de políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo e para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade;
- Aplicação de políticas de recursos humanos orientadas para o tratamento com respeito e integridade dos seus trabalhadores e que contribuam ativamente para a sua valorização profissional.

**i. Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres**

Os recursos humanos do Grupo apresentam uma distribuição equitativa por sexos em função das categorias profissionais específicas.

O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato. Assim, o Grupo não exerce qualquer discriminação no recrutamento com base no género/etnia/nacionalidade.

Por outro lado, o Grupo, no âmbito das boas práticas seguidas na sua política de recursos humanos e da promoção da valorização da pessoa enquanto tal, entende também que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência.

Sobre este aspeto pode também ser consultado o ponto vii do capítulo 2 deste relatório.

**ii. Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional**

O Grupo tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas.

**iii. Valorização profissional dos trabalhadores**

O Grupo promove a formação dos seus colaboradores, como forma de valorização profissional dos mesmos, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Esta aposta na formação contribui para uma melhoria contínua dos indicadores operacionais, conforme se encontra evidenciado no capítulo 3 deste relatório.

**d. Principais riscos e respetivas ações de mitigação**

As políticas do Grupo no domínio da gestão de riscos encontram-se descritas no capítulo 6 deste relatório.

## 8. Responsabilidade Social

Em termos de responsabilidade social corporativa, os eixos prioritários da estratégia das empresas da Longrun focam-se no envelhecimento, na prevenção em saúde e na inclusão de pessoas com deficiência. As seguradoras sempre foram sensíveis a estas temáticas e desde sempre que a área seguradora da Longrun dedicou uma parte significativa do seu orçamento a apoiar causas sociais, para além de muitas outras.

A Longrun, através das seguradoras detidas, desenvolveu, em conjunto com os seus colaboradores, uma política de envolvimento com a comunidade focada em áreas relacionadas com as preocupações de negócio - prevenção e promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas -, assumindo como prioridade absoluta praticar um negócio responsável através do melhor serviço a clientes e lesados, parceiros e fornecedores.

Em 2018, foi lançada a 2ª edição do Prémio Fidelidade Comunidade que designa o modo como a empresa estrutura a sua resposta às problemáticas da sociedade e materializa o compromisso da Longrun com o desenvolvimento sustentável através do fortalecimento das entidades que respondem diretamente às necessidades da sociedade.

Com um valor global de 500.000,00€, o Prémio Fidelidade Comunidade tem como missão o fortalecimento do setor social através do apoio a instituições que desenvolvam a sua atividade nas áreas da inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade permanente, prevenção em saúde e envelhecimento, áreas que integram a essência dos impactos da atividade seguradora: a proteção das pessoas, do património e da atividade económica, no presente e no futuro.

No que respeita ao acompanhamento dos sinistros graves, a área seguradora da Longrun quer ter um papel importante, que vai muito para além do pagamento da indemnização, e promover uma melhor qualidade de vida, nomeadamente em matéria de inserção profissional, aconselhamento financeiro, assistência à saúde e integração social. Por isso foi criado o Compromisso Wecare, que se transformou já numa atitude transversal a todas as empresas.

São inúmeras as ações desenvolvidas com os colaboradores, com o objetivo de contribuir para que tenham uma vida melhor e mais rica de conhecimento. Para além disso, foi criado um Programa designado NOS – Apoio Social: centrado nas Pessoas e para as Pessoas, tem como missão o apoio personalizado aos colaboradores em situação de manifesta necessidade ou carência como, por exemplo, sobre-endividamento, problemas familiares, doenças graves, entre outros. Este apoio social não se constitui num mero assistencialismo – o NOS está no “terreno”, próximo de quem mais precisa, e desde o momento que recebe um pedido de apoio faz um acompanhamento individualizado de cada situação. Pela sua natureza, é um apoio estritamente confidencial.

Tudo isto constitui o Programa de Responsabilidade Social da Longrun, “Fidelidade Comunidade”, cuja estratégia de atuação assenta na implementação de soluções que, além de serem relevantes para o desenvolvimento do negócio, permitem também responder a situações de desigualdade social.

O desempenho das seguradoras do perímetro de consolidação da Longrun é partilhado com as partes interessadas através do exercício de reporting, sendo publicado anualmente um Relatório de Sustentabilidade, certificado por uma entidade externa.

## 9. Considerações Finais

Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando particularmente:

- ▶ As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- ▶ A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- ▶ A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade;
- ▶ As redes de distribuição de seguros e os resseguradores, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciados no desenvolvimento do nosso negócio;
- ▶ Os colaboradores de todas as empresas detidas pela Longrun, que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização das respetivas empresas;
- ▶ Os clientes pela sua preferência e pelo estímulo permanente de melhoria da qualidade de serviço.

Lisboa, 22 de Março de 2019

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS CONSOLIDADAS**

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Lingjiang XU – Presidente

---

Wai Lam William MAK – Vogal

---

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS**

## LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

ATIVO	Notas	2018			2017
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 e 11	1.060.082.146	-	1.060.082.146	596.746.666
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	5 e 11	2.307.146	-	2.307.146	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	6 e 11	16.613.601	-	16.613.601	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 e 11	862.678.740	-	862.678.740	807.874.595
Derivados de cobertura	7 e 11	4.384.369	-	4.384.369	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	8 e 11	10.148.310.814	-	10.148.310.814	10.892.900.952
Empréstimos e contas a receber	9 e 11	2.094.158.896	-	2.094.158.896	1.182.681.373
Depósitos junto de empresas cedentes	9	542.606	-	542.606	167.023
Outros depósitos	9	2.050.386.112	-	2.050.386.112	1.136.006.020
Empréstimos concedidos	9	43.218.594	-	43.218.594	46.497.673
Outros	9	11.584	-	11.584	10.657
Terrenos e edifícios	10 e 11	2.228.268.347	( 152.903.227)	2.075.365.120	1.849.607.502
Terrenos e edifícios de uso próprio	10	675.836.432	( 152.903.227)	522.933.205	432.592.418
Terrenos e edifícios de rendimento	10	1.552.431.915	-	1.552.431.915	1.417.015.084
Outros ativos tangíveis	11 e 12	310.869.719	( 246.547.750)	64.321.969	53.201.675
Inventários	13	12.919.944	-	12.919.944	12.055.869
Goodwill	14	483.532.811	-	483.532.811	457.327.763
Outros ativos intangíveis	15	91.208.611	( 68.092.511)	23.116.100	20.400.670
Provisões técnicas de resseguro cedido		223.608.057	-	223.608.057	278.845.656
Provisão para prémios não adquiridos	16	30.138.691	-	30.138.691	33.638.047
Provisão matemática do ramo vida	16	13.081.699	-	13.081.699	11.187.581
Provisão para sinistros	16	180.387.667	-	180.387.667	234.018.956
Provisão para participação nos resultados	16	-	-	-	1.072
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	35	7.299.079	-	7.299.079	12.344.589
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		469.854.097	( 49.092.051)	420.762.046	470.375.649
Contas a receber por operações de seguro direto	17	198.238.417	( 14.870.197)	183.368.220	215.038.951
Contas a receber por outras operações de resseguro	17	27.005.222	( 5.740.637)	21.264.585	19.683.642
Contas a receber por outras operações	17	244.610.458	( 28.481.217)	216.129.241	235.653.056
Ativos por impostos		344.653.348	-	344.653.348	260.488.484
Ativos por impostos correntes	18	53.177.361	-	53.177.361	1.369.591
Ativos por impostos diferidos	18	291.475.987	-	291.475.987	259.118.893
Acréscimos e diferimentos	19	86.794.351	-	86.794.351	72.948.204
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	20	4.423.242	-	4.423.242	327.057.041
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>18.451.967.318</b>	<b>( 516.635.539)</b>	<b>17.935.331.779</b>	<b>17.377.679.315</b>

## LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2018	2017
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas		4.204.988.672	4.148.180.822
Provisão para prémios não adquiridos	21	287.138.410	286.561.207
Provisão matemática do ramo vida	21	1.907.427.795	1.762.942.406
Provisão para sinistros		1.816.564.111	1.881.148.502
De vida	21	119.112.004	132.483.735
De acidentes de trabalho	21	869.497.915	834.126.539
De outros ramos	21	827.954.192	914.538.228
Provisão para participação nos resultados	21	81.104.520	110.750.140
Provisão para compromissos de taxa	21	22.683.110	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	21	26.254.032	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	21	27.302.513	25.630.188
Provisão para riscos em curso	21	36.514.181	49.222.515
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	22	9.276.469.443	8.583.639.740
Passivos financeiros detidos para negociação	23	22.170.498	5.656.794
Outros passivos financeiros		759.709.161	671.547.855
Derivados de cobertura	7 e 23	11.154.763	4.011.186
Depósitos recebidos de resseguradores	23	53.287.505	59.379.105
Empréstimos	23	633.948.491	573.125.604
Outros	23	61.318.402	35.031.960
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	35	314.949	375.229
Outros credores por operações de seguros e outras operações		277.542.218	336.968.123
Contas a pagar por operações de seguro direto	24	96.451.253	108.455.917
Contas a pagar por outras operações de resseguro	24	47.999.448	37.966.091
Contas a pagar por outras operações	24	133.091.517	190.546.115
Passivos por impostos		168.821.197	324.875.902
Passivos por impostos correntes	18	37.936.229	67.364.299
Passivos por impostos diferidos	18	130.884.968	257.511.603
Acréscimos e diferimentos	25	198.075.130	170.732.512
Outras Provisões	26	111.472.638	214.676.946
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	20	529.650	26.888.083
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>15.020.093.556</b>	<b>14.483.542.006</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	27	50.000	50.000
Outros instrumentos de capital	27	1.599.398.902	1.599.398.902
Reservas de reavaliação		65.607.784	757.792.302
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	28	8.376.097	667.930.708
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	28	80.570.755	98.807.983
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	28	(1.310.237)	(2.276.633)
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	28	60.331.005	71.734.159
De diferenças de câmbio	28	(82.359.836)	(78.403.915)
Reserva por impostos diferidos	28	(5.297.790)	(206.907.890)
Outras reservas	28	108.032.817	(11.011.058)
Resultados transitados	28	214.751.551	156.882.138
Resultado do exercício	28	241.706.106	194.251.243
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>2.224.249.370</b>	<b>2.490.455.637</b>
Interesses não controlados	29	690.988.853	403.681.672
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES NÃO CONTROLADOS</b>		<b>2.915.238.223</b>	<b>2.894.137.309</b>
<b>TOTAL PASSIVO, INTERESSES NÃO CONTROLADOS E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>17.935.331.779</b>	<b>17.377.679.315</b>

Lisboa, 30 de abril de 2019

Diretor de Contabilidade e  
Informação Financeira

Contabilista Certificado

Pelo Conselho de Administração

Ana Paula Bailão Rodrigues

Filipa Jesus Martins Pires

Wai Lam William Mak  
Vogal

## LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2018				2017
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		445.585.621	1.287.334.957	-	1.732.920.578	1.628.138.755
Prémios brutos emitidos	30	460.526.095	1.464.796.945	-	1.925.323.040	1.817.129.736
Prémios de resseguro cedido	30	(15.537.314)	(159.173.962)	-	(174.711.276)	(174.044.169)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	21 e 30	(92.063)	(15.899.845)	-	(15.991.908)	(18.803.985)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	16 e 30	688.903	(2.388.181)	-	(1.699.278)	3.857.173
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	31	1.224.954	-	-	1.224.954	1.943.122
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(265.625.706)	(938.651.138)	-	(1.204.276.844)	(1.211.295.453)
Montantes pagos		(277.248.879)	(922.391.492)	-	(1.199.640.371)	(1.166.649.199)
Montantes brutos	32 e 33	(285.539.581)	(1.052.199.785)	-	(1.337.739.366)	(1.256.567.332)
Parte dos resseguradores	32	8.290.702	129.808.293	-	138.098.995	89.918.133
Provisão para sinistros (variação)		11.623.173	(16.259.646)	-	(4.636.473)	(44.646.254)
Montante bruto	32	12.835.105	34.390.903	-	47.226.008	(142.207.343)
Parte dos resseguradores	32	(1.211.932)	(50.650.549)	-	(51.862.481)	97.561.089
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	32	(17.011.278)	11.047.219	-	(5.964.059)	(4.632.094)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		(121.678.700)	-	-	(121.678.700)	(84.038.965)
Montante bruto	21 e 32	(123.575.640)	-	-	(123.575.640)	(84.291.038)
Parte dos resseguradores	32	1.896.940	-	-	1.896.940	252.073
Participação nos resultados, líquida de resseguro	21 e 32	(16.424.436)	(201.486)	-	(16.625.922)	5.564.776
Custos e gastos de exploração líquidos		(101.000.976)	(339.645.359)	-	(440.646.335)	(388.625.484)
Custos de aquisição	33	(86.668.902)	(283.372.596)	-	(370.041.498)	(325.057.316)
Custos de aquisição diferidos (variação)	21	375.887	4.651.521	-	5.027.408	12.580.202
Gastos administrativos	33	(20.495.321)	(85.953.375)	-	(106.448.696)	(108.680.757)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	33	5.787.360	25.029.091	-	30.816.451	32.532.387
Rendimentos		248.243.527	64.510.913	79.604.082	392.358.522	425.811.857
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	36	240.088.036	51.488.628	6.021.117	297.597.781	275.120.445
Outros	36	8.155.491	13.022.285	73.582.965	94.760.741	150.691.412
Gastos financeiros		(10.684.754)	(7.711.390)	(37.876.420)	(56.272.564)	(51.089.482)
De outros	33 e 37	(10.684.754)	(7.711.390)	(37.876.420)	(56.272.564)	(51.089.482)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		253.099.910	29.366.544	1.743.271	284.209.725	191.641.154
De ativos disponíveis para venda	38	328.138.288	29.396.659	1.739.886	359.274.833	287.751.598
De empréstimos e contas a receber	38	11	(30.115)	-	(30.104)	(369.852)
De investimentos a deter até à maturidade	38	-	-	-	-	(121.707)
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	22 e 38	(75.038.389)	-	-	(75.038.389)	(94.817.510)
De outros	38	-	-	3.385	3.385	(801.375)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(241.940.563)	(52.238.554)	(25.698.300)	(319.877.417)	205.879.969
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	39	(205.231.057)	(40.860.848)	(13.735.568)	(259.827.473)	218.034.393
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	39	(19.469.105)	(3.889.905)	(11.962.732)	(35.321.742)	2.832.036
De outros	39	(17.240.401)	(7.487.801)	-	(24.728.202)	(14.986.460)
Diferenças de câmbio	40	145.113.027	36.932.291	8.098.618	190.143.936	(266.576.789)
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	41	1.395.244	5.485.749	30.724.993	37.605.986	16.870.078
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		(134.892.131)	(36.997.908)	(17.444.401)	(189.334.440)	(210.951.476)
De ativos disponíveis para venda	42	(134.892.131)	(37.841.434)	(72.893.285)	(245.626.850)	(133.116.225)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	42	-	(91.380)	-	(91.380)	621.572
De outros	42	-	934.906	55.448.884	56.383.790	(78.456.823)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	43	568.531	4.130.618	-	4.699.149	4.401.816
Outros rendimentos/gastos	44	-	-	12.503.174	12.503.174	59.217.750
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	45	-	-	676.246	676.246	413.658
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	20	-	-	113.075.199	113.075.199	791.078
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS</b>		<b>185.972.270</b>	<b>63.362.456</b>	<b>165.406.462</b>	<b>414.741.188</b>	<b>323.464.270</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	18	-	-	(50.810.582)	(50.810.582)	(115.754.631)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	18	-	-	(70.164.994)	(70.164.994)	24.827.874
<b>RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS</b>		<b>185.972.270</b>	<b>63.362.456</b>	<b>44.430.886</b>	<b>293.765.612</b>	<b>232.537.513</b>
Interesses não controlados	29	-	-	(52.059.506)	(52.059.506)	(38.286.270)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	28	<b>185.972.270</b>	<b>63.362.456</b>	<b>(7.628.620)</b>	<b>241.706.106</b>	<b>194.251.243</b>

Lisboa, 30 de abril de 2019

Diretor de Contabilidade e  
Informação Financeira

Contabilista Certificado

Pelo Conselho de Administração

Ana Paula Bailão Rodrigues

Filipa Jesus Martins Pires

Wai Lam William Mak  
Vogal

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA NOS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017

Nº de identificação fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	Capital e outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras Reservas				Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub-total	Interesses não controlados	Total
				Reserva legal	Prémios de emissão	Reserva Fusão	Outras reservas					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.598.800.000</b>	<b>187.502.961</b>	<b>( 18.803.051)</b>	<b>30.226.949</b>	-	-	<b>(113.985.347)</b>	<b>67.154.263</b>	<b>186.274.547</b>	<b>1.937.170.322</b>	<b>314.474.028</b>	<b>2.251.644.350</b>
Aplicação do resultado	-	-	-	11.551.269	-	-	-	96.981.732	77.741.546	(186.274.547)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações suplementares	648.502	-	-	-	-	-	-	-	-	648.502	-	648.502
Ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	661.013.841	(196.656.748)	-	-	-	-	-	-	464.357.093	-	464.357.093
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	1.414.232	(230.965)	-	-	-	-	-	-	1.183.267	-	1.183.267
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	41.208.270	(9.564.779)	-	-	-	-	-	-	31.723.492	-	31.723.492
Diferença de câmbio	-	(70.556.294)	4.226.342	-	-	-	-	-	-	(66.329.952)	-	(66.329.952)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	8.180.496	308.397	-	-	-	-	-	-	8.488.893	-	8.488.893
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(2.427.826)	-	-	-	-	-	2.427.826	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(1.023.238)	-	-	-	-	4.649.808	-	3.626.570	-	3.626.570
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	14.826.171	(2.014.274)	-	-	(40.826.552)	1.700.085	-	(55.157.648)	89.207.644	(5.950.294)
Outros	-	-	-	688.915	-	-	-	1.726.442	-	7.858.418	-	10.273.775
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	194.251.243	194.251.243	-	194.251.243
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.599.448.502</b>	<b>757.792.302</b>	<b>(206.907.890)</b>	<b>40.452.859</b>	-	-	<b>(51.463.917)</b>	<b>156.882.138</b>	<b>194.251.243</b>	<b>2.490.455.637</b>	<b>403.681.672</b>	<b>2.894.137.309</b>
Aplicação do resultado	-	-	-	29.345.277	-	-	-	159.338.851	5.567.115	(194.251.243)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(782.999.276)	232.598.502	-	-	-	-	-	-	(550.400.774)	-	(550.400.774)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	(356.291)	16.949	-	-	-	-	-	-	(339.342)	-	(339.342)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	(15.327.119)	3.392.949	-	-	-	-	-	-	(11.934.170)	-	(11.934.170)
Diferença de câmbio	-	(4.112.155)	329.840	-	-	-	-	-	-	(3.782.315)	-	(3.782.315)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	40.850.729	(8.970.201)	-	-	-	-	-	-	31.880.528	-	31.880.528
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(7.307.827)	(1.123.935)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(248.112)	-	-	-	-	757.287	-	509.175	-	509.175
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	(24.356.302)	(4.837.338)	-	-	(6.560.202)	46.105.136	-	28.418.715	287.307.181	315.725.896
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(2.264.590)	-	(2.264.590)	-	(2.264.590)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	241.706.106	241.706.106	-	241.706.106
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.599.448.502</b>	<b>65.607.984</b>	<b>(5.287.790)</b>	<b>64.960.798</b>	-	-	<b>43.072.010</b>	<b>214.751.551</b>	<b>241.706.106</b>	<b>2.224.249.370</b>	<b>690.988.853</b>	<b>2.915.238.223</b>

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	2018	2017
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>241.706.106</b>	<b>194.251.243</b>
<b>Items que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas</b>		
Variação em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto		
Valorização	( 679.832.720)	943.313.816
Imparidade	104.976.243	23.686.416
Alienação	( 231.457.612)	( 225.411.839)
Participação dos segurados - produtos vida com participação	30.336.798	( 59.428.581)
Diferenças cambiais		
Valor bruto	( 6.825.311)	( 21.342.645)
Participação dos segurados - produtos vida com participação	( 196.674)	196.674
Imposto diferido	229.891.725	( 188.965.449)
Imposto corrente - produtos vida com participação	2.707.177	( 7.691.299)
Justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
Valor bruto	( 356.291)	1.414.232
Imposto diferido	16.949	( 230.965)
Justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
Valor bruto	( 15.327.119)	41.288.270
Imposto diferido	3.392.949	( 9.564.778)
Variação em valias potenciais referente à conversão de demonstrações financeiras		
Valor bruto	( 4.112.155)	( 70.336.394)
Imposto diferido	329.840	4.226.341
<b>Items que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas</b>		
Variação em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Valor bruto	40.850.729	8.180.496
Imposto diferido	( 8.970.201)	308.397
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	( 437.209)	4.518.091
Benefícios de saúde	1.194.496	131.717
Imposto corrente	79.233	( 959.835)
Imposto diferido	( 327.345)	( 63.422)
<b>RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>( 534.066.498)</b>	<b>443.269.243</b>
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO</b>	<b>( 292.360.392)</b>	<b>637.520.486</b>

**LONGRUN PORTUGAL, SGPS,S.A**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	2018	2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Prémios recebidos, líquidos de resseguro	1.750.611.764	1.643.085.567
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(1.062.899.659)	(957.544.449)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(206.878.179)	(163.033.465)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(27.128.547)	(3.446.421)
Pagamentos a fornecedores	(190.570.692)	(203.388.830)
Pagamentos a empregados	(191.177.715)	(183.171.004)
Contribuições para fundos de pensões	(10.090.175)	(10.090.175)
Outros	(58.605.043)	29.081.482
	<u>3.261.755</u>	<u>151.492.705</u>
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	32.986.398	(21.059.788)
Devedores por outras operações	(102.839.774)	(88.497.479)
Outros ativos	(51.807.770)	4.993.484
	<u>(121.661.146)</u>	<u>(104.563.783)</u>
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Passivos financeiros relativos a contratos de investimento	626.473.025	217.189.367
Depósitos recebidos de resseguradores	(6.358.496)	10.966.224
Credores por operações de seguro direto e resseguro	(1.971.307)	15.598.269
Credores por outras operações	(58.309.312)	52.501.804
Outros passivos	(30.454.108)	26.371.774
	<u>529.379.802</u>	<u>322.627.438</u>
<b>Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos</b>	<u>410.980.411</u>	<u>369.556.360</u>
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(42.435.456)	(135.897.524)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<u>368.544.955</u>	<u>233.658.836</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de		
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	331.437.351	486.664.707
Ativos disponíveis para venda	5.571.896.856	4.444.497.796
Empréstimos e contas a receber	1.763.848.975	3.893.903.255
Propriedades de investimento	39.185.239	91.293.243
Ativos tangíveis e intangíveis	7.885.319	7.473.141
Ativos não correntes (ou grupos de alienação) classificados como detidos para venda	400.962.499	-
Rendimentos de ativos financeiros	518.157.865	705.699.834
Outros recebimentos	64.541.765	96.810.608
	<u>8.697.915.869</u>	<u>9.726.342.583</u>
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de		
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(644.866.382)	(379.661.510)
Ativos disponíveis para venda	(5.244.009.185)	(5.321.581.806)
Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	(121.707)
Empréstimos e contas a receber	(2.675.072.399)	(3.904.411.774)
Propriedades de investimento	(136.996.084)	(56.815.354)
Ativos tangíveis e intangíveis	(172.410.795)	(84.765.206)
Outros	(52.379.893)	(503.283.721)
	<u>(8.925.734.737)</u>	<u>(10.250.641.079)</u>
Concentrações de atividades empresariais		
Alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	267.317.671	133.375.811
Aquisição de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(3.104.192)	(258.064.082)
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>	<u>36.394.611</u>	<u>(648.986.766)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Juros recebidos	2.945.750	7.794.451
Outros empréstimos obtidos	60.822.887	10.238.473
Outros juros suportados	(5.372.723)	(5.029.003)
Prestações suplementares	-	648.902
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>	<u>58.395.914</u>	<u>13.652.823</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	463.335.480	(401.675.107)
Caixa e seus equivalentes no início do período	596.746.666	998.421.773
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.060.082.146	596.746.666

**ANEXO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS**

## Índice

1.	Nota Introdutória.....	3
2.	Políticas Contabilísticas.....	4
3.	Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Período.....	34
4.	Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem .....	42
5.	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos .....	42
6.	Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas.....	44
7.	Derivados .....	46
8.	Ativos Disponíveis para Venda.....	48
9.	Empréstimos e Contas a Receber .....	49
10.	Terrenos e Edifícios.....	50
11.	Afetação dos Investimentos e Outros Ativos.....	52
12.	Outros Ativos Tangíveis .....	53
13.	Inventários .....	54
14.	Goodwill.....	54
15.	Outros Ativos Intangíveis .....	57
16.	Provisões Técnicas de Resseguro Cedido.....	57
17.	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações .....	61
18.	Ativos e Passivos por Impostos.....	62
19.	Acréscimos e Diferimentos (Ativo) .....	66
20.	Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas .....	66
21.	Provisões Técnicas .....	68
22.	Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento	75
23.	Passivos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Passivos Financeiros .....	76
24.	Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações.....	77
25.	Acréscimos e Diferimentos (Passivo).....	78
26.	Outras Provisões .....	79
27.	Capital .....	80

28.	Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício .....	81
29.	Interesses não controlados .....	83
30.	Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro .....	85
31.	Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços .....	86
32.	Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro .....	87
33.	Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função .....	89
34.	Gastos com Pessoal .....	91
35.	Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo .....	92
36.	Rendimentos .....	100
37.	Gastos Financeiros .....	100
38.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas .....	101
39.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas .....	102
40.	Diferenças de Câmbio .....	104
41.	Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas .....	105
42.	Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão) .....	106
43.	Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro .....	106
44.	Outros Rendimentos/Gastos .....	107
45.	Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP) .....	108
46.	Relato por Segmentos .....	108
47.	Entidades Relacionadas .....	118
48.	Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros .....	123
49.	Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro .....	139
50.	Gestão de Capital .....	149
51.	Concessão de serviços públicos .....	151
52.	Fundos de Pensões Geridos .....	152
53.	Eventos Subsequentes .....	153

## 1. Nota Introdutória

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Longrun” ou “Sociedade”) com sede em Lisboa, no Largo de São Carlos, nº 3, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Desde esta data, integra o Grupo Fosun International Holdings Ltd..

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, que juntas formam o Grupo Longrun. As companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade incluem a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade”), Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (“Via Directa”), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (“CPR”), Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia”), Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (anterior Universal Seguros, S.A.), Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare”), a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Assistência”) e a Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Macau”).

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, dispõe de subsidiárias em Angola, Cabo Verde e Macau, de Sucursais em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

No presente relatório será apresentada informação financeira consolidada resultante da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das suas participadas. Foi elaborado a partir das demonstrações financeiras individuais de cada empresa do Grupo, em 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2019. Na data de emissão das demonstrações financeiras, estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

## 2. Políticas Contabilísticas

### 2.1. Bases de apresentação e princípios de consolidação

#### 2.1.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCEs), aprovado pela Norma nº 3/2018-R, de 29 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCEs corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2018, o Grupo adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2018. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.21. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2018, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos disponíveis para venda e imóveis, tanto de serviço próprio como de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

## 2.1.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo, bem como os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospetivamente.

A consolidação das contas das subsidiárias que integram o Grupo foi efetuada pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica “Interesses não controlados”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das entidades subsidiárias, após harmonização das respetivas políticas contabilísticas, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos, de operações de resseguro e de mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3).

## 2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades e deixam de o ser quando o Grupo deixa de ter o respetivo controlo.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse que não controlam no capital próprio dessa subsidiária, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

### 2.3. Concentrações de atividades empresariais e *goodwill*

As aquisições de subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos diretamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” são registados pelo respetivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma subsidiária e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O *goodwill* é registado como um ativo e não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na conta de ganhos e perdas do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas anteriores, o *goodwill* era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das subsidiárias. Tal como permitido pela IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

### 2.4. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da Sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O *goodwill*, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada ou empreendimento conjunto e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada ou empreendimento conjunto.

## 2.5. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são convertidos para Euros, a moeda funcional do Grupo, da seguinte forma:

- Ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio de fecho;
- Rendimentos e gastos de cada demonstração de resultados são convertidos à taxa de câmbio média do período;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas na "Reserva de reavaliação de diferenças de câmbio";
- O Capital Próprio das subsidiárias no estrangeiro é convertido à taxa de câmbio histórica do momento da sua realização de acordo com a IAS 21.

## 2.6. Instrumentos financeiros

### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (*trade date*) pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas “Gastos de investimentos diretos” e em “Comissões por operações de títulos e investimentos”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na IAS 39:

#### i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação (*held for trading*), que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados no momento do seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (*accounting mismatch*) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

#### ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

### iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

### iv) Ativos disponíveis para venda

Ativos disponíveis para venda, que inclui:

- Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

Os instrumentos financeiros, a seguir indicados, são classificados como ativos disponíveis para venda no reconhecimento inicial ou que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, nas “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos”, quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

### **Justo valor**

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

### **v) Desreconhecimento**

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

#### vi) Transferências entre categorias de ativos financeiros

O Grupo segue as regras da IAS 39 e IFRS 7 para a reclassificação de instrumentos financeiros que permitem que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para carteiras de ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

À data, o Grupo não adotou esta possibilidade.

#### b) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

##### i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

##### ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

#### c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

### **Derivados embutidos**

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e
- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e a sua materialidade).

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

### **Derivados de cobertura**

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial), a cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e a cobertura de fluxos de caixa. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura de justo valor são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

No caso dos derivados de cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, desde que a cobertura seja determinada como uma cobertura eficaz, são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em capital próprio. A porção ineficaz dos resultados, caso exista, deverá ser reconhecida em proveitos e custos do exercício.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

O Grupo começou a utilizar a contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

### **Derivados de negociação**

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de microcoberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de *trading*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Rendimentos”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Outros passivos financeiros”, respetivamente.

**d) Imparidade de ativos financeiros**

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda.

De acordo com a IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor;
- Alterações adversas nas condições do setor.

**Ativos financeiros ao custo amortizado**

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogéneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

### Ativos disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é opcional sujeita a análises casuísticas.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas nas “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas por resultados do exercício se num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem, igualmente, ser revertidas.

## 2.7. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado, sendo transferidos pelo valor líquido contabilístico à data da reclassificação. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

## 2.8. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

## 2.9. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica “Outros ativos tangíveis” e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica “Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

## 2.10. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício. O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

## 2.11. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

## 2.12. Locação financeira

### Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### Locações financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

## 2.13. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

## 2.14. Impostos sobre lucros

As empresas do Grupo, sediadas em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e as empresas sediadas no estrangeiro encontram-se igualmente sujeitas ao mesmo tipo de imposto (*Corporate Income Tax*) nos termos vigentes nesses países. Ao IRC e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2017 e 2018 é de 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre o lucro tributável que exceda este valor.

As contas das sucursais do Grupo são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

As empresas do Grupo com sede em Portugal são tributadas em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo às diversas empresas do Grupo com sede em Portugal é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun Portugal, SGPS, S.A.. O imposto correspondente às diversas empresas do Grupo é refletido na demonstração de resultados e/ou em capital próprio, consoante o caso.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a i) imparidades, ii) provisões temporariamente não aceites fiscalmente, iii) mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e iv) mais e menos-valias potenciais em terrenos e edifícios.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

## 2.15. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo.

## 2.16. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – “Benefícios dos Trabalhadores”. Os principais benefícios concedidos pelo Grupo correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e os benefícios de saúde.

### Plano de benefício definido - Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) então vigente para o setor segurador, o Grupo assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data da publicação do IRCT. O montante dessas prestações variava em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método *Unit Credit Projected*, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 35). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Gastos com pessoal”. O custo do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica “Outras provisões” (Nota 26).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Gastos com pessoal”.

### **Plano de contribuição definida**

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes IRCT, têm direito a um plano individual de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

As contribuições do Grupo, para o plano de contribuição definida, são efetuadas de acordo com o previsto nos IRCT, sendo registadas como um custo do exercício a que respeitam na rubrica de “Gastos com pessoal”.

### **Outros benefícios de longo prazo**

As responsabilidades relativas ao prémio de permanência, decorrentes da cláusula 42ª do atual IRCT, são calculadas anualmente utilizando métodos atuariais universalmente aceites.

### **Benefícios de curto prazo**

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de desempenho pagos aos colaboradores pelo desempenho das diferentes unidades de negócio e o seu contributo para os resultados da empresa, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

## **2.17. Contratos de seguro e contratos de investimento**

### **a) Classificação de contratos**

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com

componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

#### **b) Reconhecimento de proveitos e custos**

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

#### **c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos**

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método *Pró-rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

**d) Provisão para sinistros**

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

**Provisão para sinistros de acidentes de trabalho**

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões homologadas - pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Pensões definidas – estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;
- Pensões presumíveis – estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	3,56%
Encargos de gestão	2,40%	3%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos no ano e no ano anterior, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício e é composta por:

- Provisão para assistência vitalícia declarada - diz respeito a despesas de carácter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de início da pensão;
- Provisão para assistência vitalícia presumível - despesas de carácter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	3,56%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

#### **Provisão para sinistros de automóvel**

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Adicionalmente, são calculadas provisões os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

#### **Provisão para sinistros de Multiriscos Habitação e de Multiriscos Comércio**

No caso de sinistros de Multiriscos Habitação e de Multiriscos Comércio é gerada uma provisão inicial no momento da abertura do sinistro, em função das coberturas e dos tipos de bens afetados. O valor destas provisões é ajustado quando o gestor de sinistro recebe informação mais detalhada sobre os danos indemnizáveis, nomeadamente através de relatórios de peritagem.

Adicionalmente, são calculadas provisões os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

### **Provisão para sinistros dos restantes ramos**

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Adicionalmente, são calculadas provisões os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

### **Análise de suficiência da provisão para sinistros**

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

### **e) Provisão matemática do ramo vida**

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

### **f) Provisão para participação nos resultados**

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

#### **Provisão para participação nos resultados a atribuir**

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica “Participação nos resultados a atribuir”, da demonstração de ganhos e perdas ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas do Grupo, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pelo Grupo desde 2011;
- Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;
- Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados do Grupo pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados do Grupo até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

#### **Provisão para participação nos resultados atribuída**

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

#### **g) Provisão para compromissos de taxa**

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo «Vida» em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

**h) Provisão para estabilização de carteira**

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

**i) Provisão para desvios de sinistralidade**

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

**j) Provisão para riscos em curso**

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

**k) Provisões técnicas de resseguro cedido**

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

**l) Responsabilidades para com subscritores de produtos *Unit-linked***

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pelo Grupo em que o risco é suportado pelo tomador (produtos *Unit-linked*) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica “Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

As carteiras de investimentos afetas a produtos *Unit-linked* são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

**m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento**

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4 e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IAS 39 e registadas na rubrica “Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

**n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro**

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

## **2.18. Rédito**

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser avaliados com fiabilidade.

**(i) Comissões com instrumentos financeiros**

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

**(ii) Prestação de serviços segmento hospitalar**

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contraprestações recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação na data de relato.

No caso da atividade desenvolvida no âmbito da prestação de cuidados de saúde no segmento privado, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, devidamente valorizada pelas tabelas de preços definidas para cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação de cuidados de saúde no segmento público (em regime de PPP), o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, mensurado com base em tabela contratada com a entidade pública contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em “Outras contas a pagar ou a receber”, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências seniores, os réditos são reconhecidos com base nos Direitos de Utilização Vitalícios (DUV's). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as características de cada tipo de contrato:

- Nos DUV's sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em Rendimentos Diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;
- Nos DUV's com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente à permissão da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período de depreciação dos ativos fixos tangíveis correspondentes.

### (iii) Comissões por outros serviços prestados

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

## 2.19. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito que não estejam associados a uma natureza de investimento.

## 2.20. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Longrun e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

### Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

### **Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos**

De acordo com a IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.6 a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

### **Benefícios dos empregados**

Conforme referido na Nota 2.16., as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

### **Imparidade do *goodwill***

Conforme referido na Nota 2.3., o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do *goodwill* registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

### **Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros**

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.17. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

### **Determinação de impostos sobre lucros**

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

## 2.21. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

### 2.21.1 Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2018 o Grupo adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. As alterações com relevância para o Grupo foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes	28-05-2014	2016/1905	01-01-2018
IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes (Emenda)	11-09-2015	2016/1905	01-01-2018
IFRS 4 – Contratos de Seguros (Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4)	12-09-2016	2017/1988	01-01-2018
IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2014-2016)	08-12-2016	2018/182	01-01-2018
IFRS 2 - Classificação e Mensuraçã de Transações de Pagamentos baseados em Ações (Emenda)	20-06-2016	2018/289	01-01-2018
IAS 40 - Transferência de Propriedades de Investimento (Emenda)	08-12-2016	2018/400	01-01-2018
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração	08-12-2016	2018/519	01-01-2018

O novo normativo IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes estabelece que o reconhecimento de rédito de contratos celebrados com clientes deverá ser realizado de acordo com um modelo de cinco passos, devendo o mesmo ser reconhecido pelo valor que a Empresa espera receber do cliente em troca dos bens ou serviços prestados.

A aplicação da norma é obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, devendo a sua adoção seguir o método retrospectivo pleno ou método retrospectivo modificado.

O Grupo procedeu a uma análise das implicações da adoção do referido normativo, tendo concluído que o modelo de reconhecimento de rédito seguido já se encontra alinhado com o preconizado no IFRS 15, uma vez que:

- Os atos médicos, sejam eles prestados numa base distinta (consultas, exames, tratamentos) ou de forma conjunta com outros atos médicos complementares (cirurgias, partos, tratamentos), são tratados e reconhecidos de forma independente (isto é, ato a ato), ocorrendo o reconhecimento do rédito no momento específico do tempo em que se encontrem concluídas as obrigações de desempenho assumidas;
- Os serviços prestados numa base continuada ao longo do tempo (internamentos cirúrgicos, internamentos não cirúrgicos, estadias em residências seniores, disponibilização de serviços de urgência no caso da PPP, entre outros), são reconhecidos numa base temporal, em virtude do cliente receber e consumir em simultâneo os benefícios do serviço.

## 2.21.2 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 16 – Locações	13-01-2016	2017/1986	01-01-2019
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	24-07-2014	2016/2067	01-01-2022
IFRS 9 - Pagamentos Antecipados com Compensação Negativa (Emenda)	12-10-2017	2018/498	01-01-2022
IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos do Imposto sobre o Rendimento	07-06-2017	2018/1595	01-01-2019
IAS 28 - Investimento de Longo-prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Emenda)	12-10-2017	2019/239	01-01-2022

No sentido de se garantir a consistência no setor segurador entre a aplicação da IFRS 9 – instrumentos financeiros e a nova norma dos contratos de seguros (IFRS 17), o IASB emitiu uma emenda à IFRS 4 com efeitos a 1 de janeiro de 2018 que veio permitir às empresas de seguros diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos após 1 de janeiro de 2022, alinhando assim a data de eficácia da IFRS 9 e da IFRS 17.

Os passivos do Grupo relacionados com a atividade seguradora são superiores a 90 por cento do total dos seus passivos, considerando-se assim que a atividade do Grupo é predominantemente relacionada com seguros tal como definido nos termos da emenda à IFRS 4. Neste enquadramento e tendo em consideração as comunicações da ASF, a Fidelidade cumpre com os requisitos impostos pela referida emenda e opta por diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos posteriores a 1 de janeiro de 2022.

O Grupo encontra-se a desenvolver os modelos de negócio e a apurar os impactos da aplicação da IFRS 9..

A IFRS 16 - Locações altera e redefine os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações e exige que os locatários prestem contas de acordo com um modelo similar à contabilização de locações financeiras de acordo com a IAS 17. Este normativo é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para locatários - locações de ativos de "valor baixo" (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (ou seja, arrendamentos com um prazo de arrendamento de menor ou igual a 12 meses).

Na data de início de uma locação, o locatário reconhece um passivo pela obrigação de efetuar pagamentos ao locatário e um ativo que representa o direito de uso do ativo subjacente durante o prazo da locação. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O Grupo prevê aplicar na transição a abordagem simplificada, não reexpressando a informação comparativa. A Companhia optará por aplicar a norma a contratos anteriormente identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17 e o IFRIC 4. A Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4.

O Grupo vai optar por utilizar as isenções aplicáveis à norma sobre contratos de locação para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial (com exceção das locações relativas a arrendamento de imóveis), e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. A Companhia possui locações de determinados equipamentos de escritório (por exemplo, computadores pessoais) consideradas de baixo valor. O Grupo elegeu ainda a opção de separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

Durante o ano de 2018, o Grupo realizou uma avaliação detalhada do impacto do IFRS 16.

No que respeita aos compromissos atuais com locações operacionais, o Grupo estima reconhecer a 1 de Janeiro de 2019 os seguinte montantes direitos de uso e responsabilidades por locação:

**Ativo**

Direito de uso	63.322.513
	63.322.513

**Passivo**

Pela obrigação de pagamento	63.322.513
	63.322.513

### 2.21.3 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 - Contratos de Seguros	18-05-2017	01-01-2022
IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IFRS 11 - Acordos conjuntos. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IAS 12 - Imposto sobre o rendimento relativo a dividendos de instrumentos de capital. (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IAS 23 - Custos de empréstimos elegíveis para capitalização (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IAS 19 - Alteração, Redução ou Liquidação do Plano (Emenda)	07-02-2018	01-01-2019
IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais (Emenda)	22-10-2018	01-01-2020
IAS 1 - Definição de material (Emenda)	31-10-2018	01-01-2020
IAS 8 - Definição de material (Emenda)	31-10-2018	01-01-2020

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### 3. Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Período

A estrutura do Grupo ao nível das empresas subsidiárias, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

Setor de atividade/entidade	2018					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
<b>Segurador</b>						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	85,00%	16.275.614.962	14.043.010.031	2.232.604.931	278.236.439	2.820.187.838
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	172.026.836	90.473.934	81.552.902	9.000.867	290.925.529
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	55.014.319	15.166.961	39.847.358	6.183.482	53.569.992
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	73.856.266	49.275.375	24.580.891	1.066.797	47.791.709
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	29.484.321	16.581.726	12.902.595	1.111.217	1.338.940
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A. (b)	70,00%	107.129.922	86.528.728	20.601.194	1.375.653	181.321.768
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	55,89%	27.050.226	16.069.089	10.981.137	1.322.766	10.639.328
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (d)	100,00%	66.762.850	43.133.814	23.629.036	2.313.653	9.958.057
<b>Imobiliário</b>						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	849.584.306	23.501.287	826.083.019	57.932.543	80.926.676
Fidelidade - Property International, S.A.	100,00%	226.578.642	5.701.558	220.877.084	( 104.650.065 )	23.195.529
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	99,09%	178.377.912	33.063.479	145.314.433	10.851.951	12.901.416
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado IMOFID (e)	100,00%	55.587.126	246.430	55.340.696	351.447	861.080
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (f)	100,00%	610.274	14.182	596.092	( 317.624 )	384.704
FPI (UK) 1 LIMITED (g)	100,00%	41.522.682	45.871	41.476.811	( 81.499.636 )	8.081.652
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	366.965.783	1.195.036	365.770.747	2.724.365	4.179.172
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	100,00%	153.295.273	2.475.511	150.819.762	1.442.257	7.630.730
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. (g)	99,30%	131.501.150	124.299	131.376.851	( 25.982 )	6.024
Thomas More Square (Lux) S.à r.l. (g)	100,00%	372.674.052	220.599.062	152.074.990	11.126.980	24.861.276
Godó Kaisha Moana (h)	97,00%	130.034.988	10.090	130.024.898	13.803.020	13.838.428
Godó Kaisha Praia (h)	100,00%	522.791.038	339.855.774	182.935.264	29.078.480	39.356.305
Fundo Broggi	100,00%	372.067.771	2.850.904	369.216.867	4.169.871	7.093.610
Broggi Retail S.R.L.	100,00%	234.065	19.016	215.049	( 23.713 )	936
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Imobiliário, S.A.	100,00%	1.217.982	510.104	707.878	( 792.122 )	146.521
<b>Saúde</b>						
Luz Saúde, S.A.	50,36%	754.263.063	505.756.239	248.506.824	14.209.885	545.076.376
<b>Outros setores</b>						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	6.297.884	1.127.554	5.170.330	306.853	7.940.852
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	978.794	878.702	100.092	( 88.265 )	2.797.438
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	3.542.006	3.046.107	495.899	150.593	24.322.514
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	100,00%	6.008.651	5.246.886	761.765	( 289.735 )	1.193.091
Cares - Assistência e Reparações, S.A.	100,00%	1.840.620	1.376.143	464.477	( 443.914 )	10.181.978
FCM Betieligungs GmbH	100,00%	3.656.525	267.728	3.388.797	( 32.063 )	-
FID I (HK) LIMITED (i)	100,00%	-	-	-	-	-
FID III (HK) LIMITED (i)	100,00%	815	18.307	( 17.492 )	( 4.966 )	-
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (j)	100,00%	19.182	18.810	372	2.659	71.721
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda. (j)	100,00%	13.977	10.773	3.204	2.910	99.589
FID Loans 1 (Ireland) Limited	100,00%	265.270.697	13.018.072	252.252.625	2.166.001	8.841.979
FID Loans 2 (Ireland) Limited	100,00%	1	-	1	-	-
Universal - Assistência e Serviços, Lda. (b)	80,00%	470	-	470	-	-
FID LatAm SGPS, S.A.	100,00%	298.166	59.695	238.471	( 5.812 )	4.040
FF Investment Luxembourg 1 S. a r.l.	0,00%	-	-	-	-	-
GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Lda. (c)	100,00%	45.345	-	45.345	-	-
FID Perú, S.A. (l)	100,00%	122.763.912	64.293	122.699.619	154.773	250.099
FID Chile, SpA. (m)	100,00%	1.258	-	1.258	-	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 353,0155 Kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 303,6658 Kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 110,265 Escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 9,2365 Patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 9,1678 Patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 1,62200 Dólares australianos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,5849 Dólares australianos para as rubricas de ganhos e perdas.

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 0,89453 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,89774 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 125,8500 Ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 127,8800 Ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(i) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 8,9675 Dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,9026 Dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(j) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 70,2400 Meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 71,29333 Meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(l) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 3,86670 Sol do Perú para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 3,83865 Sol do Perú para as rubricas de ganhos e perdas.

(m) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/794,6300 Peso chileno para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

Setor de atividade/entidade	2017					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
<b>Segurador</b>						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	15.889.040.096	13.442.066.973	2.446.973.123	187.789.357	2.610.119.715
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	157.841.851	83.792.036	74.049.815	8.088.593	263.973.311
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	67.519.705	32.481.587	35.038.118	5.738.157	31.648.201
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	69.883.287	44.699.127	25.184.160	630.609	45.724.033
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	33.973.281	22.043.180	11.930.101	444.652	1.231.960
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A. (b)	70,00%	197.287.953	184.175.510	13.112.443	2.120.405	56.176.390
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	55,89%	26.339.506	15.756.946	10.582.560	1.105.911	10.184.963
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (d)	100,00%	75.507.159	55.095.432	20.411.727	1.608.097	9.915.228
<b>Imobiliário</b>						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	835.534.189	67.247.384	768.286.805	( 33.194.737 )	32.215.227
Fidelidade - Property International, S.A.	100,00%	493.115.610	21.311.835	471.803.775	95.943.971	131.348.853
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	99,09%	157.218.112	22.755.631	134.462.481	15.281.046	19.898.791
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado IMOFID (e)	100,00%	12.435.567	85.802	12.349.765	965.531	1.420.442
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (f)	100,00%	52.132.207	6.404.298	45.727.909	8.663.254	17.567.219
FPI (UK) 1 LIMITED (g)	100,00%	268.676.570	618.493	268.058.077	( 23.174.640 )	12.346.357
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	364.979.472	1.933.090	363.046.382	1.192.329	3.906.514
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	100,00%	153.368.517	3.991.013	149.377.504	3.873.469	16.305.741
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. (g)	99,30%	132.608.472	124.381	132.484.091	( 31.402 )	6.410
Thomas More Square (Lux) S.à r.l. (g)	100,00%	360.707.184	218.639.731	142.067.453	13.998.546	26.988.887
Godo Kaisha Moana (h)	97,00%	108.138.391	9.339	108.129.052	11.922.814	11.966.921
Godo Kaisha Praia (h)	100,00%	457.503.784	314.522.917	142.980.867	16.638.779	25.567.950
Fundo Broggi	100,00%	373.029.773	7.982.777	365.046.996	8.446.996	46.292.427
Broggi Retail S.R.L.	100,00%	252.081	13.319	238.762	( 11.238 )	-
<b>Saúde</b>						
Luz Saúde, S.A.	98,79%	660.178.348	424.999.730	235.178.618	16.994.860	483.895.179
<b>Outros setores</b>						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	6.161.813	1.066.684	5.095.129	222.736	7.218.276
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	1.519.906	1.262.549	257.357	72.453	2.929.556
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	3.538.968	3.107.663	431.305	93.420	22.462.636
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	100,00%	1.211.895	160.395	1.051.500	( 34.169 )	1.510.089
Cares - Assistência e Reparações, S.A.	51,00%	2.273.193	1.364.802	908.391	( 399.134 )	9.881.046
FCM Beteiligungs GmbH	100,00%	17.299.917	346.309	16.953.608	( 91.928 )	376.940
FID I (HK) LIMITED (i)	100,00%	-	-	-	-	-
FID III (HK) LIMITED (i)	100,00%	844	12.863	( 12.019 )	( 3.850 )	-
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (j)	100,00%	2.269	4.585	( 2.316 )	( 1.330 )	113
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda. (j)	100,00%	9.344	7.086	2.258	2.513	121.080
FID Loans 1 (Ireland) Limited	100,00%	319.415.380	129.295.749	190.119.631	119.631	2.701.985
FID Loans 2 (Ireland) Limited	100,00%	1	-	1	-	-
Universal - Assistência e Serviços, Lda. (b)	80,00%	895	-	895	-	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 185,400 Kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/184,86617 Kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 110,265 Escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 9,6532 Patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 9,0653 Patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 1,5346 Dólares australianos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,4732 Dólares australianos para as rubricas de ganhos e perdas.

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 0,88723 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,87667 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 135,0100 Ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 126,7100 Ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(i) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 9,3720 Dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,8045 Dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(j) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 70,5700 Meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 71,51167 Meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2018 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, não é expectável que existam alterações materiais que possam impactar as demonstrações financeiras do Grupo.

As empresas subsidiárias agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

## SEGUROS

A **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** é uma sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. "Império Bonança" na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. "Fidelidade Mundial", conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pela ASF através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora "Não Vida" e "Vida", nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Multicare - Seguros de Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, nº 53, foi constituída em 9 de março de 2007, e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. A companhia é vocacionada para a gestão de seguros de saúde.

A **Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (ex Cares – Companhia de Seguros, S.A.)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa nº 13 - 7º, foi constituída em 17 de fevereiro de 1995, com a denominação de Companhia de Seguros Tágus, S.A., e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação e imagem da CARES – Companhia de Seguros, S.A. passando a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e atuando com a marca Fidelidade Assistance.

A **Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (OK Teleseguros)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 - 4º, foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A **Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz nº 30, foi constituída em 22 de setembro de 1979 e tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A **Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A.** (anterior Universal Seguros, S.A.), com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida no território nacional da República de Angola.

A **Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.** resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador. A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes. A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.

A **Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A.**, com sede na Avenida da Praia Grande, nº 567, Edifício BNU, 14º andar, Macau foi constituída em 30 de setembro de 2015 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer, ainda, atividades conexas com as de seguros e de resseguros.

## IMOBILIÁRIO

A **Fidelidade – Property Europe, S.A.**, denominação atribuída no decorrer de 2014, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 19 de novembro de 1991 e o seu objeto principal é o arrendamento de imóveis próprios por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexos. Em 24 de novembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão por incorporação da Caixa Imobiliário - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., na Mundial Confiança - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., a qual alterou a sua denominação para Fidelidade-Mundial, Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., tendo essa denominação sido alterada em 2013 para Fidelidade – Investimentos Imobiliários, S.A..

A **Fidelidade – Property International, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 5 de novembro de 2014 e o seu objeto principal é a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste** foi constituído em 10 de dezembro de 2002 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através do investimento num conjunto diversificado de ativos, predominantemente imobiliários. Este fundo foi gerido até setembro de 2018 pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., passando a partir de 1 de outubro a ser gerido pela Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Imobiliário, S.A..

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado IMOFID** (anterior Bonança I), foi constituído em 22 de dezembro de 1993 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através do investimento num conjunto diversificado de ativos, predominantemente imobiliários. Este fundo foi gerido até setembro de 2018 pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., passando a partir de 1 de outubro a ser gerido pela Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Imobiliário, S.A..

A **FPI (AU) 1 PTY LIMITED**, com sede em Grosvenor Place Level 18, 225 George Street, Sydney, NSW 2000, Austrália, foi constituída em 17 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI (UK) 1 LIMITED**, com sede em Legalinx Limited, One Fetter Lane, London, EC4A 1BR, foi constituída em 18 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPE (IT) Società per Azioni**, com sede em Via Maria Teresa 11 Cap 20123, Milão, Itália, foi constituída em 2 de julho de 2015 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPE (Lux) Holding S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-2257 Luxemburgo, foi constituída em 2 de fevereiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-2257 Luxemburgo, foi constituída em 6 de janeiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-257 Luxemburgo, foi constituída em 6 de janeiro de 2016.

A **Godó Kaisha Moana**, é um veículo especial de investimento, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014.

A **Godó Kaisha Praia**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

O **Fundo Broggi**, constituído em 24 de março de 2017, ao abrigo das leis italianas, é um fundo de investimento imobiliário alternativo fechado. É gerido pela IDeA FIMIT - Società di Gestione del Risparmio S.p.A., uma sociedade gestora de fundos de investimento italiana.

O **Broggi Retail S.R.L.** é uma sociedade comercial italiana, 100% detida pela IDeA FIMIT - Società di Gestione del Risparmio S.p.A., na qualidade de sociedade gestora do Fundo Broggi, e no interesse do Fundo Broggi, cujo objecto social é, entre outros, a gestão, reestruturação, valorização e manutenção de ativos imobiliários, próprios e de terceiros.

A **Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Imobiliário, S.A.** com sede em Lisboa, no Largo do Chiado, nº 8, 1º andar, foi constituída em 8 de fevereiro de 2018 e o seu objeto social é a administração, em representação dos participantes no interesse exclusivo destes, de um ou mais organismos de investimento imobiliário, fechados ou abertos, de subscrição pública ou particular, bem como a gestão dos patrimónios que compõem as carteiras de aplicações ou organismos de interesse coletivo por si geridos.

## SAÚDE

A **Luz Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 - 9º, foi constituída em 6 de julho de 2000 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais", ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de dezembro, é um dos maiores grupos de prestações de cuidados de saúde em termos de rendimentos no mercado português, o qual se encontra em expansão. O Grupo presta serviços através de 18 unidades nas regiões Norte, Centro e Centro sul, destacando-se uma presença significativa em Lisboa onde opera o Hospital da Luz, o maior hospital privado em Portugal e no Grande Porto, onde opera o Hospital da Arrábida.

## OUTROS SETORES

A **Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. (Fidelidade Car Service)**, com sede em Lisboa, na Rua Cidade de Bolama, nº 1 - B, foi constituída em 12 de fevereiro de 1973 e tem por objeto social o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Acessoriamente, a sociedade pode realizar operações conexas ou complementares das referidas.

A **E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. (Safemode)**, com sede em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, nº 3, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de análise e prevenção de riscos, bem como de consultoria técnica e formação para incremento das condições de higiene, segurança e saúde em locais de trabalho, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e de gestão de instalações industriais para tratamento, recuperação ou reciclagem.

A **GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro N.º35 8º Piso, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de avaliação de danos em imóveis e veículos automóveis, ligeiros e pesados, ciclomotores e velocípedes, incluindo seus reboques e atrelados.

A **Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 – 7º, foi constituída em 29 de janeiro de 1991 e tem por objeto social a representação e assistência de seguradoras estrangeiras e, bem assim, a prestação de serviços de apoio à gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação da Cares RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A., passando a Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A..

A **Cares - Assistência e Reparações, S.A.** (anterior Cares Multiassistance, S.A.), com sede em Lisboa, na Rua de Ponta Delgada, nº 44 A e B, foi constituída em 19 de junho de 2002 e tem como objeto social a prestação de serviços de organização, avaliação e gestão de qualquer trabalho de reparação e restauro.

A **Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.**, com sede no Lugar de Meladas, nº 380, Mozelos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Amorim para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A **FCM Beteiligungs GmbH**, com sede em Garstedter Weg 14, 22453 Hamburg, Alemanha, foi constituída em 6 de maio de 2014 e tem por objeto social a aquisição, alienação, detenção ou gestão dos próprios investimentos em outras empresas na Alemanha e no exterior, sendo ativo na importação, exportação, comércio grossista e retalhista de têxteis e artigos de moda de todos os tipos, incluindo negócios complementares relacionadas, em particular, com a gestão da Tom Tailor GmbH, em Hamburgo. A empresa poderá agir em seu nome próprio nas atividades acima mencionadas.

**FID I (HK) LIMITED, FID III (HK) LIMITED** são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong constituídos em 4 de novembro de 2014.

A **Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana – Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto o exercício das atividades de segurança e de saúde no trabalho, bem como a prestação de serviços de análise e prevenção de risco, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos e de formação, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações.

A **Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana – Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto principal a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de gestão de recursos humanos e de apoio informático, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

**FID Loans 1 (Ireland) Limited** and **FID Loans 2 (Ireland) Limited** são veículos especiais de investimento, com sede em 1st Floor, 118 Lower Baggot Street, Dublin 2, Ireland, constituídas no dia 13 de junho de 2017.

**Universal - Assistência e Serviços, Lda.**, com sede na Rua Pedro de Castro Van Dunen Loy s/n, Morro Bento, Luanda, foi constituída no dia 21 de abril de 2017 e tem por objeto a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos, de formação e de apoio informático, de análise e prevenção de risco e apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

A **FID LatAm SGPS, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 19 de fevereiro de 2018 e tem como objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A **FF Investment Luxembourg 1 S.a.r.l.**, com sede em Grand Duchy of Luxembourg, 6, rue Eugène Ruppert, L-2453 Luxemburgo, foi constituída em 23 de dezembro de 2013.

A **GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Lda.**, com sede na Rua Serpa Pinto, nº 9 – 4º andar Dto, Plateau, Ilha de Santiago, Cabo Verde, foi constituída em 5 de junho de 2018 e o seu objeto principal é a prestação e gestão de serviços de peritagem automóvel, patrimonial ou de averiguação, a prestação de serviços de assistência e apoio à gestão de processos de sinistros, a prestação e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, assim como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e a prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

A **FID Perú, S.A.**, com sede em Lima, no Perú, Av. Victor Andrés Belaunde 147, San Isidro District, Province and Department of Lima, foi constituída em 9 de julho de 2018 e o seu objeto social é dedicar-se ao investimento e à detenção de valores mobiliários, incluindo, sem estar limitado, ações representativas do capital de outras sociedades, sejam elas nacionais ou estrangeiras, sob qualquer modalidade.

A **FID Chile, SpA.**, com sede em Santiago, no Chile, foi constituída em 16 de outubro de 2018 e o seu objeto social é a realização de todos os tipos de investimentos, em ativos tangíveis e intangíveis, todos os tipos de valores mobiliários e imobiliários, bem como a constituição e participação de outras empresas e/ou pessoas jurídicas de qualquer natureza, seja qual for o objeto delas, a gestão de tais investimentos e a avaliação dos seus resultados; e desenvolver qualquer outro tipo de investimento que os parceiros acordem.

#### **Os principais movimentos nas empresas subsidiárias do Grupo durante o exercício de 2018, foram os seguintes:**

Em janeiro de 2018 foi realizado pelo Grupo um aumento de capital social da empresa FID Loans 1 (Ireland) Limited no valor de 60.000.000 Euros.

Em janeiro a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. vendeu 49% do capital social da Luz Saúde, S.A., correspondente a 46.815.704 ações no montante de 236.136.286 Euros. No último trimestre de 2018 o Grupo adquiriu 544.636 ações da Luz Saúde, S.A., no montante de 3.109.872 Euros, aumentando a participação no capital social de 49,79% para 50,36%.

Em 8 de fevereiro de 2018 foi constituída a empresa Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Imobiliário, S.A. com um capital social de 500.000 Euros, detida a 100% pelo Grupo. Em outubro, foram concedidas prestações suplementares no montante de 1.000.000 Euros.

Em 19 de fevereiro de 2018 foi constituída a empresa FID LatAm, SGPS, S.A. com um capital social de 50.000 Euros, detida a 100% pelo Grupo. Em novembro foi concedida uma prestação suplementar no valor de 194.283 Euros.

Em março de 2018 foi realizada pela empresa Fidelidade – Property International, S.A. uma redução de capital social da empresa FPI (AU) 1 PTY LIMITED no valor de 31.054.031.

Em março de 2018 a Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A. (detida a 100% pela Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.) adquiriu 49% do capital social da Cares - Assistência e Reparações, S.A. (anterior Cares Multiassistance, S.A.) pelo valor de 5.000.000 euros passando a deter 100% do capital social da empresa.

Em abril foi adquirida a empresa FF Investment Luxembourg 1 S. à r.l. com um capital social de 113.822.820 Euros, detida a 100% pelo Grupo. Em outubro, ocorreu a operação de alienação/venda da totalidade do capital detido pelo Grupo.

Em maio de 2018, foi realizado um aumento de capital social na empresa Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., no valor de 64.795.500 Euros, com um Prémio de Emissão de 57.184.600 Euros e o reembolso de prestações suplementares no montante global de 121.980.100 Euros, resultando num aumento a participação em 0,0023%.

Em 5 de junho de 2018 foi constituída a empresa GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Lda. com um capital social de 5.000.000 Escudos cabo-verdianos, que convertidos em Euros ao câmbio da data de constituição valem 45.345 Euros. O Grupo detem uma participação de 100%, sendo detida 50%, 25% e 25%, respetivamente, pelas empresas GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A., Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. e Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A..

Em junho de 2018 foi realizada pela empresa Fidelidade – Property International, S.A. uma redução de capital social da empresa FPI (UK) 1 LIMITED no valor de 112.000.000.

Em 9 de julho de 2018 foi constituída a empresa FID Perú, S.A. com um capital social de 500 Sois do Perú, que convertidos em Euros ao câmbio da data de constituição valem 136 Euros. O Grupo detém uma participação de 100%, sendo 99,80% e 0,20%, respetivamente, pelas empresas Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. e FID LatAm SGPS, S.A.. Até ao final do ano foram efetuados aumentos de capital no valor total de 125.543.259 Euros, totalizando 125.543.394 Euros em 31 de dezembro de 2018.

Em outubro de 2018 foi constituída a empresa FID Chile, SpA.com um capital social de 1.305 Euros detida a 100% pelo Grupo.

No final do ano de 2018 houve uma redução da prestação suplementar da Fidelidade – Property International, S.A., no montante de 100.000.000 Euros.

#### 4. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Caixa e seus equivalentes</b>		
Sede	32.219.468	9.394.938
Delegações	532.133	2.267.934
	<u>32.751.601</u>	<u>11.662.872</u>
<b>Depósitos à ordem</b>		
Em moeda nacional	848.777.316	438.161.186
Em moeda estrangeira	178.553.229	146.922.608
	<u>1.027.330.545</u>	<u>585.083.794</u>
	<u><u>1.060.082.146</u></u>	<u><u>596.746.666</u></u>

#### 5. Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018		2017	
	% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
<b>Valorizadas ao custo</b>				
<b>Associadas</b>				
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	611.797	10,00%	14.400
		<u>611.797</u>		<u>14.400</u>
<b>Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial</b>				
<b>Associadas</b>				
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (a)	33,67%	1.355.056	33,67%	1.149.917
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	0,00%	-	25,00%	-
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	340.293	37,50%	356.403
		<u>1.695.349</u>		<u>1.506.320</u>
		<u><u>2.307.146</u></u>		<u><u>1.520.720</u></u>

(a) Valores de março de 2018 e março 2017, respetivamente (período contabilístico de março de 2017 a março de 2018 e junho de 2016 a março de 2017).

Em 2017 a Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. apresentava capitais próprios negativos. Consequentemente a participação financeira detida pelo Grupo foi reduzida a zero, tendo sido adicionalmente constituído um passivo para responsabilidades assumidas com esta participada (Nota 24).

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Os dados financeiros das empresas associadas e empreendimentos conjuntos valorizados pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

Setor de atividade/entidade	2018					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
<b>Saúde</b>						
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A. (b)	37,50%	1.770.814	1.057.627	713.187	( 17.043 )	1.344.208
<b>Outros setores</b>						
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (c)	33,67%	5.839.258	1.814.709	4.024.549	1.311.328	6.737.996
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	0,00%	-	-	-	-	-
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	89.849.259	84.498.578	5.350.681	1.632.859	2.790.315

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de novembro de 2018.

(c) Valores de março de 2018 (período contabilístico março de 2017 a março de 2018).

Setor de atividade/entidade	2017					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
<b>Saúde</b>						
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	1.667.714	904.515	763.199	102.592	1.294.344
<b>Outros setores</b>						
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	33,67%	4.912.866	1.497.509	3.415.357	699.506	4.647.330
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	280.258	492.181	( 211.923 )	( 84.444 )	1.515
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de março de 2017 (período contabilístico junho de 2016 a março de 2017).

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

## SAÚDE

A **Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.**, foi constituída em 4 de novembro de 2004 com sede em Lisboa, Avenida Egas Moniz 1600-190 Lisboa, tendo como objeto social prestar serviços de apoio ao diagnóstico, prevenção e terapêutica de doenças humanas através da constante implementação das metodologias mais inovadoras, assim como, promover atividades de diagnóstico, de investigação e desenvolvimento na área da Medicina Molecular.

## OUTROS SETORES

A **Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Basílio Teles, nº 24 - 3º, foi constituída em 1994 e tem por objeto social a exploração de um sistema informático que permite o cálculo direto e indireto de danos decorrentes de acidentes. A sociedade poderá, igualmente, explorar serviços complementares de apoio ao sistema anteriormente referido, nomeadamente junto de Companhias Seguradoras, peritos, oficinas ou outros interessados.

A **Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.**, com sede no Lugar de Meladas, nº 380, Mozelos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Amorim para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A **HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.** foi constituída em 21 de dezembro de 2009 com sede em Linda-a-Velha, Rua Mário Dionísio, nº 2, tendo como objeto social, exclusivo, o exercício das atividades de conceção, projeto, construção e manutenção das infraestruturas do Hospital de Loures, incluindo o exercício de todas as demais atividades, a título principal ou acessório, nos termos do disposto no Contrato de Gestão celebrado no âmbito do “Concurso para a celebração do Contrato de Gestão para conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e exploração do Hospital de Loures”.

**Os principais movimentos nas empresas associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo durante o exercício de 2018, foram os seguintes:**

Em julho de 2018, ocorreu a operação de alienação/venda da totalidade do capital detido pelo Grupo na Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

## 6. Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
	(Nota 7)			(Nota 7)		
<b>Investimentos relativos a contratos Unit-linked</b>	27.806	29.207.461	29.235.267	11.752	124.182.665	124.194.417
<b>Outros investimentos</b>						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos						
Títulos da dívida pública						
Nacionais	-	10.236	10.236	-	-	-
	-	10.236	10.236	-	-	-
De outros emissores						
Obrigações e outros títulos						
De emissores nacionais	-	21.822.000	21.822.000	-	22.991.400	22.991.400
De emissores estrangeiros	-	538.806.055	538.806.055	-	387.824.562	387.824.562
	-	560.628.055	560.628.055	-	410.815.962	410.815.962
	-	560.638.291	560.638.291	-	410.815.962	410.815.962
<b>Outros instrumentos financeiros</b>						
Unidades de participação						
De residentes	-	961.012	961.012	-	534.185	534.185
	-	961.012	961.012	-	534.185	534.185
<b>Crédito e outros valores a receber</b>	-	271.871.976	271.871.976	-	272.341.783	272.341.783
<b>Instrumentos derivados com justo valor positivo</b>						
Interest rate swaps	-	-	-	4.794	-	4.794
Futuros sobre divisas	16.492.997	-	16.492.997	52.663.739	-	52.663.739
Forwards cambiais	92.798	-	92.798	457.645	-	457.645
	16.585.795	-	16.585.795	53.126.178	-	53.126.178
	16.613.601	862.678.740	879.292.341	53.137.930	807.874.595	861.012.525

Os investimentos relativos a contratos *Unit-linked* correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 560.628.055 Euros e 410.815.962 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emitentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo reconheceu perdas e ganhos líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 28.881.555 Euros e de 12.165.192 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os investimentos afetos aos contratos *Unit-Linked* apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas</b>		
Instrumentos de dívida		
De empresas do Grupo	-	102.855
De dívida pública		
De emissores nacionais	621.277	89.467.752
De emissores estrangeiros	9.321.857	8.443.100
De outros emissores		
De emissores nacionais	99.479	309.615
De emissores estrangeiros	4.277.131	7.694.157
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	7.585.794	11.139.207
De emissores estrangeiros	7.506.801	7.564.290
Contas a receber	190	189
Transações a liquidar	( 205.068 )	( 538.500 )
	<u>29.207.461</u>	<u>124.182.665</u>
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>		
Instrumentos derivados	<u>27.806</u>	<u>11.752</u>
<b>Outros ativos</b>		
Depósitos à ordem	10.752.353	42.440.826
Depósitos a prazo	300.100	9.040.139
	<u>11.052.453</u>	<u>51.480.965</u>
<b>Total (Nota 22)</b>	<u><u>40.287.720</u></u>	<u><u>175.675.382</u></u>

O total dos investimentos afetos a contratos *Unit-linked* apresenta em 31 de dezembro de 2017 uma diferença de 82.015 Euros para o total dos passivos financeiros valorizados ao justo valor (Nota 22), que corresponde ao justo valor negativo dos *interest rate swaps* que se encontra registado na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação” (Nota 23) e que estão afetos a *Unit-linked*.

## 7. Derivados

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6.c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2018							
	Montante Nocional			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura		Total
				Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
			(Nota 6)	(Nota 23)		(Nota 23)		
<b>Cobertura de justo valor</b>								
Swaps de taxa de juro	59.959.631	-	59.959.631	27.806	(4.897.075)	-	-	(4.869.269)
Futuros sobre divisas	3.229.750.000	740.250.000	3.970.000.000	16.487.277	(7.810.641)	4.122.951	(112.884)	12.686.703
Futuros de Taxa de Juro	813.200.000	-	813.200.000	5.720	(9.251.700)	-	-	(9.245.980)
Forwards cambiais	58.818.663	-	58.818.663	92.798	(211.082)	-	-	(118.284)
<b>Cobertura de fluxos de caixa</b>								
Swaps de taxa de juro	-	177.000.000	177.000.000	-	-	-	(3.417.495)	(3.417.495)
<b>Cobertura de investimento líquido</b>								
Futuros sobre divisas	-	42.875.000	42.875.000	-	-	261.418	(44.018)	217.400
Forwards cambiais	-	504.787.027	504.787.027	-	-	-	(7.580.366)	(7.580.366)
	<b>4.161.728.294</b>	<b>1.464.912.027</b>	<b>5.626.640.321</b>	<b>16.613.601</b>	<b>(22.170.498)</b>	<b>4.384.369</b>	<b>(11.154.763)</b>	<b>(12.327.291)</b>

	2017							
	Montante Nocional			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura		Total
				Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
			(Nota 6)	(Nota 23)		(Nota 23)		
<b>Cobertura de justo valor</b>								
Swaps de taxa de juro	40.668.155	-	40.668.155	16.546	(5.654.647)	-	-	(5.638.101)
Futuros sobre divisas	2.762.000.000	940.500.000	3.702.500.000	52.663.739	(2.147)	14.922.591	-	67.584.183
Forwards cambiais	47.195.181	-	47.195.181	457.645	-	-	-	457.645
<b>Cobertura de fluxos de caixa</b>								
Swaps de taxa de juro	-	180.000.000	180.000.000	-	-	-	(3.109.947)	(3.109.947)
<b>Cobertura de investimento líquido</b>								
Futuros sobre divisas	-	578.750.000	578.750.000	-	-	4.478.377	(769.417)	3.708.960
Forwards cambiais	-	161.602.464	161.602.464	-	-	8.777.409	(131.822)	8.645.587
	<b>2.849.863.336</b>	<b>1.860.852.464</b>	<b>4.710.715.800</b>	<b>53.137.930</b>	<b>(5.656.794)</b>	<b>28.178.377</b>	<b>(4.011.186)</b>	<b>71.648.327</b>

Os *interest rate swaps* contratados pelo Grupo e classificados como derivados detidos para negociação, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos *Unit-linked*, são valorizados ao custo amortizado (Nota 23).

Os *interest rate swaps* contratados pelo Grupo e classificados como derivados de cobertura, destinam-se à cobertura do risco de variação de taxa de juro dos empréstimos contraídos. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento do Grupo.

Para mitigar o risco de variabilidade cambial dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na *Chicago Mercantile Exchange* (CME) de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. No caso dos riscos EUR/JPY, EUR/USD, EUR/GBP e EUR/AUD os instrumentos contratados são *forwards* negociados em mercado de balcão.

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2018					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Cobertura de justo valor</b>						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	49.437.008	10.522.623	59.959.631
Futuros sobre divisas	3.220.000.000	750.000.000	-	-	-	3.970.000.000
Futuros de taxa de juro	813.200.000	-	-	-	-	813.200.000
Forwards cambiais	58.818.663	-	-	-	-	58.818.663
<b>Cobertura de fluxos de caixa</b>						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	27.000.000	150.000.000	177.000.000
<b>Cobertura de investimento líquido</b>						
Futuros sobre divisas	42.875.000	-	-	-	-	42.875.000
Forwards cambiais	77.146.867	393.290.210	34.349.950	-	-	504.787.027
	<b>4.212.040.530</b>	<b>1.143.290.210</b>	<b>34.349.950</b>	<b>76.437.008</b>	<b>160.522.623</b>	<b>5.626.640.321</b>

	2017					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Cobertura de justo valor</b>						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	40.000.000	668.155	40.668.155
Futuros sobre divisas	1.888.125.000	1.814.375.000	-	-	-	3.702.500.000
Forwards cambiais	27.287.374	19.907.807	-	-	-	47.195.181
<b>Cobertura de fluxos de caixa</b>						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	30.000.000	150.000.000	180.000.000
<b>Cobertura de investimento líquido</b>						
Futuros sobre divisas	471.000.000	107.750.000	-	-	-	578.750.000
Forwards cambiais	48.125.386	113.477.078	-	-	-	161.602.464
	<b>2.434.537.760</b>	<b>2.055.509.885</b>	<b>-</b>	<b>70.000.000</b>	<b>150.668.155</b>	<b>4.710.715.800</b>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2018		2017	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
<b>Swaps</b>				
Swaps de Taxa de juro				
Instituições Financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	59.959.631	( 4.869.269 )	40.668.155	( 5.638.101 )
Outras instituições	177.000.000	( 3.417.493 )	180.000.000	( 3.109.947 )
<b>Futuros</b>				
Futuros sobre Divisas				
Em Bolsa				
Chicago	4.012.875.000	12.904.103	4.281.250.000	71.293.143
Futuros de taxa de juro	813.200.000	( 9.245.980 )		
<b>Forwards cambiais</b>				
Instituições Financeiras	563.605.690	( 7.698.652 )	208.797.645	9.103.232
	<b>5.626.640.321</b>	<b>( 12.327.291 )</b>	<b>4.710.715.800</b>	<b>71.648.327</b>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Nos exercícios de 2018 e 2017, foram gerados os seguintes ganhos e perdas referentes à contabilidade de cobertura de justo valor:

	2018			2017		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Derivados	23.106.727	( 103.972.663 )	( 80.865.936 )	132.599.074	( 13.270.447 )	119.328.627
Ativos cobertos	58.221.547	( 2.083.813 )	56.137.734	1.702.775	( 136.017.862 )	( 134.315.087 )
	<u>81.328.274</u>	<u>( 106.056.476 )</u>	<u>( 24.728.202 )</u>	<u>134.301.849</u>	<u>( 149.288.309 )</u>	<u>( 14.986.460 )</u>

Nos exercícios de 2018 e 2017, a Reserva de Reavaliação referente à contabilidade de cobertura apresenta a seguinte desagregação:

	2018		2017	
	Cobertura de fluxos de caixa	Cobertura de investimento líquido	Cobertura de fluxos de caixa	Cobertura de investimento líquido
Swaps de taxa de juro	( 1.541.534 )	-	( 2.678.535 )	-
Futuros sobre Divisas	-	60.281.696	-	57.938.222
Forwards cambiais	-	8.788.840	-	26.459.433
	<u>( 1.541.534 )</u>	<u>69.070.536</u>	<u>( 2.678.535 )</u>	<u>84.397.655</u>

## 8. Ativos Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018					
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 42)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço
<b>Instrumentos de dívida</b>						
De dívida pública						
De emissores nacionais	2.467.871.950	-	2.467.871.950	( 583.762 )	158.054.570	2.625.342.758
De emissores estrangeiros	2.300.819.659	-	2.300.819.659	-	( 8.985.750 )	2.291.833.909
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3.423.528	-	3.423.528	-	121.233	3.544.761
De organismos financeiros internacionais	126.857	-	126.857	-	57.466	184.323
De outros emissores						
De emissores nacionais	102.466.926	( 49.979.822 )	52.487.104	-	181.571	52.668.675
De emissores estrangeiros	3.774.670.178	( 4.798.972 )	3.769.871.206	( 10.223.831 )	( 120.884.455 )	3.638.762.920
De empresas do Grupo	321.967.381	-	321.967.381	-	( 1.557.154 )	320.410.227
	<u>8.971.346.479</u>	<u>( 54.778.794 )</u>	<u>8.916.567.685</u>	<u>( 10.807.593 )</u>	<u>26.987.481</u>	<u>8.932.747.573</u>
<b>Instrumentos de capital</b>						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	108.269.175	( 12.742.701 )	95.526.474	-	( 1.270.803 )	94.255.671
De emissores estrangeiros	1.429.028.036	( 406.963.311 )	1.022.064.725	29.406.489	( 97.734.251 )	953.736.963
	<u>1.537.297.211</u>	<u>( 419.706.012 )</u>	<u>1.117.591.199</u>	<u>29.406.489</u>	<u>( 99.005.054 )</u>	<u>1.047.992.634</u>
<b>Outros instrumentos</b>						
Títulos de participação						
De residentes	5.203	-	5.203	-	-	5.203
Unidades de participação						
De residentes	124.841.212	( 31.670.547 )	93.170.665	-	35.625.305	128.795.970
De não residentes	36.497.661	( 816.577 )	35.681.084	-	3.274.300	38.955.384
Outros	( 185.950 )	-	( 185.950 )	-	-	( 185.950 )
	<u>161.158.126</u>	<u>( 32.487.124 )</u>	<u>128.671.002</u>	<u>-</u>	<u>38.899.605</u>	<u>167.570.607</u>
	<u>10.669.801.816</u>	<u>( 506.971.930 )</u>	<u>10.162.829.886</u>	<u>18.598.896</u>	<u>( 33.117.968 )</u>	<u>10.148.310.814</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2017					Valor de balanço
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 42)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	
<b>Instrumentos de dívida</b>						
De dívida pública						
De emissores nacionais	3.623.850.570	-	3.623.850.570	(1.096.495)	283.170.768	3.905.924.843
De emissores estrangeiros	1.812.018.142	-	1.812.018.142	(8.417.001)	20.019.097	1.823.620.238
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3.422.596	-	3.422.596	-	266.257	3.688.853
De organismos financeiros internacionais	126.854	-	126.854	-	64.935	191.789
De outros emissores						
De emissores nacionais	209.119.336	(49.979.822)	159.139.514	-	3.357.158	162.496.672
De emissores estrangeiros	3.265.849.526	(90.947.880)	3.174.901.646	(178.073.717)	32.144.898	3.028.972.827
De empresas do Grupo	374.780.269	-	374.780.269	-	(1.709.110)	373.071.159
	<u>9.289.167.293</u>	<u>(140.927.702)</u>	<u>9.148.239.591</u>	<u>(187.587.213)</u>	<u>337.314.003</u>	<u>9.297.966.381</u>
<b>Instrumentos de capital</b>						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	107.100.583	(12.226.609)	94.873.974	-	1.792.722	96.666.696
De emissores estrangeiros	1.247.240.304	(301.805.345)	945.434.959	(24.695.762)	383.920.044	1.304.659.241
	<u>1.354.340.887</u>	<u>(314.031.954)</u>	<u>1.040.308.933</u>	<u>(24.695.762)</u>	<u>385.712.766</u>	<u>1.401.325.937</u>
<b>Outros instrumentos</b>						
Títulos de participação						
De residentes	27.434	-	27.434	-	(5.611)	21.823
Unidades de participação						
De residentes	171.238.958	(33.511.103)	137.727.855	-	46.219.657	183.947.512
De não residentes	10.417.597	(4.612.771)	5.804.826	(67)	3.955.319	9.760.078
Outros	(120.779)	-	(120.779)	-	-	(120.779)
	<u>181.563.210</u>	<u>(38.123.874)</u>	<u>143.439.336</u>	<u>(67)</u>	<u>50.169.365</u>	<u>193.608.634</u>
	<u>10.825.071.391</u>	<u>(493.083.530)</u>	<u>10.331.987.861</u>	<u>(212.283.042)</u>	<u>773.196.133</u>	<u>10.892.900.952</u>

## 9. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 42)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 42)	Valor líquido
Depósitos junto de empresas cedentes	542.606	-	542.606	167.023	-	167.023
Outros depósitos						
Depósitos a prazo	1.972.461.828	-	1.972.461.828	1.072.847.342	-	1.072.847.342
Contas margem	77.924.284	-	77.924.284	63.158.678	-	63.158.678
	<u>2.050.386.112</u>	<u>-</u>	<u>2.050.386.112</u>	<u>1.136.006.020</u>	<u>-</u>	<u>1.136.006.020</u>
Empréstimos concedidos						
Empréstimos hipotecários	21.671.183	-	21.671.183	21.720.685	-	21.720.685
Empréstimos sobre apólices	1.164.138	(10.597)	1.153.541	1.592.222	(10.597)	1.581.625
Títulos de dívida	20.717.092	(323.222)	20.393.870	22.834.556	(236.590)	22.597.966
Outros	361.961	(361.961)	-	967.602	(370.205)	597.397
	<u>43.914.374</u>	<u>(695.780)</u>	<u>43.218.594</u>	<u>47.115.065</u>	<u>(617.392)</u>	<u>46.497.673</u>
Outros	11.584	-	11.584	10.657	-	10.657
	<u>2.094.854.676</u>	<u>(695.780)</u>	<u>2.094.158.896</u>	<u>1.183.298.765</u>	<u>(617.392)</u>	<u>1.182.681.373</u>

## 10. Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nas rubricas de “Terrenos e Edifícios” foi o seguinte:

	De uso próprio	De rendimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016			
Valor Bruto	517.884.943	1.757.270.491	2.275.155.434
Amortizações e imparidade acumuladas	<u>( 88.428.229 )</u>	<u>-</u>	<u>( 88.428.229 )</u>
	<u>429.456.714</u>	<u>1.757.270.491</u>	<u>2.186.727.205</u>
Entradas / (saídas) do perímetro			
Adições			
Por aquisições realizadas no período	17.581.767	14.600.890	32.182.657
Por dispêndios subsequentes	35.843.311	46.647.230	82.490.541
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 41)	-	7.993.094	7.993.094
Por contrapartida de capitais próprios	5.144.675	215.404	5.360.079
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 42)	( 883.984 )	-	( 883.984 )
Amortizações do exercício	( 21.415.250 )	-	( 21.415.250 )
Diferenças de câmbio	( 85.465 )	( 54.215.266 )	( 54.300.731 )
Transferências para ativos não correntes detidos para venda	( 34.790.401 )	( 260.924.277 )	( 295.714.678 )
Transferências	3.279.239	( 3.279.239 )	-
Alienações e abates líquidos	( 4.990.823 )	( 91.293.243 )	( 96.284.066 )
Outros movimentos	62.359	-	62.359
Saldos em 31 de dezembro de 2017			
Valor Bruto	540.459.856	1.417.015.084	1.957.474.940
Amortizações e imparidade acumuladas	<u>( 107.867.438 )</u>	<u>-</u>	<u>( 107.867.438 )</u>
	<u>432.592.418</u>	<u>1.417.015.084</u>	<u>1.849.607.502</u>
Entradas / (saídas) do perímetro			
Adições			
Por aquisições realizadas no período	63.091.081	84.292.960	147.384.042
Por dispêndios subsequentes	204.324	23.648.977	23.853.301
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 41)	-	36.924.225	36.924.225
Por contrapartida de capitais próprios	40.850.728	-	40.850.728
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 42)	1.140.708	-	1.140.708
Amortizações do exercício	( 16.114.093 )	-	( 16.114.093 )
Diferenças de câmbio	( 8.291.103 )	18.275.715	9.984.613
Transferências de ativos não correntes detidos para venda	101.114	12.406.100	12.507.214
Transferências	967.064	( 967.064 )	( 0 )
Alienações e abates líquidos	-	( 39.185.239 )	( 39.185.239 )
Outros movimentos	( 9.993.875 )	21.157	( 9.972.718 )
Saldos em 31 de dezembro de 2018			
Valor Bruto	675.836.432	1.552.431.915	2.228.268.347
Amortizações e imparidade acumuladas	<u>( 152.903.227 )</u>	<u>-</u>	<u>( 152.903.227 )</u>
	<u>522.933.205</u>	<u>1.552.431.915</u>	<u>2.075.365.120</u>

Em 2018 as entradas em perímetro referem-se à aquisição da Capital Criativo Health Care Investments II, SA, e em 2017, estas entradas no perímetro de consolidação, referem-se à Sociedade Clínica Hospitalar, Lda.

Em 2018 as adições por aquisições incluem 28.260.006 Euros relativos à aquisição dos terrenos da antiga Feira Popular de Lisboa, sendo o investimento total previsto de 273.900.040 Euros

Conforme referido na Nota 2.9. acima, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com a opção prevista na IAS 16.

Caso o Grupo tivesse optado por valorizar os terrenos e edifícios de uso próprio pelo modelo do custo o seu valor de balanço seria 442.362.403 Euros.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40 e referido na Nota 2.6..

Os terrenos e edifícios são avaliados de acordo com o tratamento referido na Nota 2.6 e 2.7, por peritos avaliadores habilitados para o efeito. O Grupo considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”, desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

### **Métodos de avaliação**

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são:

- a) Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;
- b) Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente, esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados;

- c) Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

### Terrenos e edifícios de uso próprio

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 90.246.089 Euros e 111.830.706 Euros, respetivamente (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o desdobramento do valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da respetiva data de avaliação, é o seguinte:

	2018	2017
2018	451.141.320	
2017	71.791.885	88.414.115
2016		344.178.303
	<u>522.933.205</u>	<u>432.592.418</u>

## 11. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a afetação dos investimentos e outros ativos, seguindo uma ótica prudencial, a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2018					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	73.807.050	19.312.290	442.092.146	19.429.018	505.441.642	1.060.082.146
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	61.918	-	2.245.228	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	1.821.998	61.925	9.912.800	1.813.234	3.003.644	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	104.373.966	4.598.084	219.485.034	63.679.928	470.541.728	862.678.740
Derivados de cobertura	11.695	12.997	2.242.836	1.855.423	261.418	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	1.650.930.508	180.505.362	6.904.812.187	1.329.234.972	82.827.785	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	164.901.736	7.296.610	1.349.456.132	440.513.711	131.990.707	2.094.158.896
Terrenos e edifícios	345.954	9.264.643	-	169.068.876	1.896.685.647	2.075.365.120
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	64.321.969	64.321.969
	<u>1.996.192.907</u>	<u>221.051.911</u>	<u>8.928.063.053</u>	<u>2.025.595.162</u>	<u>3.157.319.768</u>	<u>16.328.222.801</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2017					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15.187.550	1.459.203	61.009.337	3.151.243	515.939.333	596.746.666
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	914.394	-	591.926	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	5.977.151	1.040.133	30.053.154	9.676.131	6.391.361	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	83.168.405	1.290.547	283.129.377	148.013.374	292.272.892	807.874.595
Derivados de cobertura	251.956	83.774	10.332.662	4.254.200	13.255.785	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	1.399.067.658	199.426.144	7.395.248.894	1.705.997.446	193.160.810	10.892.900.952
Empréstimos e contas a receber	413.164.959	10.835.519	410.059.605	100.930.890	247.690.400	1.182.681.373
Terrenos e edifícios	129.234	6.120.527	-	192.049.190	1.651.308.551	1.849.607.502
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	53.201.675	53.201.675
	<b>1.916.946.913</b>	<b>220.255.847</b>	<b>8.190.747.423</b>	<b>2.164.072.474</b>	<b>2.973.812.733</b>	<b>15.465.835.390</b>

## 12. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2018 e 2017, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

	2018							2017			
	Saldos iniciais		Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor bruto							Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Equipamento	26.392.620	(24.931.321)	44.066	1.338.168	2.241	(967.761)	(218.738)	(4.176)	25.694.460	(24.039.361)	1.655.099
Equipamento administrativo	8.572.424	(7.252.820)	-	2.717.417	1	(684.169)	(147.202)	(1.755)	10.983.961	(7.780.065)	3.203.896
Máquinas e ferramentas	19.354.117	(16.938.999)	-	2.338.004	1.136.922	(2.331.215)	(98.548)	13.606	22.183.751	(18.709.864)	3.473.887
Equipamento informático	24.790.146	(20.475.986)	-	846.668	976.851	(1.016.415)	(74.047)	-	26.220.652	(21.173.435)	5.047.217
Instalações interiores	2.375.262	(1.553.765)	20.036	429.239	(2.007)	(329.921)	(105.597)	(250)	2.230.814	(1.397.817)	832.997
Material de transporte	158.335.048	(124.442.781)	-	14.631.449	1.472.627	(11.225.543)	-	-	174.337.319	(135.566.519)	38.770.800
Equipamento hospitalar	40.725.056	(34.962.101)	1.011.898	4.244.763	(2.137.919)	(1.859.309)	(31.138)	-	39.672.821	(32.681.572)	6.991.249
Outro equipamento	2.032.819	-	-	46.902	13.000	-	(12.270)	-	2.080.450	-	2.080.450
Património artístico	539.241	(402.527)	-	-	(1)	(55.700)	-	(5.856)	493.987	(418.740)	75.157
Equipamento em locação financeira	5.776.588	(4.784.927)	25.271	306.008	273.186	(288.615)	-	-	6.087.889	(4.780.378)	1.307.511
Outros ativos tangíveis	-	-	-	1.017.987	(113.806)	-	-	(25.476)	878.705	-	878.705
Ativos tangíveis em curso	53.581	-	-	5.000	(53.581)	-	-	-	5.000	-	5.000
Adiantamento por conta de tangíveis	288.946.902	(235.745.227)	1.101.271	27.921.604	1.567.514	(18.758.648)	(687.540)	(23.907)	310.869.719	(246.547.750)	64.321.969
Equipamento	26.496.957	(25.128.530)	57.250	926.590	(84.284)	(802.277)	(3.467)	(940)	26.392.620	(24.931.321)	1.461.299
Equipamento administrativo	9.008.273	(7.704.564)	-	468.236	(7.444)	(440.418)	(1.728)	(2.751)	8.572.424	(7.252.820)	1.319.604
Máquinas e ferramentas	18.236.003	(15.365.727)	-	1.262.772	203.998	(1.920.258)	(1.670)	-	19.354.117	(16.938.999)	2.415.118
Equipamento informático	23.232.675	(19.517.526)	-	1.408.963	204.337	(1.008.837)	(5.452)	-	24.790.146	(20.475.986)	4.314.160
Instalações interiores	2.103.281	(1.229.915)	3.694	380.030	(7.733)	(382.130)	(19.275)	(26.455)	2.375.262	(1.553.765)	821.497
Material de transporte	146.305.912	(115.245.796)	-	12.822.275	506.165	(10.496.289)	-	-	158.335.048	(124.442.781)	33.892.267
Equipamento hospitalar	38.535.578	(33.184.660)	1.011.250	1.756.434	(142.391)	(1.987.173)	14.855	(240.938)	40.725.056	(34.962.101)	5.762.955
Outro equipamento	1.999.474	-	-	34.601	-	-	(1.256)	-	2.032.819	-	2.032.819
Património artístico	908.995	(643.578)	-	-	190.408	(55.700)	-	(263.411)	539.241	(402.527)	136.714
Equipamento em locação financeira	5.531.825	(4.465.618)	-	664.305	(289.135)	(410.769)	-	(38.947)	5.776.588	(4.784.927)	991.661
Outros ativos tangíveis	333.499	-	-	-	(72.954)	-	-	(206.964)	53.581	-	53.581
Adiantamento por conta de tangíveis	272.692.472	(222.485.914)	1.072.194	19.724.206	500.967	(17.503.851)	(17.993)	(780.406)	288.946.902	(235.745.227)	53.201.675

As entradas no perímetro de consolidação, referem-se, em 2018 à aquisição da Capital Criativo Health Care Investments II, SA, e em 2017 à aquisição de 81,35% da S.C.H – Sociedade Clínica Hospitalar e de 100% da C.C.H. – Capital Criativo Care Investments S.A.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Ativos tangíveis” inclui ativos totalmente amortizados, mas que ainda se encontram em uso, nos montantes de 205.499.423 Euros e 203.002.740 Euros.

### 13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Mercadorias hospitalares	12.375.818	11.538.872
Imóveis	7.812	7.750
Mercadorias	136.376	192.606
Produtos e trabalhos em curso	199.134	88.788
Salvados	15.060	14.047
Outros inventários	185.744	213.806
	<u>12.919.944</u>	<u>12.055.869</u>
Imparidade de mercadorias (Nota 42)	-	-
	<u><u>12.919.944</u></u>	<u><u>12.055.869</u></u>

### 14. Goodwill

O *goodwill* registado pelo Grupo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tem a seguinte composição:

	2018			2017		
	Valor Bruto	Perda por Imparidade (Nota 42)	Valor Líquido	Valor Bruto	Perda por Imparidade (Nota 42)	Valor Líquido
<b>Goodwill reconhecido em Goodwill</b>						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	65.531.707	-	65.531.707	65.531.707	-	65.531.707
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	1.663.226	-	1.663.226	1.663.226	-	1.663.226
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	2.281.095	-	2.281.095	2.281.095	-	2.281.095
Luz Saúde, S.A.	359.254.032	-	359.254.032	359.254.032	-	359.254.032
GK Kita Aoyoma Support 2	-	-	-	15.319	-	15.319
Hospital da Luz Guimarães, S.A.	16.025.075	-	16.025.075	16.025.075	-	16.025.075
Godo Kaisha Moana	710.601	-	710.601	710.601	-	710.601
S.C.H. - Soc. Clínica Hospitalar S.A.	3.126.025	-	3.126.025	3.126.025	-	3.126.025
C.C.H. - Capital Criativo Care Investments S.A.	8.720.683	-	8.720.683	8.720.683	-	8.720.683
Capital Criativo Health Care Investments II, SA	26.220.367	-	26.220.367	-	-	-
	<u>483.532.811</u>	<u>-</u>	<u>483.532.811</u>	<u>457.327.763</u>	<u>-</u>	<u>457.327.763</u>
<b>Goodwill reconhecido em Investimentos</b>						
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	957.001	( 957.001 )	-	957.001	( 957.001 )	-
	<u>957.001</u>	<u>( 957.001 )</u>	<u>-</u>	<u>957.001</u>	<u>( 957.001 )</u>	<u>-</u>
	<u><u>484.489.812</u></u>	<u><u>( 957.001 )</u></u>	<u><u>483.532.811</u></u>	<u><u>458.284.764</u></u>	<u><u>( 957.001 )</u></u>	<u><u>457.327.763</u></u>

Nos exercícios de 2018 e 2017 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

<b>Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2016</b>	<u>446.387.408</u>
Hive-up Thomas More Square (Lux) Investments Limited	( 906.244 )
Thomas More Square (Lux) Sarl	( 109 )
Compra de 81,35% da S.C.H. - Sociedade Clínica Hospitalar S.A.	3.126.025
Compra de 100% da C.C.H. - Capital Criativo Care Investments S.A.	<u>8.720.683</u>
<b>Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2017</b>	<u>457.327.763</u>
GK Kita Aoyoma Support 2	( 15.319 )
Compra de 90% da Capital Criativo Health Care Investments II, SA	<u>26.220.367</u>
<b>Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2018</b>	<u><u>483.532.811</u></u>

A determinação do *goodwill* das principais empresas adquiridas pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Goodwill (reconhecido em goodwill)**

Compra de 80% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	980.832.887
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (80,00%)	<u>911.913.667</u>
	68.919.220
Compra de 4,986% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	<u>( 3.387.513 )</u>
	65.531.707
Compra de 98,21% da Luz Saúde, S.A.	457.827.530
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (98,21%) em setembro de 2014	<u>98.683.752</u>
	359.143.778
Compra de 96,996% da Godo Kaisha Moana	102.843.643
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (96,996%) em 2016	<u>102.133.042</u>
	710.601
Compra de 100% do Hospital da Luz Guimarães, S.A.	25.237.564
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (100%) em 2016	<u>9.212.489</u>
	16.025.075
Compra de 81,35% da S.C.H. - Sociedade Clínica Hospitalar S.A.	3.091.338
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (81,35%) em março de 2017	<u>( 34.687 )</u>
	3.126.025
Compra de 100% da C.C.H. - Capital Criativo Care Investments S.A.	7.163.382
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (100%) em agosto de 2017	<u>( 1.557.301 )</u>
	8.720.683
Compra de 90% da Capital Criativo Health Care Investments II, SA	19.990.000
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (100%) em abril de 2018	<u>( 6.230.367 )</u>
	<u>26.220.367</u>

O *goodwill* adquirido na concentração de atividades empresariais representa um pagamento feito por uma adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

A quantia recuperável do ativo corresponde ao valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

As avaliações efetuadas incorporaram a informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados financeiros e outras, tendo-se verificado em todos os testes que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo, assim, lugar ao registo de perdas por imparidade.

No seguimento da aquisição das novas empresas ao longo de 2018, o Grupo efetuou uma avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos de acordo com a IFRS 3 – “Concentrações Empresariais”, não tendo identificadas diferenças significativas entre os valores contabilísticos dos ativos e dos passivos e os seus justos valores. O detalhe dos ativos líquidos e do *goodwill* apurado no âmbito das transações ocorridas durante 2018 é como se segue:

	2018
	Capital Criativo Health Care Investments II, SA
<b>Justo Valor dos Ativos e Passivos</b>	
Ativos adquiridos	36.203.757
Passivos adquiridos	42.434.124
<b>Total dos Ativos Líquidos</b>	<b>( 6.230.367 )</b>
% detida dos Ativos	( 6.230.367 )
<b>Preço de aquisição</b>	<b>19.990.000</b>
<b>Goodwill</b>	<b>26.220.367</b>

## 15. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2018 e 2017, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

	2018							2017			
	Saldos iniciais		Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada							Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	71.375.965	(63.635.975)	2.639	2.028.703	866.659	(4.904.076)	(101.378)	(4.920)	73.439.316	(67.811.699)	5.627.617
Outros ativos intangíveis	335.606	(302.174)	-	-	36.371	(27.133)	-	12.124	335.606	(280.812)	54.794
Ativos intangíveis em curso	12.627.248	-	-	6.727.621	(1.897.553)	-	-	(23.627)	17.433.689	-	17.433.689
	<b>84.338.819</b>	<b>(63.938.149)</b>	<b>2.639</b>	<b>8.756.324</b>	<b>(994.523)</b>	<b>(4.931.209)</b>	<b>(101.378)</b>	<b>(16.423)</b>	<b>91.208.611</b>	<b>(68.092.511)</b>	<b>23.116.100</b>
	2017							2016			
	Saldos iniciais		Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada							Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	65.517.345	(57.096.904)	200.713	3.871.562	2.227.361	(6.659.977)	(3.127)	(316.983)	71.375.965	(63.635.975)	7.739.990
Outros ativos intangíveis	335.606	(275.041)	-	-	-	(27.133)	-	-	335.606	(302.174)	33.432
Ativos intangíveis em curso	10.510.038	-	-	4.354.084	(2.227.361)	-	-	(9.513)	12.627.248	-	12.627.248
	<b>76.362.989</b>	<b>(57.371.945)</b>	<b>200.713</b>	<b>8.225.646</b>	<b>-</b>	<b>(6.687.110)</b>	<b>(3.127)</b>	<b>(326.496)</b>	<b>84.338.819</b>	<b>(63.938.149)</b>	<b>20.400.670</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Ativos intangíveis em curso”, refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (*software*).

Nos exercícios de 2018 e 2017, o Grupo reconheceu diretamente na demonstração de ganhos e perdas despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 25.975.014 Euros e de 27.591.167 Euros, respetivamente.

## 16. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	818.263	29.320.428	30.138.691	129.360	33.508.687	33.638.047
Provisão matemática	13.081.699	-	13.081.699	11.187.581	-	11.187.581
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	6.823.732	154.262.018	161.085.750	8.085.106	206.926.121	215.011.227
Sinistros não declarados (IBNR)	2.659.117	16.642.800	19.301.917	2.638.421	16.369.308	19.007.729
	<b>9.482.849</b>	<b>170.904.818</b>	<b>180.387.667</b>	<b>10.723.527</b>	<b>223.295.429</b>	<b>234.018.956</b>
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	1.072	1.072
	<b>23.382.811</b>	<b>200.225.246</b>	<b>223.608.057</b>	<b>22.040.468</b>	<b>256.805.188</b>	<b>278.845.656</b>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2018			2017		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
<b>Seguros vida</b>	818.263	-	818.263	129.360	-	129.360
<b>Seguros não vida</b>						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2.576.923	( 1.199.799 )	1.377.124	3.131.916	( 1.460.726 )	1.671.190
Doença	494.568	12.840	507.408	1.469.790	13.320	1.483.110
Incêndio e outros danos	26.193.586	( 4.187.633 )	22.005.953	28.282.964	( 4.083.093 )	24.199.871
Automóvel	570.941	( 71.936 )	499.005	389.253	( 62.835 )	326.418
Marítimo, aéreo e transportes	299.646	( 26.449 )	273.197	169.096	( 23.599 )	145.497
Responsabilidade civil geral	2.314.549	( 161.976 )	2.152.573	2.533.044	( 178.122 )	2.354.922
Crédito e caução	60.514	( 2.859 )	57.655	57.811	( 3.024 )	54.787
Proteção jurídica	3.596	( 117 )	3.479	3.667	( 117 )	3.550
Assistência	45.756	( 2.077 )	43.679	37.771	( 2.077 )	35.694
Diversos	4.072.622	( 1.672.267 )	2.400.355	5.249.565	( 2.015.917 )	3.233.648
	<u>36.632.701</u>	<u>( 7.312.273 )</u>	<u>29.320.428</u>	<u>41.324.877</u>	<u>( 7.816.190 )</u>	<u>33.508.687</u>
	<u>37.450.964</u>	<u>( 7.312.273 )</u>	<u>30.138.691</u>	<u>41.454.237</u>	<u>( 7.816.190 )</u>	<u>33.638.047</u>

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
<b>Seguros vida</b>				
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>	129.360	688.903	-	818.263
<b>Seguros não vida</b>				
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>				
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.131.916	( 574.480 )	19.487	2.576.923
Doença	1.469.790	( 441.583 )	( 533.639 )	494.568
Incêndio e outros danos	28.282.964	( 312.194 )	( 1.777.184 )	26.193.586
Automóvel	389.253	145.561	36.127	570.941
Marítimo, aéreo e transportes	169.096	184.866	( 54.316 )	299.646
Responsabilidade civil geral	2.533.044	( 231.883 )	13.388	2.314.549
Crédito e caução	57.811	2.724	( 21 )	60.514
Proteção jurídica	3.667	1.611	( 1.682 )	3.596
Assistência	37.771	14.139	( 6.154 )	45.756
Diversos	5.249.565	( 1.176.942 )	( 1 )	4.072.622
	<u>41.324.877</u>	<u>( 2.388.181 )</u>	<u>( 2.303.995 )</u>	<u>36.632.701</u>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>				
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	( 1.460.726 )	264.229	( 3.302 )	( 1.199.799 )
Doença	13.320	6.815	( 7.295 )	12.840
Incêndio e outros danos	( 4.083.093 )	( 159.891 )	55.351	( 4.187.633 )
Automóvel	( 62.835 )	( 7.204 )	( 1.897 )	( 71.936 )
Marítimo, aéreo e transportes	( 23.599 )	( 1.771 )	( 1.079 )	( 26.449 )
Responsabilidade civil geral	( 178.122 )	17.008	( 862 )	( 161.976 )
Crédito e caução	( 3.024 )	164	1	( 2.859 )
Proteção jurídica	( 117 )	-	-	( 117 )
Assistência	( 2.077 )	-	-	( 2.077 )
Diversos	( 2.015.917 )	343.651	( 1 )	( 1.672.267 )
	<u>( 7.816.190 )</u>	<u>463.001</u>	<u>40.916</u>	<u>( 7.312.273 )</u>
	<u>33.508.687</u>	<u>( 1.925.180 )</u>	<u>( 2.263.079 )</u>	<u>29.320.428</u>
	<u>33.638.047</u>	<u>( 1.236.277 )</u>	<u>( 2.263.079 )</u>	<u>30.138.691</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	
<b>Seguros vida</b>				
Provisão para prémios não adquiridos	136.594	( 7.234 )	-	129.360
<b>Seguros não vida</b>				
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>				
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.446.191	( 271.292 )	( 42.983 )	3.131.916
Doença	1.643.680	( 166.867 )	( 7.023 )	1.469.790
Incêndio e outros danos	23.537.352	4.996.134	( 250.522 )	28.282.964
Automóvel	475.976	( 177.541 )	90.818	389.253
Marítimo, aéreo e transportes	363.237	( 190.004 )	( 4.137 )	169.096
Responsabilidade civil geral	2.526.562	45.659	( 39.177 )	2.533.044
Crédito e caução	67.395	( 9.584 )	-	57.811
Proteção jurídica	2.179	1.501	( 13 )	3.667
Assistência	65.718	27.550	( 55.497 )	37.771
Diversos	5.640.714	( 391.149 )	-	5.249.565
	<u>37.769.004</u>	<u>3.864.407</u>	<u>( 308.534 )</u>	<u>41.324.877</u>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>				
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	( 1.608.289 )	130.988	16.575	( 1.460.726 )
Doença	( 200.837 )	213.771	386	13.320
Incêndio e outros danos	( 4.353.938 )	198.254	72.591	( 4.083.093 )
Automóvel	( 57.246 )	( 1.971 )	( 3.618 )	( 62.835 )
Marítimo, aéreo e transportes	( 34.560 )	11.555	( 594 )	( 23.599 )
Responsabilidade civil geral	( 215.308 )	32.404	4.782	( 178.122 )
Crédito e caução	( 1.604 )	( 1.420 )	-	( 3.024 )
Proteção jurídica	( 84 )	( 33 )	-	( 117 )
Assistência	( 1.604 )	( 474 )	1	( 2.077 )
Diversos	( 1.939.638 )	( 76.279 )	-	( 2.015.917 )
	<u>( 8.413.108 )</u>	<u>506.795</u>	<u>90.123</u>	<u>( 7.816.190 )</u>
	<u>29.355.896</u>	<u>4.371.202</u>	<u>( 218.411 )</u>	<u>33.508.687</u>
	<u>29.492.490</u>	<u>4.363.968</u>	<u>( 218.411 )</u>	<u>33.638.047</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2018			2017		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
<b>Seguros vida</b>						
	6.823.732	2.659.117	9.482.849	8.085.106	2.638.421	10.723.527
<b>Seguros não vida</b>						
Acidentes de trabalho	2.291.148	1.281.139	3.572.287	2.424.782	1.125.525	3.550.307
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	17.775.340	1.609.464	19.384.804	15.361.069	956.816	16.317.885
Doença	454.035	207.777	661.812	551.822	88.652	640.474
Incêndio e outros danos	99.622.538	7.144.079	106.766.617	151.078.402	10.662.565	161.740.967
Automóvel	4.120.597	1.472.315	5.592.912	9.388.764	997.724	10.386.488
Marítimo, aéreo e transportes	6.952.321	635.116	7.587.437	7.766.504	293.254	8.059.758
Responsabilidade civil geral	14.174.404	3.808.439	17.982.843	12.293.185	1.690.053	13.983.238
Crédito e caução	1.396	10.510	11.906	396	10.510	10.906
Assistência	-	-	-	( 1.097 )	2	( 1.095 )
Diversos	8.870.239	473.961	9.344.200	8.062.294	544.207	8.606.501
	<u>154.262.018</u>	<u>16.642.800</u>	<u>170.904.818</u>	<u>206.926.121</u>	<u>16.369.308</u>	<u>223.295.429</u>
	<u>161.085.750</u>	<u>19.301.917</u>	<u>180.387.667</u>	<u>215.011.227</u>	<u>19.007.729</u>	<u>234.018.956</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
<b>Seguros vida</b>	10.723.527	7.245.391	( 8.486.069 )	-	9.482.849
<b>Seguros não vida</b>					
Acidentes de trabalho	3.550.307	1.368.090	( 1.274.631 )	( 71.479 )	3.572.287
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	16.317.885	4.557.328	( 1.494.744 )	4.335	19.384.804
Doença	640.474	3.108.668	( 2.959.318 )	( 128.012 )	661.812
Incêndio e outros danos	161.740.967	53.788.989	( 107.385.433 )	( 1.377.906 )	106.766.617
Automóvel	10.386.488	15.155.307	( 19.821.541 )	( 127.342 )	5.592.912
Marítimo, aéreo e transportes	8.059.758	1.092.256	( 1.567.828 )	3.251	7.587.437
Responsabilidade civil geral	13.983.238	7.434.958	( 3.392.018 )	( 43.335 )	17.982.843
Crédito e caução	10.906	1.000	-	-	11.906
Assistência	( 1.095 )	2.243	( 1.575 )	427	-
Diversos	8.606.501	9.866.610	( 9.128.911 )	-	9.344.200
	<u>223.295.429</u>	<u>96.375.449</u>	<u>( 147.025.999 )</u>	<u>( 1.740.061 )</u>	<u>170.904.818</u>
	<u>234.018.956</u>	<u>103.620.840</u>	<u>( 155.512.068 )</u>	<u>( 1.740.061 )</u>	<u>180.387.667</u>
	2017				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
<b>Seguros vida</b>	10.039.562	7.134.265	( 6.450.300 )	-	10.723.527
<b>Seguros não vida</b>					
Acidentes de trabalho	1.377.547	2.609.570	( 335.310 )	( 101.500 )	3.550.307
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	13.758.980	4.769.444	( 2.175.850 )	( 34.689 )	16.317.885
Doença	508.857	2.375.630	( 2.242.661 )	( 1.352 )	640.474
Incêndio e outros danos	79.197.628	144.419.409	( 57.757.082 )	( 4.118.988 )	161.740.967
Automóvel	7.960.951	10.324.815	( 7.999.207 )	99.929	10.386.488
Marítimo, aéreo e transportes	3.959.077	6.928.152	( 2.827.221 )	( 250 )	8.059.758
Responsabilidade civil geral	16.704.500	657.119	( 3.347.064 )	( 31.317 )	13.983.238
Crédito e caução	17.820	( 6.914 )	-	-	10.906
Assistência	-	( 1.098 )	-	3	( 1.095 )
Diversos	7.121.110	16.660.855	( 15.175.464 )	-	8.606.501
	<u>130.606.470</u>	<u>188.736.982</u>	<u>( 91.859.859 )</u>	<u>( 4.188.164 )</u>	<u>223.295.429</u>
	<u>140.646.032</u>	<u>195.871.247</u>	<u>( 98.310.159 )</u>	<u>( 4.188.164 )</u>	<u>234.018.956</u>

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

## 17. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Contas a receber por operações de seguro direto</b>		
Recibos por cobrar	86.421.299	91.906.760
Reembolsos de sinistros	25.415.718	25.351.728
Mediadores	68.656.706	88.595.905
Co-seguradores	14.868.478	20.142.467
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	456.485	3.483.966
Fundo de Acidentes de Trabalho	2.156.558	2.043.999
Outros	263.173	631.327
	<u>198.238.417</u>	<u>232.156.152</u>
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 42)	( 9.799.351 )	( 10.529.419 )
(Ajustamentos IFAP - Nota 42)	( 137.408 )	( 99.856 )
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 42)	( 4.933.438 )	( 6.487.926 )
	<u>( 14.870.197 )</u>	<u>( 17.117.201 )</u>
	<u>183.368.220</u>	<u>215.038.951</u>
<b>Contas a receber por outras operações de resseguro</b>		
Contas correntes de resseguradores	24.195.528	24.922.081
Contas correntes de ressegurados	2.809.694	1.151.804
	<u>27.005.222</u>	<u>26.073.885</u>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 42)	( 5.740.637 )	( 6.390.243 )
	<u>21.264.585</u>	<u>19.683.642</u>
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Empresas do grupo	2.229	2.229
Empresas associadas	-	703.126
Pessoal	805.217	744.052
Fundos de pensões	38.346	69.901
Clientes - contas correntes	101.601.164	111.711.740
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	9.473.942	7.944.013
Devedores por valores em depósito	365.738	312.159
Arrendamentos imobiliários	3.983.104	2.299.237
Transações a liquidar	113.822.820	-
Adiantamento a fornecedores	1.673.616	3.240.002
Outros	12.844.282	136.744.225
	<u>244.610.458</u>	<u>263.770.684</u>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 42)	( 28.481.217 )	( 28.117.628 )
	<u>216.129.241</u>	<u>235.653.056</u>
	<u>420.762.046</u>	<u>470.375.649</u>

Nos exercícios de 2018 e 2017 o valor na rubrica “Clientes – contas correntes” inclui os montantes de 99.908.413 Euros e 111.711.680 Euros, respetivamente, correspondentes ao setor hospitalar.

A rubrica “Transações a liquidar” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

O Grupo registou como montante a receber 113.822.820 Euros por parte da Fosun Industrial Holdings, Limited que decorre do exercício em 15 de outubro de 2018 de uma put option sobre a participada detida a 100% FF Investment

Luxembourg 1 S.à r.l. Este montante foi apurado de acordo com as condições contratuais estando ligado a uma participação na Folli Follie Group, detida pela FF Investment Luxembourg 1 S.à r.l.. O pagamento deste montante está garantido pela Fosun International Limited tendo sido liquidado em 23 de janeiro de 2019.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2013 a 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Contas a receber por outras operações – Outros devedores diversos” incluía o montante de 116.401.991 Euros, correspondente ao valor a receber da venda da FPI (US) 1 LLC.

## 18. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

	2018	2017
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Outros	53.177.361	1.369.591
	<u>53.177.361</u>	<u>1.369.591</u>
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	( 30.620.911 )
Outros		
Imposto do selo	( 8.695.687 )	( 8.605.586 )
Fundo de garantia automóvel	( 2.080.309 )	( 2.011.623 )
Fundo de acidentes de trabalho	( 4.205.551 )	( 4.265.702 )
Taxa para autoridade nacional para proteção civil	( 1.561.970 )	( 1.722.858 )
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	( 2.069.340 )	( 2.183.739 )
Instituto nacional de emergência médica	( 2.864.473 )	( 2.574.443 )
Segurança social	( 5.572.148 )	( 5.264.410 )
Retenções	( 8.388.813 )	( 8.141.918 )
Outros	( 2.497.938 )	( 1.973.109 )
	<u>( 37.936.229 )</u>	<u>( 67.364.299 )</u>
<b>Ativos por impostos diferidos</b>	291.475.987	259.118.893
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	( 130.884.968 )	( 257.511.603 )
	<u>160.591.019</u>	<u>1.607.290</u>
Total	<u>175.832.151</u>	<u>( 64.387.418 )</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

	2018	2017
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	( 50.810.582 )	( 115.754.631 )
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	3.626.298	( 6.994.028 )
Retenções na fonte	( 6.271.306 )	11.358.898
Pagamentos por conta	91.183.125	75.659.093
Outros	608.028	( 4.821.507 )
	<u>38.335.563</u>	<u>( 40.552.175 )</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados" corresponde ao montante da estimativa de IRC acrescido da Derrama Municipal e Estadual e do valor da tributação autónoma.

Em 2018 e 2017, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos classificados como disponíveis para venda afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados e da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores.

Em 2017, no âmbito do RETGS, os "Pagamentos Adicionais por Conta" foram entregues ao Estado pela Longrun Portugal, SGPS, S.A. (sociedade dominante). Assim, as empresas do Grupo que integram o RETGS têm registado no seu balanço um valor a receber da Longrun Portugal, SGPS, S.A. referente aos "Pagamentos Adicionais por Conta" e um valor a pagar/receber à Longrun Portugal, SGPS, S.A., referente à "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados".

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018			Saldos finais
	Saldos iniciais	Variação em		
		Capital próprio	Resultados	
<b>Ativo</b>				
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	1.236.751	96.753.475	9.306.610	107.296.836
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	8.778.673	( 387.922 )	26.580.902	34.971.653
De rendimento	35.011.694	-	( 34.673.214 )	338.480
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	195.072.143	( 327.344 )	( 63.922.990 )	130.821.809
Benefícios dos trabalhadores	15.378.736	( 839.887 )	755.958	15.294.807
Prejuízos fiscais reportáveis	2.175.783	-	-	2.175.783
Outros	1.465.113	16.947	( 905.441 )	576.619
	<u>259.118.893</u>	<u>95.215.269</u>	<u>( 62.858.175 )</u>	<u>291.475.987</u>
<b>Passivo</b>				
Valorização de ativos disponíveis para venda	( 214.504.144 )	129.660.473	( 10.196.720 )	( 95.040.391 )
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	( 19.019.379 )	( 178.969 )	( 3.813.671 )	( 23.012.019 )
De rendimento	( 20.962.658 )	-	21.056.901	94.243
Outros	( 3.025.422 )	-	( 9.901.378 )	( 12.926.800 )
	<u>( 257.511.603 )</u>	<u>129.481.504</u>	<u>( 2.854.869 )</u>	<u>( 130.884.968 )</u>
	<u>1.607.290</u>	<u>224.696.773</u>	<u>( 65.713.044 )</u>	<u>160.591.019</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2017				SalDOS finais
	SalDOS iniciais	Entrada perímetro	Variação em		
			Capital próprio	Resultados	
<b>Ativo</b>					
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	58.296.520	-	( 39.294.536 )	( 17.765.233 )	1.236.751
Terrenos e edifícios					
De uso próprio	41.014.480	-	( 23.166.280 )	( 9.069.527 )	8.778.673
De rendimento	126.323.422	-	-	( 91.311.728 )	35.011.694
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	180.645.528	-	( 63.422 )	14.490.037	195.072.143
Benefícios dos trabalhadores	14.217.744	-	( 573.257 )	1.734.249	15.378.736
Prejuízos fiscais reportáveis	2.127.454	-	-	48.329	2.175.783
Outros	2.492.029	-	-	( 1.026.916 )	1.465.113
	<u>425.117.177</u>	<u>-</u>	<u>( 63.097.495 )</u>	<u>( 102.900.789 )</u>	<u>259.118.893</u>
<b>Passivo</b>					
Valorização de ativos disponíveis para venda	( 82.374.907 )	-	( 149.901.879 )	17.772.642	( 214.504.144 )
Terrenos e edifícios					
De uso próprio	( 42.423.705 )	-	22.171.832	1.232.494	( 19.019.379 )
De rendimento	( 119.041.201 )	( 2.107.215 )	-	100.185.758	( 20.962.658 )
Outros	( 11.563.191 )	-	-	8.537.769	( 3.025.422 )
	<u>( 255.403.004 )</u>	<u>( 2.107.215 )</u>	<u>( 127.730.047 )</u>	<u>127.728.663</u>	<u>( 257.511.603 )</u>
	<u>169.714.173</u>	<u>( 2.107.215 )</u>	<u>( 190.827.542 )</u>	<u>24.827.874</u>	<u>1.607.290</u>

Em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, o qual estabelece no artigo 183º que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de registo dos ganhos e perdas atuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites de dedutibilidade estabelecidos no artigo 43º do Código do IRC, concorrendo antes, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do exercício de 2012 e dos nove períodos de tributação seguintes.

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2018	2017
Impostos correntes		
Do exercício	46.357.147	87.632.080
Derrama municipal e estadual	2.412.102	26.482.165
Tributação autónoma	1.204.991	1.133.106
	<u>49.974.240</u>	<u>115.247.351</u>
Outros	836.342	507.280
	<u>50.810.582</u>	<u>115.754.631</u>
Impostos diferidos	<u>70.164.994</u>	<u>( 24.827.874 )</u>
Total de impostos em resultados	<u>120.975.576</u>	<u>90.926.757</u>
Lucro consolidado antes de impostos e interesses não controlados	414.741.188	323.464.270
Carga fiscal	29,17%	28,11%

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser demonstrada como se segue:

	2018		2017	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		414.741.188		323.464.270
Imposto apurado com base na taxa nominal	28,78%	119.367.622	31,13%	100.695.351
<b>Diferenças definitivas a deduzir</b>				
Dividendos de instrumentos de capital	(6,88%)	( 28.539.997 )	(2,41%)	( 7.805.207 )
Mais e menos valias potenciais imóveis	(13,23%)	( 54.859.856 )	(0,23%)	( 749.333 )
Mais e menos valias contabilísticas	0,00%	-	(23,06%)	( 74.597.623 )
Imparidades não dedutíveis	0,00%	-	(0,01%)	( 42.222 )
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	(4,37%)	( 18.119.569 )	(0,02%)	( 72.426 )
Variações patrimoniais negativas	0,06%	233.940	0,00%	-
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso de estimativa de IRC	0,00%	-	(0,04%)	( 142.886 )
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazos dos empregados	(0,06%)	( 237.275 )	0,00%	-
Correções relativas a exercícios anteriores	(0,14%)	( 565.504 )	(2,07%)	( 6.695.023 )
Outras	0,00%	-	(0,12%)	( 389.829 )
<b>Diferenças definitivas a acrescentar</b>				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,00%	-	2,72%	8.790.857
Imparidades não dedutíveis	23,27%	96.503.362	4,17%	13.496.053
Mais e menos valias potenciais de imóveis	0,00%	-	4,50%	14.541.186
Mais e menos valias fiscais	0,00%	-	14,31%	46.300.646
Mais e menos valias contabilísticas	0,00%	-	0,00%	4.531
Insuficiência de estimativa de IRC	0,07%	280.587	0,02%	55.624
Outras penalidades	0,91%	3.760.129	0,00%	-
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazos dos empregados	0,00%	-	0,02%	64.097
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00%	-	0,01%	21.815
Outras	0,65%	2.690.507	0,86%	2.767.495
<b>Benefícios fiscais</b>				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,12%)	( 487.195 )	(0,21%)	( 692.492 )
Outros	(0,06%)	( 256.166 )	(0,01%)	( 24.673 )
<b>Tributação autónoma</b>	0,29%	1.204.991	0,20%	639.938
<b>Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito de alteração de taxa</b>	0,00%	-	(1,62%)	( 5.239.122 )
	<b>29,17%</b>	<b>120.975.576</b>	<b>28,11%</b>	<b>90.926.757</b>

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Longrun e das empresas do Grupo não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

## 19. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Acréscimos de rendimentos</b>	58.250.054	47.248.168
<b>Gastos diferidos</b>		
Comissões de emissão de produtos financeiros	12.415.896	14.000.665
Seguros	2.103.533	2.342.020
Rendas e alugueres	4.352.126	653.849
Assistência equipamento informático	1.095.589	1.037.237
Publicidade	22.765	315.022
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	585.308	315.959
Licenças de software	2.441.042	1.118.393
Outros	5.528.038	5.916.891
	<u>86.794.351</u>	<u>72.948.204</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Acréscimos de rendimentos” inclui:

- Estimativa das *profit commissions* a receber de resseguradores do ramo vida, nos montantes de 4.706.500 Euros e 3.580.000 Euros, relativas aos exercícios de 2018 e 2017, respetivamente;
- Serviços prestados e não faturados da Luz Saúde no montante de 42.092.756 Euros e 37.287.151 Euros, relativas aos exercícios de 2018 e 2017, respetivamente.

A rubrica “Gastos diferidos – Comissões de emissão de produtos financeiros” corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

## 20. Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

O Grupo efetuou uma reconfiguração do perfil do seu património imobiliário nacional. Para este efeito foram selecionados essencialmente ativos residenciais e ativos considerados não estratégicos, dado o seu estado de ocupação e localização dispersa e com custos de operação significativos, os quais encontram-se desadequados à atual estratégia de investimento do Grupo. Esta nova estratégia pretende dar maior enfoque a projetos mais emblemáticos, de maior dimensão e rentabilidade, conseguindo uma renovação e otimização da carteira imobiliária da Fidelidade.

O processo de venda iniciou-se em 2017 com a colocação no mercado dos ativos imobiliários, acessíveis a qualquer investidor nacional ou internacional, que permitiu, até ao final do ano, uma avaliação preliminar das carteiras e entrega de ofertas de compra não vinculativas pelos investidores. Seguidamente, foi selecionado, tendo por base as propostas não vinculativas, um grupo de investidores mais restrito, aos quais foi concedido acesso a informação mais detalhada sobre os ativos, bem como a possibilidade de realização de visitas técnicas aos diversos imóveis, para poderem avançar com suas ofertas finais. Terminada essa fase apresentaram as suas ofertas finais e vinculativas.

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Efetuada a análise das várias ofertas e após reuniões de esclarecimento com os vários candidatos, a Fidelidade celebrou a 16 de Junho de 2018 um contrato de Promessa Compra e Venda com um conjunto de sociedades controladas pela Apollo Management, no qual ficaram definidas todas condições da transação.

Em final de Agosto do mesmo ano e conforme previsto contratualmente, celebram-se as primeiras escrituras de compra e venda dos ativos, tendo a transação sido concluída com sucesso no dia 21 de Dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de ativos, passivos e ganhos e perdas não correntes detidos para venda, apresentam a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativos não correntes detidos para venda</b>		
Terrenos e edifícios de rendimento	4.270.662	260.924.276
Ativos por impostos diferidos	152.579	31.166.734
	<u>4.423.242</u>	<u>327.057.041</u>
<b>Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda</b>		
Passivos por impostos diferidos	529.650	26.888.083
	<u>529.650</u>	<u>26.888.083</u>
<b>Ganhos e perdas de ativos não correntes classificados como detidos para venda</b>		
<b>Ganhos</b>		
Rendas	6.446.440	1.053.766
Ganhos realizados	129.736.408	9.936
	<u>136.182.848</u>	<u>1.063.702</u>
<b>Perdas</b>		
Perdas Realizadas	( 19.444.937 )	-
Outros Custos	( 3.662.713 )	( 272.624 )
	<u>( 23.107.649 )</u>	<u>( 272.624 )</u>
	<u>113.075.199</u>	<u>791.078</u>

## 21. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	1.634.440	285.503.970	287.138.410	1.542.377	285.018.830	286.561.207
Provisão matemática do ramo vida	1.907.427.795	-	1.907.427.795	1.762.942.406	-	1.762.942.406
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	95.344.285	1.612.454.481	1.707.798.766	108.769.639	1.668.352.992	1.777.122.631
Sinistros não declarados (IBNR)	23.767.719	84.997.626	108.765.345	23.714.096	80.311.775	104.025.871
	<u>119.112.004</u>	<u>1.697.452.107</u>	<u>1.816.564.111</u>	<u>132.483.735</u>	<u>1.748.664.767</u>	<u>1.881.148.502</u>
Provisão para participação nos resultados	81.083.957	20.563	81.104.520	110.749.826	314	110.750.140
Provisão para compromissos de taxa	22.683.110	-	22.683.110	7.520.800	-	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	26.254.032	-	26.254.032	24.405.064	-	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	-	27.302.513	27.302.513	-	25.630.188	25.630.188
Provisão para riscos em curso	-	36.514.181	36.514.181	-	49.222.515	49.222.515
	<u>2.158.195.338</u>	<u>2.046.793.334</u>	<u>4.204.988.672</u>	<u>2.039.644.208</u>	<u>2.108.536.614</u>	<u>4.148.180.822</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
<b>Seguros vida</b>	1.634.440	-	1.634.440	1.542.377	-	1.542.377
<b>Seguros não vida</b>						
Acidentes de trabalho	16.444.781	( 2.867.377 )	13.577.404	14.930.169	( 2.655.666 )	12.274.503
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	8.958.948	( 2.301.418 )	6.657.530	9.625.403	( 2.126.911 )	7.498.492
Doença	34.860.729	( 7.916.876 )	26.943.853	37.021.107	( 7.143.563 )	29.877.544
Incêndio e outros danos	95.334.622	( 22.352.115 )	72.982.507	95.429.856	( 21.461.353 )	73.968.503
Automóvel	168.772.801	( 35.088.060 )	133.684.741	162.822.957	( 32.712.208 )	130.110.749
Marítimo, aéreo e transportes	1.910.766	( 255.845 )	1.654.921	1.973.873	( 308.757 )	1.665.116
Responsabilidade civil geral	11.598.946	( 3.142.840 )	8.456.106	11.726.205	( 2.825.983 )	8.900.222
Crédito e caução	194.527	( 10.098 )	184.429	187.131	( 11.759 )	175.372
Proteção jurídica	2.243.289	( 963.383 )	1.279.906	2.118.131	( 879.774 )	1.238.357
Assistência	16.278.982	( 3.557.138 )	12.721.844	14.210.514	( 2.994.574 )	11.215.940
Diversos	10.793.263	( 3.432.534 )	7.360.729	12.083.446	( 3.989.414 )	8.094.032
	<u>367.391.654</u>	<u>( 81.887.684 )</u>	<u>285.503.970</u>	<u>362.128.792</u>	<u>( 77.109.962 )</u>	<u>285.018.830</u>
	<u>369.026.094</u>	<u>( 81.887.684 )</u>	<u>287.138.410</u>	<u>363.671.169</u>	<u>( 77.109.962 )</u>	<u>286.561.207</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	
<b>Seguros vida</b>				
Provisão para prémios não adquiridos	1.542.377	92.063	-	1.634.440
<b>Seguros não vida</b>				
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>				
Acidentes de trabalho	14.930.169	1.457.127	57.485	16.444.781
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9.625.403	( 607.688 )	( 58.767 )	8.958.948
Doença	37.021.107	3.375.635	( 5.536.013 )	34.860.729
Incêndio e outros danos	95.429.856	2.819.164	( 2.914.398 )	95.334.622
Automóvel	162.822.957	7.557.903	( 1.608.059 )	168.772.801
Marítimo, aéreo e transportes	1.973.873	77.142	( 140.249 )	1.910.766
Responsabilidade civil geral	11.726.205	304.704	( 431.963 )	11.598.946
Crédito e caução	187.131	11.389	( 3.993 )	194.527
Proteção jurídica	2.118.131	128.782	( 3.624 )	2.243.289
Assistência	14.210.514	2.075.972	( 7.504 )	16.278.982
Diversos	12.083.446	( 1.300.285 )	10.102	10.793.263
	<u>362.128.792</u>	<u>15.899.845</u>	<u>( 10.636.983 )</u>	<u>367.391.654</u>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>				
Acidentes de trabalho	( 2.655.666 )	( 206.268 )	( 5.443 )	( 2.867.377 )
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	( 2.126.911 )	( 176.750 )	2.243	( 2.301.418 )
Doença	( 7.143.563 )	( 931.498 )	158.185	( 7.916.876 )
Incêndio e outros danos	( 21.461.353 )	( 889.154 )	( 1.608 )	( 22.352.115 )
Automóvel	( 32.712.208 )	( 2.073.271 )	( 302.581 )	( 35.088.060 )
Marítimo, aéreo e transportes	( 308.757 )	48.709	4.203	( 255.845 )
Responsabilidade civil geral	( 2.825.983 )	( 335.235 )	18.378	( 3.142.840 )
Crédito e caução	( 11.759 )	1.675	( 14 )	( 10.098 )
Proteção jurídica	( 879.774 )	( 84.057 )	448	( 963.383 )
Assistência	( 2.994.574 )	( 562.553 )	( 11 )	( 3.557.138 )
Diversos	( 3.989.414 )	556.881	( 1 )	( 3.432.534 )
	<u>( 77.109.962 )</u>	<u>( 4.651.521 )</u>	<u>( 126.201 )</u>	<u>( 81.887.684 )</u>
	<u>285.018.830</u>	<u>11.248.324</u>	<u>( 10.763.184 )</u>	<u>285.503.970</u>
	<u>286.561.207</u>	<u>11.340.387</u>	<u>( 10.763.184 )</u>	<u>287.138.410</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	
<b>Seguros vida</b>				
Provisão para prémios não adquiridos	1.567.236	( 24.859 )	-	1.542.377
<b>Seguros não vida</b>				
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>				
Acidentes de trabalho	13.986.229	1.129.683	( 185.743 )	14.930.169
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9.313.724	431.702	( 120.023 )	9.625.403
Doença	32.914.617	4.162.298	( 55.808 )	37.021.107
Incêndio e outros danos	91.148.439	4.888.659	( 607.242 )	95.429.856
Automóvel	162.493.841	6.055.245	( 5.726.129 )	162.822.957
Marítimo, aéreo e transportes	1.854.943	123.097	( 4.167 )	1.973.873
Responsabilidade civil geral	10.647.493	1.131.570	( 52.858 )	11.726.205
Crédito e caução	185.601	1.609	( 79 )	187.131
Proteção jurídica	2.448.240	( 233.761 )	( 96.348 )	2.118.131
Assistência	13.920.506	1.140.846	( 850.838 )	14.210.514
Diversos	12.085.552	( 2.104 )	( 2 )	12.083.446
	<u>350.999.185</u>	<u>18.828.844</u>	<u>( 7.699.237 )</u>	<u>362.128.792</u>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>				
Acidentes de trabalho	( 2.177.246 )	( 385.986 )	( 92.434 )	( 2.655.666 )
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	( 1.654.211 )	( 478.556 )	5.856	( 2.126.911 )
Doença	( 6.490.727 )	( 490.195 )	( 162.641 )	( 7.143.563 )
Incêndio e outros danos	( 16.051.795 )	( 5.493.094 )	83.536	( 21.461.353 )
Automóvel	( 29.939.033 )	( 2.123.679 )	( 649.496 )	( 32.712.208 )
Marítimo, aéreo e transportes	( 267.826 )	( 40.061 )	( 870 )	( 308.757 )
Responsabilidade civil geral	( 1.830.900 )	( 1.002.663 )	7.580	( 2.825.983 )
Crédito e caução	( 12.841 )	2.715	( 1.633 )	( 11.759 )
Proteção jurídica	( 469.509 )	( 410.273 )	8	( 879.774 )
Assistência	( 2.589.652 )	( 404.931 )	9	( 2.994.574 )
Diversos	( 2.310.293 )	( 1.679.121 )	-	( 3.989.414 )
	<u>( 63.794.033 )</u>	<u>( 12.505.844 )</u>	<u>( 810.085 )</u>	<u>( 77.109.962 )</u>
	<u>287.205.152</u>	<u>6.323.000</u>	<u>( 8.509.322 )</u>	<u>285.018.830</u>
	<u>288.772.388</u>	<u>6.298.141</u>	<u>( 8.509.322 )</u>	<u>286.561.207</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
<b>Seguros vida</b>	95.344.285	23.767.719	119.112.004	108.769.639	23.714.096	132.483.735
<b>Seguros não vida</b>						
<b>Acidentes de trabalho</b>						
Provisão matemática	628.048.468	1.270.152	629.318.620	600.304.211	1.164.926	601.469.137
Provisão para assistência vitalícia	175.405.716	7.962.649	183.368.365	169.605.546	7.948.876	177.554.422
Provisão para assistência temporária	53.656.688	3.154.242	56.810.930	52.293.439	2.809.541	55.102.980
	<u>857.110.872</u>	<u>12.387.043</u>	<u>869.497.915</u>	<u>822.203.196</u>	<u>11.923.343</u>	<u>834.126.539</u>
<b>Outros seguros</b>						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	29.791.008	3.452.729	33.243.737	25.934.364	2.413.928	28.348.292
Doença	50.299.385	7.663.055	57.962.440	49.595.848	6.191.200	55.787.048
Incêndio e outros danos	153.167.239	18.423.824	171.591.063	222.193.573	20.992.414	243.185.987
Automóvel	405.722.926	20.481.838	426.204.764	429.365.339	18.715.287	448.080.626
Marítimo, aéreo e transportes	9.773.206	2.037.758	11.810.964	11.045.119	1.712.526	12.757.645
Responsabilidade civil geral	81.890.812	19.172.508	101.063.320	83.164.668	16.494.147	99.658.815
Crédito e caução	587.566	78.946	666.512	625.979	79.011	704.990
Proteção jurídica	3.524.518	175.082	3.699.600	4.129.710	585.851	4.715.561
Assistência	8.340.045	82.154	8.422.199	9.027.728	75.966	9.103.694
Diversos	12.246.904	1.042.689	13.289.593	11.067.468	1.128.102	12.195.570
	<u>755.343.609</u>	<u>72.610.583</u>	<u>827.954.192</u>	<u>846.149.796</u>	<u>68.388.432</u>	<u>914.538.228</u>
	<u>1.612.454.481</u>	<u>84.997.626</u>	<u>1.697.452.107</u>	<u>1.668.352.992</u>	<u>80.311.775</u>	<u>1.748.664.767</u>
	<u>1.707.798.766</u>	<u>108.765.345</u>	<u>1.816.564.111</u>	<u>1.777.122.631</u>	<u>104.025.871</u>	<u>1.881.148.502</u>

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
<b>Seguros vida</b>	132.483.735	266.418.361	( 279.721.459 )	( 68.633 )	119.112.004
<b>Seguros não vida</b>					
Acidentes de trabalho	834.126.539	195.347.123	( 156.710.898 )	( 3.264.849 )	869.497.915
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	28.348.292	15.156.984	( 10.258.659 )	( 2.880 )	33.243.737
Doença	55.787.048	210.695.793	( 205.061.337 )	( 3.459.064 )	57.962.440
Incêndio e outros danos	243.185.987	121.032.280	( 180.430.729 )	( 12.196.475 )	171.591.063
Automóvel	448.080.626	354.622.579	( 375.135.099 )	( 1.363.342 )	426.204.764
Marítimo, aéreo e transportes	12.757.645	4.004.442	( 4.919.791 )	( 31.332 )	11.810.964
Responsabilidade civil geral	99.658.815	15.071.379	( 13.486.803 )	( 180.071 )	101.063.320
Crédito e caução	704.990	337.602	( 376.080 )	-	666.512
Proteção jurídica	4.715.561	( 409.659 )	( 606.302 )	-	3.699.600
Assistência	9.103.694	36.059.987	( 36.741.324 )	( 158 )	8.422.199
Diversos	12.195.570	18.634.404	( 17.540.381 )	-	13.289.593
	<u>1.748.664.767</u>	<u>970.552.914</u>	<u>( 1.001.267.403 )</u>	<u>( 20.498.171 )</u>	<u>1.697.452.107</u>
	<u>1.881.148.502</u>	<u>1.236.971.275</u>	<u>( 1.280.988.862 )</u>	<u>( 20.566.804 )</u>	<u>1.816.564.111</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2017				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
<b>Seguros vida</b>	121.052.056	296.132.419	( 284.700.513 )	( 227 )	132.483.735
<b>Seguros não vida</b>					
Acidentes de trabalho	795.587.309	174.533.508	( 135.907.590 )	( 86.688 )	834.126.539
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	21.996.356	15.681.865	( 9.329.902 )	( 27 )	28.348.292
Doença	55.186.779	194.922.489	( 194.562.267 )	240.047	55.787.048
Incêndio e outros danos	143.880.794	240.147.522	( 140.737.076 )	( 105.253 )	243.185.987
Automóvel	470.407.533	340.529.336	( 362.839.425 )	( 16.818 )	448.080.626
Marítimo, aéreo e transportes	9.575.853	9.568.961	( 6.387.163 )	( 6 )	12.757.645
Responsabilidade civil geral	102.490.360	10.755.183	( 13.585.833 )	( 895 )	99.658.815
Crédito e caução	812.330	( 33.608 )	( 73.732 )	-	704.990
Proteção jurídica	5.680.792	( 417.828 )	( 547.403 )	-	4.715.561
Assistência	8.572.234	35.109.769	( 34.578.308 )	( 1 )	9.103.694
Diversos	9.704.694	24.723.232	( 22.232.356 )	-	12.195.570
	<u>1.623.895.034</u>	<u>1.045.520.429</u>	<u>( 920.781.055 )</u>	<u>30.359</u>	<u>1.748.664.767</u>
	<u>1.744.947.090</u>	<u>1.341.652.848</u>	<u>( 1.205.481.568 )</u>	<u>30.132</u>	<u>1.881.148.502</u>

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Seguros não vida</b>		
Acidentes de trabalho	1.331.772	6.113.713
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	123.364	249.939
Doença	3.755.245	229.934
Incêndio e outros danos	3.513.090	7.784.688
Automóvel	21.835.879	29.135.581
Marítimo, aéreo e transportes	190.202	12.971
Responsabilidade civil geral	1.191.885	950.506
Crédito e caução	64.500	61.889
Proteção jurídica	67.471	384
Assistência	4.440.773	4.682.786
Diversos	-	124
	<u>36.514.181</u>	<u>49.222.515</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
<b>Seguros não vida</b>			
Acidentes de trabalho	6.113.713	( 4.781.941 )	1.331.772
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	249.939	( 126.575 )	123.364
Doença	229.934	3.525.311	3.755.245
Incêndio e outros danos	7.784.688	( 4.271.598 )	3.513.090
Automóvel	29.135.581	( 7.299.702 )	21.835.879
Marítimo, aéreo e transportes	12.971	177.231	190.202
Responsabilidade civil geral	950.506	241.379	1.191.885
Crédito e caução	61.889	2.611	64.500
Proteção jurídica	384	67.087	67.471
Assistência	4.682.786	( 242.013 )	4.440.773
Diversos	124	( 124 )	-
	<b>49.222.515</b>	<b>( 12.708.334 )</b>	<b>36.514.181</b>

	2017		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
<b>Seguros não vida</b>			
Acidentes de trabalho	16.283.252	( 10.169.539 )	6.113.713
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	230.339	19.600	249.939
Doença	1.047	228.887	229.934
Incêndio e outros danos	2.891.055	4.893.633	7.784.688
Automóvel	23.896.419	5.239.162	29.135.581
Marítimo, aéreo e transportes	444	12.527	12.971
Responsabilidade civil geral	411.465	539.041	950.506
Crédito e caução	15.823	46.066	61.889
Proteção jurídica	-	384	384
Assistência	5.583.876	( 901.090 )	4.682.786
Diversos	40.738	( 40.614 )	124
	<b>49.354.458</b>	<b>( 131.943 )</b>	<b>49.222.515</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a provisão matemática e a provisão para participação nos resultados do ramo vida de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2018				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
<b>De contratos de seguro</b>					
Vida risco individual	80.654.625	( 454.754 )	80.199.871	17.840.152	98.040.023
Vida risco grupo	136.612.685	-	136.612.685	17.251.872	153.864.557
Vida capitalização individual	51.336.426	( 136.574 )	51.199.852	116.715	51.316.567
Vida capitalização grupo	3.121.591	-	3.121.591	-	3.121.591
	<b>271.725.327</b>	<b>( 591.328 )</b>	<b>271.133.999</b>	<b>35.208.739</b>	<b>306.342.738</b>
<b>De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária</b>					
Vida capitalização individual	185.319.880	( 7.465 )	185.312.415	11.636.533	196.948.948
Vida capitalização grupo	320.985.471	-	320.985.471	4.438.363	325.423.834
Vida PPR individual	1.130.015.406	( 19.496 )	1.129.995.910	29.800.322	1.159.796.232
	<b>1.636.320.757</b>	<b>( 26.961 )</b>	<b>1.636.293.796</b>	<b>45.875.218</b>	<b>1.682.169.014</b>
	<b>1.908.046.084</b>	<b>( 618.289 )</b>	<b>1.907.427.795</b>	<b>81.083.957</b>	<b>1.988.511.752</b>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2017				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
<b>De contratos de seguro</b>					
Vida risco individual	70.386.667	( 194.702 )	70.191.965	17.623.212	87.815.177
Vida risco grupo	140.151.023	-	140.151.023	16.723.361	156.874.384
Vida capitalização individual	21.137.628	( 14.794 )	21.122.834	145.172	21.268.006
Vida capitalização grupo	3.059.094	-	3.059.094	-	3.059.094
	<u>234.734.412</u>	<u>( 209.496 )</u>	<u>234.524.916</u>	<u>34.491.745</u>	<u>269.016.661</u>
<b>De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária</b>					
Vida capitalização individual	211.509.978	( 9.151 )	211.500.827	20.562.261	232.063.088
Vida capitalização grupo	312.340.437	-	312.340.437	5.990.684	318.331.121
Vida PPR individual	1.004.599.979	( 23.753 )	1.004.576.226	49.705.136	1.054.281.362
	<u>1.528.450.394</u>	<u>( 32.904 )</u>	<u>1.528.417.490</u>	<u>76.258.081</u>	<u>1.604.675.571</u>
	<u>1.763.184.806</u>	<u>( 242.400 )</u>	<u>1.762.942.406</u>	<u>110.749.826</u>	<u>1.873.692.232</u>

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados do ramo vida de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
<b>Seguro direto e resseguro aceite</b>							
<b>Provisão matemática</b>							
De contratos de seguro	234.524.916	37.921.797	-	( 381.831 )	-	( 930.883 )	271.133.999
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.528.417.490	85.653.843	-	5.944	8.681.711	13.534.808	1.636.293.796
	<u>1.762.942.406</u>	<u>123.575.640</u>	<u>-</u>	<u>( 375.887 )</u>	<u>8.681.711</u>	<u>12.603.925</u>	<u>1.907.427.795</u>
<b>Provisão para participação nos resultados</b>							
De contratos de seguro	34.491.745	6.191.340	( 3.058.972 )	-	-	( 2.415.374 )	35.208.739
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	76.258.081	10.233.096	( 27.081.152 )	-	-	( 13.534.807 )	45.875.218
	<u>110.749.826</u>	<u>16.424.436</u>	<u>( 30.140.124 )</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>( 15.950.181 )</u>	<u>81.083.957</u>
	<u>1.873.692.232</u>	<u>140.000.076</u>	<u>( 30.140.124 )</u>	<u>( 375.887 )</u>	<u>8.681.711</u>	<u>( 3.346.256 )</u>	<u>1.988.511.752</u>
	2017						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
<b>Seguro direto e resseguro aceite</b>							
<b>Provisão matemática</b>							
De contratos de seguro	243.870.655	( 10.405.666 )	-	( 81.972 )	-	1.141.899	234.524.916
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.404.634.800	94.696.704	-	7.614	21.557.472	7.520.900	1.528.417.490
	<u>1.648.505.455</u>	<u>84.291.038</u>	<u>-</u>	<u>( 74.358 )</u>	<u>21.557.472</u>	<u>8.662.799</u>	<u>1.762.942.406</u>
<b>Provisão para participação nos resultados</b>							
De contratos de seguro	32.205.285	1.935.342	4.253.758	-	-	( 3.902.640 )	34.491.745
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	36.506.226	( 7.705.397 )	54.978.149	-	-	( 7.520.897 )	76.258.081
	<u>68.711.511</u>	<u>( 5.770.055 )</u>	<u>59.231.907</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>( 11.423.537 )</u>	<u>110.749.826</u>
	<u>1.717.216.966</u>	<u>78.520.983</u>	<u>59.231.907</u>	<u>( 74.358 )</u>	<u>21.557.472</u>	<u>( 2.760.738 )</u>	<u>1.873.692.232</u>

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na nota 2.17. f).

## 22. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018					
	Saldo Inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	Saldo final
<b>Valorizados ao justo valor</b>						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	149.201.723	1.765.933	( 125.571.892 )	( 470.744 )	-	24.925.020
Unit-linked capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
Unit-linked PPR	25.670.399	194.679	( 10.351.801 )	( 830.777 )	( 41.045 )	14.641.455
	<u>175.593.367</u>	<u>1.960.612</u>	<u>( 135.923.693 )</u>	<u>( 1.301.521 )</u>	<u>( 41.045 )</u>	<u>40.287.720</u>
<b>Valorizados ao custo amortizado</b>						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	5.113.993.681	1.660.140.798	( 538.942.736 )	34.259.229	( 8.640.666 )	6.260.810.306
Vida Taxa Fixa individual	3.288.976.314	1.182.053.183	( 1.541.087.287 )	40.760.803	-	2.970.703.013
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5.076.378	-	( 426.331 )	18.357	-	4.668.404
	<u>8.408.046.373</u>	<u>2.842.193.981</u>	<u>( 2.080.456.354 )</u>	<u>75.038.389</u>	<u>( 8.640.666 )</u>	<u>9.236.181.723</u>
	<u>8.583.639.740</u>	<u>2.844.154.593</u>	<u>( 2.216.380.047 )</u>	<u>73.736.868</u>	<u>( 8.681.711 )</u>	<u>9.276.469.443</u>
	2017					
	Saldo Inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	Saldo final
<b>Valorizados ao justo valor</b>						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	485.306.767	1.970.476	( 341.853.652 )	3.778.132	-	149.201.723
Unit-linked capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
Unit-linked PPR	26.949.181	208.501	( 1.622.669 )	192.428	( 57.042 )	25.670.399
	<u>512.977.193</u>	<u>2.178.977</u>	<u>( 343.476.321 )</u>	<u>3.970.560</u>	<u>( 57.042 )</u>	<u>175.593.367</u>
<b>Valorizados ao custo amortizado</b>						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	4.869.587.183	909.190.396	( 686.292.227 )	43.008.759	( 21.500.430 )	5.113.993.681
Vida Taxa Fixa individual	2.905.250.224	1.062.185.291	( 730.237.269 )	51.778.068	-	3.288.976.314
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5.375.735	-	( 330.040 )	30.683	-	5.076.378
	<u>7.780.213.142</u>	<u>1.971.375.687</u>	<u>( 1.416.859.536 )</u>	<u>94.817.510</u>	<u>( 21.500.430 )</u>	<u>8.408.046.373</u>
	<u>8.293.190.335</u>	<u>1.973.554.664</u>	<u>( 1.760.335.857 )</u>	<u>98.788.070</u>	<u>( 21.557.472 )</u>	<u>8.583.639.740</u>

Os "Outros contratos de investimento" correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado.

## 23. Passivos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>		
Cobertura justo valor (Nota 7)	22.170.498	5.656.794
<b>Outros passivos financeiros</b>		
Derivados de cobertura		
Cobertura justo valor (Nota 7)	112.884	-
Cobertura fluxos de caixa	3.417.493	3.109.947
Cobertura investimento líquido	7.624.386	901.239
	<u>11.154.763</u>	<u>4.011.186</u>
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	3.460.629	3.823.879
Não Vida	49.826.876	55.555.226
	<u>53.287.505</u>	<u>59.379.105</u>
Empréstimos obtidos		
Empréstimos bancários	390.589.559	352.294.300
Papel comercial - Luz Saúde, S.A.	243.358.932	220.831.304
	<u>633.948.491</u>	<u>573.125.604</u>
Outros		
Locações financeiras	61.318.402	35.031.960
	<u>759.709.161</u>	<u>671.547.855</u>
	<u>781.879.659</u>	<u>677.204.649</u>

A rubrica “Empréstimos obtidos em instituições financeiras de crédito” em 31 de dezembro de 2018 inclui empréstimos obtidos por empresas do perímetro de consolidação do Grupo, sobre a qual incidem juros a uma taxa média anual de 1,55%.

## 24. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Contas a pagar por operações de seguro direto</b>		
Mediadores	47.539.691	59.796.392
Tomadores de seguro	36.004.752	33.547.043
Co-seguradoras	12.906.810	15.112.482
	<u>96.451.253</u>	<u>108.455.917</u>
<b>Contas a pagar por outras operações de resseguro</b>		
Contas correntes de resseguradores	46.288.424	35.979.397
Contas correntes de ressegurados	1.711.024	1.986.694
	<u>47.999.448</u>	<u>37.966.091</u>
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
Empresas do grupo	1.000	1.000
Fornecedores de ativos tangíveis	357.470	594.602
Loc.Operac-Fornecedores de Act.Tangíveis	2.238	-
Fornecedores conta corrente	77.565.862	62.386.676
Pessoal	63.662	46.494
Consultores, assessores e intermediários	822	2.912
Fundos de pensões	394.808	385.937
Contas de regularização interna	1.191.739	7.399.490
Transações a liquidar	7.573.233	73.132.234
Adiantamento de clientes	3.722.163	14.665.683
Deposito de garantia	26.267.953	23.705.605
Credores diversos	15.950.571	8.225.117
	<u>133.091.521</u>	<u>190.545.750</u>
	<u>277.542.222</u>	<u>336.967.758</u>

A rubrica “Contas de regularização interna” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

A rubrica “Transações a liquidar” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

A rubrica “Credores diversos” em 31 de Dezembro de 2017 incluía responsabilidades assumidas com a Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A., na sequência desta participada apresentar capitais próprios negativos (Nota 5).

## 25. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Rendimentos diferidos</b>		
Rendas e alugueres	9.138.167	8.881.946
Outros	1.734.304	111.719
	<u>10.872.471</u>	<u>8.993.665</u>
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Juros a liquidar	564.951	742.047
Férias e subsídios a pagar	38.207.957	35.937.004
Seguros	3.707.671	3.653.168
Remunerações variáveis, incluindo encargos	6.411.877	8.403.288
Prémios de desempenho da empresa	14.952.212	11.163.815
Prémio de permanência	830.841	849.661
Outros custos com pessoal	313.915	347.621
Provisão para prémios de angariação	590.242	637.745
Comissões a pagar	57.852.940	41.524.256
Pagamentos diferidos - marketing	6.755.564	5.087.769
Imposto municipal de imóveis	1.410.166	1.738.639
Auditoria	492.571	1.040.968
Publicidade	529.024	99.167
Eletricidade	604.901	258.766
Faturas em conferência	5.627.481	5.899.335
Honorários médicos/enfermagem	25.313.657	20.559.308
Serviços de saúde	10.397.122	11.226.965
Outsourcing (exceto contabilidade e informática)	5.105.902	4.035.903
Outros	7.533.665	8.533.422
	<u>187.202.659</u>	<u>161.738.847</u>
	<u>198.075.130</u>	<u>170.732.512</u>

## 26. Outras Provisões

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018						SalDOS finais
	SalDOS iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Desvios atuariais por capital próprio	
Provisões para impostos	3.340.111	-	( 221.155 )	( 60.000 )	19.293	-	3.078.249
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 35)							
Benefícios de saúde	22.964.031	-	( 716.306 )	-	-	( 1.194.496 )	21.053.229
Encargos com pensões	2.599.565	-	( 60.299 )	-	-	157.016	2.696.282
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	50.036.302	1.500.000	-	-	-	-	51.536.302
Provisão para reestruturação	21.177.446	10.762.278	( 18.559.651 )	-	-	-	13.380.073
Outras	114.559.491	258.695	( 95.412.487 )	-	322.804	-	19.728.503
	<u>214.676.946</u>	<u>12.520.973</u>	<u>( 114.969.898 )</u>	<u>( 60.000 )</u>	<u>342.097</u>	<u>( 1.037.480 )</u>	<u>111.472.638</u>

	2017						SalDOS finais	
	SalDOS iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Diferenças de câmbio		Desvios atuariais por capital próprio
Provisões para impostos	7.259.265	-	( 3.919.154 )	-	-	-	-	3.340.111
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 35)								
Benefícios de saúde	23.637.281	-	( 541.532 )	-	-	-	( 131.718 )	22.964.031
Encargos com pensões	3.342.004	-	( 183.991 )	( 21.122 )	-	-	( 537.326 )	2.599.565
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	48.536.302	1.500.000	-	-	-	-	-	50.036.302
Provisão para reestruturação	35.424.918	-	( 14.247.472 )	-	-	-	-	21.177.446
Outras	22.332.532	92.398.039	( 59.716 )	( 178.159 )	75.077	( 8.282 )	-	114.559.491
	<u>140.532.302</u>	<u>93.898.039</u>	<u>( 18.951.865 )</u>	<u>( 199.281 )</u>	<u>75.077</u>	<u>( 8.282 )</u>	<u>( 669.044 )</u>	<u>214.676.946</u>

O Grupo tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma.

No desenvolvimento do plano, em 2017 saíram 194 colaboradores, o que originou a utilização de 14.247.472 Euros. No mesmo período foram contratados 247 colaboradores.

Em 2018 saíram 214 colaboradores, o que originou a utilização de 18.559.651 Euros. No mesmo período foram contratados 231 colaboradores. Em 31 de dezembro de 2018 a Fidelidade reviu o desenvolvimento do plano e reforçou a provisão em 10.762.278 Euros, considerando o custo efetivo das saídas de colaboradores negociadas recentemente, tendo por base a idade legal de reforma de 66 anos e 4 meses.

Os outros montantes registados na rubrica “Outras” destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade do Grupo.

Em 2018 e 2017, a rubrica “Outras Provisões” inclui utilizações de 51.438.501 Euros e constituições de 88.288.859 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica “Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)”.

A rubrica “Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Benefícios de saúde” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica “Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Encargos com pensões” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pelo Grupo para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 35).

## 27. Capital

Em 31 de dezembro de 2018, o capital da Longrun Portugal, SGPS, S.A. é integralmente detido pela Millennium Gain Limited, estando representado por 50.000 ações com o valor nominal unitário de 1,00 Euro, integralmente realizado.

Em 7 de janeiro de 2015 e 30 de novembro de 2015, através da ata da Assembleia Geral foram realizadas prestações suplementares, pelo acionista único, no montante total de 60.950.000 Euros e 500.000.000 Euros, respetivamente, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Em 1 de setembro de 2017, através da ata da Assembleia Geral foi realizada uma prestação suplementar, pelo acionista único, no montante total de 648.902 Euros, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Os resultados do exercício de 2017 e 2016 foram aplicados conforme indicado:

	2017	2016
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	29.345.277	11.551.269
Reservas livres	159.338.851	96.981.732
Resultados transitados	5.567.115	77.741.546
	<u>194.251.243</u>	<u>186.274.547</u>

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	241.706.106	194.251.243
Número de ações (no final do exercício)	50.000	50.000
Resultado por ação (em Euros)	<u>4.834,12</u>	<u>3.885,02</u>

## 28. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2018	2017
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor		
De ativos disponíveis para venda		
Valias brutas	54.303.840	739.450.457
Montante atribuível aos segurados	( 46.076.900 )	( 71.861.931 )
	8.226.940	667.588.526
De outros ativos financeiros	149.157	342.182
	8.376.097	667.930.708
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	80.570.755	98.807.983
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	( 1.310.237 )	( 2.276.633 )
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	60.331.005	71.734.159
	147.967.620	836.196.217
De diferenças de câmbio		
Valias brutas	( 82.359.836 )	( 78.571.079 )
Montante atribuível aos segurados	-	167.164
	( 82.359.836 )	( 78.403.915 )
	65.607.784	757.792.302
Reserva por impostos diferidos		
De ativos disponíveis para venda	( 4.442.035 )	( 199.788.979 )
De terrenos e edifícios de uso próprio	( 5.183.035 )	( 9.100.044 )
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	275.130	526.686
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	( 13.606.181 )	( 16.124.508 )
De diferenças de câmbio	7.530.675	7.306.660
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	23.100.772	22.984.705
Benefícios de saúde	1.719.408	2.046.333
Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	( 14.692.524 )	( 14.758.743 )
	( 5.297.790 )	( 206.907.890 )
Reserva de reavaliação, líquida de impostos diferidos	60.309.994	550.884.412
Outras reservas		
Reserva legal	64.960.798	40.452.859
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	( 49.694.912 )	( 49.323.304 )
Benefícios de saúde	( 4.951.965 )	( 5.967.243 )
Outras reservas	97.718.896	3.826.630
	108.032.817	( 11.011.058 )
Resultados transitados	214.751.551	156.882.138
Resultado do exercício	241.706.106	194.251.243
	624.800.468	891.006.735

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% ou a 5% dos lucros líquidos de cada exercício, consoante se trate de uma empresa de seguros ou de outra empresa, deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital ou até que atinja 20% do capital, respetivamente. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As “Reservas de reavaliação” refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e em terrenos e edifícios de uso próprio.

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

O resultado consolidado dos exercícios de 2018 e 2017 foi determinado da seguinte forma:

	2018	2017
<b>Contributo para o Lucro Consolidado</b>		
<b>Seguros</b>		
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	( 114.071 )	( 159.178 )
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	278.236.439	187.789.357
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	1.066.797	630.609
Fidelidade - Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	6.183.482	5.738.157
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	9.000.867	8.088.593
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	1.111.217	444.652
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	1.375.653	2.120.405
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	2.313.653	1.608.097
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	1.322.766	1.105.911
<b>Imobiliário</b>		
Fidelidade - Property Europe, S.A.	57.932.543	( 33.194.737 )
Fidelidade - Property International, S.A.	( 104.650.065 )	95.943.971
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado SaudelInvest	10.851.951	15.281.046
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I	351.447	965.531
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (Equity accounting method)	( 1.720 )	( 21.111 )
FPI (UK) 1 LIMITED	( 81.499.636 )	( 23.174.640 )
FPI US 1 LLC		( 289.525 )
FPI (AU) 1 PTY LIMITED	( 317.624 )	8.663.254
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	1.442.257	3.873.469
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	( 25.982 )	( 31.402 )
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	11.126.980	13.998.546
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	-	( 6.122 )
FPE (IT) Società per Azioni	2.724.365	1.192.329
Madison 30 31 JV LLC (método da equivalência patrimonial)	-	148.320
GK Kita Aoyoma Support 2	-	21.408.777
Higashi Shinagawa Two TMK	-	( 20.795 )
Godo Kaisha Praia	29.078.481	16.638.779
Godo Kaisha Moana	( 35.406 )	( 44.103 )
Fundo Broggi (Maranello)	4.169.871	8.446.996
Broggi Retail S.R.L.	( 23.713 )	( 11.238 )
<b>Saúde</b>		
Luz Saúde, S.A. (contas consolidadas, excluindo interesses minoritários)	8.949.969	11.362.235
<b>Outros setores</b>		
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	150.593	93.420
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	( 88.265 )	72.453
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	306.853	214.582
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	154.179	573.491
Cares Multiassistance, S.A.	( 443.914 )	( 399.134 )
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	2.659	( 1.330 )
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	2.910	2.513
FCM Beteiligungs GmbH	( 32.063 )	( 69.266 )
FID I (HK) LIMITED	-	-
FID III (HK) LIMITED	( 4.966 )	( 3.850 )
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Organismos de Investimento Imobiliário, S.A.	( 792.122 )	-
FID Loans 1 Irl	2.166.001	119.630
FID Loans 2 Ireland Limited	-	-
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (método da equivalência patrimonial)	441.524	235.524
FID Latam, SGPS, S.A.	( 5.812 )	-
GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Lda	-	-
FF Investment Luxembourg 1 S.a.r.l	-	-
FID PERÚ, S.A.	154.773	-
FID Chile SpA	-	-
<b>Eliminação de dividendos</b>	( 81.387.169 )	( 114.994.478 )
<b>Outros ajustamentos de consolidação</b>		
Interesses minoritários (Nota 29)	( 52.059.506 )	( 38.235.472 )
Anulação de perdas por imparidade líquidas de reversões	154.992.659	( 36.579.093 )
Ajustamentos em imobiliário	3.104.938	21.307.060
Contabilidade de cobertura	7.545.473	( 34.015.374 )
Correção de resultados de anos anteriores	( 810.128 )	67.800
Anulação das diferenças de câmbio em transações intra-grupo	4.971.553	20.069.393
Alienação/ liquidação de subsidiárias	( 31.181.384 )	34.936.997
Outros	( 6.053.201 )	( 7.639.806 )
	<u>241.706.106</u>	<u>194.251.243</u>

## 29. Interesses não controlados

O valor das participações de terceiros em subsidiárias tem a seguinte distribuição por entidade:

	% Interesses não controlados	2018	2017
<b>Sub-perímetro Fidelidade Assistance</b>			
Cares - Assistência e Reparações	0,00%	-	445.112
<b>Sub-perímetro Fidelidade</b>			
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	0,91%	1.316.666	1.218.330
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	44,11%	5.113.676	4.774.300
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	30,43%	7.637.644	4.112.812
Luz Saúde, S.A.	49,64%	333.658.736	4.918.193
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	14.096.055	14.028.926
Godo Kaisha Praia	3,00%	5.064.511	3.968.121
Godo Kaisha Moana	3,00%	2.867.828	2.674.427
Thomas More Square (Lux) Holdings Sarl	0,70%	( 53.027 )	( 45.287 )
Thomas More Square (Lux) Sarl	0,70%	91.366	21.416
Fundo Broggi	4,24%	536.672	358.786
Broggi Retail S.R.L	4,24%	( 1.483 )	( 477 )
Universal Assistência e Serviços, Lda	20,00%	( 8 )	179
		<u>370.328.636</u>	<u>36.029.726</u>
<b>Perímetro Longrun</b>			
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	15,00%	297.084.782	345.125.203
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	20,00%	7.125.103	7.131.916
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	20,00%	16.310.580	14.809.963
Ajustamentos entre subperímetros		139.752	139.752
		<u>320.660.217</u>	<u>367.206.834</u>
		<u>690.988.853</u>	<u>403.681.672</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2018 e 2017 apresenta o seguinte detalhe:

	% Interesses não controlados	2018	2017
<b>Sub-perímetro Fidelidade Assistance</b>			
Cares - Assistência e Reparações	0,00%	8.642	70.977
<b>Sub-perímetro Fidelidade</b>			
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	0,91%	( 98.336 )	( 138.470 )
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	44,11%	( 583.412 )	( 487.110 )
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	30,43%	( 2.125.353 )	( 697.419 )
FCM Beteiligungs GmbH	0,00%	-	( 18.934 )
Luz Saúde, S.A.	49,64%	( 4.515.940 )	( 340.544 )
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	18.865	( 50.577 )
Higashi Shinagawa Two TMK	0,00%	-	( 702.469 )
Godo Kaisha Praia	3,00%	( 794.750 )	( 380.769 )
Godo Kaisha Moana	3,00%	1.064	1.325
Thomas More Square (Lux) Holdings Sarl	0,70%	182	198
Thomas More Square (Lux) Sarl	0,70%	( 77.775 )	( 97.847 )
Fundo Broggi	4,24%	( 177.886 )	( 358.786 )
Broggi Retail S.R.L	4,24%	1.006	477
		<u>( 8.352.335 )</u>	<u>( 3.270.925 )</u>
<b>Perímetro Longrun</b>			
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	15,00%	( 40.747.188 )	( 32.444.787 )
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	20,00%	( 1.168.452 )	( 1.003.147 )
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	20,00%	( 1.800.173 )	( 1.617.719 )
Ajustamentos entre sub-perímetros		-	( 20.669 )
		<u>( 43.715.813 )</u>	<u>( 35.086.322 )</u>
		<u>( 52.059.506 )</u>	<u>( 38.286.270 )</u>

### 30. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018			2017		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
<b>Prémios brutos emitidos</b>						
<b>Ramo vida</b>						
Contrato seguro sem participação nos resultados	180.521.413	( 14.524.200)	165.997.213	161.953.532	( 12.202.714)	149.750.818
Contrato seguro com participação nos resultados	54.908.539	( 1.013.114)	53.895.425	33.750.746	( 1.119.595)	32.631.151
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	225.096.143	-	225.096.143	248.316.696	-	248.316.696
	<u>460.526.095</u>	<u>( 15.537.314)</u>	<u>444.988.781</u>	<u>444.020.974</u>	<u>( 13.322.309)</u>	<u>430.698.665</u>
<b>Ramo não vida</b>						
Acidentes de trabalho	217.746.228	( 3.101.646)	214.644.582	183.822.094	( 969.782)	182.852.312
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	32.325.405	( 7.711.540)	24.613.865	31.830.507	( 8.992.043)	22.838.464
Doença	324.829.287	( 5.682.350)	319.146.937	304.573.220	( 5.945.507)	298.627.713
Incêndio e outros danos	264.081.107	( 103.221.014)	160.860.093	266.650.267	( 107.360.242)	159.290.025
Automóvel	481.214.991	( 3.087.768)	478.127.223	448.613.262	( 3.628.257)	444.985.005
Marítimo, aéreo e transportes	19.942.932	( 11.889.062)	8.053.870	19.964.050	( 10.898.703)	9.065.347
Responsabilidade civil geral	40.002.955	( 11.715.777)	28.287.178	38.766.192	( 10.902.940)	27.863.252
Crédito e caução	744.102	( 424.035)	320.067	820.011	( 432.690)	387.321
Proteção jurídica	5.630.031	( 2.282)	5.627.749	5.583.105	( 3.398)	5.579.707
Assistência	44.117.161	( 284.451)	43.832.710	38.274.632	( 133.702)	38.140.930
Diversos	34.162.746	( 12.054.037)	22.108.709	34.211.422	( 11.454.596)	22.756.826
	<u>1.464.796.945</u>	<u>( 159.173.962)</u>	<u>1.305.622.983</u>	<u>1.373.108.762</u>	<u>( 160.721.860)</u>	<u>1.212.386.902</u>
	<u>1.925.323.040</u>	<u>( 174.711.276)</u>	<u>1.750.611.764</u>	<u>1.817.129.736</u>	<u>( 174.044.169)</u>	<u>1.643.085.567</u>
<b>Varição da provisão para prémios não adquiridos</b>						
<b>Ramo vida</b>						
Contrato seguro sem participação nos resultados	( 77.299)	703.890	626.591	( 34.046)	7.150	( 26.896)
Contrato seguro com participação nos resultados	( 26.839)	( 14.987)	( 41.826)	61.272	( 14.384)	46.888
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	12.075	-	12.075	( 2.367)	-	( 2.367)
	<u>( 92.063)</u>	<u>688.903</u>	<u>596.840</u>	<u>24.859</u>	<u>( 7.234)</u>	<u>17.625</u>
<b>Ramo não vida</b>						
Acidentes de trabalho	( 1.457.127)	-	( 1.457.127)	( 1.129.683)	-	( 1,129.683)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	607.688	( 574.480)	33.208	( 431.702)	( 271.292)	( 702.994)
Doença	( 3.375.635)	( 441.583)	( 3.817.218)	( 4.162.298)	( 166.867)	( 4,329.165)
Incêndio e outros danos	( 2.819.164)	( 312.194)	( 3.131.358)	( 4.888.659)	4.996.134	107.475
Automóvel	( 7.557.903)	145.561	( 7.412.342)	( 6.055.245)	( 177.541)	( 6,232.786)
Marítimo, aéreo e transportes	( 77.142)	184.866	107.724	( 123.097)	( 190.004)	( 313.101)
Responsabilidade civil geral	( 304.704)	( 231.883)	( 536.587)	( 1.131.570)	45.659	( 1,085.911)
Crédito e caução	( 11.389)	2.724	( 8.665)	( 1.609)	( 9.584)	( 11.193)
Proteção jurídica	( 128.782)	1.611	( 127.171)	233.761	1.501	235.262
Assistência	( 2.075.972)	14.139	( 2.061.833)	( 1,140.846)	27.550	( 1,113.296)
Diversos	1.300.285	( 1,176.942)	123.343	2.104	( 391.149)	( 389.045)
	<u>( 15.899.845)</u>	<u>( 2,388.181)</u>	<u>( 18,288.026)</u>	<u>( 18,828.844)</u>	<u>3,864.407</u>	<u>( 14,964.437)</u>
	<u>( 15,991.908)</u>	<u>( 1,699.278)</u>	<u>( 17,691.186)</u>	<u>( 18,803.985)</u>	<u>3,857.173</u>	<u>( 14,946.812)</u>
<b>Prémios adquiridos</b>						
<b>Ramo vida</b>						
Contrato seguro sem participação nos resultados	180.444.114	( 13.820.310)	166.623.804	161.919.486	( 12.195.564)	149.723.922
Contrato seguro com participação nos resultados	54.881.700	( 1.028.101)	53.853.599	33.812.018	( 1.133.979)	32.678.039
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	225.108.218	-	225.108.218	248.314.329	-	248.314.329
	<u>460.434.032</u>	<u>( 14,848.411)</u>	<u>445,585.621</u>	<u>444,045.833</u>	<u>( 13,329.543)</u>	<u>430,716.290</u>
<b>Ramo não vida</b>						
Acidentes de trabalho	216.289.101	( 3.101.646)	213.187.455	182.692.411	( 969.782)	181.722.629
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	32.933.093	( 8.286.020)	24.647.073	31.398.805	( 9.263.335)	22.135.470
Doença	321.453.652	( 6.123.933)	315.329.719	300.410.922	( 6.112.374)	294.298.548
Incêndio e outros danos	261.261.943	( 103.533.208)	157.728.735	261.761.608	( 102.364.108)	159.397.500
Automóvel	473.657.088	( 2.942.207)	470.714.881	442.558.017	( 3.805.798)	438.752.219
Marítimo, aéreo e transportes	19.865.790	( 11.704.196)	8.161.594	19.840.953	( 11.088.707)	8.752.246
Responsabilidade civil geral	39.698.251	( 11.947.660)	27.750.591	37.634.622	( 10.857.281)	26.777.341
Crédito e caução	732.713	( 421.311)	311.402	818.402	( 442.274)	376.128
Proteção jurídica	5.501.249	( 671)	5.500.578	5.816.866	( 1.897)	5.814.969
Assistência	42.041.189	( 270.312)	41.770.877	37.133.786	( 106.152)	37.027.634
Diversos	35.463.031	( 13.230.979)	22.232.052	34.213.526	( 11.845.745)	22.367.781
	<u>1.448.897.100</u>	<u>( 161,562.143)</u>	<u>1.287.334.957</u>	<u>1.354.279.918</u>	<u>( 156,857.453)</u>	<u>1.197.422.465</u>
	<u>1.909.331.132</u>	<u>( 176,410.554)</u>	<u>1.732.920.578</u>	<u>1.798.325.751</u>	<u>( 170,186.996)</u>	<u>1.628.138.755</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Nos exercícios de 2018 e 2017, os prémios de contratos de seguro do ramo vida podem ser decompostos da seguinte forma:

	2018	2017
<b>Prémios brutos emitidos de seguro direto</b>	<u>460.026.095</u>	<u>444.020.974</u>
Contratos individuais	275.589.771	262.390.786
Contratos de grupo	184.436.324	181.630.188
	<u>460.026.095</u>	<u>444.020.974</u>
Periódicos	219.404.522	212.700.260
Não periódicos	240.621.573	231.320.714
	<u>460.026.095</u>	<u>444.020.974</u>
Contratos sem participação nos resultados	179.973.406	162.075.255
Contratos com participação nos resultados	280.052.689	281.945.719
	<u>460.026.095</u>	<u>444.020.974</u>
<b>Prémios brutos emitidos de resseguro aceite</b>	500.000	-
<b>Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite</b>	<u>460.526.095</u>	<u>444.020.974</u>
<b>Saldo de resseguro</b>	<u>( 85.341 )</u>	<u>1.426.222</u>

### 31. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2018 e 2017 as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 1.224.954 Euros e a 1.943.122 Euros, respetivamente.

## 32. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018			2017		
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total
<b>Ramo vida</b>						
<b>Seguro direto e resseguro aceite</b>	285.539.581	( 12.835.105 )	272.704.476	288.761.478	11.453.531	300.215.009
<b>Resseguro cedido</b>	( 8.290.702 )	1.211.932	( 7.078.770 )	( 6.325.015 )	( 683.965 )	( 7.008.980 )
	<u>277.248.879</u>	<u>( 11.623.173 )</u>	<u>265.625.706</u>	<u>282.436.463</u>	<u>10.769.566</u>	<u>293.206.029</u>
<b>Ramo não vida</b>						
<b>Seguro direto e resseguro aceite</b>						
Acidentes de trabalho	165.833.566	40.200.842	206.034.408	145.963.848	39.970.651	185.934.499
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	13.687.752	4.872.487	18.560.239	12.587.389	6.473.925	19.061.314
Doença	240.000.645	3.979.420	243.980.065	228.166.911	( 1.768.934 )	226.397.977
Incêndio e outros danos	196.584.660	( 62.030.248 )	134.554.412	152.722.443	104.632.341	257.354.784
Automóvel	357.188.316	( 21.287.438 )	335.900.878	346.390.114	( 21.228.398 )	325.161.716
Marítimo, aéreo e transportes	5.131.367	( 915.431 )	4.215.936	6.345.086	3.186.381	9.531.467
Responsabilidade civil geral	13.224.790	1.554.082	14.778.872	12.701.492	( 2.728.234 )	9.973.258
Crédito e caução	405.213	( 38.478 )	366.735	408.761	62.451	471.212
Proteção Jurídica	1.725.357	( 1.015.981 )	709.376	1.554.825	( 965.231 )	589.594
Assistência	40.921.953	( 803.698 )	40.118.255	38.072.538	623.587	38.696.125
Diversos	17.496.166	1.093.540	18.589.706	22.892.447	2.495.273	25.387.720
	<u>1.052.199.785</u>	<u>( 34.390.903 )</u>	<u>1.017.808.882</u>	<u>967.805.854</u>	<u>130.753.812</u>	<u>1.098.559.666</u>
<b>Resseguro cedido</b>						
Acidentes de trabalho	( 1.245.383 )	( 93.458 )	( 1.338.841 )	( 258.707 )	( 2.274.261 )	( 2.532.968 )
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	( 1.458.288 )	( 3.062.584 )	( 4.520.872 )	( 2.105.466 )	( 2.593.595 )	( 4.699.061 )
Doença	( 2.959.308 )	( 149.350 )	( 3.108.658 )	( 2.204.986 )	( 132.969 )	( 2.337.955 )
Incêndio e outros danos	( 99.632.648 )	53.596.444	( 46.036.204 )	( 52.742.567 )	( 86.662.327 )	( 139.404.894 )
Automóvel	( 11.678.916 )	4.666.234	( 7.012.682 )	( 6.574.762 )	( 2.325.609 )	( 8.900.371 )
Marítimo, aéreo e transportes	( 1.481.244 )	475.572	( 1.005.672 )	( 2.760.605 )	( 4.100.931 )	( 6.861.536 )
Responsabilidade civil geral	( 2.538.896 )	( 4.042.941 )	( 6.581.837 )	( 2.825.368 )	2.689.946	( 135.422 )
Crédito e caução	-	( 1.000 )	( 1.000 )	1.846	6.914	8.760
Assistência	( 1.575 )	( 668 )	( 2.243 )	-	1.098	1.098
Diversos	( 8.812.035 )	( 737.700 )	( 9.549.735 )	( 14.122.503 )	( 1.485.390 )	( 15.607.893 )
	<u>( 129.808.293 )</u>	<u>50.650.549</u>	<u>( 79.157.744 )</u>	<u>( 83.593.118 )</u>	<u>( 96.877.124 )</u>	<u>( 180.470.242 )</u>
	<u>922.391.492</u>	<u>16.259.646</u>	<u>938.651.138</u>	<u>884.212.736</u>	<u>33.876.688</u>	<u>918.089.424</u>
	<u>1.199.640.371</u>	<u>4.636.473</u>	<u>1.204.276.844</u>	<u>1.166.649.199</u>	<u>44.646.254</u>	<u>1.211.295.453</u>

Os "Sinistros pagos" incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e os reembolsos processados pelo Grupo.

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Nos exercícios de 2018 e 2017, os custos com sinistros e com variações das outras provisões técnicas do ramo vida apresentam a seguinte composição:

	2018						
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Sub-total	Varição das outras provisões técnicas	Varição da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
<b>Seguro direto e resseguro aceite</b>							
De contratos de seguro	118.039.211	( 11.599.915 )	106.439.296	1.848.968	37.921.797	6.191.340	152.401.401
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	167.500.370	( 1.235.190 )	166.265.180	15.162.310	85.653.843	10.233.096	277.314.429
	<u>285.539.581</u>	<u>( 12.835.105 )</u>	<u>272.704.476</u>	<u>17.011.278</u>	<u>123.575.640</u>	<u>16.424.436</u>	<u>429.715.830</u>
<b>Resseguro cedido</b>							
De contratos de seguro	( 8.290.702 )	1.211.932	( 7.078.770 )	-	( 1.896.940 )	-	( 8.975.710 )
	<u>( 8.290.702 )</u>	<u>1.211.932</u>	<u>( 7.078.770 )</u>	<u>-</u>	<u>( 1.896.940 )</u>	<u>-</u>	<u>( 8.975.710 )</u>
<b>Líquido</b>							
De contratos de seguro	109.748.509	( 10.387.983 )	99.360.526	1.848.968	36.024.857	6.191.340	143.425.691
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	167.500.370	( 1.235.190 )	166.265.180	15.162.310	85.653.843	10.233.096	277.314.429
	<u>277.248.879</u>	<u>( 11.623.173 )</u>	<u>265.625.706</u>	<u>17.011.278</u>	<u>121.678.700</u>	<u>16.424.436</u>	<u>420.740.120</u>
	2017						
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Sub-total	Varição das outras provisões técnicas	Varição da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
<b>Seguro direto e resseguro aceite</b>							
De contratos de seguro	105.423.325	9.778.751	115.202.076	2.654.182	( 10.405.666 )	1.935.342	109.385.934
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	183.338.153	1.674.780	185.012.933	495.560	94.696.704	( 7.705.397 )	272.499.800
	<u>288.761.478</u>	<u>11.453.531</u>	<u>300.215.009</u>	<u>3.149.742</u>	<u>84.291.038</u>	<u>( 5.770.055 )</u>	<u>381.885.734</u>
<b>Resseguro cedido</b>							
De contratos de seguro	( 6.325.015 )	( 683.965 )	( 7.008.980 )	-	( 252.073 )	-	( 7.261.053 )
	<u>( 6.325.015 )</u>	<u>( 683.965 )</u>	<u>( 7.008.980 )</u>	<u>-</u>	<u>( 252.073 )</u>	<u>-</u>	<u>( 7.261.053 )</u>
<b>Líquido</b>							
De contratos de seguro	99.098.310	9.094.786	108.193.096	2.654.182	( 10.657.739 )	1.935.342	102.124.881
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	183.338.153	1.674.780	185.012.933	495.560	94.696.704	( 7.705.397 )	272.499.800
	<u>282.436.463</u>	<u>10.769.566</u>	<u>293.206.029</u>	<u>3.149.742</u>	<u>84.038.965</u>	<u>( 5.770.055 )</u>	<u>374.624.681</u>

Nos exercícios de 2018 e 2017, a variação das outras provisões técnicas inclui a dotação da provisão para estabilização de carteira, no montante de 1.848.968 Euros e de 2.654.182 Euros, respetivamente. Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica inclui ainda a dotação de 15.162.310 Euros e de 495.560 Euros, respetivamente, da provisão para compromissos de taxa.

### 33. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2018 e 2017, os custos de exploração incorridos pelo Grupo apresentam a seguinte composição por natureza:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos com pessoal (Nota 34)	<u>345.698.632</u>	<u>319.001.116</u>
Fornecimentos e serviços externos		
Eletricidade	8.978.094	7.913.547
Combustível	3.054.481	2.661.134
Água	1.213.394	1.276.523
Impressos	422.538	432.642
Material de escritório	859.526	806.454
Conservação e reparação	17.790.822	17.521.195
Rendas e alugueres	27.209.606	25.661.315
Despesas de representação	2.217.210	2.133.820
Comunicação	9.727.507	9.331.838
Deslocações e Estadas	5.932.188	6.438.929
Seguros	2.807.803	2.993.838
Gastos com trabalho independente	82.354.393	73.888.560
Publicidade e propaganda	17.721.032	16.778.680
Contencioso e Notariado	673.447	1.927.269
Vigilância e segurança	4.427.737	4.268.861
Trabalhos especializados	97.294.416	90.984.284
Quotizações	1.460.857	2.617.316
Limpeza, higiene e conforto	2.298.619	2.586.560
Gastos com cobrança de prémios	2.441.646	3.589.063
Licenças de software	7.163.277	6.157.885
Subcontratos	119.463.270	103.255.753
Outros	99.990.760	89.838.938
	<u>515.502.623</u>	<u>473.064.404</u>
Impostos e taxas	19.889.227	18.790.115
Depreciações e amortizações do exercício (Notas 10, 12 e 15)	46.771.179	45.606.211
Outras provisões	( 51.010.424 )	( 13.342.416 )
Comissões	13.947.914	12.769.898
Juros suportados	13.189.937	11.816.392
	<u>903.989.088</u>	<u>867.705.720</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Nos exercícios de 2018 e 2017, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

	2018		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	1.331.954	4.455.406	5.787.360
Relativos aos ramos não vida	23.809.731	1.219.360	25.029.091
	<b>25.141.685</b>	<b>5.674.766</b>	<b>30.816.451</b>

	2017		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	1.227.348	6.267.364	7.494.712
Relativos aos ramos não vida	21.803.085	3.234.590	25.037.675
	<b>23.030.433</b>	<b>9.501.954</b>	<b>32.532.387</b>

Nos exercícios de 2018 e 2017, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	2018			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
<b>Custos com sinistros - montantes pagos</b>				
Custos imputados	7.983.803	149.980.354	-	157.964.157
Custos técnicos	277.555.778	902.219.431	-	1.179.775.209
	<b>285.539.581</b>	<b>1.052.199.785</b>	<b>-</b>	<b>1.337.739.366</b>
<b>Custos de aquisição</b>				
Custos imputados	29.585.390	113.428.099	-	143.013.489
Comissões de mediação	57.028.163	168.297.305	-	225.325.468
Outros	55.349	1.647.192	-	1.702.541
	<b>86.668.902</b>	<b>283.372.596</b>	<b>-</b>	<b>370.041.498</b>
<b>Gastos administrativos</b>				
Custos imputados	20.420.351	75.516.787	-	95.937.138
Remunerações de mediação	74.704	8.968.371	-	9.043.075
Outros	266	1.468.217	-	1.468.483
	<b>20.495.321</b>	<b>85.953.375</b>	<b>-</b>	<b>106.448.696</b>
<b>Gastos financeiros (Nota 37)</b>				
Custos imputados	10.144.090	7.538.836	37.754.090	55.437.016
Outros	540.664	172.554	122.330	835.548
	<b>10.684.754</b>	<b>7.711.390</b>	<b>37.876.420</b>	<b>56.272.564</b>
<b>Outros custos (Nota 44)</b>				
	-	-	451.637.288	451.637.288
<b>Total dos custos de exploração imputados</b>	<b>68.133.634</b>	<b>346.464.076</b>	<b>489.391.378</b>	<b>903.989.088</b>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2017			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
<b>Custos com sinistros - montantes pagos</b>				
Custos imputados	7.630.584	140.567.896	-	148.198.480
Custos técnicos	281.130.894	827.237.958	-	1.108.368.852
	<u>288.761.478</u>	<u>967.805.854</u>	<u>-</u>	<u>1.256.567.332</u>
<b>Custos de aquisição</b>				
Custos imputados	29.508.049	110.541.251	-	140.049.300
Comissões de mediação	35.953.096	146.999.954	-	182.953.050
Outros	60.174	1.994.792	-	2.054.966
	<u>65.521.319</u>	<u>259.535.997</u>	<u>-</u>	<u>325.057.316</u>
<b>Gastos administrativos</b>				
Custos imputados	21.287.413	78.426.141	-	99.713.554
Remunerações de mediação	62.540	8.891.191	-	8.953.731
Outros	115	13.357	-	13.472
	<u>21.350.068</u>	<u>87.330.689</u>	<u>-</u>	<u>108.680.757</u>
<b>Gastos financeiros (Nota 37)</b>				
Custos imputados	9.467.890	6.713.194	34.179.252	50.360.336
Outros	418.266	148.044	162.836	729.146
	<u>9.886.156</u>	<u>6.861.238</u>	<u>34.342.088</u>	<u>51.089.482</u>
<b>Outros custos (Nota 44)</b>	-	-	429.384.050	429.384.050
<b>Total dos custos de exploração imputados</b>	<u>67.893.936</u>	<u>336.248.482</u>	<u>463.563.302</u>	<u>867.705.720</u>

### 34. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações		
Órgãos sociais	11.301.360	10.312.819
Pessoal	236.891.527	218.960.802
Encargos sobre remunerações	52.248.529	48.844.117
Benefícios pós-emprego	16.875.819	12.762.848
Benefícios de cessação de emprego	4.797.571	5.392.915
Seguros obrigatórios	2.922.976	2.991.844
Gastos de ação social	15.570.547	14.853.568
Outros gastos com pessoal	5.090.303	4.882.203
	<u>345.698.632</u>	<u>319.001.116</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Nos exercícios de 2018 e 2017, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Benefícios pós-emprego		
Plano de benefício definido (Nota 35)	14.427.578	10.463.419
Plano individual de reforma	1.463.933	1.433.866
Cedência de pessoal	( 7.659 )	( 12.443 )
Outros encargos	991.967	878.006
	<u>16.875.819</u>	<u>12.762.848</u>

Em 2018 e 2017, a rubrica “Benefícios pós-emprego – Cedência de pessoal” corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores do Grupo que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2018 e 2017, o número de trabalhadores ao serviço no Grupo, por categorias, é o seguinte:

	2018	2017
Dirigentes	96	119
Gestores	587	607
Técnicos	3.739	3.434
Operacionais	5.238	5.197
Apoio	609	579
	<u>10.269</u>	<u>9.936</u>

Nos exercícios de 2018 e 2017, o Grupo registou uma reversão da estimativa para prémios de permanência nos montantes de 187.434 Euros e de 296.134 Euros, respetivamente. A rubrica “Acréscimos e diferimentos” inclui 830.841 Euros relativo ao prémio de permanência.

### 35. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Plano de benefício definido	7.299.079	12.344.589
<b>Passivo</b>		
Plano de contribuição definida	( 314.949 )	( 375.229 )
	<u>6.984.130</u>	<u>11.969.360</u>

Relativamente ao exercício de 2018, no “Plano de contribuição definida” o Grupo teve um custo de 1.307.872 Euros, ficando pendente de pagamento o montante de 314.949 Euros que corresponde às contribuições de dezembro de 2018 que foram pagos em janeiro de 2019.

## Plano de Contribuição Definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), têm direito a um plano individual de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

Em conformidade com as regras previstas nos referidos IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pelo Grupo e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições do Grupo para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V dos mencionados IRCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado base anual do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

<u>Ano civil</u>	<u>Contribuição PIR</u>
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto no capítulo IX do Plano de Poupança e Pré-reforma dos referidos IRCT, a primeira contribuição anual do Grupo para o PIR verificar-se-á:

- No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;
- No ano seguinte aquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetiva no Grupo, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades e ativos do Plano individual de reforma da empresas do Grupo Longrun, ascendiam a:

	Fidelidade	CPR	Multicare	Via Directa	Fidelidade Assistência	Total
<b>Responsabilidade em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>23.936.452</b>	<b>24.657</b>	<b>334.806</b>	<b>211.683</b>	<b>171.175</b>	<b>24.678.773</b>
Gastos de ano	1.182.482	-	55.244	33.407	36.739	1.307.872
<b>Responsabilidade em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>25.118.934</b>	<b>24.657</b>	<b>390.050</b>	<b>245.090</b>	<b>207.914</b>	<b>25.986.645</b>
						-
<b>Ativo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>23.853.035</b>	<b>24.657</b>	<b>330.951</b>	<b>209.434</b>	<b>168.736</b>	<b>24.586.813</b>
Contribuições para o fundo	1.182.476	-	55.383	33.390	36.684	1.307.933
<b>Ativo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>25.035.511</b>	<b>24.657</b>	<b>386.334</b>	<b>242.824</b>	<b>205.420</b>	<b>25.894.746</b>
						-
<b>Diferencial</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,99</b>	<b>0,99</b>	<b>0,99</b>	<b>1,00</b>
Nível de financiamento	<b>99,67%</b>	<b>100,00%</b>	<b>99,05%</b>	<b>99,08%</b>	<b>98,80%</b>	<b>99,65%</b>

### Plano de Benefício Definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador, o Grupo concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;
- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões;
- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com “níveis salariais internos XVII”, oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação.

### Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

	2018	2017
Método atuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Taxa de desconto	2,00%	1,80%
Taxa de crescimento dos salários	2,10%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%	1,25%
Tabela de saídas	n/a	n/a

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2018 e 2017 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2018		2017	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,10%	0,88%	2,00%	1,53%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,24%	0,75%	0,28%

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades com serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2018			2017		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados						
Ativos	6.420.919	29.557	6.450.476	7.218.484	39.303	7.257.787
Reformados e pré-reformados	168.201.342	249.105	168.450.447	173.886.543	284.462	174.171.005
	<u>174.622.261</u>	<u>278.662</u>	<u>174.900.923</u>	<u>181.105.027</u>	<u>323.765</u>	<u>181.428.792</u>
Fundos de pensões autónomos	139.569.520	466.049	140.035.569	148.777.396	536.517	149.313.913
Provisões matemáticas	42.164.433	-	42.164.433	44.459.468	-	44.459.468
	<u>181.733.953</u>	<u>466.049</u>	<u>182.200.002</u>	<u>193.236.864</u>	<u>536.517</u>	<u>193.773.381</u>
Diferencial	<u>7.111.692</u>	<u>187.387</u>	<u>7.299.079</u>	<u>12.131.837</u>	<u>212.752</u>	<u>12.344.589</u>
Nível de financiamento	<u>104,07%</u>	<u>167,25%</u>	<u>104,17%</u>	<u>106,70%</u>	<u>165,71%</u>	<u>106,80%</u>

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) O financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- b) O financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades por serviços passados do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões do Grupo.

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Os fundos de pensões de benefício definido do Grupo apresentam as seguintes durações médias:

Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.:

Fundo de Pensões da Fidelidade	7,64 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	6,56 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	9,46 anos
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	4,72 anos
Fundo de Pensões da Fidelidade Property Europe, S.A.	16,84 anos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número de beneficiários era o seguinte:

	2018	2017
Ativos	947	1.010
Reformados e pré-reformados	2.095	2.106
Rendeiros	466	508
	<u>3.508</u>	<u>3.624</u>

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Fidelidade	Outros	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>200.933.929</u>	<u>572.475</u>	<u>201.506.404</u>
Contribuições	10.090.175	-	10.090.175
Variação nas provisões matemáticas	( 2.639.075 )	-	( 2.639.075 )
Pensões pagas	( 19.277.840 )	( 52.173 )	( 19.330.013 )
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	( 599.149 )	-	( 599.149 )
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	4.728.824	16.215	4.745.039
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>193.236.864</u>	<u>536.517</u>	<u>193.773.381</u>
Contribuições	9.662.260	-	9.662.260
Variação nas provisões matemáticas	( 2.295.035 )	-	( 2.295.035 )
Pensões pagas	( 19.036.221 )	( 52.361 )	( 19.088.582 )
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	( 154.117 )	-	( 154.117 )
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	320.202	( 18.107 )	302.095
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>181.733.953</u>	<u>466.049</u>	<u>182.200.002</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os Fundos de Pensões das empresas do Grupo são geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos líquidos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

	2018								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	13.836.592	59.618	13.896.211	-	-	-	13.836.592	59.618	13.896.211
<b>Instrumentos de capital</b>	758.582	199	758.781	-	-	-	758.582	199	758.781
<b>Instrumentos de dívida</b>									
De dívida pública	19.128.613	24.993	19.153.606	-	-	-	19.128.613	24.993	19.153.606
De outros emissores	81.458.265	61.866	81.520.131	-	-	-	81.458.265	61.866	81.520.131
	<u>100.586.878</u>	<u>86.858</u>	<u>100.673.737</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>100.586.878</u>	<u>86.858</u>	<u>100.673.737</u>
<b>Imóveis</b>	12.157.600	9.924	12.167.524	-	-	-	12.157.600	9.924	12.167.524
<b>Fundos de investimento</b>									
Ações americanas	-	39.724	39.724	-	-	-	-	39.724	39.724
Ações europeias	2.607.770	16.626	2.624.396	-	-	-	2.607.770	16.626	2.624.396
Imóveis	4.192.286	32.522	4.224.808	-	-	-	4.192.286	32.522	4.224.808
Obrigações									
De dívida pública	244.909	63.483	308.392	-	-	-	244.909	63.483	308.392
De outros emissores	1.349.656	126.155	1.475.811	-	-	-	1.349.656	126.155	1.475.811
Tesouraria	2.108.169	18.217	2.126.386	-	-	-	2.108.169	18.217	2.126.386
	<u>10.502.790</u>	<u>296.727</u>	<u>10.799.517</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.502.790</u>	<u>296.727</u>	<u>10.799.517</u>
<b>Outros</b>	1.727.076	12.724	1.739.801	-	-	-	1.727.076	12.724	1.739.801
	<u>139.569.519</u>	<u>466.050</u>	<u>140.035.569</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>139.569.519</u>	<u>466.050</u>	<u>140.035.569</u>

	2017								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	16.817.556	18.754	16.836.310	-	-	-	16.817.556	18.754	16.836.310
<b>Fundos de investimento</b>									
Ações americanas	717.289	62.629	779.918	-	-	-	717.289	62.629	779.918
Ações nacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações europeias	5.409.819	-	5.409.819	-	-	-	5.409.819	-	5.409.819
Imóveis	16.289.386	39.666	16.329.052	-	-	-	16.289.386	39.666	16.329.052
Obrigações									
De dívida pública	16.791.265	53.709	16.844.974	-	-	-	16.791.265	53.709	16.844.974
De outros emissores	91.899.098	201.049	92.100.147	-	-	-	91.899.098	201.049	92.100.147
Hedge funds	849.723	-	849.723	-	-	-	849.723	-	849.723
Tesouraria	-	7.678	7.678	-	-	-	-	7.678	7.678
	<u>131.956.581</u>	<u>364.731</u>	<u>132.321.312</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>131.956.581</u>	<u>364.731</u>	<u>132.321.312</u>
<b>Outros</b>	3.259	153.032	156.291	-	-	-	3.259	153.032	156.291
	<u>148.777.396</u>	<u>536.517</u>	<u>149.313.913</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>148.777.396</u>	<u>536.517</u>	<u>149.313.913</u>

Nestas datas, as carteiras dos fundos de pensões continham os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

	2018			2017		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	6.591.633	59.618	6.651.251	8.616.998	18.754	8.635.752
<b>Instrumentos de dívida</b>	608.737	-	608.737	-	-	-
<b>Fundos de investimento</b>						
Ações nacionais	-	-	-	710.956	-	710.956
Ações europeias	-	-	-	-	62.629	62.629
Imóveis	2.246.896	20.019	2.266.915	2.306.702	15.391	2.322.093
Obrigações						
De dívida pública	-	10.304	10.304	-	-	-
De outros emissores	1.550.928	126.155	1.677.083	6.796.324	128.548	6.924.872
Tesouraria	-	18.217	18.217	-	994	994
Outros	-	1.262	1.262	-	-	-
	<u>3.797.824</u>	<u>175.957</u>	<u>3.973.781</u>	<u>9.813.982</u>	<u>207.562</u>	<u>10.021.544</u>
	<u>10.998.194</u>	<u>235.575</u>	<u>11.233.769</u>	<u>18.430.980</u>	<u>226.316</u>	<u>18.657.296</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Outros
<b>Situação em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>192.402.590</b>	<b>364.646</b>	<b>192.767.236</b>	<b>200.933.929</b>	<b>572.475</b>	<b>201.506.404</b>	<b>8.531.339</b>	<b>207.829</b>	<b>8.739.168</b>
Custo do serviço corrente	269.286	1.265	270.551	-	-	-	(269.286)	(1.265)	(270.551)
Juro líquido de benefício definido	2.441.973	6.613	2.448.586	2.595.537	3.737	2.599.274	153.564	(2.876)	150.688
Custo do exercício	2.711.259	7.878	2.719.137	2.595.537	3.737	2.599.274	(115.722)	(4.141)	(119.863)
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	9.751.552	(7.145)	9.744.407	-	-	-	(9.751.552)	7.145	(9.744.407)
Outras variações em resultados	-	-	-	(599.149)	-	(599.149)	(599.149)	-	(599.149)
<b>Variações com impacto em resultados (Nota 33)</b>	<b>12.462.811</b>	<b>733</b>	<b>12.463.544</b>	<b>1.996.388</b>	<b>3.737</b>	<b>2.000.125</b>	<b>(10.466.423)</b>	<b>3.004</b>	<b>(10.463.419)</b>
Ganhos e perdas atuariais									
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	-	-	2.133.287	6.704	2.139.991	2.133.287	6.704	2.139.991
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	-	5.776	5.776	-	5.776	5.776	-	-	-
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(1.843.460)	4.784	(1.838.676)	-	-	-	1.843.460	(4.784)	1.838.676
<b>Variações com impacto em capitais próprios</b>	<b>(1.843.460)</b>	<b>10.560</b>	<b>(1.832.900)</b>	<b>2.133.287</b>	<b>12.480</b>	<b>2.145.767</b>	<b>3.976.747</b>	<b>1.920</b>	<b>3.978.667</b>
Contribuições para o plano									
efetuadas pelas Companhias	-	-	-	10.090.174	-	10.090.174	10.090.174	-	10.090.174
Variação das provisões matemáticas	(2.639.074)	-	(2.639.074)	(2.639.074)	-	(2.639.074)	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo plano									
pensões pagas	(19.277.840)	(52.175)	(19.330.015)	(19.277.840)	(52.175)	(19.330.015)	-	-	-
<b>Situação em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>181.105.027</b>	<b>323.765</b>	<b>181.428.792</b>	<b>193.236.864</b>	<b>536.517</b>	<b>193.773.381</b>	<b>12.131.837</b>	<b>212.752</b>	<b>12.344.589</b>
Custo do serviço corrente	135.475	1.108	136.583	-	-	-	(135.475)	(1.108)	(136.583)
Juro líquido de benefício definido	2.288.295	5.834	2.294.129	2.506.668	3.753	2.510.421	218.373	(2.080)	216.293
Custo do exercício	2.423.770	6.942	2.430.712	2.506.668	3.753	2.510.421	82.898	(3.188)	79.710
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	14.359.652	(6.481)	14.353.171	-	-	-	(14.359.652)	6.481	(14.353.171)
Outras variações em resultados	-	-	-	(154.117)	-	(154.117)	(154.117)	-	(154.117)
<b>Variações com impacto em resultados (Nota 33)</b>	<b>16.783.422</b>	<b>461</b>	<b>16.783.883</b>	<b>2.352.551</b>	<b>3.753</b>	<b>2.356.304</b>	<b>(14.430.871)</b>	<b>3.293</b>	<b>(14.427.578)</b>
Ganhos e perdas atuariais									
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	-	-	(2.186.467)	6.481	(2.179.986)	(2.186.467)	6.481	(2.179.986)
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(1.451.213)	(23.037)	(1.474.250)	-	(28.341)	(28.341)	1.451.213	(5.304)	1.445.909
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(483.719)	29.835	(453.884)	-	-	-	483.719	(29.835)	453.884
<b>Variações com impacto em capitais próprios</b>	<b>(1.934.932)</b>	<b>6.798</b>	<b>(1.928.134)</b>	<b>(2.186.467)</b>	<b>(21.860)</b>	<b>(2.208.327)</b>	<b>(251.535)</b>	<b>(28.658)</b>	<b>(280.193)</b>
Contribuições para o plano									
efetuadas pelas Companhias	-	-	-	9.662.261	-	9.662.261	9.662.261	-	9.662.261
Variação das provisões matemáticas	(2.295.035)	-	(2.295.035)	(2.295.035)	-	(2.295.035)	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo plano									
pensões pagas	(19.036.221)	(52.362)	(19.088.583)	(19.036.221)	(52.362)	(19.088.583)	-	-	-
<b>Situação em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>174.622.261</b>	<b>278.662</b>	<b>174.900.923</b>	<b>181.733.953</b>	<b>466.049</b>	<b>182.200.002</b>	<b>7.111.692</b>	<b>187.387</b>	<b>7.299.079</b>

## Assistência médica

O Grupo comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica vitalícia aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação, entre junho de 1998 e julho de 2005.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas responsabilidades ascendem a 21.053.229 Euros e a 22.964.031 Euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 26). Os desvios atuariais apurados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 referente a este benefício ascenderam a (643.669) Euros e (669.044) Euros, respetivamente.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

**Análise de sensibilidade**

Em 31 de dezembro de 2018, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Fidelidade face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários		2018	A	B	C
<b>Pressupostos Financeiros</b>					
	Taxa de Desconto	2,00%	1,75%	2,25%	2,00%
	Taxa de Crescimento Salarial	2,10%	2,10%	2,10%	2,10%
	Taxa de Crescimento Salarial Pré-Reformados	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%
	Taxa de Crescimento de Pensões	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%
<b>Pressupostos Demográficos</b>					
	Tábua de Mortalidade				
	> Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
	> Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 88/90 (-2)
	Idade de Reforma	0	0	0	0
<b>Responsabilidades em 31 de dezembro de 2018</b>					
Cenários		2018	A	B	C
Reformados	Velhice	52.386.031	53.418.477	51.388.616	56.988.840
	Antecipação	13.723.863	14.019.081	13.438.740	14.799.188
	Invalidez	8.761.757	9.049.598	8.488.110	9.188.173
Pensionistas	Viuvez	3.921.645	4.003.821	3.842.524	3.934.163
	Orfandade	143.273	149.509	137.441	144.263
Pré-Reformados	Pensão até INR	37.794.649	38.074.479	37.518.798	37.935.467
	Encargos até INR	6.546.664	6.598.139	6.495.954	6.573.449
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	2.513.386	2.582.928	2.420.007	2.670.787
	> Plano Complementar	245.641	255.704	236.098	248.438
Ativos	Plano CCT	2.984.090	3.154.246	2.825.295	3.161.550
	Plano Complementar	3.436.829	3.671.430	3.219.454	3.616.263
<b>Totais</b>		<b>132.457.828</b>	<b>134.977.412</b>	<b>130.011.037</b>	<b>139.260.581</b>

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização, não incluindo as provisões matemáticas, no valor de 42.164.433 Euros.

## 36. Rendimentos

Nos exercícios de 2018 e 2017, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

	2018				2017			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida</b>								
Terrenos e edifícios	-	-	36.116	36.116	-	-	23.398	23.398
Ativos financeiros detidos para negociação	(3.526)	-	-	(3.526)	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.892.365	-	-	1.892.365	939.149	-	-	939.149
Ativos disponíveis para venda	44.982.304	2.004.861	-	46.987.165	44.822.272	7.351.003	-	52.173.275
Empréstimos e contas a receber	2.113.922	-	-	2.113.922	1.028.030	-	-	1.028.030
Depósitos à ordem	1.231	-	-	1.231	892	-	-	892
	<u>48.986.296</u>	<u>2.004.861</u>	<u>36.116</u>	<u>51.027.273</u>	<u>46.790.343</u>	<u>7.351.003</u>	<u>23.398</u>	<u>54.164.744</u>
<b>Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento</b>								
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.478.510)	-	-	(1.478.510)	(1.534.347)	-	-	(1.534.347)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	7.557.133	151.914	-	7.709.047	16.776.034	147.393	-	16.923.427
Ativos disponíveis para venda	166.282.518	22.879.456	-	189.161.974	146.129.543	17.614.675	-	163.744.218
Empréstimos e contas a receber	1.808.020	-	-	1.808.020	2.003.134	-	-	2.003.134
Depósitos à ordem	15.723	-	-	15.723	246	-	-	246
	<u>174.184.884</u>	<u>23.031.370</u>	<u>-</u>	<u>197.216.254</u>	<u>163.374.610</u>	<u>17.762.068</u>	<u>-</u>	<u>181.136.678</u>
	<u>223.171.180</u>	<u>25.036.231</u>	<u>36.116</u>	<u>248.243.527</u>	<u>210.164.953</u>	<u>25.113.071</u>	<u>23.398</u>	<u>235.301.422</u>
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida</b>								
Terrenos e edifícios	-	-	11.021.131	11.021.131	-	-	18.090.692	18.090.692
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.001.154	-	-	2.001.154	2.959.053	-	-	2.959.053
Ativos disponíveis para venda	34.095.036	14.027.613	-	48.122.649	27.376.585	16.748.002	-	44.124.587
Empréstimos e contas a receber	3.191.256	-	-	3.191.256	3.201.410	-	-	3.201.410
Depósitos à ordem	174.723	-	-	174.723	27.512	-	-	27.512
	<u>39.462.169</u>	<u>14.027.613</u>	<u>11.021.131</u>	<u>64.510.913</u>	<u>33.564.560</u>	<u>16.748.002</u>	<u>18.090.692</u>	<u>68.403.254</u>
<b>Investimentos não afetos</b>								
Terrenos e edifícios	-	-	63.092.620	63.092.620	-	-	110.831.105	110.831.105
Ativos financeiros detidos para negociação	(114.866)	-	-	(114.866)	2.891	-	-	2.891
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	10.605.201	9	-	10.605.210	2.456.044	-	-	2.456.044
Ativos disponíveis para venda	2.362.522	721.780	-	3.084.302	1.798.521	684.756	-	2.483.277
Empréstimos e contas a receber	1.181.670	-	-	1.181.670	6.035.661	-	-	6.035.661
Depósitos à ordem	1.755.146	-	-	1.755.146	298.203	-	-	298.203
	<u>15.789.673</u>	<u>721.789</u>	<u>63.092.620</u>	<u>79.604.082</u>	<u>10.591.320</u>	<u>684.756</u>	<u>110.831.105</u>	<u>122.107.181</u>
	<u>278.423.022</u>	<u>39.785.633</u>	<u>74.149.867</u>	<u>392.358.522</u>	<u>254.320.833</u>	<u>42.545.829</u>	<u>128.945.195</u>	<u>425.811.857</u>

## 37. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2018 e 2017, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2018				2017			
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
<b>Gastos de investimentos (Nota 33)</b>								
Custos imputados	10.144.090	7.538.836	37.754.090	55.437.016	9.467.890	6.713.194	34.179.252	50.360.336
Outros gastos de investimentos	540.664	172.554	122.330	835.548	418.266	148.044	162.836	729.146
	<u>10.684.754</u>	<u>7.711.390</u>	<u>37.876.420</u>	<u>56.272.564</u>	<u>9.886.156</u>	<u>6.861.238</u>	<u>34.342.088</u>	<u>51.089.482</u>

### 38. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida</b>						
Ativos disponíveis para venda	37.854.064	( 15.411.080 )	22.442.984	22.507.213	( 2.010.414 )	20.496.799
Empréstimos e contas a receber	11	-	11	-	-	-
	<u>37.854.075</u>	<u>( 15.411.080 )</u>	<u>22.442.995</u>	<u>22.507.213</u>	<u>( 2.010.414 )</u>	<u>20.496.799</u>
<b>Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento</b>						
Ativos disponíveis para venda	343.921.748	( 38.226.444 )	305.695.304	205.785.259	( 17.510.634 )	188.274.625
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	( 45.710 )	( 45.710 )
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	145	( 75.038.534 )	( 75.038.389 )	22.380	( 94.839.890 )	( 94.817.510 )
	<u>343.921.893</u>	<u>( 113.264.978 )</u>	<u>230.656.915</u>	<u>205.807.639</u>	<u>( 112.396.234 )</u>	<u>93.411.405</u>
	<u>381.775.968</u>	<u>( 128.676.058 )</u>	<u>253.099.910</u>	<u>228.314.852</u>	<u>( 114.406.648 )</u>	<u>113.908.204</u>
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>						
Ativos disponíveis para venda	40.944.248	( 11.547.589 )	29.396.659	80.732.701	( 2.917.559 )	77.815.142
Empréstimos e contas a receber	-	( 30.115 )	( 30.115 )	-	( 37.086 )	( 37.086 )
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	( 121.707 )	( 121.707 )
	<u>40.944.248</u>	<u>( 11.577.704 )</u>	<u>29.366.544</u>	<u>80.732.701</u>	<u>( 3.076.352 )</u>	<u>77.656.349</u>
<b>Investimentos não afetos</b>						
Investimentos em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	3.385	-	3.385	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	1.762.824	( 22.938 )	1.739.886	1.350.777	( 185.745 )	1.165.032
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	( 287.056 )	( 287.056 )
Outros	-	-	-	-	( 801.375 )	( 801.375 )
	<u>1.766.209</u>	<u>( 22.938 )</u>	<u>1.743.271</u>	<u>1.350.777</u>	<u>( 1.274.176 )</u>	<u>76.601</u>
	<u>424.486.425</u>	<u>( 140.276.700 )</u>	<u>284.209.725</u>	<u>310.398.330</u>	<u>( 118.757.176 )</u>	<u>191.641.154</u>

## 39. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

Ganhos e perdas realizados	2018			2017		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida</b>						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	(508.775)	(508.775)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.366.410	(598.522)	767.888	1.072.269	(2.487.957)	(1.415.688)
	<u>1.366.410</u>	<u>(598.522)</u>	<u>767.888</u>	<u>1.072.269</u>	<u>(2.996.732)</u>	<u>(1.924.463)</u>
<b>Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento</b>						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	65.077	(281.315)	(216.238)	135.354	(885.016)	(749.662)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	9.097.957	(11.737.655)	(2.639.698)	11.077.266	(10.265.012)	812.254
Outros	3.304	(4)	3.300	-	-	-
	<u>9.166.338</u>	<u>(12.018.974)</u>	<u>(2.852.636)</u>	<u>11.212.620</u>	<u>(11.150.028)</u>	<u>62.592</u>
	<u>10.532.748</u>	<u>(12.617.496)</u>	<u>(2.084.748)</u>	<u>12.284.889</u>	<u>(14.146.760)</u>	<u>(1.861.871)</u>
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	(253.538)	(253.538)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	715.344	(1.650.885)	(935.541)	2.685.393	(1.300.572)	1.384.821
Outros	98	(61)	37	-	-	-
	<u>715.442</u>	<u>(1.650.946)</u>	<u>(935.504)</u>	<u>2.685.393</u>	<u>(1.554.110)</u>	<u>1.131.283</u>
<b>Investimentos não afetos</b>						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	136	(127.301)	(127.165)	3	(54.155)	(54.152)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.496.547	(842.615)	653.932	-	(201.169)	(201.169)
	<u>1.496.683</u>	<u>(969.916)</u>	<u>526.767</u>	<u>3</u>	<u>(255.324)</u>	<u>(255.321)</u>
	<u>12.744.873</u>	<u>(15.238.358)</u>	<u>(2.493.485)</u>	<u>14.970.285</u>	<u>(15.956.194)</u>	<u>(985.909)</u>
<b>Ganhos e perdas não realizados</b>						
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida</b>						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	5.748.187	(41.148.321)	(35.400.134)	59.656.422	(7.858.465)	51.797.957
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	287.316	(5.342.677)	(5.055.361)	3.762.152	(380.948)	3.381.204
Outros	1.823.329	(3.206.415)	(1.383.086)	1.722.515	(1.476.631)	245.884
	<u>7.858.832</u>	<u>(49.697.413)</u>	<u>(41.838.581)</u>	<u>65.141.089</u>	<u>(9.716.044)</u>	<u>55.425.045</u>
<b>Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento</b>						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	46.669.671	(216.284.356)	(169.614.685)	147.104.772	(26.680.247)	120.424.525
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	7.047.794	(19.589.728)	(12.541.934)	13.755.089	(18.604.502)	(4.849.413)
Outros	57.922.313	(73.782.928)	(15.860.615)	90.457.133	(103.348.682)	(12.891.549)
	<u>111.639.778</u>	<u>(309.657.012)</u>	<u>(198.017.234)</u>	<u>251.316.994</u>	<u>(148.633.431)</u>	<u>102.683.563</u>
	<u>119.498.610</u>	<u>(359.354.425)</u>	<u>(239.855.815)</u>	<u>316.458.083</u>	<u>(158.349.475)</u>	<u>158.108.608</u>
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	10.103.168	(50.964.016)	(40.860.848)	49.297.614	(7.478.185)	41.819.429
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.893.259	(4.847.623)	(2.954.364)	6.814.905	(1.232.777)	5.582.128
Outros	21.579.230	(29.067.068)	(7.487.838)	39.164.935	(44.462.997)	(5.298.062)
	<u>33.575.657</u>	<u>(84.878.707)</u>	<u>(51.303.050)</u>	<u>95.277.454</u>	<u>(53.173.959)</u>	<u>42.103.495</u>
<b>Investimentos não afetos</b>						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	9.438.514	(23.046.917)	(13.608.403)	16.694.030	(11.135.421)	5.558.609
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	305.981	(12.922.645)	(12.616.664)	118.094	(1.980.195)	(1.862.101)
Outros	-	-	-	2.957.267	-	2.957.267
	<u>9.744.495</u>	<u>(35.969.562)</u>	<u>(26.225.067)</u>	<u>19.769.391</u>	<u>(13.115.616)</u>	<u>6.653.775</u>
	<u>162.818.762</u>	<u>(480.202.694)</u>	<u>(317.383.932)</u>	<u>431.504.928</u>	<u>(224.639.050)</u>	<u>206.865.878</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Total	2018			2017		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida</b>						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	5.748.187	(41.148.321)	(35.400.134)	59.656.422	(8.367.240)	51.289.182
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1.653.726	(5.941.199)	(4.287.473)	4.834.421	(2.868.905)	1.965.516
Outros	1.823.329	(3.206.415)	(1.383.086)	1.722.515	(1.476.631)	245.884
	<u>9.225.242</u>	<u>(50.295.935)</u>	<u>(41.070.693)</u>	<u>66.213.358</u>	<u>(12.712.776)</u>	<u>53.500.582</u>
<b>Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento</b>						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	46.734.748	(216.565.671)	(169.830.923)	147.240.126	(27.565.263)	119.674.863
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	16.145.751	(31.327.383)	(15.181.632)	24.832.355	(28.869.514)	(4.037.159)
Outros	57.925.617	(73.782.932)	(15.857.315)	90.457.133	(103.348.682)	(12.891.549)
	<u>120.806.116</u>	<u>(321.675.986)</u>	<u>(200.869.870)</u>	<u>262.529.614</u>	<u>(159.783.459)</u>	<u>102.746.155</u>
	<u>130.031.358</u>	<u>(371.971.921)</u>	<u>(241.940.563)</u>	<u>328.742.972</u>	<u>(172.496.235)</u>	<u>156.246.737</u>
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	10.103.168	(50.964.016)	(40.860.848)	49.297.614	(7.731.723)	41.565.891
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	2.608.603	(6.498.508)	(3.889.905)	9.500.298	(2.533.349)	6.966.949
Outros	21.579.328	(29.067.129)	(7.487.801)	39.164.935	(44.462.997)	(5.298.062)
	<u>34.291.099</u>	<u>(86.529.653)</u>	<u>(52.238.554)</u>	<u>97.962.847</u>	<u>(54.728.069)</u>	<u>43.234.778</u>
<b>Investimentos não afetos</b>						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	9.438.650	(23.174.218)	(13.735.568)	16.694.033	(11.189.576)	5.504.457
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1.802.528	(13.765.260)	(11.962.732)	118.094	(2.181.364)	(2.063.270)
Outros	-	-	-	2.957.267	-	2.957.267
	<u>11.241.178</u>	<u>(36.939.478)</u>	<u>(25.698.300)</u>	<u>19.769.394</u>	<u>(13.370.940)</u>	<u>6.398.454</u>
	<u>175.563.635</u>	<u>(495.441.052)</u>	<u>(319.877.417)</u>	<u>446.475.213</u>	<u>(240.595.244)</u>	<u>205.879.969</u>

## 40. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida</b>		
Ativos financeiros detidos para negociação	(318.290)	( 1.721.685 )
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.746.799	( 2.665.476 )
Ativos disponíveis para venda	22.986.437	( 56.797.985 )
Empréstimos e contas a receber	4.557.691	( 5.325.898 )
Depósitos à ordem	(2.490.645)	495.999
Outros	(20.566)	6.647
	<u>27.461.426</u>	<u>( 66.008.398 )</u>
<b>Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento</b>		
Ativos financeiros detidos para negociação	( 2.934.565 )	( 3.974.818 )
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11.193.660	( 6.894.025 )
Ativos disponíveis para venda	110.075.907	( 127.830.385 )
Empréstimos e contas a receber	2.732.226	( 4.071.592 )
Depósitos à ordem	( 1.657.339 )	4.321.062
Outros	( 1.758.288 )	( 2.464.857 )
	<u>117.651.601</u>	<u>( 140.914.615 )</u>
	<u>145.113.027</u>	<u>( 206.923.013 )</u>
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>		
Ativos financeiros detidos para negociação	( 909.919 )	( 1.362.854 )
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.151.080	( 12.421.178 )
Ativos disponíveis para venda	27.776.224	( 26.273.803 )
Empréstimos e contas a receber	8.738.846	( 1.725.979 )
Depósitos à ordem	735.136	9.412.675
Outros	( 559.076 )	( 894.619 )
	<u>36.932.291</u>	<u>( 33.265.758 )</u>
<b>Investimentos não afetos</b>		
Ativos financeiros detidos para negociação	134.401	( 104.765 )
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.442.624	( 64.457 )
Ativos disponíveis para venda	328.988	( 3.619.465 )
Empréstimos e contas a receber	9.299.146	( 4.450.713 )
Depósitos à ordem	( 5.106.545 )	( 18.148.605 )
Outros	4	( 13 )
	<u>8.098.618</u>	<u>( 26.388.018 )</u>
	<u>190.143.936</u>	<u>( 266.576.789 )</u>

## 41. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ganhos e perdas realizados	2018			2017		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	4.265.200	-	4.265.200
Terrenos e edifícios de rendimento	429.722	-	429.722	21.023	-	21.023
	<u>429.722</u>	<u>-</u>	<u>429.722</u>	<u>4.286.223</u>	<u>-</u>	<u>4.286.223</u>
<b>Investimentos não afetos</b>						
Terrenos e edifícios de rendimento	268.598	(16.559)	252.039	4.590.363	(17.770)	4.572.593
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	24.152	(5.984)	18.168
	<u>268.598</u>	<u>(16.559)</u>	<u>252.039</u>	<u>4.614.515</u>	<u>(23.754)</u>	<u>4.590.761</u>
	<u>698.320</u>	<u>(16.559)</u>	<u>681.761</u>	<u>8.900.738</u>	<u>(23.754)</u>	<u>8.876.984</u>
<b>Ganhos e perdas não realizados</b>						
			(Nota 10)			(Nota 10)
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida</b>						
Terrenos e edifícios de rendimento	1.395.244	-	1.395.244	-	(204.893)	(204.893)
	<u>1.395.244</u>	<u>-</u>	<u>1.395.244</u>	<u>-</u>	<u>(204.893)</u>	<u>(204.893)</u>
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>						
Terrenos e edifícios de rendimento	9.683.366	(4.627.339)	5.056.027	38.167.817	(24.094.916)	14.072.901
	<u>9.683.366</u>	<u>(4.627.339)</u>	<u>5.056.027</u>	<u>38.167.817</u>	<u>(24.094.916)</u>	<u>14.072.901</u>
<b>Investimentos não afetos</b>						
Terrenos e edifícios de rendimento	31.401.048	(928.094)	30.472.954	40.819.087	(46.694.001)	(5.874.914)
	<u>31.401.048</u>	<u>(928.094)</u>	<u>30.472.954</u>	<u>40.819.087</u>	<u>(46.694.001)</u>	<u>(5.874.914)</u>
	<u>42.479.658</u>	<u>(5.555.433)</u>	<u>36.924.225</u>	<u>78.986.904</u>	<u>(70.993.810)</u>	<u>7.993.094</u>
<b>Total</b>						
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida</b>						
Terrenos e edifícios de rendimento	1.395.244	-	1.395.244	-	(204.893)	(204.893)
	<u>1.395.244</u>	<u>-</u>	<u>1.395.244</u>	<u>-</u>	<u>(204.893)</u>	<u>(204.893)</u>
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	4.265.200	-	4.265.200
Terrenos e edifícios de rendimento	10.113.088	(4.627.339)	5.485.749	38.188.840	(24.094.916)	14.093.924
	<u>10.113.088</u>	<u>(4.627.339)</u>	<u>5.485.749</u>	<u>42.454.040</u>	<u>(24.094.916)</u>	<u>18.359.124</u>
<b>Investimentos não afetos</b>						
Terrenos e edifícios de rendimento	31.669.646	(944.653)	30.724.993	45.409.450	(46.711.771)	(1.302.321)
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	24.152	(5.984)	18.168
	<u>31.669.646</u>	<u>(944.653)</u>	<u>30.724.993</u>	<u>45.433.602</u>	<u>(46.717.755)</u>	<u>(1.284.153)</u>
	<u>43.177.978</u>	<u>(5.571.992)</u>	<u>37.605.986</u>	<u>87.887.642</u>	<u>(71.017.564)</u>	<u>16.870.078</u>

## 42. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	140.927.702	3.908.070	( 3.468.889 )	( 86.588.089 )	-	54.778.794
Instrumentos de capital	314.031.954	242.088.440	-	( 136.414.382 )	-	419.706.012
Outros instrumentos	38.123.874	3.099.229	-	( 8.735.979 )	-	32.487.124
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	617.392	91.380	-	( 12.992 )	-	695.780
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	10.358.901	392.337	( 1.533.045 )	-	1.543.302	10.761.495
Imparidade no goodwill (Nota 14)	957.001	-	-	-	-	957.001
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 17)	10.529.419	285.370	-	( 1.015.438 )	-	9.799.351
Ajustamentos IFAP (Nota 17)	99.856	37.552	-	-	-	137.408
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	40.995.797	-	( 4.127.503 )	-	2.286.998	39.155.292
	<b>556.641.896</b>	<b>249.902.378</b>	<b>( 9.129.437 )</b>	<b>( 232.766.880 )</b>	<b>3.830.300</b>	<b>568.478.257</b>

	2017					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	160.681.702	23.333.685	( 917.818 )	( 42.169.867 )	-	140.927.702
Instrumentos de capital	286.535.154	106.014.203	-	( 78.517.403 )	-	314.031.954
Outros instrumentos	47.686.189	4.686.155	-	( 14.248.470 )	-	38.123.874
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	1.238.964	145.811	( 767.383 )	-	-	617.392
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	11.237.416	2.080.972	( 1.196.988 )	( 1.762.499 )	-	10.358.901
Imparidade de inventários (Nota 13)	64.553	-	( 79.479 )	-	14.926	-
Imparidade no goodwill (Nota 14)	957.001	-	-	-	-	957.001
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 17)	17.109.499	-	( 7.029.138 )	-	449.058	10.529.419
Ajustamentos IFAP (Nota 17)	484.133	-	( 384.277 )	-	-	99.856
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	41.825.112	-	( 3.222.858 )	-	2.393.543	40.995.797
	<b>567.819.723</b>	<b>136.260.826</b>	<b>( 13.597.941 )</b>	<b>( 136.698.239 )</b>	<b>2.857.527</b>	<b>556.641.896</b>

Nos exercícios de 2018 e 2017, a rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” inclui utilizações de 51.438.501 Euros e constituições de 88.288.591 Euros de “Outras provisões” (Nota 26), respetivamente.

## 43. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018			2017		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
<b>Relativos ao ramo vida</b>						
Comissões de gestão de co-seguro	13.665	( 31.372 )	( 17.707 )	13.809	( 16.752 )	( 2.943 )
Comissões de gestão de fundos de pensões	580.899	-	580.899	559.419	-	559.419
Outros	5.339	-	5.339	53.034	( 9.164 )	43.870
	<b>599.903</b>	<b>( 31.372 )</b>	<b>568.531</b>	<b>626.262</b>	<b>( 25.916 )</b>	<b>600.346</b>
<b>Relativos ao ramo não vida</b>						
Comissões de gestão de co-seguro	584.261	( 497.663 )	86.598	723.829	( 468.895 )	254.934
Outros	4.132.914	( 88.894 )	4.044.020	3.707.723	( 161.187 )	3.546.536
	<b>4.717.175</b>	<b>( 586.557 )</b>	<b>4.130.618</b>	<b>4.431.552</b>	<b>( 630.082 )</b>	<b>3.801.470</b>
	<b>5.317.078</b>	<b>( 617.929 )</b>	<b>4.699.149</b>	<b>5.057.814</b>	<b>( 655.998 )</b>	<b>4.401.816</b>

## 44. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Rendimentos e ganhos não correntes</b>		
Restituição de impostos	7.082.289	4.036.049
Outros	3.599.413	699.135
	<u>10.681.702</u>	<u>4.735.184</u>
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>		
Juros obtidos	361.406	998.535
Diferenças de câmbio favoráveis	216.472.719	67.574.315
Descontos de pronto pagamento	977.869	1.083.368
Outros	63.039	230.305
	<u>217.875.033</u>	<u>69.886.523</u>
<b>Rendimentos de outros ativos</b>		
Ganhos em outros ativos tangíveis	46.807	39.869
	<u>46.807</u>	<u>39.869</u>
<b>Ganhos com planos de pensões</b>		
Comissões de gestão dos fundos de pensões (Suc. Macau Vida)	3.871	11.880
Outros ganhos	-	19.026
	<u>3.871</u>	<u>30.906</u>
<b>Outros Rendimentos não técnicos</b>		
Regularização de saldos	2.016.203	177.764
Prestação de serviços	490.155.168	439.436.196
	<u>492.171.371</u>	<u>439.613.960</u>
<b>Gastos e perdas não correntes</b>		
Donativos	( 1.245.743 )	( 549.292 )
Mecenato	228.861	( 764.285 )
Ofertas a clientes	( 115.592 )	( 272.391 )
Multas e penalidades	( 12.912.856 )	( 43.638 )
Quotizações diversas	( 283.016 )	( 289.358 )
Insuficiência estimativa impostos	( 1.375.055 )	( 689.668 )
Correções a exercícios anteriores	( 796.846 )	( 490.408 )
Dívidas incobráveis	( 5.374.460 )	( 1.847.831 )
Regularização de saldos	( 376.549 )	( 301.904 )
Outros	( 1.865.794 )	( 1.180.519 )
	<u>( 24.117.050 )</u>	<u>( 6.429.294 )</u>
<b>Gastos e perdas financeiras</b>		
Juros suportados	( 380.466 )	( 98.947 )
Diferenças de câmbio desfavoráveis	( 224.883.924 )	( 12.653.905 )
Serviços bancários	( 805.260 )	( 441.440 )
Outros	( 1.963.230 )	( 1.242.184 )
	<u>( 228.032.880 )</u>	<u>( 14.436.476 )</u>
<b>Perdas em outros ativos</b>		
Perdas em outros ativos intangíveis	( 9.422 )	( 344.748 )
Perdas em outros ativos tangíveis	( 431.050 )	( 426.947 )
	<u>( 440.472 )</u>	<u>( 771.695 )</u>
<b>Outros gastos não técnicos</b>		
Alocação de gastos não técnicos (Nota 33)		
Custos com pessoal	( 135.550.015 )	( 119.914.577 )
Fornecimento de serviços externos	( 305.863.659 )	( 267.732.735 )
Amortizações do exercício	( 35.926.555 )	( 33.323.200 )
Juros	( 7.550.236 )	( 5.936.117 )
Outros	33.253.177	( 2.477.421 )
	<u>( 451.637.288 )</u>	<u>( 429.384.050 )</u>
<b>Custo das mercadorias vendidas</b>	( 4.047.920 )	( 4.067.177 )
	<u>12.503.174</u>	<u>59.217.750</u>

## 45. Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP)

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.	441.524	235.524
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	266.148	( 20.951 )
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	( 16.109 )	50.766
Madison 30 31 JV LLC	-	148.319
GK Kita Aoyoma Support 2	( 15.317 )	-
	<u>676.246</u>	<u>413.658</u>

## 46. Relato por Segmentos

O Grupo apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmentos de negócio, o Grupo designou os segmentos “Saúde” e “Segurador”. No segmento segurador elegeu os seguintes sub-segmentos:

<b>Sub-segmento:</b>	<b>Ramos do sub-segmento:</b>
<b>Vida</b>	
Risco	Risco
Capitalização com participação nos resultados	Capitalização com participação nos resultados
Passivos financeiros	Passivos financeiros
<b>Não Vida</b>	
Acidentes de Trabalho	Acidentes de Trabalho
Doença	Doença
Patrimoniais	Incêndio e outros danos Crédito Caução Perdas pecuniárias diversas por riscos patrimoniais
Automóvel	Pessoas transportadas Veículos terrestres Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor Perdas pecuniárias diversas associadas a automóvel Proteção jurídica automóvel Assistência automóvel
Mercadorias Transportadas	Mercadorias transportadas Marítimo e transportes Aéreo
Responsabilidade Civil	Responsabilidade civil geral
Diversos	Acidentes pessoais Proteção jurídica - outras Assistência - outras Seguros diversos

Para efeito de relato por segmentos geográficos, o Grupo elegeu os seguintes:

- Portugal
- União Europeia
- Africa
- Ásia
- América do Sul
- Resto do Mundo

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2018 e 2017 é a seguinte:

2018	Segmento seguradoras			Segmento saúde	Ajustes de consolidação	Total
	Vida	Não vida	Não afetos			
<b>Ganhos e Perdas</b>						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	445.522.926	1.281.649.431	72.264	-	5.675.957	1.732.920.578
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	1.224.954	-	-	-	-	1.224.954
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(265.673.817)	(992.860.590)	-	(48.678.357)	102.935.920	(1.204.276.844)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(17.011.278)	11.047.219	-	-	-	(5.964.059)
Custos e gastos de exploração líquidos	(138.103.136)	(3.500.532)	-	-	3.299.046	(138.304.622)
Rendimentos	(101.316.911)	(334.108.219)	(1)	-	(5.221.204)	(440.646.335)
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	309.288.375	71.305.394	102.644.023	(8.618)	(90.870.652)	392.358.522
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	164.265.786	16.679.437	(24.730.815)	9.909	(20.414.651)	135.809.666
Outros rendimentos/gastos	(166.342.193)	(41.854.616)	(132.312.600)	(1.670.584)	152.845.553	(189.334.440)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	403.892	40.571.597	11.383.132	60.976.706	(95.456.758)	17.878.569
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	116.573.579	-	(3.498.380)	113.075.199
Interesses não controlados	(42.493.543)	(33.637.776)	(46.043.760)	(1.679.087)	2.878.590	(120.975.576)
	-	-	-	(58.656)	(52.000.850)	(52.059.506)
	189.765.055	15.291.345	27.585.822	8.891.313	172.571	241.706.106
<b>Ativos</b>						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	577.861.540	56.127.969	366.369.072	59.723.565	-	1.060.082.146
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.217.666.334	310.584.879	2.808.411.574	952.090	(4.335.307.731)	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	11.796.723	1.813.234	10.889.448	-	(7.885.804)	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	328.457.084	63.745.588	471.675.674	769.676	(1.969.282)	862.678.740
Derivados de cobertura	2.267.528	1.855.423	261.418	-	-	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	8.816.278.840	1.404.296.276	492.048.980	59.863	(564.373.145)	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	1.521.654.479	525.746.320	355.173.089	-	(308.414.992)	2.094.158.896
Terrenos e edifícios	9.613.634	172.052.029	1.489.961.021	403.862.563	(124.127)	2.075.365.120
Outros ativos tangíveis e intangíveis	6.812.596	29.153.364	690.611	63.701.442	-	100.358.013
Goodwill	-	-	-	148.573.534	334.959.277	483.532.811
Provisões técnicas de resseguro cedido	23.382.812	321.535.083	-	-	(121.309.838)	223.608.057
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	7.299.079	-	-	7.299.079
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	49.939.200	190.522.406	228.041.463	91.516.567	113.488.295	673.507.931
Ativos por impostos	175.425.916	95.277.695	73.474.824	13.370.585	1.860.815	359.409.835
Acréscimos e diferimentos	13.253.520	4.763.269	9.613.870	57.732.717	1.430.975	86.794.351
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	152.579	4.270.663	-	-	4.423.242
	12.754.410.206	3.177.626.114	6.318.180.786	840.262.602	(4.887.645.557)	18.202.834.151
<b>Passivos</b>						
Provisão para prémios não adquiridos	1.634.440	315.654.076	(62.162)	-	(30.087.944)	287.138.410
Provisão matemática do ramo vida	1.907.427.795	-	-	-	-	1.907.427.795
Provisão para sinistros	119.112.004	1.801.689.998	-	-	(104.237.891)	1.816.564.111
Provisão para participação nos resultados	81.083.956	20.564	-	-	-	81.104.520
Provisão para compromissos de taxa	22.683.110	-	-	-	-	22.683.110
Provisão para estabilização de carteira	26.254.032	-	-	-	-	26.254.032
Provisão para desvios de sinistralidade	-	27.302.513	-	-	-	27.302.513
Provisão para riscos em curso	-	36.514.181	-	-	-	36.514.181
Passivos financeiros	9.288.350.690	130.715.509	369.965.039	357.390.355	(88.072.491)	10.058.349.102
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	231.526	83.423	-	-	314.949
Outros credores por operações de seguros e outras operações	26.761.598	165.730.341	374.949.377	61.131.167	(98.284.380)	530.288.103
Passivos por impostos	75.021.731	58.332.492	34.026.451	25.104.436	(8.907.426)	183.577.684
Acréscimos e diferimentos	47.392.152	65.543.117	15.943.253	69.531.225	(334.617)	198.075.130
Outras Provisões	-	74.045.930	25.672.691	11.754.017	-	111.472.638
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	529.650	-	-	-	529.650
	11.595.721.508	2.676.309.897	820.578.072	524.911.200	(329.924.749)	15.287.595.928
					Total Segmentos	2.673.532.117
					Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados	2.673.532.117

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

2018	Vida			
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
<b>Ganhos e Perdas</b>				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	185.400.256	260.122.670	-	445.522.926
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	( 91.672.200 )	( 174.001.617 )	-	( 265.673.817 )
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	( 1.848.968 )	( 15.162.310 )	-	( 17.011.278 )
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	( 11.937.557 )	( 126.165.579 )	-	( 138.103.136 )
Custos e gastos de exploração líquidos	( 27.187.862 )	( 11.100.931 )	( 63.028.118 )	( 101.316.911 )
Rendimentos	14.238.983	42.037.253	253.012.139	309.288.375
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	10.386.723	( 1.396.855 )	155.275.918	164.265.786
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	( 7.426.503 )	( 2.819.483 )	( 156.096.207 )	( 166.342.193 )
Outros rendimentos/gastos	560.988	( 16.810 )	( 140.286 )	403.892
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	( 10.988.267 )	( 219.344 )	( 31.285.932 )	( 42.493.543 )
Interesses não controlados	-	-	-	-
	59.525.593	( 28.723.006 )	158.962.468	189.765.055
<b>Ativos</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	26.984.245	78.888.505	471.988.790	577.861.540
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	40.745.483	-	1.176.920.851	1.217.666.334
Ativos financeiros detidos para negociação	107.435	1.776.488	9.912.800	11.796.723
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4.598.084	104.373.966	219.485.034	328.457.084
Derivados de cobertura	12.997	11.695	2.242.836	2.267.528
Ativos disponíveis para venda	281.409.313	1.550.026.557	6.984.842.970	8.816.278.840
Empréstimos e contas a receber	44.961.327	127.237.020	1.349.456.132	1.521.654.479
Terrenos e edifícios	9.267.680	345.954	-	9.613.634
Outros ativos tangíveis e intangíveis	3.308.810	717.399	2.786.387	6.812.596
Goodwill	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	23.382.812	-	-	23.382.812
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	12.233.975	9.673.143	28.032.082	49.939.200
Ativos por impostos	9.759.198	2.287.658	163.379.060	175.425.916
Acréscimos e diferimentos	328.846	1.162.352	11.762.322	13.253.520
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	457.100.205	1.876.500.737	10.420.809.264	12.754.410.206
<b>Passivos</b>				
Provisão para prémios não adquiridos	1.626.030	8.410	-	1.634.440
Provisão matemática do ramo vida	216.812.557	1.690.615.238	-	1.907.427.795
Provisão para sinistros	99.447.975	19.664.029	-	119.112.004
Provisão para participação nos resultados	35.092.023	45.991.933	-	81.083.956
Provisão para compromissos de taxa	-	22.683.110	-	22.683.110
Provisão para estabilização de carteira	26.254.032	-	-	26.254.032
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	3.821.647	1.300.907	9.283.228.136	9.288.350.690
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	8.257.985	2.530.703	15.972.910	26.761.598
Passivos por impostos	5.373.621	3.337.050	66.311.060	75.021.731
Acréscimos e diferimentos	6.124.605	5.409.039	35.858.508	47.392.152
Outras Provisões	-	-	-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-
	402.810.475	1.791.540.419	9.401.370.614	11.595.721.508

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

2018	Não vida							
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	Total
<b>Ganhos e Perdas</b>								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	208.091.959	308.749.414	169.957.871	484.387.545	8.313.074	27.751.811	74.397.757	1.281.649.431
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	( 206.740.043 )	( 253.211.816 )	( 103.430.853 )	( 362.191.015 )	( 3.240.868 )	( 8.279.829 )	( 55.766.166 )	( 992.860.590 )
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4.781.941	( 3.562.470 )	2.558.049	7.665.007	( 177.117 )	( 241.571 )	23.380	11.047.219
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	-	-	( 197.937 )	-	-	-	( 3.302.595 )	( 3.500.532 )
Custos e gastos de exploração líquidos	( 41.865.161 )	( 59.130.944 )	( 67.728.582 )	( 138.994.324 )	( 2.569.138 )	( 12.895.605 )	( 10.924.465 )	( 334.108.219 )
Rendimentos	24.502.196	6.196.345	12.504.987	21.499.557	609.445	3.983.475	2.009.389	71.305.394
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	( 1.844.252 )	3.137.095	4.865.511	7.391.331	308.397	1.026.559	1.794.796	16.679.437
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	( 16.859.782 )	( 2.632.857 )	( 6.432.444 )	( 12.790.527 )	( 407.494 )	( 2.772.859 )	41.347	( 41.854.616 )
Outros rendimentos/gastos	281.189	325.463	11.915.731	26.717.498	( 8.665 )	2.482	1.337.899	40.571.597
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	( 317.930 )	( 3.628.689 )	( 8.397.993 )	( 15.058.924 )	( 407.546 )	( 2.441.490 )	( 3.385.204 )	( 33.637.776 )
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-
	( 29.969.883 )	( 3.758.459 )	15.614.340	18.626.148	2.420.088	6.132.973	6.226.138	15.291.345
<b>Ativos</b>								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.699.727	20.526.200	6.416.055	11.477.895	179.468	988.192	7.840.432	56.127.969
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	277.023.792	2.581.119	5.991.110	15.921.889	351.851	2.462.039	6.253.079	310.584.879
Ativos financeiros detidos para negociação	485.937	103.889	385.443	669.126	14.730	126.699	27.410	1.813.234
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	5.738.166	13.725.525	36.408.061	806.084	5.640.487	1.427.265	63.745.588
Derivados de cobertura	443.466	126.559	304.332	807.005	17.873	125.065	31.123	1.855.423
Ativos disponíveis para venda	537.093.402	116.214.215	187.422.532	425.308.902	7.968.826	61.799.565	68.488.834	1.404.296.276
Empréstimos e contas a receber	95.023.085	115.781.725	75.585.865	191.736.265	4.256.233	29.216.115	14.147.032	525.746.320
Terenos e edifícios	7.589.007	28.462.865	35.383.899	81.129.700	2.682.025	14.227.265	2.577.268	172.052.029
Outros ativos tangíveis e intangíveis	3.405.595	2.757.342	6.905.242	13.058.567	204.505	1.542.623	1.279.490	29.153.364
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.571.174	87.474.084	170.459.151	9.465.911	7.868.306	20.817.652	20.878.805	321.535.083
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	20.273.904	62.417.321	52.873.309	34.230.722	2.835.293	8.911.298	8.980.559	190.522.406
Ativos por impostos	17.992.011	6.169.001	17.941.669	42.960.298	989.513	6.655.019	2.570.184	95.277.695
Acréscimos e diferimentos	355.456	358.483	1.000.229	2.433.366	18.060	137.150	460.525	4.763.269
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	13.677	32.886	87.205	1.931	13.514	3.366	152.579
	972.956.556	448.724.646	574.427.247	865.694.912	28.194.698	152.662.683	134.965.372	3.177.626.114
<b>Passivos</b>								
Provisão para prémios não adquiridos	13.632.859	54.485.510	79.680.107	150.579.489	1.696.010	8.599.241	6.980.860	315.654.076
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	872.424.074	126.653.146	212.018.069	431.537.642	11.820.806	101.610.568	45.625.693	1.801.689.998
Provisão para participação nos resultados	-	-	16.905	-	-	-	3.659	20.564
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	27.169.158	71.673	-	61.682	-	27.302.513
Provisão para riscos em curso	1.331.772	3.755.245	3.485.649	26.468.106	190.202	1.191.885	91.322	36.514.181
Passivos financeiros	1.589.987	79.457.143	27.054.787	3.253.278	560.892	1.975.488	16.823.934	130.715.509
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	3.716	-	2.266	-	-	225.544	231.526
Outros credores por operações de seguros e outras operações	19.254.173	56.211.583	43.290.936	23.397.378	2.632.412	7.860.312	13.083.547	165.730.341
Passivos por impostos	15.120.773	3.747.766	11.912.570	23.021.457	502.607	1.989.510	2.037.809	58.332.492
Acréscimos e diferimentos	8.366.925	11.143.105	13.205.443	26.531.664	499.644	2.351.189	3.445.147	65.543.117
Outras Provisões	73.785.011	332	-	91.515	-	-	169.072	74.045.930
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	47.478	114.158	302.714	6.704	46.913	11.683	529.650
	1.005.505.574	335.505.024	417.947.782	685.257.182	17.909.277	125.686.788	88.498.270	2.676.309.897

2017	Segmento seguradoras			Segmento saúde	Ajustes de consolidação	Total
	Vida	Não vida	Não afetos			
<b>Ganhos e Perdas</b>						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	430.637.172	1.190.344.911	-	-	7.156.672	1.628.138.755
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.943.122	-	-	-	-	1.943.122
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(293.309.453)	(966.026.355)	-	(42.842.329)	90.882.684	(1.211.295.453)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(3.149.741)	(1.482.353)	-	-	-	(4.632.094)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(78.268.910)	(4.011.479)	-	-	3.806.200	(78.474.189)
Custos e gastos de exploração líquidos	(79.766.391)	(300.667.833)	(116.963)	-	(8.074.297)	(388.625.484)
Rendimentos	245.424.403	74.209.470	201.770.496	44.468	(95.636.980)	425.811.857
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	53.117.629	117.856.729	(86.610.471)	10.306	12.350.737	96.724.930
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(81.422.015)	1.583.596	(92.276.207)	(716.928)	(38.119.922)	(210.951.476)
Outros rendimentos/gastos	602.877	38.607.133	4.603.016	57.747.879	(37.527.681)	64.033.224
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	791.078	-	-	791.078
Imposto sobre o rendimento do exercício	(25.848.723)	(36.584.095)	(9.404.514)	(2.881.161)	(16.208.264)	(90.926.757)
Interesses não controlados	-	-	-	(160.462)	(38.125.808)	(38.286.270)
	169.959.970	113.829.724	18.756.435	11.201.773	(119.496.659)	194.251.243
<b>Ativos</b>						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	135.187.761	44.798.902	358.970.617	57.789.386	-	596.746.666
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.713.213.998	201.048.186	2.836.181.294	356.403	(4.749.293.561)	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	37.070.438	9.676.129	20.548.387	-	(14.157.024)	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	367.588.330	148.036.457	291.844.687	405.121	-	807.874.595
Derivados de cobertura	10.668.392	4.254.201	13.255.784	-	-	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	9.068.104.938	1.775.763.080	558.183.657	24.150	(509.174.873)	10.892.900.952
Empréstimos e contas a receber	834.060.082	175.260.951	465.574.498	597.397	(292.811.555)	1.182.681.373
Terrenos e edifícios	6.242.967	195.598.985	1.328.457.937	316.359.086	2.948.527	1.849.607.502
Outros ativos tangíveis e intangíveis	6.008.844	23.983.649	652.097	55.013.624	-	85.658.214
Goodwill	-	-	-	122.353.167	334.974.596	457.327.763
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.040.468	410.480.872	-	-	(153.675.684)	278.845.656
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	12.344.589	-	-	12.344.589
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	56.173.277	247.405.148	237.158.640	121.257.547	107.361.760	769.356.372
Ativos por impostos	139.080.759	102.240.584	23.893.556	9.593.911	(1.205.760)	273.603.050
Acréscimos e diferimentos	14.880.626	3.448.835	6.203.036	47.704.448	711.259	72.948.204
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	28.554.471	296.654.538	-	1.848.032	327.057.041
	12.410.320.880	3.370.550.450	6.449.923.317	731.454.240	(5.272.474.283)	17.689.774.604
<b>Passivos</b>						
Provisão para prémios não adquiridos	1.542.378	313.395.237	-	-	(28.376.408)	286.561.207
Provisão matemática do ramo vida	1.762.942.406	-	-	-	-	1.762.942.406
Provisão para sinistros	132.483.735	1.886.823.072	-	-	(138.158.305)	1.881.148.502
Provisão para participação nos resultados	110.749.827	313	-	-	-	110.750.140
Provisão para compromissos de taxa	7.520.800	-	-	-	-	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	-	-	-	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	-	25.630.188	-	-	-	25.630.188
Provisão para riscos em curso	-	49.222.515	-	-	-	49.222.515
Passivos financeiros	8.593.120.341	129.598.797	326.749.762	299.541.758	(88.166.269)	9.260.844.389
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	291.812	83.417	-	-	375.229
Outros credores por operações de seguros e outras operações	26.895.092	180.323.831	471.876.429	52.226.346	(95.372.852)	635.948.846
Passivos por impostos	166.679.173	88.616.623	64.346.939	24.039.401	(5.691.668)	337.990.468
Acréscimos e diferimentos	33.489.858	60.681.845	15.318.496	61.777.424	(535.111)	170.732.512
Outras Provisões	-	71.148.466	133.529.870	9.998.610	-	214.676.946
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	22.403.343	4.484.740	-	-	26.888.083
	10.859.828.674	2.828.136.042	1.016.389.653	447.583.539	(356.300.613)	14.795.637.295
					Total Segmentos	2.699.886.067
					Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados	2.699.886.067

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

2017	Vida			
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
<b>Ganhos e Perdas</b>				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	175.764.791	254.872.381	-	430.637.172
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	1.943.122	1.943.122
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	( 95.015.027 )	( 198.294.320 )	( 106 )	( 293.309.453 )
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	( 2.654.181 )	( 495.560 )	-	( 3.149.741 )
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	( 848.988 )	( 77.419.922 )	-	( 78.268.910 )
Custos e gastos de exploração líquidos	( 24.994.078 )	( 9.482.328 )	( 45.289.985 )	( 79.766.391 )
Rendimentos	9.179.074	46.222.854	190.022.475	245.424.403
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	( 622.654 )	6.437.164	47.303.119	53.117.629
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	2.573.094	( 177.498 )	( 83.817.611 )	( 81.422.015 )
Outros rendimentos/gastos	595.434	255	7.188	602.877
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	( 8.426.139 )	( 3.045.992 )	( 14.376.592 )	( 25.848.723 )
Interesses não controlados	-	-	-	-
	55.551.326	18.617.034	95.791.610	169.959.970
<b>Ativos</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.043.212	33.024.022	96.120.527	135.187.761
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	88.305.834	-	1.624.908.164	1.713.213.998
Ativos financeiros detidos para negociação	1.295.932	5.721.352	30.053.154	37.070.438
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.132.229	82.326.724	283.129.377	367.588.330
Derivados de cobertura	83.774	251.956	10.332.662	10.668.392
Ativos disponíveis para venda	283.780.824	1.314.712.978	7.469.611.136	9.068.104.938
Empréstimos e contas a receber	74.146.444	349.854.033	410.059.605	834.060.082
Terrenos e edifícios	6.113.733	129.234	-	6.242.967
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.781.057	625.483	2.602.304	6.008.844
Goodwill	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.040.468	-	-	22.040.468
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	7.705.965	10.947.145	37.520.167	56.173.277
Ativos por impostos	10.539.807	5.874.884	122.666.068	139.080.759
Acréscimos e diferimentos	282.583	1.742.333	12.855.710	14.880.626
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	505.251.862	1.805.210.144	10.099.858.874	12.410.320.880
<b>Passivos</b>				
Provisão para prémios não adquiridos	1.521.893	20.485	-	1.542.378
Provisão matemática do ramo vida	210.342.988	1.552.599.417	-	1.762.942.405
Provisão para sinistros	111.028.598	21.455.137	-	132.483.735
Provisão para participação nos resultados	34.346.573	76.403.254	-	110.749.827
Provisão para compromissos de taxa	-	7.520.800	-	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	-	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	3.823.879	21	8.589.296.441	8.593.120.341
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	7.466.033	3.334.754	16.094.305	26.895.092
Passivos por impostos	4.501.822	2.945.647	159.231.704	166.679.173
Acréscimos e diferimentos	5.109.463	3.649.819	24.730.576	33.489.858
Outras Provisões	-	-	-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-
	402.546.313	1.667.929.334	8.789.353.026	10.859.828.673

2017	Não vida							
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	Total
<b>Ganhos e Perdas</b>								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	177.264.786	285.916.734	172.137.113	450.445.270	8.908.720	26.751.346	68.920.942	1.190.344.911
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(185.031.061)	(233.617.825)	(133.441.110)	(347.208.518)	(2.684.846)	(9.847.177)	(54.195.818)	(966.026.355)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	10.169.540	(192.776)	(6.423.497)	(4.596.247)	(12.641)	(539.041)	112.309	(1.482.353)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	-	-	(190.792)	-	-	-	(3.820.687)	(4.011.479)
Custos e gastos de exploração líquidos	(38.571.223)	(52.202.552)	(59.363.929)	(128.501.235)	(3.012.360)	(9.919.528)	(9.097.006)	(300.667.833)
Rendimentos	27.091.481	5.955.293	11.116.022	22.557.971	489.342	3.847.330	3.152.031	74.209.470
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	38.727.123	5.749.329	19.228.372	43.063.355	984.914	7.823.756	2.279.880	117.856.729
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(65.280)	1.159.080	(726.606)	2.707.072	(244.303)	(173.256)	(1.073.111)	1.583.596
Outros rendimentos/gastos	282.082	572.801	10.993.826	25.222.729	(3.429)	(71.641)	1.610.765	38.607.133
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	(6.331.618)	(4.795.071)	(6.383.361)	(13.356.518)	(588.777)	(2.453.697)	(2.675.053)	(36.584.095)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-
	23.535.830	8.545.013	6.946.038	50.333.879	3.836.620	15.418.092	5.214.252	113.829.724
<b>Ativos</b>								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.744.056	20.502.756	7.690.135	3.354.806	36.739	153.543	8.316.867	44.798.902
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	88.079.127	8.838.373	24.801.400	65.395.629	1.425.244	9.640.749	2.867.664	201.048.186
Ativos financeiros detidos para negociação	3.617.944	419.395	1.731.823	3.146.913	68.277	513.507	178.270	9.676.129
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	37.405.613	8.422.025	25.425.834	63.551.810	1.367.328	9.424.975	2.438.872	148.036.457
Derivados de cobertura	1.671.760	201.276	570.589	1.504.486	32.790	221.798	51.502	4.254.201
Ativos disponíveis para venda	786.707.629	101.055.315	229.651.363	494.229.870	9.439.352	68.926.689	85.752.862	1.775.763.080
Empréstimos e contas a receber	21.450.676	80.056.668	31.771.483	34.103.995	395.765	3.367.739	4.114.625	175.260.951
Terras e edifícios	7.191.849	18.467.015	52.992.696	96.273.398	2.364.733	15.772.685	2.536.609	195.598.985
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.804.695	2.964.071	5.420.020	10.747.065	199.882	737.111	1.110.805	23.983.649
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.700.166	81.466.982	267.356.908	13.553.434	8.240.914	17.022.343	18.140.125	410.480.872
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23.439.303	94.988.753	67.124.772	43.229.669	3.397.838	8.484.277	6.740.536	247.405.148
Ativos por impostos	17.946.592	7.262.262	19.233.558	46.079.269	1.336.010	7.322.440	3.060.453	102.240.584
Acréscimos e diferimentos	280.095	629.082	885.758	1.117.920	17.700	81.599	436.681	3.448.835
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	6.574.603	1.713.176	4.856.392	12.804.978	279.079	1.887.767	438.476	28.554.471
	1.006.614.108	426.987.149	739.512.731	889.093.242	28.601.651	143.557.222	136.184.347	3.370.550.450
<b>Passivos</b>								
Provisão para prémios não adquiridos	12.318.654	54.946.119	82.331.516	145.363.621	1.756.142	9.029.805	7.649.380	313.395.237
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	836.637.300	118.335.594	322.616.630	453.808.494	12.761.071	100.247.978	42.416.005	1.886.823.072
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	313	313
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	25.510.356	58.151	-	61.681	-	25.630.188
Provisão para riscos em curso	6.113.713	192.776	7.696.953	34.142.713	13.085	950.506	112.769	49.222.515
Passivos financeiros	804.403	73.161.077	30.606.070	5.793.388	625.555	1.760.763	16.847.541	129.598.797
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	3.854	-	2.249	-	-	285.709	291.812
Outros credores por operações de seguros e outras operações	15.143.389	44.353.538	68.010.464	19.901.493	2.173.490	6.190.618	24.550.839	180.323.831
Passivos por impostos	27.996.989	5.566.801	14.946.886	33.482.102	617.231	3.834.306	2.172.308	88.616.623
Acréscimos e diferimentos	7.901.753	10.559.249	12.084.379	24.746.150	590.787	1.747.256	3.052.271	60.681.845
Outras Provisões	70.775.507	60.000	-	109.003	-	-	203.956	71.148.466
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	10.085.974	960.052	2.721.489	7.175.823	156.394	1.057.892	245.719	22.403.343
	977.727.942	308.139.060	566.524.743	724.583.187	18.693.755	124.880.805	97.536.810	2.828.136.042

**Mercados geográficos**

	Segmento geográfico							
	Portugal	Resto da União Europeia	África	Ásia	América do Sul	Resto do Mundo	Ajustes de consolidação	Total
<b>Ganhos e Perdas</b>								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.581.297.119	51.553.531	49.607.337	44.786.634	-	-	5.675.957	1.732.920.578
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de	1.171.783	53.171	-	-	-	-	-	1.224.954
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.237.917.617)	(33.532.659)	(25.999.221)	(9.763.267)	-	-	102.935.920	(1.204.276.844)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(6.283.280)	515.441	(121.675)	(74.545)	-	-	-	(5.964.059)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(100.055.053)	(7.583.044)	(1.331.763)	(32.633.808)	-	-	3.299.046	(138.304.622)
Custos e gastos de exploração líquidos	(392.052.629)	(20.361.044)	(19.559.679)	(3.451.779)	-	-	(5.221.204)	(440.646.335)
Rendimentos	406.211.362	43.724.246	3.402.597	29.707.116	-	183.853	(90.870.652)	392.358.522
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	144.218.695	(5.711.239)	14.932.352	3.505.656	(28.666)	(692.481)	(20.414.651)	135.809.666
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(267.023.790)	(73.701.525)	(1.422.302)	(32.376)	-	-	152.845.553	(189.334.440)
Outros rendimentos/gastos	129.644.474	(4.015.202)	(12.505.125)	550.437	248.201	(587.458)	(95.456.758)	17.878.569
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	116.573.579	-	-	-	-	-	(3.498.380)	113.075.199
Imposto sobre o rendimento do exercício	(109.562.172)	(8.904.991)	(2.337.116)	(2.985.124)	(64.763)	-	2.878.590	(120.975.576)
Interesses não controlados	(58.656)	-	-	-	-	-	(52.000.850)	(52.059.506)
	266.163.815	(57.963.315)	4.665.405	29.608.944	154.772	(1.096.086)	172.571	241.706.106
<b>Ativos</b>								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	871.181.251	70.432.440	8.294.949	78.613.482	30.951.169	608.855	-	1.060.082.146
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	3.971.529.881	270.856.755	11.713	95.216.528	-	-	(4.335.307.731)	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	24.069.333	430.072	-	-	-	-	(7.885.804)	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	580.732.638	267.763.568	-	16.151.816	-	-	(1.969.282)	862.678.740
Derivados de cobertura	4.380.230	4.139	-	-	-	-	-	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	9.811.923.496	895.797.119	4.963.344	-	-	-	(564.373.145)	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	2.166.194.248	36.284.423	30.386.070	77.899.594	91.809.553	-	(308.414.992)	2.094.158.896
Terrenos e edifícios	879.925.566	706.589.589	42.705.062	446.269.030	-	-	(124.127)	2.075.365.120
Outros ativos tangíveis e intangíveis	96.152.946	522.959	3.364.062	318.046	-	-	-	100.358.013
Goodwill	148.573.534	-	-	-	-	-	334.959.277	483.532.811
Provisões técnicas de resseguro cedido	240.016.167	65.717.970	10.997.957	28.185.801	-	-	(121.309.838)	223.608.057
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	7.299.079	-	-	-	-	-	-	7.299.079
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	474.612.082	38.053.943	42.147.138	3.757.757	-	-	113.488.295	672.059.215
Ativos por impostos	350.190.696	150.541	-	-	3.190	1.419	1.860.815	352.206.661
Acrescimos e diferimentos	82.913.571	1.663.408	378.885	407.512	-	-	1.430.975	86.794.351
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	4.352.580	-	70.662	-	-	-	-	4.423.242
	19.714.047.298	2.354.266.926	143.319.842	746.819.566	122.763.912	610.274	(4.887.645.557)	18.194.182.261
<b>Passivos</b>								
Provisão para prémios não adquiridos	287.907.106	8.741.383	14.655.585	5.922.280	-	-	(30.087.944)	287.138.410
Provisão matemática do ramo vida	1.503.873.432	345.196.390	3.515.387	54.842.586	-	-	-	1.907.427.795
Provisão para sinistros	1.792.354.301	71.876.331	22.740.825	33.830.545	-	-	(104.237.891)	1.816.564.111
Provisão para participação nos resultados	77.597.702	3.455.664	2.096	49.058	-	-	-	81.104.520
Provisão para compromissos de taxa	22.613.798	69.312	-	-	-	-	-	22.683.110
Provisão para estabilização de carteira	26.254.032	-	-	-	-	-	-	26.254.032
Provisão para desvios de sinistralidade	27.258.672	35.727	-	8.114	-	-	-	27.302.513
Provisão para riscos em curso	34.997.135	526.447	652.203	338.396	-	-	-	36.514.181
Passivos financeiros	9.715.246.609	118.990.256	2.542.405	309.642.323	-	-	(88.072.491)	10.058.349.102
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	314.949	-	-	-	-	-	-	314.949
Outros credores por operações de seguros e outras operações	293.629.410	248.784.933	53.996.011	30.711.037	-	2.376	(98.284.380)	528.839.387
Passivos por impostos	158.495.355	5.522.137	5.982.491	15.217.660	64.293	-	(8.907.426)	176.374.510
Acrescimos e diferimentos	187.198.694	5.770.976	3.336.406	2.091.865	-	11.806	(334.617)	198.075.130
Outras Provisões	110.216.004	448.299	808.335	-	-	-	-	111.472.638
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	529.650	-	-	-	-	-	-	529.650
	14.238.486.849	809.417.855	108.231.744	452.653.864	64.293	14.182	(329.924.749)	15.278.944.038
							Total Segmentos	2.673.532.117
							Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados	2.673.532.117

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

2017	Segmento geográfico						Ajustes de consolidação	Total
	Portugal	Resto da União Europeia	África	Ásia	Resto do Mundo			
<b>Ganhos e Perdas</b>								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.495.930.524	53.060.509	57.097.208	14.893.842	-	7.156.672	1.628.138.755	
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.898.555	44.567	-	-	-	-	1.943.122	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.208.669.913)	(41.434.893)	(34.724.715)	(17.348.616)	-	90.882.684	(1.211.295.453)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(5.548.353)	505.751	381.505	29.003	-	-	(4.632.094)	
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(83.600.133)	(6.862.679)	(1.495.168)	9.677.591	-	3.806.200	(78.474.189)	
Custos e gastos de exploração líquidos	(334.149.808)	(19.913.592)	(23.859.783)	(2.628.004)	-	(8.074.297)	(388.625.484)	
Rendimentos	402.451.376	84.266.480	2.891.702	25.757.183	6.082.096	(95.636.980)	425.811.857	
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	128.757.644	(35.618.717)	(955.249)	(12.587.029)	4.777.544	12.350.737	96.724.930	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(142.514.485)	(34.109.475)	3.715.113	77.293	-	(38.119.922)	(210.951.476)	
Outros rendimentos/gastos	106.252.142	(4.483.338)	(961.896)	422.392	331.605	(37.527.681)	64.033.224	
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	(1.454.211)	-	9.936	-	-	2.235.353	791.078	
Imposto sobre o rendimento do exercício	(91.570.795)	4.379.274	(871.217)	15.872.237	(2.527.992)	(16.208.264)	(90.926.757)	
Interesses não controlados	(160.462)	-	-	-	-	(38.125.808)	(38.286.270)	
	267.622.081	(166.113)	1.227.436	34.165.892	8.663.253	(117.261.306)	194.251.243	
<b>Ativos</b>								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	386.386.331	93.463.746	8.917.284	55.856.324	52.122.981	-	596.746.666	
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	4.390.080.628	271.962.149	716	88.756.388	-	(4.749.293.561)	1.506.320	
Ativos financeiros detidos para negociação	65.341.175	1.953.779	-	-	-	(14.157.024)	53.137.930	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	522.977.593	284.897.002	-	-	-	-	807.874.595	
Derivados de cobertura	26.845.487	1.332.890	-	-	-	-	28.178.377	
Ativos disponíveis para venda	10.349.456.319	1.048.878.234	3.741.272	-	-	(509.174.873)	10.892.900.952	
Empréstimos e contas a receber	1.287.729.442	95.298.121	35.121.621	57.343.744	-	(292.811.555)	1.182.681.373	
Terrenos e edifícios	726.331.203	676.384.828	40.189.529	403.753.415	-	2.948.527	1.849.607.502	
Outros ativos tangíveis e intangíveis	81.544.117	390.093	3.558.624	165.380	-	-	85.658.214	
Goodwill	122.353.167	-	-	-	-	334.974.596	457.327.763	
Provisões técnicas de resseguro cedido	269.476.612	75.579.120	48.048.403	39.417.205	-	(153.675.684)	278.845.656	
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12.344.589	-	-	-	-	-	12.344.589	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	412.678.347	156.178.509	89.775.545	2.001.982	9.226	107.361.760	768.005.369	
Ativos por impostos	264.526.946	(2.890.034)	57.331	-	-	(1.205.760)	260.488.483	
Acréscimos e diferimentos	69.936.391	1.643.843	497.336	159.375	-	711.259	72.948.204	
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	325.172.733	-	36.276	-	-	1.848.032	327.057.041	
	19.313.181.080	2.705.072.280	229.943.937	647.453.813	52.132.207	(5.272.474.283)	17.675.309.034	
<b>Passivos</b>								
Provisão para prémios não adquiridos	274.971.324	9.361.477	25.871.481	4.733.333	-	(28.376.408)	286.561.207	
Provisão matemática do ramo vida	1.401.724.831	335.317.345	3.311.176	22.589.054	-	-	1.762.942.406	
Provisão para sinistros	1.826.092.166	85.684.786	61.055.170	46.474.685	-	(138.158.305)	1.881.148.502	
Provisão para participação nos resultados	106.225.541	4.488.054	4.599	31.946	-	-	110.750.140	
Provisão para compromissos de taxa	7.451.488	69.312	-	-	-	-	7.520.800	
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	-	-	-	-	24.405.064	
Provisão para desvios de sinistralidade	25.588.287	34.137	-	7.764	-	-	25.630.188	
Provisão para riscos em curso	47.395.517	1.043.479	530.528	252.991	-	-	49.222.515	
Passivos financeiros	8.960.549.393	95.057.398	3.205.419	290.198.448	-	(88.166.269)	9.260.844.389	
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	375.229	-	-	-	-	-	375.229	
Outros credores por operações de seguros e outras operações	258.767.114	340.543.566	102.171.522	27.517.607	970.887	(95.372.852)	634.597.844	
Passivos por impostos	300.819.267	12.185.670	987.042	11.165.507	5.410.083	(5.691.668)	324.875.901	
Acréscimos e diferimentos	159.626.333	7.761.245	3.479.228	377.488	23.329	(535.111)	170.732.512	
Outras Provisões	211.655.745	1.063.334	1.957.867	-	-	-	214.676.946	
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	26.888.083	-	-	-	-	-	26.888.083	
	13.632.535.381	892.609.803	202.574.032	403.348.823	6.404.299	(356.300.613)	14.781.171.725	
						Total Segmentos	2.699.886.067	
						Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados	2.699.886.067	

As rubricas “Outros devedores e credores” e “Ativos e Passivos por Impostos” têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

## 47. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Grupo, as empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as demonstrações financeiras da Longrun Portugal, SGPS, S.A. incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

### 2018

	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Tom Tailor, GmbH	Millennium Gain Ltd	Peak Reinsurance Company	Xingtao Assets Limited	FOSUN MANAGEMENT (PORTUGAL), LDA
	(5)	(5)	(1)	(5)	(5)	(5)
<b>Ativo</b>						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	294.089.356	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	27.806	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	21.822.191	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	50.295.477	12.248.844	-	-	270.114.750	-
Empréstimos e contas a receber	307.807.457	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	1.843.668	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	857.764	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	355.544	-	-
Contas a receber por outras operações	16.959.908	-	-	-	42.512	474
Acréscimos e diferimentos	15.272	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>						
Provisão para sinistros	-	-	-	55.972	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	4.469.613	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	31.600.000	-	-	2.084.856	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	4.485.183	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	5.083.684	-	-
Contas a pagar por outras operações	996.969	5.269.099	1.000	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	26.860.340	-	-	-	-	-
<b>Ganhos e perdas</b>						
Prémios brutos emitidos	95.066	-	-	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(8.394.689)	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	6.800	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(62.038)	-	-	4.992.689	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(59.919.723)	-	-	1.643.935	-	-
Rendimentos	3.664.946	-	-	-	8.904.047	-
Gastos financeiros	(4.171.049)	-	-	(2.979)	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	11	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	14.918	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	3.361.373	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	(4.578.676)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	(135.487)	-	-	(2.952)	-	261
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	35.371	-	-	-	-	-

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	Hauk & Aufhäuser Privatbankiers AG (5)	Everest Healthcare Properties, LLC (5)	FOSUN INDUSTRIAL HOLDINGS (5)	Banco Comercial Português, S.A. (5)	Outros	Total
<b>Ativo</b>						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	13.562.870	-	-	90.829.838	-	398.482.064
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	27.806
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	15.620.087	-	-	-	37.442.278
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	2.992.554	( 51.697 )	335.599.928
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	20.880.327	-	328.687.784
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	1.843.668
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	857.764
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	355.544
Contas a receber por outras operações	-	-	113.822.820	-	35.281	130.860.995
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	15.272
<b>Passivo</b>						
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	55.972
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	4.469.613
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	33.684.856
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	4.485.183
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	5.083.684
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	5.888	6.272.956
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	26.860.340
<b>Ganhos e perdas</b>						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	95.066
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-	( 8.394.689 )
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	6.800
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	( 296.564 )	4.634.087
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	-	-	( 523.709 )	( 58.799.497 )
Rendimentos	15.774	-	4.249.612	-	571.174	17.405.553
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	( 4.174.028 )
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	52.402.976	-	-	52.402.987
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	14.918
Diferenças de câmbio	227.124	( 60.256 )	-	-	-	3.528.241
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-	( 4.578.676 )
Outros rendimentos/gastos	( 142.847 )	-	-	-	-	( 281.025 )
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	35.371

## 2017

	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Tom Tailor, GmbH	Holding Gaillon II	Peak Reinsurance Company
	(5)	(5)	(5)	(5)
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	266.818.536	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	16.546	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	23.094.445	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	60.936.040	102.753.909	-
Empréstimos e contas a receber	257.087.255	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	803.662
Contas a receber por operações de seguro direto	20.300	-	-	-
Contas a receber por outras operações	15.296	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	18.597	-	-	-
<b>Passivo</b>				
Provisão para sinistros	-	-	-	55.972
Outros passivos financeiros	27.104.647	-	-	1.506.253
Contas a pagar por operações de seguro direto	3.301.899	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	2.195.175
Contas a pagar por outras operações	900.109	5.269.099	22.423	3.744
Acréscimos e diferimentos	15.711.124	-	-	-
<b>Ganhos e perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	( 19.394 )	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	( 8.988.278 )
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	192.065
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	156.824
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	( 290.922 )	-	-	2.054.932
Custos e gastos de exploração líquidos	( 37.179.619 )	-	-	1.928.063
Rendimentos	5.524.538	-	5.274.510	-
Gastos financeiros	( 3.449.646 )	-	-	( 3.842 )
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	247.551	336.940	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.228.574	-	-	-
Diferenças de câmbio	( 3.258.772 )	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	( 407.798 )	( 52.456.684 )	-
Outros rendimentos/gastos	( 182.753 )	-	-	4.172

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	Xingtao Assets Limited (5)	BHF (ex. RHJ International, S.A.) (5)	Outros	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	266.818.536
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	16.546
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	23.094.445
Ativos disponíveis para venda	270.317.250	-	-	434.007.199
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	257.087.255
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	803.662
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	20.300
Contas a receber por outras operações	42.512	-	4.490.931	4.548.739
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	18.597
<b>Passivo</b>				
Provisão para sinistros	-	-	-	55.972
Outros passivos financeiros	-	-	-	28.610.900
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	3.301.899
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	2.195.175
Contas a pagar por outras operações	-	-	22.427	6.217.802
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	15.711.124
<b>Ganhos e perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	-	-	-	( 19.394 )
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	( 8.988.278 )
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	192.065
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	156.824
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	( 274.384 )	1.489.626
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	( 136.268 )	( 35.387.824 )
Rendimentos	9.328.853	-	680.973	20.808.874
Gastos financeiros	-	-	-	( 3.453.488 )
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.795	-	-	588.286
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	3.228.574
Diferenças de câmbio	-	-	-	( 3.258.772 )
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	( 52.864.482 )
Outros rendimentos/gastos	-	-	1.563	( 177.018 )

As entidades relacionadas dividem-se nas seguintes categorias:

- (1) Empresa mãe;
- (2) Subsidiárias;
- (3) Associadas;
- (4) Empreendimentos conjuntos;
- (5) Outras partes relacionadas.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

**Remuneração dos Órgãos Sociais**

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2018 têm a seguinte composição:

**Conselho de Administração**

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável*	Subsídio Alimentação	Encargo Seg.Saúde	Encargo Seg.Vida
<b>Presidente</b>					
Lan KANG	-	-	-	-	-
<b>Vogais</b>					
Wai Lam William MAK	-	-	-	-	-

**Conselho Fiscal**

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg.Saúde	Encargo Seg.Vida
<b>Presidente</b>					
Pedro Nunes de Almeida	14.000	-	-	-	-
<b>Vogais</b>					
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	12.600	-	-	-	-
João Filipe Gonçalves Pinto	12.600	-	-	-	-

\* Relativa ao exercício de 2017

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração.

Os honorários estimados da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2018 ascendem a 1.799.003 Euros, dos quais 1.584.003 Euros relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas e 215.000 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade.

## 48. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

### POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2018		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	1.060.082.146	1.060.082.146
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	2.307.146	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	16.613.601	-	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	862.678.740	-	862.678.740
Derivados de cobertura	4.384.369	-	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	10.146.503.960	1.806.854	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	-	2.094.158.896	2.094.158.896
Outros devedores	-	201.893.997	201.893.997
	<b>11.030.180.670</b>	<b>3.360.249.039</b>	<b>14.390.429.709</b>
<b>Passivo</b>			
Provisão matemática do ramo vida	-	1.636.293.796	1.636.293.796
Passivos financeiros detidos para negociação	22.170.498	-	22.170.498
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	40.287.720	9.236.181.723	9.276.469.443
Derivados de cobertura	11.154.763	-	11.154.763
Depósitos recebidos de resseguradores	-	53.287.505	53.287.505
Outros passivos financeiros	-	695.266.893	695.266.893
Outros credores	-	144.450.701	144.450.701
	<b>73.612.981</b>	<b>11.765.480.618</b>	<b>11.839.093.599</b>
<b>2017</b>			
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	596.746.666	596.746.666
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	1.506.320	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	53.137.930	-	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	807.874.595	-	807.874.595
Derivados de cobertura	28.178.377	-	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	10.889.946.040	2.954.912	10.892.900.952
Empréstimos e contas a receber	-	1.182.681.373	1.182.681.373
Outros devedores	-	228.663.157	228.663.157
	<b>11.779.136.942</b>	<b>2.012.552.428</b>	<b>13.791.689.370</b>
<b>Passivo</b>			
Provisão matemática do ramo vida	-	1.528.417.490	1.528.417.490
Passivos financeiros detidos para negociação	5.656.794	-	5.656.794
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	175.593.366	8.408.046.374	8.583.639.740
Derivados de cobertura	4.011.186	-	4.011.186
Depósitos recebidos de resseguradores	-	59.379.105	59.379.105
Outros passivos financeiros	-	608.157.564	608.157.564
Outros credores	-	146.422.008	146.422.008
	<b>185.261.346</b>	<b>10.750.422.541</b>	<b>10.935.683.887</b>

O montante da rubrica “Provisão matemática do ramo vida” corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” corresponde essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores e agentes e de outras entidades externas.

## GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2018			2017		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	225.108.218	-	225.108.218	248.314.329	-	248.314.329
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(166.265.180)	-	(166.265.180)	(185.012.933)	-	(185.012.933)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(85.653.843)	-	(85.653.843)	(94.696.704)	-	(94.696.704)
Rendimentos de instrumentos financeiros						
de ativos financeiros detidos para negociação	(1.596.903)	-	(1.596.903)	(1.531.456)	-	(1.531.456)
de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	22.207.777	-	22.207.777	23.277.673	-	23.277.673
de ativos disponíveis para venda	287.356.092	-	287.356.092	262.525.357	-	262.525.357
de empréstimos e contas a receber	8.294.867	-	8.294.867	12.268.235	-	12.268.235
de depósitos à ordem	1.946.822	-	1.946.822	326.853	-	326.853
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos disponíveis para venda	359.274.833	(782.999.276)	(423.724.443)	287.751.597	661.013.841	948.765.438
de empréstimos e contas a receber	(30.104)	-	(30.104)	(369.852)	-	(369.852)
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	(121.707)	-	(121.707)
de passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(75.038.389)	-	(75.038.389)	(94.817.510)	-	(94.817.510)
de outros	3.385	-	3.385	(801.375)	-	(801.375)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(259.827.473)	-	(259.827.473)	218.034.394	-	218.034.394
de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(35.321.742)	-	(35.321.742)	2.832.037	-	2.832.037
de outros	(24.728.202)	-	(24.728.202)	(14.986.460)	-	(14.986.460)
Diferenças de câmbio	190.143.936	-	190.143.936	(266.576.790)	-	(266.576.790)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de ativos disponíveis para venda	(245.626.850)	-	(245.626.850)	(133.116.225)	-	(133.116.225)
de empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	(91.380)	-	(91.380)	621.572	-	621.572
de outros	(266.896)	-	(266.896)	(842.126)	-	(842.126)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores						
	199.888.968	(782.999.276)	(583.110.308)	263.078.909	661.013.841	924.092.750

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Ativos disponíveis para venda	247.722.382	220.126.921
Empréstimos e contas a receber	8.294.867	12.268.235
Depósitos à ordem	1.946.822	326.853
	<u>257.964.071</u>	<u>232.722.009</u>
<b>Passivo</b>		
Provisão matemática do ramo vida	(30.521.827)	(32.551.180)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(75.038.389)	(94.817.510)
Depósitos recebidos de resseguradores	(266.896)	(842.126)
	<u>(105.827.112)</u>	<u>(128.210.816)</u>



Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”, dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que o Grupo tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

O movimento ocorrido em 2018 e 2017, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

	Ativos disponíveis para venda	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>834.919.104</u>	<u>70.389</u>
Aquisições	30.334.193	46.377
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	( 7.417.190 )	2.107
por contrapartida de capitais próprios	12.991.392	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	( 4.686.135 )	-
Transferências		
de nível 3 para nível 1	( 91.513.356 )	-
de nível 2 para nível 3	2.834.987	-
Alienações	( 142.209.507 )	( 19.478 )
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>635.253.488</u>	<u>99.395</u>
Aquisições	40.561.546	31.334.629
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	( 20.259.098 )	63.128
por contrapartida de capitais próprios	( 13.003.559 )	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	( 3.099.221 )	-
Alienações	( 200.004.073 )	( 74.218 )
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<u>439.449.083</u>	<u>31.422.934</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2018		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.060.082.146	1.060.082.146	-
Ativos disponíveis para venda	1.806.854	1.806.854	-
Empréstimos e contas a receber	2.094.158.896	2.094.158.896	-
Outros devedores	201.893.997	201.893.997	-
	<u>3.357.941.893</u>	<u>3.357.941.893</u>	<u>-</u>
	2017		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	596.746.666	596.746.666	-
Ativos disponíveis para venda	2.954.912	2.954.912	-
Empréstimos e contas a receber	1.182.681.373	1.182.681.373	-
Outros devedores	228.663.157	228.663.157	-
	<u>2.011.046.108</u>	<u>2.011.046.108</u>	<u>-</u>

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
- A rubrica “Empréstimos e contas a receber” inclui:
  - i) Depósitos a prazo – o justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
  - ii) Empréstimos hipotecários - não foi calculado o justo valor atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

#### Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado no Grupo estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta Política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento do Grupo e / ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como o Grupo avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- as atividades relacionadas ao processo de investimento do Grupo, que vão da *Strategic Asset Allocation* (SAA) à *Tactical Asset Allocation* (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e *reporting*;
- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento do Grupo.

A composição de um adequado portfólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pelo Grupo e no seu apetite ao risco;
- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;
- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;
- adequados procedimentos de *reporting*;

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos do Grupo é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- **Investir** – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- **Monitorizar** – Monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- **Gerir** – Revisão das estratégias, políticas, *benchmarks* e limites de acordo com as atuais e futuras condições/expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- **Controlar** – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento do Grupo são ainda determinantes:

### 1. A definição do objetivo da carteira

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos do Grupo é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portfólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco do Grupo e as suas necessidades de liquidez.

### 2. As regras para o investimento em ativos

Por um lado, os ativos do Grupo são investidos de forma apropriada, tendo em conta, quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pelo Grupo, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um *cash return* regular, permitindo, assim, ao Grupo uma adequada gestão da sua liquidez.

### 3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira do Grupo é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis.

As classes de ativos elegíveis para investimento pelo Grupo são:

- Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
- Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
- Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
- Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);
- Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com carácter excecional, e num formato simples (*swaps, forwards, futuros, etc.*), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

### 4. Os limites de exposição

De forma a permitir ao Grupo, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de *targets* e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

- Classe de ativo;
- Qualidade creditícia e duração;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição;
- Moeda.

### 5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por **controlar e monitorizar a alocação de ativos**, face aos *targets* e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos *targets* e/ou limites estabelecidos.

Quanto aos **mecanismos de controlo de perdas nos ativos**, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente, o seu impacto nos requisitos de capital de solvência. Assim, com base na evolução da *time weighted return* TWR e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um **processo de reporte** regular para os vários níveis do Grupo envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

### Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a exposição a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte composição:

	2018			2017		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	1.027.330.545	-	1.027.330.545	585.083.794	-	585.083.794
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	574.958.035	-	574.958.035	516.833.441	-	516.833.441
Ativos disponíveis para venda	8.987.526.370	( 54.778.794 )	8.932.747.576	9.438.915.906	( 140.927.702 )	9.297.988.204
Empréstimos e contas a receber	2.094.854.676	( 695.780 )	2.094.158.896	1.183.298.765	( 617.392 )	1.182.681.373
Outros devedores	222.367.424	( 20.473.427 )	201.893.997	252.070.745	( 23.407.588 )	228.663.157
Exposição máxima a risco de crédito	<u>12.907.037.050</u>	<u>( 75.948.001 )</u>	<u>12.831.089.049</u>	<u>11.976.202.651</u>	<u>( 164.952.682 )</u>	<u>11.811.249.969</u>

Em 2018 e 2017, o valor líquido contabilístico, dos ativos disponíveis para venda apresentados no mapa inclui títulos de participação com risco de crédito, no valor de 5.203 Euros e 21.823 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica de outros instrumentos (Nota 8).

### Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017, por *rating* da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

Classe de ativo	2018				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	-	-	-	608.855	608.855
A- até A+	124.903.474	881.169.122	1.789.324	177.477.389	1.185.339.309
BBB- até BBB+	355.306.244	589.392.212	-	92.061.427	1.036.759.883
BB- até BB+	693.297.753	10.434.805	-	5.727.027	709.459.585
B- até B+	-	-	-	20.131.210	20.131.210
Sem rating	10.209.157	45.724.266	-	69.484.392	125.417.815
	<u>1.183.716.628</u>	<u>1.526.720.405</u>	<u>1.789.324</u>	<u>365.490.300</u>	<u>3.077.716.657</u>
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
Sem rating	-	-	-	542.606	542.606
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>542.606</u>	<u>542.606</u>
Total	<u>1.183.716.628</u>	<u>1.526.720.405</u>	<u>1.789.324</u>	<u>366.032.906</u>	<u>3.078.259.263</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Classe de ativo	2017				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<b>Depósitos em Instituições de Crédito</b>					
AA- até AA+	-	-	-	52.122.981	52.122.981
A- até A+	25.748.311	237.393.377	15.978.302	153.821.699	432.941.689
BBB- até BBB+	299.064.428	206.678.628	-	-	505.743.056
BB- até BB+	572.759.453	24.821.477	-	5.828.700	603.409.630
B- até B+	-	-	-	57.343.745	57.343.745
Sem rating	12.786.391	39.568.776	-	17.173.546	69.528.713
	<u>910.358.583</u>	<u>508.462.258</u>	<u>15.978.302</u>	<u>286.290.671</u>	<u>1.721.089.814</u>
<b>Depósitos junto de Empresas Cedentes</b>					
Sem rating	-	140.691	9.628	16.704	167.023
	<u>-</u>	<u>140.691</u>	<u>9.628</u>	<u>16.704</u>	<u>167.023</u>
<b>Total</b>	<u><u>910.358.583</u></u>	<u><u>508.602.949</u></u>	<u><u>15.987.930</u></u>	<u><u>286.307.375</u></u>	<u><u>1.721.256.837</u></u>

Na rubrica “Depósitos em instituições de crédito” estão a ser incluídos outros depósitos que constam da rubrica “Empréstimos e contas a receber” no valor de 2.050.386.111 Euros e 1.136.006.020 Euros, em 2018 e 2017, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por *rating* da Standard & Poor’s, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

Classe de ativo	2018				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<b>Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas</b>					
<b>Corporate</b>					
AA- até AA+	-	25.880	-	-	25.880
A- até A+	-	301.051	49.413.738	-	49.714.789
BBB- até BBB+	99.479	20.725.432	76.127.735	2.502.626	99.455.272
BB- até BB+	-	-	71.462.651	702.319	72.164.970
Sem rating	-	12.048.173	48.904.658	217.035.911	277.988.742
	<u>99.479</u>	<u>33.100.536</u>	<u>245.908.782</u>	<u>220.240.856</u>	<u>499.349.653</u>
<b>Governos e outras autoridades locais</b>					
AAA	-	3.333.955	-	-	3.333.955
AA- até AA+	-	2.871.544	-	-	2.871.544
BBB- até BBB+	631.513	3.116.363	-	-	3.747.876
	<u>631.513</u>	<u>9.321.862</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.953.375</u>
<b>Instituições Financeiras</b>					
AA- até AA+	-	100.213	-	695.010	795.223
A- até A+	-	934.517	1.199.641	2.516.494	4.650.652
BBB- até BBB+	-	1.925.131	35.886.380	575.621	38.387.132
B- até B+	21.822.000	-	-	-	21.822.000
	<u>21.822.000</u>	<u>2.959.861</u>	<u>37.086.021</u>	<u>3.787.125</u>	<u>65.655.007</u>
<b>Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas</b>	<u><u>22.552.992</u></u>	<u><u>45.382.259</u></u>	<u><u>282.994.803</u></u>	<u><u>224.027.981</u></u>	<u><u>574.958.035</u></u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Classe de ativo	2018				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<b>Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)</b>					
Corporate					
AAA	-	-	52.437	-	52.437
AA- até AA+	-	-	21.445.150	40.723.232	62.168.382
A- até A+	-	39.823.679	180.705.631	542.575.605	763.104.915
BBB- até BBB+	-	252.952.915	529.247.622	177.190.433	959.390.970
BB- até BB+	11.593.427	227.868.468	145.228.587	82.722.206	467.412.688
B- até B+	-	22.131.251	59.311.548	52.118.910	133.561.709
CCC- até CCC+	-	-	16.122.358	-	16.122.358
C	-	-	-	7.778.384	7.778.384
Sem rating	37.073.604	-	-	299.199.620	336.273.224
	48.667.031	542.776.313	952.113.333	1.202.308.390	2.745.865.067
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	1.268.290	26.839.377	-	28.107.667
AA- até AA+	-	4.649.195	-	-	4.649.195
A- até A+	-	14.246.844	-	-	14.246.844
BBB- até BBB+	2.625.342.757	2.246.434.414	-	-	4.871.777.171
BB- até BB+	1.009.090	-	-	-	1.009.090
D	-	-	-	1.497.739	1.497.739
Sem rating	-	-	-	442.811	442.811
	2.626.351.847	2.266.598.743	26.839.377	1.940.550	4.921.730.517
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	-	1.125.851	1.125.851
AA- até AA+	-	9.922.894	-	9.795.502	19.718.396
A- até A+	-	77.587.598	104.689.081	425.607.419	607.884.098
BBB- até BBB+	10.281.318	45.889.365	309.657.748	59.870.782	425.699.213
BB- até BB+	43.006.712	37.508.678	-	-	80.515.390
B- até B+	-	-	-	15.093.280	15.093.280
Sem rating	-	-	50.643.650	64.287.788	114.931.438
	53.288.030	170.908.535	464.990.479	575.780.622	1.264.967.666
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	184.326	184.326
	-	-	-	184.326	184.326
<b>Total Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)</b>	<b>2.728.306.908</b>	<b>2.980.283.591</b>	<b>1.443.943.189</b>	<b>1.780.213.888</b>	<b>8.932.747.576</b>

Classe de ativo	2017				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<b>Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas</b>					
Corporate					
AA- até AA+	-	806.660	106.328	-	912.988
A- até A+	-	1.283.237	46.013.826	-	47.297.063
BBB- até BBB+	206.231	900.178	84.654.606	41.509.075	127.270.090
BB- até BB+	-	-	29.357.389	-	29.357.389
Sem rating	-	63.096.948	50.981.767	3.668.807	117.747.522
	206.231	66.087.023	211.113.916	45.177.882	322.585.052
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2.466.718	-	-	2.466.718
AA- até AA+	-	3.310.451	-	-	3.310.451
BBB- até BBB+	-	2.665.930	-	-	2.665.930
BB- até BB+	89.467.753	-	-	-	89.467.753
	89.467.753	8.443.099	-	-	97.910.852
Instituições Financeiras					
AAA	-	199.430	-	-	199.430
AA- até AA+	-	150.842	-	-	150.842
A- até A+	103.384	34.118.336	303.200	-	34.524.920
BBB- até BBB+	102.855	969.023	37.344.034	55.028	38.470.940
CCC- até CCC+	22.991.405	-	-	-	22.991.405
	23.197.644	35.437.631	37.647.234	55.028	96.337.537
<b>Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas</b>	<b>112.871.628</b>	<b>109.967.753</b>	<b>248.761.150</b>	<b>45.232.910</b>	<b>516.833.441</b>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Classe de ativo	2017				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
<b>Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)</b>					
<b>Corporate</b>					
AAA	-	-	54.924	-	54.924
AA- até AA+	-	68.070	16.302.572	36.144.355	52.514.997
A- até A+	-	39.985.234	197.340.886	406.307.830	643.633.950
BBB- até BBB+	520.428	107.762.130	527.150.362	111.402.447	746.835.367
BB- até BB+	11.854.982	213.019.490	170.528.424	97.470.835	492.873.731
B- até B+	-	-	22.867.424	2.267.255	25.134.679
CCC- até CCC+	-	3.389.259	-	-	3.389.259
CC- até CC+	-	-	-	5.139.798	5.139.798
D	-	17.790.907	-	-	17.790.907
Sem rating	149.103.911	102.753.909	-	308.700.808	560.558.628
	161.479.321	484.768.999	934.244.592	967.433.328	2.547.926.240
<b>Governos e outras autoridades locais</b>					
AAA	-	20.941.612	-	-	20.941.612
AA- até AA+	-	23.367.560	-	-	23.367.560
BBB- até BBB+	-	1.707.819.314	-	-	1.707.819.314
BB- até BB+	3.905.924.842	-	-	74.461.353	3.980.386.195
Sem rating	-	-	-	719.259	719.259
	3.905.924.842	1.752.128.486	-	75.180.612	5.733.233.940
<b>Instituições Financeiras</b>					
AAA	-	898.245	-	1.155.576	2.053.821
AA- até AA+	-	9.922.700	-	3.958.521	13.881.221
A- até A+	-	114.908.449	59.614.152	166.524.615	341.047.216
BBB- até BBB+	21.822	20.861.691	348.892.429	172.516.247	542.292.189
BB- até BB+	1.017.351	29.782.535	-	44.153.914	74.953.800
Sem rating	-	-	42.407.988	-	42.407.988
	1.039.173	176.373.620	450.914.569	388.308.873	1.016.636.235
<b>Outros emitentes</b>					
AAA	-	-	-	191.789	191.789
	-	-	-	191.789	191.789
<b>Total Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)</b>	<b>4.068.443.336</b>	<b>2.413.271.105</b>	<b>1.385.159.161</b>	<b>1.431.114.602</b>	<b>9.297.988.204</b>

Periodicamente, o Grupo efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 42). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

	2018					Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano		
<b>Ramo vida</b>							
Produtos de capitalização	7.060.652	1.621.011	5.703	9.497	38.826	(33.920)	8.701.769
Produtos vida risco	1.836.183	355.563	1.010.254	307.204	433.030	(192.934)	3.749.300
<b>Ramo não vida</b>							
Automóvel	8.910.007	1.252.986	951.401	232.413	409.248	(1.790.455)	9.965.600
Acidentes de trabalho	3.895.092	2.782.204	2.679.050	1.484.950	271.033	(3.140.698)	7.971.631
Assistência Animais Domésticos	121	-	-	-	-	-	121
Doença	8.829.584	7.811.238	683.185	228.414	69.145	(973.585)	16.647.980
Incêndio e outros danos	9.431.932	2.487.399	679.466	3.676.005	489.141	(1.252.972)	15.510.970
Transportes	1.345.071	86.927	71.981	62.688	279.713	(350.102)	1.496.278
Responsabilidade civil	2.261.886	396.756	203.152	597.102	28.916	(529.555)	2.958.257
Outros (inclui Acidentes pessoais)	1.891.834	2.442.712	1.376.500	5.057.921	386.206	(1.535.131)	9.620.042
	45.462.361	19.236.795	7.660.692	11.656.194	2.405.257	(9.799.352)	76.621.947



Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos uma vez que se tratam de fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos *cash-flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos na maturidade “Até 1 mês”;
- O valor de “Empréstimos e contas a receber”, classificado com maturidade “Indeterminado”, diz respeito a operações com empresas do Grupo, sem prazo de reembolso definido e taxa de juro definida, assim como a depósitos de materiais preciosos;
- Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade “Indeterminado”;
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: *call*, *put* ou maturidade;
- Os montantes registados na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores” correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os “Derivados de Cobertura” foram classificados com maturidade “Indeterminado”, por se tratarem de contratos de futuros cambiais;
- Para o cálculo dos *cash-flows* previsionais dos “Passivos financeiros detidos para negociação” foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;
- No apuramento dos *cash-flows* previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
  - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos do Grupo;
  - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;
  - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos-valias potenciais;
  - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados no ano.

**Risco de mercado**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

	2018			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	1.027.330.545	32.751.601	1.060.082.146
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2.307.146	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	( 61.016 )	88.822	16.585.795	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	550.571.697	280.638.229	31.468.814	862.678.740
Derivados de cobertura	-	-	4.384.369	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	8.360.504.157	572.243.417	1.215.563.240	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	-	2.094.147.312	11.584	2.094.158.896
Outros devedores	-	-	201.893.997	201.893.997
	<b>8.911.014.838</b>	<b>3.974.448.325</b>	<b>1.504.966.546</b>	<b>14.390.429.709</b>
<b>Passivo</b>				
Provisão matemática do ramo vida	-	1.636.293.796	-	1.636.293.796
Passivos financeiros detidos para negociação	26.426.806	( 21.529.733 )	17.273.425	22.170.498
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	9.236.181.723	40.287.720	-	9.276.469.443
Derivados de cobertura	3.417.494	-	7.737.269	11.154.763
Depósitos recebidos de resseguradores	-	53.287.505	-	53.287.505
Outros passivos financeiros	-	695.266.893	-	695.266.893
Outros credores	-	-	144.450.701	144.450.701
	<b>9.266.026.023</b>	<b>2.403.606.181</b>	<b>169.461.395</b>	<b>11.839.093.599</b>
<b>2017</b>				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	585.083.794	11.662.872	596.746.666
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1.506.320	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	-	16.546	53.121.384	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	478.129.398	307.377.018	22.368.179	807.874.595
Derivados de cobertura	-	-	28.178.377	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	8.724.421.849	563.643.897	1.604.835.206	10.892.900.952
Empréstimos e contas a receber	-	1.182.670.716	10.657	1.182.681.373
Outros devedores	-	-	228.663.157	228.663.157
	<b>9.202.551.247</b>	<b>2.638.791.971</b>	<b>1.950.346.152</b>	<b>13.791.689.370</b>
<b>Passivo</b>				
Provisão matemática do ramo vida	-	1.528.417.490	-	1.528.417.490
Passivos financeiros detidos para negociação	5.654.647	-	2.147	5.656.794
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.408.046.374	175.593.366	-	8.583.639.740
Derivados de cobertura	3.109.947	-	901.239	4.011.186
Depósitos recebidos de resseguradores	-	59.379.105	-	59.379.105
Outros passivos financeiros	-	608.157.564	-	608.157.564
Outros credores	-	-	146.422.008	146.422.008
	<b>8.416.810.968</b>	<b>2.371.547.525</b>	<b>147.325.394</b>	<b>10.935.683.887</b>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 *basis points* (*bp's*), respetivamente, corresponde a:

	2018					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
<b>Ativo</b>						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(31.395.307)	(16.683.686)	(8.464.838)	8.721.544	17.711.154	35.285.358
Ativos disponíveis para venda	(556.666.882)	(286.246.837)	(145.170.855)	149.428.593	303.286.382	624.952.423
Empréstimos e contas a receber	(12.689.657)	(6.341.242)	(3.193.319)	3.240.015	6.528.077	13.436.921
	<u>(600.751.846)</u>	<u>(309.271.765)</u>	<u>(156.829.013)</u>	<u>161.390.152</u>	<u>327.525.613</u>	<u>673.674.702</u>
<b>Passivo</b>						
Provisão matemática do ramo vida						
Passivos financeiros detidos para negociação	801.413	81.327	40.964	(41.577)	(83.781)	(780.775)
	<u>801.413</u>	<u>81.327</u>	<u>40.964</u>	<u>(41.577)</u>	<u>(83.781)</u>	<u>(780.775)</u>
	2017					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
<b>Ativo</b>						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(21.243.814)	(11.023.326)	(5.618.274)	5.848.735	11.947.169	24.971.127
Ativos disponíveis para venda	(789.679.567)	(415.378.905)	(211.350.691)	219.008.411	446.029.367	910.660.421
Empréstimos e contas a receber	(5.368.901)	(2.703.307)	(1.357.828)	1.370.380	2.753.520	5.570.049
	<u>(816.292.282)</u>	<u>(429.105.538)</u>	<u>(218.326.793)</u>	<u>226.227.526</u>	<u>460.730.056</u>	<u>941.201.597</u>
<b>Passivo</b>						
Provisão matemática do ramo vida						
Passivos financeiros detidos para negociação	286.728	145.939	73.629	(74.980)	(151.346)	(308.370)
	<u>286.728</u>	<u>145.939</u>	<u>73.629</u>	<u>(74.980)</u>	<u>(151.346)</u>	<u>(308.370)</u>

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os *cash-flows* futuros atualizados considerando a respetiva *YTM*, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 *bp's*, nas respetivas *yields*.



## 49. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

### 49.1. Subscrição de riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogêneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição, algoritmos que identificam riscos que exigem análise técnica cuidada e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro nível corresponde às Direções de Negócio – órgãos de estrutura responsáveis pela gestão dos ramos de negócio, desde o desenho de produtos à gestão de sinistros, passando pela subscrição e gestão de carteira, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções de Negócio estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado integrados numa equipa que presta apoio a todas às diversas Direções. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções de Negócio, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarificação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de *Underwriting* dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções de Negócio têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado, identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

## **49.2. Gestão técnica**

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulo de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

## **49.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco**

### **Riscos internos da organização**

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

### **Estudos de perfil da carteira**

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

### **Análises periódicas da evolução da carteira**

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

### Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

### Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do Grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cumulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

### Comportamento da carteira não vida – seguro direto

#### Seguro Direto

	2018			2017		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest,	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest,
Acidentes	238.911.485	1,13	1,12	200.240.801	1,17	1,15
Doença	296.416.272	0,96	0,95	266.855.030	0,93	0,91
Incêndio e Outros Danos	238.153.125	0,83	0,82	236.074.982	1,09	1,07
Automóvel	415.736.264	0,98	0,96	387.006.789	1,04	1,03
Marítimo	3.800.291	0,61	0,60	4.440.089	0,43	0,42
Aéreo	6.991.016	0,12	0,11	6.852.250	0,80	0,79
Mercadorias transportadas	6.765.255	0,56	0,55	6.729.878	0,75	0,74
Responsabilidade Civil Geral	36.068.260	0,74	0,73	34.140.311	0,78	0,76
Outros ramos (Crédito e Cauções + Diversos)	75.885.798	0,62	0,61	71.128.143	0,70	0,68

Nota: Rácios relativos aos anos de ocorrência de 2018 e 2017 da empresa Fidelidade.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Apenas os grupos de ramos Marítimo e Doença registaram um agravamento dos rácios em 43,8% e 4,0% respetivamente.

Nos grupos de ramos Acidentes, Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Aéreo, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil, e Outros Ramos a tendência é no sentido do desagravamento do rácio.

Da análise do quadro anterior, constata-se que nos últimos 12 meses apenas os prémios do ramo Acidentes, não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade os resultados técnicos não-vida antes de impostos, em dezembro de 2018, foram positivos em aproximadamente 11,8 Milhões de Euros.

### **Suficiência dos prémios e constituição de provisão para riscos em curso**

#### **Seguro direto**

Na Fidelidade os prémios de seguro direto não-vida, para o ramo Acidentes, revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessário uma redução de 12,1%, nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada neste ramo.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Nos ramos não-vida, nos últimos 12 meses, o resultado operacional de seguro direto foi globalmente suficiente para satisfazer as responsabilidades associadas à sua exploração.

#### **Líquido de resseguro**

À exceção do ramo Aéreo os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2018, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração da generalidade dos ramos.

Consequentemente foi constituída provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta uma diminuição face à provisão constituída no período homólogo de 2017

#### **Provisão para prémios não adquiridos**

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

#### **Provisão para desvios de sinistralidade**

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pelo Grupo.

#### **Provisão para sinistros**

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas.

Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas, metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos cash-flows futuros associados às responsabilidades assumidas.

### Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 90,2% dos Prémios Brutos Adquiridos e 95,8% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, o Grupo possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o rating dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2018 e que se manteve constante face a 2017.

#### Distribuição dos Resseguradores por Rating

Rating	% Resseguradores	
	2018	2017
A -	18,5%	18,5%
A	25,9%	25,9%
A +	22,2%	22,2%
AA -	26,0%	26,0%
AA+	3,7%	3,7%
Sem Rating	3,7%	3,7%

Existe um tratado específico do tipo Excess of Loss para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 100.000.000 Euros e capacidade de 420.000.000 Euros.

Na Fidelidade 60,51% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

#### Comparação dos sinistros estimados e efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2018 ascendia a 1.664 Milhões de Euros. Durante o exercício de 2018, para sinistros ocorridos em 2017 e anos anteriores, foram pagos 388.034.364 Euros.

Em dezembro de 2018 resultaria do consumo natural, um provisionamento de 1.275.712.567 Euros. No entanto assistiu-se a um reajustamento negativo superior a 51 Milhões de Euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2017, no valor de 1.254.707.290 Euros.

Com exceção dos ramos Acidentes e Doença e Diversos ocorreram reajustes negativos em todos os outros ramos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel que ultrapassou os 41 Milhões de Euros.

### Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

Rubricas	Provisão Para Sinistros em 31 de Dezembro de 2017	Montantes Pagos no Exercício *	Provisão Para Sinistros em 31 de Dezembro de 2018 *	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Acidentes e Doença	906.160.181	148.553.734	789.993.150	32.386.703
Incêndio e Outros Danos	217.173.443	105.012.641	98.407.733	(13.753.069)
Automóvel	415.878.613	115.025.009	259.585.742	(41.267.862)
Marítimo e Transportes	2.740.621	305.296	1.919.710	(515.615)
Aéreo	5.920.918	265.297	5.545.378	(110.243)
Mercadorias transportadas	4.056.143	2.099.374	1.911.640	(45.129)
Responsabilidade Civil Geral	98.999.696	8.412.914	87.771.007	(2.815.775)
Crédito e Caução	445.958	6.991	398.591	(40.376)
Proteção Jurídica	23.563	453	992	(22.118)
Assistência	152.225	0	10.782	(141.443)
Diversos	12.195.570	8.352.655	9.162.565	5.319.650
<b>Total</b>	<b>1.663.746.931</b>	<b>388.034.364</b>	<b>1.254.707.290</b>	<b>(21.005.277)</b>

### Riscos de Seguros

O Grupo subscrive contratos de todos os ramos não vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;
- Alterações climáticas e catástrofes naturais;
- Risco de inflação, nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;
- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices do Grupo e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos não vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado. Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. Grupo efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

O Grupo também limita a exposição ao risco quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição nomeadamente a eventos catastróficos.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

### Pressupostos de Avaliação do Risco

#### Ramos não vida, exceto anuidades

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades da seguradora é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

- Alteração nos fatores de mercado tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;
- Condições económicas;
- Fatores internos como a composição da carteira de apólices, garantias das apólices, e procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;
- Fatores externos nomeadamente alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

#### Anuidades e assistência vitalícia do ramo Acidentes de Trabalho

Nas responsabilidades com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho, são assumidos pressupostos relativamente à longevidade dos beneficiários destas prestações, taxas de desconto e encargos de gestão das mesmas.

O quadro seguinte demonstra o impacto nas responsabilidades da seguradora de alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos indicados, mantendo todos os restantes constantes.

Pressuposto	Fator	Incremento das Responsabilidade
Longevidade	+ 20%	5,29%
Despesa	+ 10%	0,63%
Revisão	4%	2,08%
Taxa de Juro	-1%	12,08%

#### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade foram efetuadas para variações razoáveis dos pressupostos, com todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto no passivo, resultado antes de imposto e capital próprio. O impacto da análise de sensibilidade no resseguro corresponde ao efeito proporcional da atual cobertura de resseguro.

A correlação entre pressupostos terá um efeito significativo na determinação da provisão para sinistros, mas para demonstrar o impacto das alterações nos pressupostos as variáveis foram alteradas de numa base individual. De referir que as alterações nos pressupostos não são lineares. A informação de sensibilidade também varia de acordo com a situação económica atual, principalmente devido ao impacto das alterações no custo intrínseco e no valor temporal das opções e garantias. Quando opções e garantias existem, elas são a principal razão para a assimetria de sensibilidades

A análise de sensibilidade foi realizada para o negócio segurador em Portugal:

Pressupostos	Variação no pressuposto	2018		
		Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio
Número de sinistros	+10%	81.874.223	(81.874.223)	(56.083.843)
Custo médio por sinistro	+10%	70.705.681	(70.705.681)	(48.433.391)
Reserva média	+10%	75.815.781	(75.815.781)	(51.933.810)
Longevidade	+10%	18.012.174	(18.012.174)	(12.338.339)
Longevidade	-10%	(17.938.952)	17.938.952	12.288.182
Taxa de desconto	+1%	(81.522.189)	81.522.189	55.842.699
Taxa de desconto	-1%	115.398.233	(115.398.233)	(79.047.789)

#### 49.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco de contratos de seguro estão em consonância com a natureza dos seguros e capitais dos riscos a segurar, distinguindo-se essencialmente entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multiriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Outros.

O cumprimento de Normas de Subscrição está intrinsecamente associado aos contratos disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de riscos e sua tarifação.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

No cumprimento da sua política de Resseguro, o Grupo tem recorrido à cedência de riscos via Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro quando se revelam necessárias para uma proteção de Resseguro adequada dos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Anexos, Engenharia e Aviação, o Grupo tem Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira do Grupo, considerada suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

As acumulações resultantes da “Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza”, de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes deste tipo em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

As acumulações resultantes de catástrofes naturais que não as referentes a fenómenos sísmicos são protegidas por um Tratado de Excesso de Perdas, sendo a Retenção e a Capacidade definidas com base no histórico de eventos ocorridos nos últimos 15 anos e na capacidade financeira da Companhia.

Os ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil são protegidos por tratados de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas para diferentes níveis da mesma.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços. Este processo de seleção requer uma constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de *Rating*, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de rating atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de *Rating* S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O rating mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de "A-".

## 49.5. Ramo vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

### Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$ .

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

### Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

(Prémios + Rendimentos – Sinistros – Despesas de Gestão – Variação na Provisão Matemática – Eventual Saldo Negativo do exercício anterior) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

### Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

(Porcentagem dos Rendimentos – Rendimentos Técnicos – Encargos de Gestão – Eventual Saldo Negativo do exercício anterior) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os *cash inflows* e *outflows*, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2019	147.936.587	101.558.576	0	15.318.861	22.169.506	188.525.117
2020	125.648.398	84.968.631	0	14.388.464	19.952.979	183.461.788
2021	116.048.111	78.231.333	0	13.568.369	18.057.236	177.728.740

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes *cash inflows* e *outflows*, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2019	144.426.957	99.521.341	0	15.318.861	21.607.785	247.680.195
2020	115.908.527	79.496.867	0	14.388.464	18.459.403	223.532.409
2021	101.254.301	69.973.174	0	13.568.369	15.857.826	200.815.632

## Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade foram efetuadas para variações razoáveis dos pressupostos, com todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto no passivo, resultado antes de imposto e capital próprio.

A correlação entre pressupostos terá um efeito significativo na determinação da provisão para sinistros, mas para demonstrar o impacto das alterações nos pressupostos as variáveis foram alteradas de numa base individual. De referir que as alterações nos pressupostos não são lineares. A informação de sensibilidade também varia de acordo com a situação económica atual, principalmente devido ao impacto das alterações no custo intrínseco e no valor temporal das opções e garantias. Quando opções e garantias existem, elas são a principal razão para a assimetria de sensibilidades

A análise de sensibilidade foi realizada para o negócio segurador em Portugal:

Pressupostos	Variação no pressuposto	2018		
		Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio
Mortalidade	+10%	(6.080.206)	6.080.206	4.164.941
Mortalidade	-10%	6.870.896	(6.870.896)	(4.706.564)
Taxa de rendimento esperada	+0,5%	(15.267.720)	15.267.720	10.458.388
Taxa de rendimento esperada	-0,5%	23.047.425	(23.047.425)	(15.787.486)
Sinistros ocorridos não reportados	+10%	2.355.824	(2.355.824)	(1.613.739)

## 50. Gestão de Capital

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

### Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

### **Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão**

Neste pilar, são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, *compliance* e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

### **Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas**

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital no Grupo obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que o Grupo está obrigado;
- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Grupo está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, o Grupo definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias do Grupo, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que seus os objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações do Grupo para com os seus *stakeholders*.

A gestão de risco suporta o Grupo na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, o Grupo, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, o Grupo opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pelo Grupo.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico do Grupo (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital do Grupo, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente, a obrigação de divulgação anual do “Relatório sobre a solvência e a situação financeira”, que permite dispor de informação detalhada sobre o Grupo relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira”, importa referir que o Grupo cumpre, de forma confortável, os requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, o Grupo implementou um adequado sistema de governação envolvendo, entre outros aspetos, uma estrutura organizativa que incorpora diversos órgãos que desempenham funções chave em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Gabinete de Compliance, Direção de Auditoria, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos (Vida e Não Vida).

## 51. Concessão de serviços públicos

### Principais riscos identificados são de ordem operacional e financeira

A Luz Saúde gere o Hospital Beatriz Ângelo através da SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. (“SGHL”), sua subsidiária, ao abrigo de um contrato de Parceria Público-Privada com o Estado Português (“Contrato de PPP”). A HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A., na qual a Sociedade detém uma participação de 10%, é também parte do Contrato de PPP e é responsável pela construção (agora completa) e gestão do edifício do Hospital Beatriz Ângelo e das respetivas instalações.

Nos termos do Contrato de PPP, a SGHL está obrigada a prestar cuidados de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, através do Hospital Beatriz Ângelo, pelo período de 10 anos, contados a partir da entrada em funcionamento do Hospital Beatriz Ângelo (a 19 de janeiro de 2012). O período de duração do Contrato de PPP pode ainda ser renovado por mútuo acordo por períodos sucessivos, sendo que cada período não pode ultrapassar 10 anos. Sem prejuízo, a duração

total do Contrato de PPP, incluindo o período inicial e quaisquer períodos adicionais, não pode exceder 30 anos contados da data de produção de efeitos do Contrato de PPP (i.e., a partir de 31 de dezembro de 2009).

No que diz respeito à gestão do Hospital, o Contrato de PPP regula as relações entre o Estado e a SGHL, define os preços e as formas de pagamento, os parâmetros de qualidade, deveres de comunicação e informação, níveis de cumprimento (clínicos e não clínicos), as regras de funcionamento do hospital (por exemplo, recursos humanos) e outras obrigações e responsabilidades de cada parte e sanções em caso de não-cumprimento das obrigações contratuais.

Para além disso, o Contrato de PPP estabelece que os volumes anuais de tratamento de pacientes do Hospital Beatriz Ângelo (definidos por referência a consultas médicas, atendimentos de emergência e serviços de internamento e de ambulatório cirúrgicos e não cirúrgicos) são acordados através de um processo de negociação anual entre a Entidade Pública Contratante (neste caso a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.) e a Administração do Hospital, nomeadamente com base em informação histórica respeitante à procura por serviços de saúde públicos pela população da área de influência do Hospital. No entanto, de notar que o referido nível de produção é definido com base em dados históricos relacionados com os níveis de procura por serviços públicos de saúde por parte da população que vive na área de captação do Hospital.

Por outro lado, os preços a praticar pelo Hospital ao Serviço Nacional de Saúde estão contratualmente acordados e são ajustados de forma anual pelo crescimento verificado ao nível da inflação.

O Contrato de PPP prevê ainda que no final de cada mês o Estado tenha que pagar 90% de 1/12 do valor anual de produção contratada (independentemente do valor real de produção verificado), sendo que o valor de acerto (que pode incluir os 10% remanescentes mais alguma eventual produção adicional realizada acima do valor contratado, já que existem áreas em que é permitido ultrapassar o limite definido de produção, tais como os atendimentos de emergência e os episódios de internamento) deve ser apurado até final do primeiro semestre do exercício seguinte, devendo o pagamento ocorrer dentro desse mesmo período.

## 52. Fundos de Pensões Geridos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sucursal de Macau tem sob gestão os seguintes fundos de pensões. Nestes períodos, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

	2018							
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities	Fundo de Pensões SmartSafe
<b>Valores expressos em Patacas</b>								
Caixa e depósitos	27.089.273	33.776.952	56.546.406	217.832	256.595	250.721	172.651	5.773.769
Instrumentos de dívida	117.512.922	498.097.940	-	7.859.347	5.054.746	7.792.139	3.594.498	-
Instrumentos de capital	19.366.321	205.042.881	-	2.310.756	6.771.898	10.966.830	6.384.569	-
Outros	33	-	(99.051)	(45.294)	(54.685)	(87.819)	(48.241)	(9.474)
	<b>163.968.548</b>	<b>736.917.773</b>	<b>56.447.355</b>	<b>10.342.641</b>	<b>12.028.554</b>	<b>18.921.871</b>	<b>10.103.478</b>	<b>5.764.295</b>
<b>Valores expressos em Euros</b>								
Caixa e depósitos	2.932.850	3.656.899	6.122.060	23.584	27.781	27.145	18.692	625.104
Instrumentos de dívida	12.722.668	53.927.130	-	850.901	547.258	843.625	389.162	-
Instrumentos de capital	2.096.716	22.199.197	-	250.177	733.167	1.187.336	691.233	-
Outros	4	-	(10.724)	(4.904)	(5.921)	(9.508)	(5.223)	(1.026)
	<b>17.752.238</b>	<b>79.783.226</b>	<b>6.111.336</b>	<b>1.119.758</b>	<b>1.302.285</b>	<b>2.048.598</b>	<b>1.093.864</b>	<b>624.078</b>

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 9,23650 Patacas macaenses.

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2017							
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities	Fundo de Pensões SmartSafe
<b>Valores expressos em Patacas</b>								
Caixa e depósitos	28.003.144	24.326.810	42.484.019	188.291	226.478	329.492	263.753	827.907
Instrumentos de dívida	114.934.707	469.029.419	-	5.193.808	3.372.269	6.533.339	3.476.160	-
Instrumentos de capital	23.576.635	219.047.187	-	1.754.443	5.165.134	9.355.561	6.233.622	-
Outros	(24.973)	(373.816)	(306.523)	(60.646)	(73.298)	(134.426)	(88.625)	(136)
	<b>166.489.513</b>	<b>712.029.601</b>	<b>42.177.496</b>	<b>7.075.896</b>	<b>8.690.584</b>	<b>16.083.966</b>	<b>9.884.909</b>	<b>827.771</b>
<b>Valores expressos em Euros</b>								
Caixa e depósitos	2.900.918	2.520.077	4.401.030	19.506	23.461	34.133	27.323	85.765
Instrumentos de dívida	11.906.384	48.587.973	-	538.040	349.342	676.806	360.104	-
Instrumentos de capital	2.442.365	22.691.666	-	181.747	535.070	969.167	645.757	-
Outros	(2.587)	(38.725)	(31.754)	(6.282)	(7.593)	(13.926)	(9.181)	(14)
	<b>17.247.080</b>	<b>73.760.991</b>	<b>4.369.276</b>	<b>733.011</b>	<b>900.280</b>	<b>1.666.180</b>	<b>1.024.003</b>	<b>85.751</b>

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 9,65320 Patacas macaenses.

### 53. Eventos Subsequentes

O Grupo concretizou, em 7 de janeiro de 2019 a compra de 194.224.590 ações, no montante de 349.604.262 Sois Peruanos correspondente a cerca de 92 milhões de euros, que representa 51% do Capital Social da empresa La Positiva Seguros y Reaseguros.

À data de compra existe uma diferença entre o valor de compra e o valor do Capital Próprio contabilístico no valor de 115 milhões de Sois Peruanos, que corresponde a cerca de 30 milhões de Euros. Esta diferença será alocada pela avaliação dos ativos e passivos ao justo valor, conforme definido na IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais:

	Sol Peruano	Euro
Valor de compra	349.604.262	92.146.616
Capital Próprio (não auditado)	459.784.421	121.187.248
- Interesses Minoritários	-225.294.982	-59.381.914
Diferença	<b>115.114.823</b>	<b>30.341.282</b>

Dada a proximidade da transação com a aprovação das contas por parte da Administração, o Grupo ainda se encontra a apurar o justo valor dos ativos e passivos, pelo que a diferença acima referida pode não representar o Goodwill esperado da transação. O capital próprio (não auditado) está de acordo com o referencial contabilístico peruano e carece de ajustamentos para o referencial contabilístico utilizado pelo Grupo. O Goodwill será apurado durante o exercício de 2019.

**RELATÓRIO  
E PARECERES  
ÀS CONTAS  
CONSOLIDADAS**

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Longrun Portugal, SGPS, S.A. (a “Sociedade”), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 17.935.331.779 euros e um total de capital próprio e interesses não controlados de 2.915.238.223 euros, incluindo um resultado líquido de 241.706.106 euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Longrun Portugal SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (a “ASF”).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

#### 1. Mensuração das Provisões técnicas do ramo vida e dos Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento

##### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme detalhado nas notas 21 e 22 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2018, as provisões técnicas do ramo vida e os Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento ascendiam a 2.158 e 9.276 milhões de euros (“m€”),

##### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na mensuração das provisões técnicas do ramo vida e Passivos Financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e execução de procedimentos de auditoria específicos para

### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

respetivamente, representando cerca de 76% do total do Passivo.

A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e pelo facto de ser uma área com um grau de julgamento significativo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente o momento e o valor total das responsabilidades para com os tomadores de seguros bem como a estimativa dos rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades.

Conforme divulgado na nota 2.20, a determinação das responsabilidades por contratos de seguros é efetuada com base em métodos atuariais, dados históricos e outros métodos aceites no setor, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões técnicas vida e valorização dos Passivos Financeiros;

- Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de cash flows, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes (quando aplicável), com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas;
- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Sociedade para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida e de contratos de investimento, incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões técnicas do ramo vida e Passivos Financeiros com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

## 2. Mensuração das Provisões para sinistros (Não Vida)

### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme detalhado na Nota 21 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018 as Provisões para sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 1.697 m€ (11% do total do Passivo). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Sociedade por ramo. Representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a sua regularização futura.

Nestas provisões são incluídas as estimativas das provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requerem a fixação de

### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das provisões para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e suas subsidiárias (e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões para sinistros (Não Vida);

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente ao nível da taxa de desconto, tábua de mortalidade e estimativa de despesas a incorrer (detalhe na alínea d) da Nota 2.17).</p> <p>Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras consolidadas e que o processo para a sua determinação incorpora estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;</li> <li>• Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Sociedade e das suas subsidiárias (quando aplicável) para a determinação das responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, e tendo por referência as especificidades dos produtos da Sociedade e suas subsidiárias, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador;</li> <li>• Realização por parte dos nossos especialistas em atuariado de testes de recálculo das provisões para sinistros para os ramos com maior peso no Passivo da Sociedade (Automóvel e Acidentes de Trabalho) e das suas subsidiárias (quando aplicável), tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no sector segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para a modalidade de Acidentes de Trabalho análise dos pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no sector segurador; e</li> <li>• Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.</li> </ul>

### 3. Valorização dos Instrumentos financeiros ao justo valor

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme detalhado na Nota 48, o Ativo e Passivo consolidados incluem instrumentos financeiros valorizados ao justo valor no montante de 11.030 m€</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa</p>

#### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

e 74 m€, respetivamente, os quais representam cerca de 61,5% do total do Ativo consolidado e 0,5% do total do Passivo consolidado.

A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas. Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo e passivo consolidado da Sociedade, ascendem a cerca de 1.673 m€ (9% do ativo) e 56m€ (0,05% do passivo), respetivamente, os quais foram classificados na hierarquia de justo valor prevista no referencial contabilístico, como “nível 2” e “nível 3” (Nota 48).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.

#### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e suas subsidiárias e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor;
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Sociedade e suas subsidiárias (quando aplicável) com as observadas em fontes de informação externas;
- Análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Sociedade e suas subsidiárias na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política de investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

#### 4. Testes de imparidade sobre o Goodwill

##### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 incluem na sua demonstração da posição financeira e mais detalhadamente divulgado na Nota 14, Goodwill decorrente dos investimentos em subsidiárias no montante de 484 m€, representando cerca de 3% do ativo consolidado.

Em conformidade com o referencial contabilístico o Goodwill deve ser objeto de testes anuais com o objetivo de identificar eventuais perdas por imparidade. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no

##### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização do Goodwill incluiu uma resposta específica através da realização dos seguintes procedimentos:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade no Goodwill;
- Análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por

**Descrição dos riscos de distorção material mais significativos**

mercado e financeiras dos emitentes (tais como taxas de desconto, inflação, taxas de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospetiva, entre outras).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.

**Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos**

especialistas internos em avaliações de negócios;

- Avaliação da consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparamo-los com dados externos. Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre o Goodwill nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

**5. Reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade em ativos financeiros**

**Descrição dos riscos de distorção material mais significativos**

A demonstração dos resultados consolidados da Sociedade, em 31 de dezembro de 2018, inclui perdas por imparidade associadas a instrumentos financeiros detidos, classificados como "Ativos financeiros disponíveis para venda", no montante de 246 m€ (detalhe divulgado na Nota 42).

Em conformidade com o referencial contabilístico e a política de investimentos definida internamente, a qual se encontra descrita na Nota 2.6, alínea d), a Sociedade e suas subsidiárias reconhecem perdas por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda tendo por base indícios de imparidade tais como, entre outros, evidências de dificuldades financeiras dos emitentes ou um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado dos ativos financeiros abaixo do preço de custo.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado à determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros, uma vez que se baseiam em pressupostos tendo em conta os indícios de imparidade observáveis em cada momento, com base na informação disponível, sendo que o recurso a diferentes pressupostos ou obtenção de informação adicional poderá resultar em estimativas diferentes das perdas por imparidade.

**Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos**

A nossa abordagem ao risco de distorção material no reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade em ativos financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos instrumentos financeiros e reconhecimento de perdas por imparidade da Sociedade e suas subsidiárias (quando aplicável);
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a ativos financeiros e recálculo por amostragem das perdas por imparidade;
- Análise da política/metodologia de reconhecimento de perdas por imparidade da Sociedade e suas subsidiárias, tendo por base o referencial contabilístico e as práticas de mercado; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre o reconhecimento de perdas por imparidade nos ativos financeiros

**Descrição dos riscos de distorção material mais significativos**

**Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos**

com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

**6. Valorização dos Investimentos em imóveis**

**Descrição dos riscos de distorção material mais significativos**

**Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos**

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 incluem no seu ativo e mais detalhadamente divulgado na nota 10 e 20 às demonstrações financeiras, imóveis registados ao justo valor classificados como rendimento e uso próprio (estes deduzidos de amortizações), no montante líquido de 1.556 m€ e 523 m€, respetivamente, os quais representam no total cerca de 12% do ativo consolidado da Sociedade.

As avaliações imobiliárias tiveram por base os métodos divulgados na Nota 10 às demonstrações financeiras consolidadas e pressupostos cuja influência da conjuntura económica e financeira e capacidade do mercado em transacionar a oferta disponível é determinante.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras consolidadas e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos peritos externos.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos imóveis incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos investimentos em imóveis;
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas de imóveis incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas;
- Análise dos relatórios de avaliação elaborados pelos peritos avaliadores, aferindo a adequação dos métodos de avaliação utilizados e razoabilidade dos pressupostos assumidos;
- Análise comparativa de valor e pressupostos das avaliações no exercício com os relatórios de avaliação realizados em anos anteriores e comparação dos preços utilizados com informação de referência no mercado; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre imóveis nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;

- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Sociedade na assembleia geral de acionistas em 31 de maio de 2017 para a revisão legal das contas compreendido entre 2017 e 2019.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 22 de maio de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579  
Registado na CMVM com o n.º 20161189

**LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**EXERCÍCIO DE 2018**

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

**PARECER**

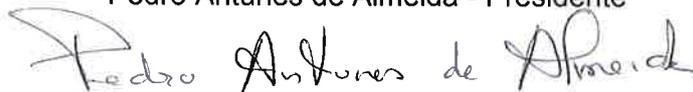
Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 23 de maio de 2019.

**O CONSELHO FISCAL,**

Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal

João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal



Longrun Portugal, SGPS, S.A.

Pessoa Coletiva 510999018, matriculada na CRC de Lisboa sob o mesmo número  
Capital Social € 50.000,00 – Sede Largo de São Carlos, n.º 3, 1200-410 Lisboa

**LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO  
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA  
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.  
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2018**

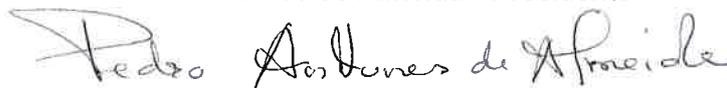
Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 23 de maio de 2019.

O CONSELHO FISCAL,

Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal



**RELATÓRIO DO  
CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO  
CONTAS  
INDIVIDUAIS**

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO**

---

**LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**CONTAS SEPARADAS**

**2018**

## ÍNDICE

1. Órgãos Sociais .....	2
2. A Longrun Portugal, SGPS, S.A.....	3
a. Sobre a Longrun Portugal, SGPS, S.A.....	3
b. Análise Financeira .....	3
3. Enquadramento da Atividade .....	4
a. Evolução Macroeconómica .....	4
b. Enquadramento Sector Segurador .....	5
4. Proposta de Aplicação de Resultados .....	6
5. Considerações Finais .....	7

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS SEPARADAS

## 1. Órgãos Sociais

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, SA	
<b>Conselho de Administração</b>	
Presidente	Lingjiang XU
Vogais	Wai Lam William MAK
<b>Conselho Fiscal</b>	
Presidente	Pedro Antunes de Almeida
Vogais	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias João Filipe Gonçalves Pinto
Suplente	Isabel Gomes de Novais Paiva
<b>Sociedade de Revisores Oficiais de Contas</b>	
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC.	

## **2. A Longrun Portugal, SGPS, S.A.**

### **a. Sobre a Longrun Portugal, SGPS, S.A.**

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Doravante “Longrun” ou “Sociedade”) é uma sociedade gestora de participações no setor segurador, estando a sua atividade circunscrita à gestão das participações detidas nas Companhias de Seguros Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Multicare – Seguros de Saúde, S.A. e Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (84,9962%, 80% e 80%, respetivamente).

Através destas Companhias, a Longrun detém indiretamente participações estratégicas em diversas Companhias de Seguros (nacionais e internacionais), em empresas de prestações de serviços conexos com a atividade seguradora e de serviços na área da saúde.

Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor.

### **b. Análise Financeira**

O Ativo Líquido da Longrun Portugal SGPS, S.A. situou-se em 1,660 milhões de euros, correspondente sobretudo ao valor das participações societárias anteriormente mencionadas.

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. obteve um resultado estatutário individual negativo de -114 mil euros.

### **3. Enquadramento da Atividade**

#### **a. Evolução Macroeconómica**

Em 2018, a economia portuguesa continuou a evidenciar a tendência de crescimento que se tem vindo a registar no âmbito do atual ciclo económico positivo iniciado em 2014.

Com efeito, a atividade económica em Portugal tem vindo a registar uma trajetória de crescimento desde 2014, suportada pelo enquadramento externo favorável dos mercados financeiros e pelo aumento das exportações, bem como pelos elevados níveis de confiança dos agentes económicos e pela evolução favorável do mercado de trabalho.

Assim, as últimas projeções indicam um crescimento do PIB de 2,1% em 2018, inferior ao registado em 2017 (2,8%), mas acima do crescimento médio da Zona Euro (1,9%). O abrandamento da Formação Bruta de Capital Fixo e das Exportações, componentes que tinham registado elevados crescimentos nos anos anteriores, constituem os principais responsáveis por esta desaceleração face a 2017.

O Consumo Privado manteve, em 2018, a dinâmica do ano anterior (aumento de 2,3%), refletindo o crescimento do rendimento disponível real das famílias e os níveis historicamente elevados de confiança nos consumidores.

Por seu lado, o Consumo Público registou, em 2018, uma aceleração face ao ano anterior, refletindo o impacto pontual de despesas relacionadas com os incêndios ocorridos em 2017, bem como um maior nível de emprego público.

Neste contexto, a economia portuguesa deverá manter a capacidade de financiamento positiva face ao exterior, apesar da ligeira redução em relação ao ano anterior (1,3% do PIB em 2018 face a 1,4% em 2017).

No que respeita à inflação, estima-se que a mesma tenha sido de 1,4% em 2018, abaixo do registado em 2017 (1,6%). Contudo, projeta-se um ligeiro aumento da inflação nos próximos anos, refletindo o aumento dos salários em geral, num contexto de reduzido nível de desemprego e da atualização do salário mínimo nacional acima da inflação.

Relativamente ao mercado de trabalho, as projeções apontam para um aumento do nível de emprego (+2,2%) e, conseqüentemente, para a redução da taxa de desemprego para cerca de 7% no final de 2018.

Para 2019, espera-se uma nova redução do ritmo de crescimento da economia portuguesa para 1,8%. Com efeito, apesar das projeções indicarem um aumento da FBCF (6,6%), a redução do consumo privado e o maior aumento das importações face às exportações influenciarão negativamente a evolução do PIB.

## **b. Enquadramento Sector Segurador**

Dado que as participações detidas pela Longrun são de empresas seguradoras, importa fazer uma referência às perspetivas de evolução desta área de atividade.

O sector segurador português registou um montante total de prémios de 12.942 milhões de euros, correspondente a um incremento de 11,8% face a 2017, refletindo a evolução favorável verificada quer nos ramos Vida, quer nos ramos Não Vida.

Com efeito, a produção Vida registou um aumento dos prémios de 14,5% para 8.115 milhões de euros, aproximadamente o triplo do crescimento verificado em 2017, refletindo a vertente associada aos produtos financeiros.

Neste âmbito, importa destacar a evolução dos Planos de Poupança Reforma (PPR), que registaram um crescimento próximo de 56%. Este facto demonstra a crescente preocupação com o rendimento na reforma e a atratividade destes produtos no atual contexto de baixas taxas de juro.

Adicionalmente, há a referir a consolidação do crescimento dos produtos Vida Risco que têm beneficiado do maior dinamismo do mercado imobiliário e do aumento dos novos contratos de crédito à habitação.

Já no que respeita ao segmento Não Vida, a produção manteve a tendência de crescimento dos últimos anos, registando um aumento de prémios de cerca de 7,5% face ao ano anterior para 4.827 milhões de euros.

Neste segmento, há a destacar a evolução dos ramos Acidentes de Trabalho e Saúde, em linha com a tendência positiva de anos anteriores associada ao maior nível de emprego, bem como no ramo Automóvel, que evidenciou, em 2018, uma aceleração no crescimento dos prémios (+7% face a 5% no ano anterior) refletindo o dinamismo do parque automóvel associado às alterações fiscais anunciadas para 2019.

Em 2019, é exetável a manutenção da trajetória de crescimento do segmento Não Vida, em linha com a evolução projetada para a economia portuguesa, beneficiando do contributo de alguns ramos com maior dinamismo, nomeadamente Saúde e Acidentes Pessoais.

Este segmento de negócio deverá também beneficiar do dinamismo de ramos mais ligados à atividade empresarial (Acidentes de Trabalho, Multirriscos e Responsabilidade Civil), refletindo a evolução esperada para o investimento (crescimento de 6,6%) e para a taxa de desemprego (redução de 1 pp).

#### **4. Proposta de Aplicação de Resultados**

O resultado líquido individual do exercício de 2018 ascendeu a € -114 071,02.

De acordo com o disposto no Código das Sociedades, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados € -114 071,02

## **5. Considerações Finais**

Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho.

Lisboa, 22 de março de 2018

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS SEPARADAS**

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Lingjiang XU – Presidente

---

Wai Lam William MAK – Vogal

---

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

ATIVO	Notas	2018			2017
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3	480.234	-	480.234	429.568
Investimentos em subsidiárias	4	1.598.784.859	-	1.598.784.859	1.598.784.859
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		6.405.919	-	6.405.919	32.123.090
Contas a receber por outras operações	5	6.405.919	-	6.405.919	32.123.090
Ativos por impostos		54.696.777	-	54.696.777	88.649
Ativos por impostos correntes	6	54.651.225	-	54.651.225	-
Ativos por impostos diferidos	6	45.552	-	45.552	88.649
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>1.660.367.789</b>	<b>-</b>	<b>1.660.367.789</b>	<b>1.631.426.166</b>

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2018	2017
<b>PASSIVO</b>			
Outros credores por operações de seguros e outras operações		61.256.230	719.997
Contas a pagar por outras operações	7	61.256.230	719.997
Passivos por impostos		1.666	31.420.032
Passivos por impostos correntes	6	1.666	31.420.032
Acréscimos e diferimentos	8	123.542	185.715
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>61.381.438</b>	<b>32.325.744</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	9	50.000	50.000
Outros instrumentos de capital		1.599.398.902	1.599.398.902
Outras reservas	10	3.040	3.040
Resultados transitados	10	( 351.520 )	( 192.342 )
Resultado do exercício	10	( 114.071 )	( 159.178 )
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.598.986.351</b>	<b>1.599.100.422</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.660.367.789</b>	<b>1.631.426.166</b>

Lisboa, 30 de abril de 2019

Diretor de Contabilidade e  
Informação Financeira

Contabilista Certificado

Pelo Conselho de Administração

Ana Paula Bailão Rodrigues

Filipa Jesus Martins Pires

Wai Lam William Mak  
*Vogal*

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS SEPARADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2018		2017
		Não Técnica	Total	
Gastos financeiros		( 142.915 )	( 142.915 )	( 204.847 )
De outros	11	( 142.915 )	( 142.915 )	( 204.847 )
Outros rendimentos/gastos	13	( 1.361 )	( 1.361 )	2.572
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>( 144.276 )</b>	<b>( 144.276 )</b>	<b>( 202.275 )</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	6	73.302	73.302	-
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	6	( 43.097 )	( 43.097 )	43.097
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>( 114.071 )</b>	<b>( 114.071 )</b>	<b>( 159.178 )</b>

Lisboa, 30 de abril de 2019

Diretor de Contabilidade e  
Informação Financeira

Contabilista Certificado

Pelo Conselho de Administração

Ana Paula Bailão Rodrigues

Filipa Jesus Martins Pires

Wai Lam William Mak  
*Vogal*

## LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO SEPARADA NOS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	Capital social e outros instrumentos de capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.598.800.000</b>	<b>305</b>	<b>2.735</b>	<b>( 171.325)</b>	<b>( 21.017)</b>	<b>1.598.610.698</b>
Aplicação do resultado	-	-	-	( 21.017)	21.017	-
Prestações suplementares	648.902	-	-	-	-	648.902
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	( 159.178)	( 159.178)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.599.448.902</b>	<b>305</b>	<b>2.735</b>	<b>( 192.342)</b>	<b>( 159.178)</b>	<b>1.599.100.422</b>
Aplicação do resultado	-	-	-	( 159.178)	159.178	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	( 114.071)	( 114.071)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.599.448.902</b>	<b>305</b>	<b>2.735</b>	<b>( 351.520)</b>	<b>( 114.071)</b>	<b>1.598.986.351</b>

LONGRUN PORTUGAL, SGPS,S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEPARADA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	2018	2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Pagamentos a fornecedores	(158.154)	(44.906)
Pagamentos a órgãos sociais	(46.900)	(19.784)
Outros	(1.395)	2.524
	<u>(206.449)</u>	<u>(62.166)</u>
 (Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por outras operações	-	29.485.066
Outros ativos	(86.069.591)	-
	<u>(86.069.591)</u>	<u>29.485.066</u>
 Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Credores por outras operações	86.253.404	(3.994.116)
Outros passivos	-	(25.676.202)
	<u>86.253.404</u>	<u>(29.670.318)</u>
 Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	<u>(22.636)</u>	<u>(247.418)</u>
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	73.302	-
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<u>50.666</u>	<u>(247.418)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Prestações suplementares	-	648.902
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>	<u>-</u>	<u>648.902</u>
 Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	50.666	401.484
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	429.568	28.084
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	480.234	429.568

**ANEXO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
INDIVIDUAIS**

## Índice

1.	Nota Introdutória .....	2
2.	Políticas Contabilísticas .....	3
3.	Caixa e seus equivalentes e Depósitos à Ordem .....	8
4.	Investimentos em Subsidiárias .....	8
5.	Outros Devedores por Outras Operações .....	9
6.	Ativos e Passivos por Impostos .....	10
7.	Outros Credores por Outras Operações .....	11
8.	Acréscimos e Diferimentos .....	11
9.	Capital .....	12
10.	Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício .....	12
11.	Gastos Financeiros .....	13
12.	Gastos com o Pessoal .....	13
13.	Outros Rendimentos / Gastos .....	14
14.	Entidades Relacionadas .....	15
15.	Eventos Subsequentes .....	17

## 1. Nota Introdutória

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Longrun” ou “Sociedade”) com sede em Lisboa, no Largo de São Carlos, nº 3, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Desde esta data, integra o Grupo Fosun International Holdings Ltd..

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, que juntas formam o Grupo Longrun. As companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade, direta e indirectamente, incluem a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade”), Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. (“Via Directa”), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (“CPR”), Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia”), Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (anterior Universal Seguros, S.A.), Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare”), Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Macau”).

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2019.

## 2. Políticas Contabilísticas

### 2.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 3/2018-R, de 29 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2018, a Sociedade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2018. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.7. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Sociedade efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

## 2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Sociedade exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Sociedade detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Sociedade constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

## 2.3 Impostos sobre lucros

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2017 e 2018 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

A Sociedade é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC afeto às subsidiárias é registado no balanço individual da Longrun como um valor a receber ou a pagar às empresas subsidiárias. O imposto correspondente à atividade individual da Sociedade é refletido na demonstração dos resultados.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

A principal situação que origina diferenças temporárias ao nível da Sociedade corresponde aos prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

## **2.4 Provisões e passivos contingentes**

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

## **2.5 Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

## **2.6 Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas**

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

## Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.2. Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Sociedade com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Sociedade considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

## Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

## 2.7 Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

### 2.7.1 Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2018 a Sociedade adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. As alterações com relevância para a Sociedade foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2014-2016)	08-12-2016	2018/182	01-01-2018

### 2.7.2 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos do Imposto sobre o Rendimento	07-06-2017	2018/1595	01-01-2019

### 2.7.3 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais (Emenda)	22-10-2018	01-01-2020
IAS 1 - Definição de meterial (Emenda)	31-10-2018	01-01-2020
IAS 8 - Definição de meterial (Emenda)	31-10-2018	01-01-2020

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### 3. Caixa e seus equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Depósitos à ordem</b>		
Em moeda nacional	480.234	429.568
	<u>480.234</u>	<u>429.568</u>

### 4. Investimentos em Subsidiárias

Os saldos dos investimentos em empresas subsidiárias em 2018 e 2017 apresentavam-se como segue:

	2018		2017	
	% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	% Participação efetiva
<b>Valorizadas ao custo</b>				
<b>Subsidiárias</b>				
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	85,00%	1.541.964.100	84,99%	1.541.964.100
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	39.420.236	80,00%	39.420.236
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	17.400.523	80,00%	17.400.523
		<u>1.598.784.859</u>		<u>1.598.784.859</u>

Os dados financeiros das empresas subsidiárias em 2018 e 2017 eram os seguintes:

Setor de atividade/entidade	2018					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
<b>Segurador</b>						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	85,00%	16.275.614.962	14.043.010.031	2.232.604.931	278.236.439	2.820.187.838
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	172.026.836	90.473.934	81.552.902	9.000.867	290.925.529
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	55.014.319	15.166.961	39.847.358	6.183.482	53.569.992

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

Setor de atividade/entidade	2017					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
<b>Segurador</b>						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	15.889.040.096	13.442.066.973	2.446.973.123	187.789.357	2.610.119.715
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	157.841.851	83.792.036	74.049.815	8.088.593	263.973.311
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	67.519.705	32.481.587	35.038.118	5.738.157	31.648.201

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

As empresas subsidiárias são as seguintes:

A **Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.** é uma sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. (“Império Bonança”) na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. (“Fidelidade Mundial”), conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pela ASF através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Não Vida” e “Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Multicare – Seguros de Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, nº 53, foi constituída em 9 de março de 2007, e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. A companhia é vocacionada para a gestão de seguros de saúde.

A **Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (ex Cares – Companhia de Seguros, S.A.)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa nº 13 - 7º, foi constituída em 17 de março de 1995, com a denominação de Companhia de Seguros Tágus, S.A., e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação e imagem da CARES – Companhia de Seguros, S.A. passando a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e atuando com a marca Fidelidade Assistance.

**Durante o exercício de 2018 ocorreram as seguintes alterações:**

Em maio de 2018, foi realizado um aumento de capital social na empresa Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., no valor de 64.795.500 Euros, com um Prémio de Emissão de 57.184.600 Euros e o reembolso de prestações suplementares no montante global de 121.980.100 Euros, resultando num aumento a participação em 0,0023%.

## 5. Outros Devedores por Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Empresas do grupo - Imposto agregado	6.404.850	32.122.021
Outros	1.069	1.069
	<u>6.405.919</u>	<u>32.123.090</u>

## 6. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

	2018	2017
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Pagamentos por conta	54.651.225	-
	<u>54.651.225</u>	<u>-</u>
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a pagar (Subsidiárias)	-	( 31.417.518 )
Outros		
Segurança Social	( 829 )	( 1.206 )
Retenções	( 837 )	( 1.308 )
	<u>( 1.666 )</u>	<u>( 31.420.032 )</u>
<b>Ativos por impostos diferidos</b>	45.552	88.649
	<u>45.552</u>	<u>88.649</u>
<b>Total</b>	<u>54.695.111</u>	<u>( 31.331.383 )</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

	2018	2017
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	73.302	-
Pagamentos por conta	54.651.225	-
	<u>54.724.527</u>	<u>-</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser demonstrada como se segue:

	2018		2017	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		( 144.276 )		( 202.275 )
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	( 30.298 )	21,31%	( 43.097 )
<b>Diferenças definitivas a acrescentar</b>				
Correções relativas a exercícios anteriores	(0,04%)	54	0,00%	-
Outras	(0,03%)	39	0,00%	-
Taxa efetiva de impostos	<u>20,94%</u>	<u>( 30.205 )</u>	<u>21,31%</u>	<u>( 43.097 )</u>

Em 2018 a Sociedade apresentou prejuízos fiscais no montante de 143.829 Euros. Porém, o correspondente imposto diferido ativo vai ser realizado no âmbito do RETGS, este prejuízo fiscal é consumido no exercício de 2018 pelos lucros tributáveis gerados pelas restantes entidades integrantes do Grupo fiscal.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores.

Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos enquanto os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos. Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 podem ser reportados por um período de 5 anos.

A Sociedade tem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 216.914 Euros referentes ao exercício de 2015, o qual poderá ser deduzido até ao exercício de 2027. Este prejuízo fiscal não poderá ser consumido no âmbito do Grupo fiscal, uma vez que foi gerado antes da constituição do mesmo. Assim, o prejuízo fiscal apenas poderá ser consumido na Longrun enquanto Sociedade individual.

## 7. Outros Credores por Outras Operações

Em 31 de dezembro 2018 e 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
Empresas do Grupo		
Imposto agregado	61.025.217	703.653
Outros	221.173	1.000
Fornecedores conta corrente	9.840	15.343
	<u>61.256.230</u>	<u>719.997</u>

## 8. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Seguros	-	183
Auditoria	24.881	62.115
Outros trabalhos especializados	98.661	123.417
	<u>123.542</u>	<u>185.715</u>

## 9. Capital

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Longrun Portugal, SGPS, S.A., no montante de 50.000 Euros é integralmente detido pela Millennium Gain Limited.

Em 7 de janeiro de 2015 e 30 de novembro de 2015, através da ata da Assembleia Geral foram realizadas prestações suplementares, pelo acionista único, no montante total de 60.950.000 Euros e 500.000.000 Euros, respetivamente, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Em 1 de setembro de 2017, através da ata da Assembleia Geral foi realizada uma prestação suplementar, pelo acionista único, no montante total de 648.902 Euros, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

## 10. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outras reservas		
Reserva legal	305	305
Outras reservas	2.735	2.735
	<u>3.040</u>	<u>3.040</u>
Resultados transitados	<u>( 351.520 )</u>	<u>( 192.342 )</u>
Resultado do exercício	<u>( 114.071 )</u>	<u>( 159.178 )</u>
	<u>( 462.551 )</u>	<u>( 348.480 )</u>

Os montantes da reserva legal e outras reservas resultam da aplicação de resultados de 2014.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que atinja 20% do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

## 11. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2018 e 2017, os custos de exploração incorridos pela Longrun apresentam a seguinte composição por natureza:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Gastos com pessoal (Nota 12)	46.975	19.709
Fornecimentos e serviços externos		
Contencioso e Notariado	250	120
Auditoria	55.803	103.268
Outros Trabalhos especializados	39.692	81.623
Outros	195	81
	<u>95.940</u>	<u>185.092</u>
Comissões	-	46
	<u>142.915</u>	<u>204.847</u>

Nos exercícios de 2018 e 2017, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Conta não técnica</b>		
Gastos financeiros	142.915	204.847
<b>Total dos custos de exploração imputados</b>	<u>142.915</u>	<u>204.847</u>

## 12. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos gastos com o pessoal em 2018 e em 2017 é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	39.200	16.446
Encargos sobre remunerações	7.958	3.080
Seguros obrigatórios	( 183 )	183
	<u>46.975</u>	<u>19.709</u>

### 13. Outros Rendimentos / Gastos

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>		
Juros obtidos	-	2.951
	<u>-</u>	<u>2.951</u>
<b>Outros Rendimentos não técnicos</b>		
Outros	65	-
	<u>65</u>	<u>-</u>
<b>Gastos e perdas não correntes</b>		
Multas e penalidades	( 188 )	-
Outros gastos		
Correcções a exercícios anteriores	( 258 )	-
	<u>( 446 )</u>	<u>-</u>
<b>Gastos e perdas financeiras</b>		
Juros suportados	( 379 )	-
Serviços bancários	( 601 )	( 379 )
	<u>( 980 )</u>	<u>( 379 )</u>
	<u>( 1.361 )</u>	<u>2.572</u>

## 14. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Sociedade, as empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos Órgãos de Gestão.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as demonstrações financeiras da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os Órgãos de Gestão.

### 2018

	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Fidelidade - Property Internacional, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.
	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(5)
<b>Ativo</b>							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	452.796
Investimentos em subsidiárias	1.541.964.100	39.420.236	17.400.523	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	-	26.085	4.092	-	16.579	-	-
<b>Passivo</b>							
Contas a pagar por outras operações	35.955.971	-	-	177.808	-	25.121.450	-
<b>Ganhos e Perdas</b>							
Gastos financeiros	(9.840)	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	(435)

	GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Fidelidade Property Europe, S.A.	Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Millennium Gain Ltd	Total
	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(1)	
<b>Ativo</b>							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	452.796
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	1.598.784.859
Contas a receber por outras operações	62.256	6.211.545	22.568	1.265	60.460	-	6.404.849
<b>Passivo</b>							
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	1.000	61.256.229
<b>Ganhos e Perdas</b>							
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	-	(9.840)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	(435)

2017

	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Luz Saúde, S.A.	Fidelidade - Property Internacional, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.
	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(5)
<b>Ativo</b>								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	401.860
Investimentos em subsidiárias	1.541.964.100	39.420.236	17.400.523	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	7.374.967	486.136	900.575	10.585	9.344	-	20.981.580	-
<b>Passivo</b>								
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	374.169	-	-
<b>Ganhos e Perdas</b>								
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(37)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	-	(205)

	GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Fidelidade Property Europe, S.A.	Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Millennium Gain Ltd	Total
	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(1)	
<b>Ativo</b>							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	401.860
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	1.598.784.859
Contas a receber por outras operações	60.008	2.222.104	76.722	-	-	-	32.122.021
<b>Passivo</b>							
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	20.035	309.449	1.000	704.654
<b>Ganhos e Perdas</b>							
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	-	(37)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	(205)

As entidades relacionadas dividem-se nas seguintes categorias:

- (1) Empresa mãe;
- (2) Subsidiárias;
- (3) Associadas;
- (4) Empreendimentos conjuntos;
- (5) Outras partes relacionadas.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

## Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2018 têm a seguinte composição:

### Conselho de Administração

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável*	Subsídio Alimentação	Encargo Seg.Saúde	Encargo Seg.Vida
<b>Presidente</b>					
Lan KANG	-	-	-	-	-
<b>Vogais</b>					
Wai Lam William MAK	-	-	-	-	-

### Conselho Fiscal

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg.Saúde	Encargo Seg.Vida
<b>Presidente</b>					
Pedro Nunes de Almeida	14.000	-	-	-	-
<b>Vogais</b>					
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	12.600	-	-	-	-
João Filipe Gonçalves Pinto	12.600	-	-	-	-

\* Relativa ao exercício de 2017

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração.

Os honorários estimados da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativo ao exercício de 2018 ascendem a 122.145 Euros, dos quais 116.409 Euros relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas e 5.736 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade.

## 15. Eventos Subsequentes

Após a data da Demonstração da Posição Financeira não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos e divulgações das demonstrações financeiras do período.

**RELATÓRIO  
E PARECERES  
ÀS CONTAS  
INDIVIDUAIS**

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras separadas anexas da Longrun Portugal SGPS, S.A. (a “Sociedade”), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.660.367.789 euros e um total de capital próprio de 1.598.986.351 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 114.071 euros), a Demonstração dos Resultados Separada, a Demonstração das Variações do Capital Próprio Separada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Separada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras separadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira separada da Longrun Portugal SGPS, S.A., em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (a “ASF”).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

#### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 incluem na Demonstração da Posição Financeira Separada e mais detalhadamente divulgado na Nota 4, investimentos em subsidiárias, no montante de 1.599 m€, representando 96% do ativo.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade pelo menos anualmente. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições

#### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material nos investimentos em subsidiárias incluiu uma resposta específica através da realização dos seguintes procedimentos:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade nos referidos investimentos;
- Avaliamos as análises internas de identificação de indícios de imparidade sobre as participações financeiras.

#### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

económicas no mercado e financeiras dos emitentes (tais como taxas de crescimento/margens de lucro, projeções de informação financeira prospetiva e inflação, entre outras).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.

#### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ Avaliámos os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pelo Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de inflação, a taxa de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospetiva;
- ▶ Analisámos a consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparamo-los com dados externos. Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados;

Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre investimentos em subsidiárias nas demonstrações financeiras com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

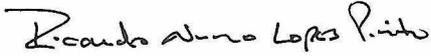
Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Sociedade na assembleia geral de acionistas em 31 de maio de 2017 para a revisão legal das contas compreendido entre 2017 e 2019.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade nesta data.

- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Sociedade o serviço no âmbito dos procedimentos previstos no Anexo I da Norma Regulamentar N.º 5/2016-R, de 12 de maio, da ASF, para emissão do Relatório de Conclusões Factuais nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da mesma Norma.

Lisboa, 22 de maio de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579  
Registado na CMVM com o n.º 20161189

**LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**EXERCÍCIO DE 2018**

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

**PARECER**

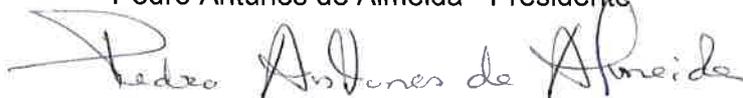
- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 23 de maio 2019.

**O CONSELHO FISCAL,**

Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal



Longrun Portugal, SGPS, S.A.

Pessoa Coletiva 510999018, matriculada na CRC de Lisboa sob o mesmo número  
Capital Social € 50.000,00 – Sede Largo de São Carlos, n.º 3, 1200-410 Lisboa

**LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO  
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA  
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.  
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2019**

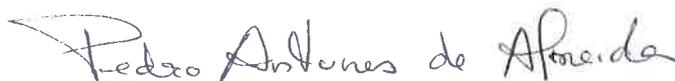
Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 23 de maio de 2019.

O CONSELHO FISCAL,

Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal



# **RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO**

**Relatório de Governo Societário**  
**Ano 2018**  
**LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**INTRODUÇÃO**

A LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A., (doravante “Sociedade”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade respeitante ao exercício de 2018 foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e no ponto iv), alínea a) do nº1 do artigo 32º da Norma Regulamentar N.º 8/2016 – R, de 16 de Agosto.

**INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE**

**A. ESTRUTURA ACIONISTA**

**I. Estrutura de capital**

**1. ESTRUTURA DE CAPITAL**

O capital social da Sociedade, no montante de 50.000,00 euros, é representado por 50.000 ações nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

**2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES**

As ações representativas do capital social da Sociedade são livremente transmissíveis.

**3. NÚMERO DE AÇÕES PRÓPRIAS, PERCENTAGEM DE CAPITAL SOCIAL CORRESPONDENTE E PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO A QUE CORRESPONDERIAM AS AÇÕES PRÓPRIAS**

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não detinha quaisquer ações próprias.

**4. REGIME A QUE SE ENCONTRE SUJEITA A RENOVACÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DEFENSIVAS, EM PARTICULAR AQUELAS QUE PREVEJAM A LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS SUSCETÍVEIS DE DETENÇÃO OU DE EXERCÍCIO POR UM ÚNICO ACIONISTA DE FORMA INDIVIDUAL OU EM CONCERTAÇÃO COM OUTROS ACIONISTAS**

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

**5. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO**

Não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de votos da Sociedade.

## II. Participações Sociais detidas

6. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS QUE SÃO TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, COM INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM DE CAPITAL E DE VOTOS IMPUTÁVEL E DA FONTE E CAUSAS DE IMPUTAÇÃO

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2018, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	Nº de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Millenium Gain Limited	50.000	100%	100%	Constituição

7. INDICAÇÃO SOBRE O NÚMERO DE AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham ações, nem obrigações da Sociedade.

## B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### I. Assembleia Geral

#### a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

8. IDENTIFICAÇÃO E CARGO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL E RESPECTIVO MANDATO

Não foi eleita mesa da Assembleia Geral para o mandato em curso.

#### b) Exercício do direito de voto

9. EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PERCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL

Nos termos do artigo 8º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral é constituída pelos acionistas presentes e representados nos termos da lei, sendo que a cada ação corresponde um voto.

10. INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM MÁXIMA DOS DIREITOS DE VOTO QUE PODEM SER EXERCIDOS POR UM ÚNICO ACIONISTA OU POR ACIONISTAS QUE COM AQUELE SE ENCONTREM EM ALGUMA DAS RELAÇÕES DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou mesmo por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

11. IDENTIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES ACIONISTAS QUE, POR IMPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA, SÓ PODEM SER TOMADAS COM MAIORIA QUALIFICADA, PARA ALÉM DAS LEGALMENTE PREVISTAS, E INDICAÇÃO DESSAS MAIORIAS

A Assembleia Geral pode deliberar em primeira convocação, desde que estejam presentes ou representados os acionistas que detenham, pelo menos, três quartos do total das ações representativas do capital social, e em segunda convocação com qualquer que seja o número de acionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respetivas ações correspondam.

## II. Administração

### Conselho de Administração

#### a) Composição

#### 12. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO

A Sociedade adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração e um órgão de fiscalização composto por um Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

#### 13. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

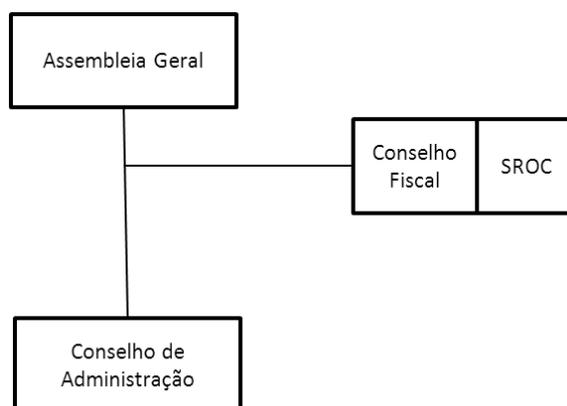
#### 14. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO ESTATUTÁRIO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEMBROS, DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO, NÚMERO DE MEMBROS EFETIVOS, DATA DA DESIGNAÇÃO E DURAÇÃO DO MANDATO DE CADA MEMBRO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por entre dois a cinco membros, com o Presidente do Conselho de Administração designado pela Assembleia Geral. O mandato dos Administradores é de três anos civis, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes, e contando-se como completo o ano civil em que forem designados.

A 31 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração é constituído por:

Membros do Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Lingjiang XU	Presidente	29-11-2018	2017-2019	Executivo
Wai Lam William MAK	Vogal	17-04-2017	2017/2019	Executivo

O Quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da Longrun durante o exercício de 2018:



### Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA), enquanto órgão de governo da Sociedade, tem, nos termos do n.º 1 do artigo 13º dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de administração e representação da Sociedade.

O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

### **III. Fiscalização**

#### **Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas**

##### **a) Composição**

**15. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (CONSELHO FISCAL, COMISSÃO DE AUDITORIA OU CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO) CORRESPONDENTE AO MODELO ADOTADO**

A fiscalização da Sociedade, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2017/2019.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

**16. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL, COM INDICAÇÃO DO CARGO DE CADA MEMBRO, DATA DE NOMEAÇÃO E DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO**

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo a seguinte composição em 31 de dezembro de 2018:

<b>Membros do Conselho Fiscal</b>	<b>Cargo</b>	<b>Data de Nomeação no Mandato</b>	<b>Duração do Mandato</b>
Pedro Antunes de Almeida	Presidente	31-05-2017	2017/2019
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Vogal	31-05-2017	2017/2019
João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal	31-05-2017	2017/2019
Isabel Gomes de Novais Paiva	Suplente	31-05-2017	2017/2019

### **IV. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**

**17. IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA**

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., registada na CMVM sob o n.º 20161189 e representada pelo seu sócio Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC n.º 1579.

**18. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ANOS EM QUE A SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS EXERCE FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA SOCIEDADE E OU GRUPO**

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foi designada a 26 de setembro de 2014 para exercer funções até ao final do triénio 2014/2016, tendo sido reconduzida para exercer funções até ao final do triénio 2017/2019.

#### 19. DESCRIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SROC À SOCIEDADE

Para além dos trabalhos exigidos por lei ao revisor oficial de contas, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. não presta, de forma recorrente, outro tipo de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

Contudo, quando haja lugar à prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, tal ocorrerá em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos, designadamente na Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

### C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

#### I. Estatutos

##### 20. REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

As alterações dos Estatutos da Sociedade regem-se pelo disposto na Lei em vigor.

#### II. Comunicação de irregularidades

##### 21. MEIOS E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA SOCIEDADE

A Sociedade tem uma cultura de responsabilidade e de *compliance*, reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária e implementa os meios adequados de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

São consideradas como irregularidades os atos e omissões, dolosas ou negligentes, relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna da Sociedade que, de forma grave, sejam suscetíveis nomeadamente de:

- a) Violar a lei, os regulamentos e outros normativos em vigor;
- b) Colocar em causa o património dos clientes, dos acionistas e da Sociedade;
- c) Causar dano reputacional à Sociedade ou a sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

Podem comunicar irregularidades, os colaboradores, mandatários, comissários ou quaisquer outras pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional na Sociedade ou em qualquer entidade do Grupo, os acionistas e quaisquer outras pessoas.

#### III. Controlo interno e gestão de riscos

##### 22. ÓRGÃOS OU COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA AUDITORIA INTERNA E OU PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO

A Longrun sendo uma sociedade gestora de participações no setor dos seguros, não exerce a atividade seguradora ou resseguradora, estando a sua atividade circunscrita à gestão das participações detidas nas empresas de seguros Fidelidade – Companhia de Seguros, SA, Multicare – Seguros de Saúde, S.A. e Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A..

Sendo a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. a empresa mais representativa do Grupo, são aí definidos os requisitos de governação aplicados ao Grupo segurador.

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Neste contexto, foi implementado um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade da área seguradora da Longrun.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias das seguradoras detidas pela Longrun, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, a realização do exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pelo Grupo.

Relativamente ao sistema de governação a área seguradora da Longrun possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade. Nestes termos, estão definidas funções-chave transversais ao Grupo, de gestão de riscos, auditoria interna, atuariado e *compliance*, no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, que são asseguradas pela Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria Interna e Direção de *Compliance*.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

Inserido no conjunto de recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir a continuidade operacional dos processos, sistemas e comunicações, o Grupo Fidelidade tem um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) de forma a garantir a realização de uma avaliação estruturada de danos e uma ágil tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a empreender.

Quanto às obrigações de informação ao público, a Longrun, em 2018, preparou e divulgou, o “Relatório sobre a solvência e a situação financeira 2017” contendo informação detalhada relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital do exercício de 2017. Este relatório, juntamente com os mapas anuais de reporte quantitativo submetidos à ASF, foi sujeito a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável.

Também durante o ano de 2018, a Longrun efetuou o exercício anual de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão, e prestou a informação quantitativa trimestral para efeitos de supervisão.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime solvência II, bem como a sua consolidação ao longo dos primeiros anos da sua vigência, colocam a Longrun num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

**23. EXISTÊNCIA DE OUTRAS ÁREAS FUNCIONAIS COM COMPETÊNCIAS NO CONTROLO DE RISCOS**

Para além das áreas que exercem funções-chave transversais ao Grupo no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, têm sido implementadas e reforçadas, para além da área jurídica, diversas funções corporativas no Grupo Fidelidade, das quais se destacam as áreas de sistemas de informação, planeamento e controlo, contabilidade e investimento.

Este modelo de governação, associado ao facto dos processos de gestão do risco operacional e de controlo interno implementados, proporcionam a disseminação, por todas as Companhias, de uma cultura de gestão de risco, permite que a entidade relevante ao nível do Grupo dirija adequadamente os sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tanto a nível individual como do grupo, dispondo de apropriadas linhas de reporte e procedimentos de prestação de informação.

**24. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS (ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS) A QUE A SOCIEDADE SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE**

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada no Relatório de Gestão 2018, em particular nas Notas às Demonstrações Financeiras.

**25. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS**

O sistema de gestão de risco suporta a Sociedade na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Sociedade, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

O exercício ORSA tem um papel fundamental na monitorização do perfil de risco da Companhia e da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

#### **IV. Sítio de Internet e Disponibilização de Informação sobre a Sociedade**

**26. ENDEREÇO(S)**

A Sociedade não dispõe de sítio na Internet.

**27. LOCAL ONDE SE ENCONTRA INFORMAÇÃO SOBRE A SOCIEDADE, ÓRGÃOS SOCIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas encontra-se disponível na Sede da Sociedade.

**28. LOCAL ONDE SE ENCONTRAM OS ESTATUTOS E OS REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais estão disponíveis na Sede da Sociedade.

**29. LOCAL ONDE SÃO DIVULGADOS A CONVOCATÓRIA PARA A REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL E TODA A INFORMAÇÃO PREPARATÓRIA E SUBSEQUENTE COM ELA RELACIONADA**

As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade.

- 30.** LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZA O ACERVO HISTÓRICO COM AS DELIBERAÇÕES TOMADAS NAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA SOCIEDADE, O CAPITAL SOCIAL REPRESENTADO E OS RESULTADOS DAS VOTAÇÕES, COM REFERÊNCIA AOS 3 ANOS ANTERIORES

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos anteriores, estão disponíveis na Sede da Sociedade.

## **D. REMUNERAÇÕES**

### **I. Competência para a determinação**

- 31.** INDICAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA OU ADMINISTRADOR DELEGADO E DOS DIRIGENTES DA SOCIEDADE

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Assembleia Geral, não tendo sido constituída na Sociedade uma Comissão de Remunerações.

### **II. Estrutura das remunerações**

- 32.** DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados pelo exercício das suas funções.

A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, caso exista, é fixada tendo como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.

### **III. Divulgação das remunerações**

- 33.** INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, PROVENIENTE DA SOCIEDADE, INCLUINDO REMUNERAÇÃO FIXA E VARIÁVEL E, RELATIVAMENTE A ESTA, MENÇÃO ÀS DIFERENTES COMPONENTES QUE LHE DERAM ORIGEM

Os membros do Conselho de Administração não exercem funções de forma remunerada.

- 34.** INDEMNIZAÇÕES PAGAS OU DEVIDAS A EX-ADMINISTRADORES EXECUTIVOS RELATIVAMENTE À CESSAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO

Não foi paga qualquer indemnização ou compensação em virtude da cessação de funções de administrador durante o exercício.

35. INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE, PARA EFEITOS DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

<b>Membros do Conselho Fiscal</b>	<b>(€)</b>	<b>Observações</b>
Pedro Antunes de Almeida	14.000	
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	12.600	
João Filipe Gonçalves Pinto	12.600	
Isabel Gomes de Novais Paiva	0	Suplente
<b>TOTAL</b>		

36. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO ANO DE REFERÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Tal como indicado *supra* não existe mesa da Assembleia Geral eleita.

#### **IV. Acordos com implicações remuneratórias**

37. REFERÊNCIA À EXISTÊNCIA E DESCRIÇÃO, COM INDICAÇÃO DOS MONTANTES ENVOLVIDOS, DE ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE DEMISSÃO, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO NA SEQUÊNCIA DE UMA MUDANÇA DE CONTROLO DA SOCIEDADE (ARTIGO 245.º -A, N.º 1, AL. L)

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do Órgão de Administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

#### **V. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (*stock options*)**

38. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO E DOS RESPECTIVOS DESTINATÁRIOS

Não existem planos com estas características.

39. DIREITOS DE OPÇÃO ATRIBUÍDOS PARA A AQUISIÇÃO DE AÇÕES (*STOCK OPTIONS*) DE QUE SEJAM BENEFICIÁRIOS OS TRABALHADORES E COLABORADORES DA EMPRESA

Não existem direitos de opção atribuídos para aquisição de ações de que sejam beneficiários trabalhadores.

### **E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

#### **I. Mecanismos e procedimentos de controlo**

40. MECANISMOS IMPLEMENTADOS PELA SOCIEDADE PARA EFEITOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

**41. INDICAÇÃO DAS TRANSAÇÕES QUE FORAM SUJEITAS A CONTROLO NO ANO DE REFERÊNCIA**

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

**42. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS A REALIZAR ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA OU ENTIDADES QUE COM ELES ESTEJAM EM QUALQUER RELAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS**

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação e de deliberação do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Sociedade, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

**II. Elementos relativos às transações**

**43. INDICAÇÃO DO LOCAL DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ONDE ESTÁ DISPONÍVEL INFORMAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS**

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se nas demonstrações financeiras.

